

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Vanderlei Machado

Entre Apolo e Dionísio: A imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)



Florianópolis, Jornal *O Estado*, n.529, de 11/02/1917

Vanderlei Machado

Entre Apolo e Dionísio: A imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sandra Jatahy Pesavento.

Banca

Prof^a Dra. Sandra Jatahy Pesavento – UFRGS (Orientadora)

Prof^a Dra. Joana Maria Pedro – UFSC

Prof^o Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – UDESC

Prof^o Dr. Fernando Seffner – FACED/UFRGS

Prof^a Dra. Maria Luiza Filippozzi Martini – UFRGS

Florianópolis/Porto Alegre

13 de Abril de 2007

Às mulheres que me acompanharam nesta caminhada:

Carla, Alice e Clara

Agradecimentos

Ao chegar a este momento de minha trajetória acadêmica é gratificante poder mencionar as mais variadas formas de contribuição recebida que tornaram menos árida a caminhada. Para além das formalidades de praxe, agradeço a minha orientadora, professora Sandra Jatahy Pesavento pela maneira respeitosa como me recebeu no Programa de Pós-Graduação da UFRGS. A sensibilidade, intelectual e humana, é uma marca registrada dessa grande historiadora. Sandra, como sempre fez questão de ser chamada, deu-me liberdade para escolher alguns caminhos, mas também estendeu a mão para me encorajar a realizar sonhos acalentados. Sua orientação segura possibilitou-me chegar ao momento de abandonar a tese para ensaiar novos vôos.

O cotidiano da escrita desse trabalho contou com a presença da minha companheira Carla Simone Rodeghero. Esta frase, não necessita de maiores explicações para aqueles que já concluíram o doutorado ou conviveram com um doutorando. Carla foi a leitora das primeiras versões, indicou formas de tornar mais claras algumas idéias e dividiu comigo as atenções reclamadas por Alice e Clara, nossas filhas. Com certeza vivemos experiências que nos modificaram.

As professoras Lígia de Oliveira Czesnat, Joana Maria Pedro, Maria Bernadete Flores e Maria Izilda S. de Matos sempre foram grandes incentivadoras. O convívio com estas intelectuais, que se fizeram amigas durante a graduação e o mestrado, cultivou em mim o desejo por fazer da história um ofício e uma forma de buscar um crescimento

pessoal. Durante estes quatro anos sempre recorri à Joana Pedro, pedindo sugestões e indicação de leituras.

Registro a minha gratidão ao Professor Jacques Leenhardt, da École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, de Paris, que orientou meu doutorado sanduíche, indicou locais de pesquisa e bibliografia relacionada ao meu tema de estudo. O apoio logístico de sua secretária, Brigitte Navelet-Noualhier, encurtou o tempo que seria gasto tratando de questões burocráticas. Ao professor José Augusto C. Avancini agradeço as preciosas sugestões apresentadas por ocasião da banca de qualificação da Tese.

Agradeço aos amigos Luciana Rossato e Aldonei Machado. Luciana colocou à minha disposição seu conhecimento com as fontes, coligindo artigos da imprensa e organizando o material coletado. Dessa maneira, poupou muitas viagens minhas entre Porto Alegre e Florianópolis. Ao Aldonei agradeço as sempre enriquecedoras indicações bibliográficas. Seu amor aos livros e à leitura sempre me contagiou.

Recorrer à família foi imprescindível. Agradeço à Sra. Lurdes Rodeghero e às “tias” Adriana, Fernanda e Lucrecia que investiram tempo e carinho no cuidado com as gêmeas, para que eu pudesse fazer minhas pesquisas. Igualmente sou reconhecido à minha mãe, Aurora Machado, que deixou o sossego de sua casa, enfrentou algumas viagens entre Porto Alegre e Florianópolis, para contribuir conosco. Estas mulheres, assim como Éster Salete Tonial Simões e Glessi Acco, entenderam a importância deste trabalho para mim.

Registro ainda a minha gratidão aos amigos Reinaldo e Sílvia Arend por sempre demonstrarem a intenção de contribuir. À Claudira Cardoso, a “Dinda Clau”, sou grato pela presença sempre providencial.

Consigno o meu reconhecimento aos companheiros e companheiras do Colégio de Aplicação da UFSC, por terem facilitado estes quatro anos de formação, notadamente, Ana Brancher, Romeu Augusto Bezerra, Inêz Lucena, Sílvia Leni Auras. Através destes estendo o meu agradecimento aos demais colegas.

Não posso deixar de mencionar o apoio que recebi dos funcionários e funcionárias da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, principalmente da Sra. Mercedes e do Machado. Constatar durante anos a dedicação destes servidores, que lutam contra o descaso do poder público estadual para com a cultura, visando preservar o conjunto de jornais e demais fontes bibliográficas sob sua responsabilidade, é um alento. Tal dedicação não deve ser motivo para que se permita a continuidade da negligência do Estado com o que é público.

Finalmente, agradeço ao CNPq por ter me fornecido, ao longo desses quatro anos, uma bolsa de doutorado. Este apoio financeiro contribuiu de maneira indiscutível para que eu tivesse as condições necessárias à pesquisa e ao acesso a uma bibliografia que ainda não está disponível nas bibliotecas universitárias. À CAPES agradeço a bolsa do programa CAPES /COFECUB que viabilizou os meus estudos em Paris, entre novembro de 2004 e Fevereiro de 2005.

Resumo

Neste trabalho buscou-se evidenciar a construção e a divulgação de um modelo hegemônico de masculinidade através da imprensa de Florianópolis. Nos artigos divulgados pelos jornais, no período compreendido entre 1889 e 1930, destacou-se a representação do homem branco, jovem, e viril. Este, segundo as prescrições da época, deveria atentar para um código de urbanidade que passava a exigir um maior cuidado com o corpo e o domínio de si. Buscar satisfazer a esse modelo valorizado socialmente era a garantia de que o homem desempenharia bem as responsabilidades que dele se esperava, como a de prover a família, produzir uma prole saudável, ser trabalhador, cumprir seus contratos e ser um bom cidadão. Tanto quanto os jornais, a escola primária teve um papel importante na divulgação de representações de gênero, que buscavam constranger as mulheres no espaço privado, reservando aos homens a esfera pública.

Além dos atributos prestigiantes da masculinidade, a imprensa e os livros escolares procuraram demonstrar também como um homem não deveria agir, notadamente nos espaços públicos. A partir da década de 1910, pode-se evidenciar com maior precisão a divulgação de uma série de práticas e representações que visavam coibir comportamentos masculinos que deixavam de ser tolerados nos logradouros públicos da cidade. Entre tais comportamentos estava a prática da embriaguez e o uso da violência como forma de solução de conflitos interpessoais. Naquele contexto, passou-se a exigir dos homens que circulavam pela cidade, uma certa previsibilidade em suas atitudes.

Palavras-chave: Gênero; masculinidades, cidade, corpo

Résumé

Dans ce travail, on a cherché à mettre en évidence et à divulguer un modèle hégémonique de masculinité au travers de la presse de Florianópolis. Dans les articles parus dans les journaux entre 1889 et 1930, il a été mis en relief l'image de l'homme blanc, jeune et viril. Celui-ci, selon les prescriptions de l'époque, devait porter son attention à un certain code d'urbanité qui exigeait une plus grande attention au corps et à la maîtrise de soi. Suivre ce modèle, socialement valorisé, était la garantie que l'homme assumerait correctement ses responsabilités, telles que: soutenir sa famille, avoir des enfants sains, être travailleur, respecter ses contrats, être un bon citoyen. Tout comme les journaux, l'école primaire a eu un rôle important dans la diffusion des modèles du genre qui cherchaient à restreindre les femmes à l'espace privé, laissant aux hommes la sphère publique.

En plus des attributs nobles de la masculinité, la presse et les livres scolaires cherchaient à démontrer aussi, comment un homme ne devait pas agir en public, notamment. A partir de la deuxième décennie du XX^{ème} siècle, on peut voir, avec évidence et précision, la diffusion d'une série de pratiques et d'attitudes devenues intolérables dans les lieux publics de la ville. Celles-ci étaient, entre autres, l'ennivrement et l'usage de la violence pour résoudre les conflits personnels. Dans ce contexte, il a été exigé des hommes qui circulaient dans la ville, des attitudes certainement prévisibles.

Mots clés = genre, masculinités, villes, corps.

Índice das Ilustrações

1. Inauguração da estátua do General Fernando Machado, 1917.....Contra
Capa

2. Mapa dos Bairros de Florianópolis em 1900.....22

3. Vigonal- 192760

4. Bayaspirina – 192472

5. Alfaiataria Cardoso – 192498

Sumário

Introdução	12
1. Corpos viris e representações de gênero: a construção de um modelo hegemônico de masculinidade	44
1.1. Combates pela cidade: a construção do imaginário da cidade moderna	45
1.2. Publicidade, política e modernidade	50
1.3. Corpos como metáfora da cidade	58
1.4. Higiene e moderação como signos de honradez masculina	78
1.5. Um homem é o que ele veste	85
2. Homens de papel: imprensa, violência e representações masculinas na Primeira República	100
2.1. Imprensa, disputas políticas e violências	101
2.2. Imprensa e a espetacularização da violência	108
2.3. Jornalismo e conciliação política	118
2.4. Homens em trânsito: a construção do soldado como modelo de virilidade	124
2.5. Homens de bem e homens maus: uma questão de classe	136
2.6. “Pancada de amor dói mesmo...”: relações de gênero e violência.....	154

3. Entre o botequim e a rua: modernidade, libações alcoólicas e masculinidades	166
3.1. Ébrios, chuvas e paus d'água: a polícia e o combate à embriaguez masculina	167
3.2. Embriaguez e violência	181
3.3. Cafés, bares e botecos: espaços de sociabilidades masculinas	192
3.4. Publicidade, libações alcoólicas e representações de gênero	208
3.5. Campanhas antialcoólicas: entre o remédio e a loucura	215
4. Menino não chora: as representações de corpo e gênero nos Grupos Escolares	234
4.1. A Série Fontes e as transformações na escola pública primária catarinense	235
4.2. Como se ensina a ser menino na escola	246
4.3. Corpos civilizados: masculinidade e urbanidade como passaportes para a cidadania	252
4.4. O trabalho como símbolo de cidadania e higiene do corpo	273
5. Conclusão	288
6. Fontes	291
7. Bibliografia	293

Introdução

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.” Ítalo Calvino

A História das cidades, especialmente no que se refere às transformações vivenciadas pelos principais centros urbanos brasileiros, entre a proclamação da República e os anos 1920, acumula uma vasta produção historiográfica¹. Na historiografia catarinense, alguns trabalhos se detiveram nas transformações urbanas ocorridas em Florianópolis, no mesmo período². A História das mulheres, durante a Primeira República, também tem sido

¹ Para um balanço da produção historiográfica sobre cidades ver: BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades: um percurso. In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237 a 258.

² A esse respeito ver: ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; KUPKA, Roselande Neckel. *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis: 1910-1930*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; COSTA, Sandro da Silveira. *Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890/1960)*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina; MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. *A influência do urbanismo sanitário nas transformações do espaço urbano de Florianópolis*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina.

objeto de importantes pesquisas, tanto em nível nacional quanto local.³ A presente tese dialoga com estes campos de estudo na medida em que propõe para a análise da questão da masculinidade, o cruzamento entre as discussões pertinentes aos estudos de gênero e sobre o processo de urbanização, na Primeira República. Busca-se perceber como, através de uma série de práticas e representações, alguns comportamentos masculinos procuraram ser adequados a um ideal de cidade determinado.

A cidade de Florianópolis adentrou o século XX marcada pelo desejo de sua elite de lhe garantir um *status* de cidade moderna. O termo moderno figurava então como uma obsessão e aparecia nos discursos oficiais, nos reclames publicitários, veiculados nos jornais, e na literatura em geral. Porém, ele quase nunca aparecia sozinho. Era comum figurar acompanhado de termos como higiene, ordem e disciplina. Estas palavras passaram a compor a imagem da cidade que se almejava alcançar.

Mas não bastava para os gestores da cidade inscrever essa modernidade somente nas pedras dos prédios públicos, nas residências da elite, no alinhamento das praças e das ruas, muitas até então poeirentas, nos dias de sol, e cobertas de lama, nos dias chuvosos. Era preciso também marcá-la nos corpos dos habitantes da cidade-capital de Santa Catarina. Havia o medo de que Florianópolis ficasse para trás, não somente em relação aos grandes centros do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em relação às cidades do interior do Estado, como Joinville e Blumenau, onde a industrialização e a agricultura geravam um maior desenvolvimento econômico do que aquele que se percebia na Capital.

³ Entre os estudos locais cita-se: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas - uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. Para uma história das mulheres paulistas na Primeira República ver: SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Editorial Boitempo/Editora Senac, 1999. As mulheres na sociedade do Rio de Janeiro do início do século XX foram objeto de estudo de: SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana - 1890 - 1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

Visando afastar tal probabilidade, a elite de Florianópolis empreendeu uma avaliação dos limites e possibilidades, sociais e econômicos, da cidade. Tal avaliação ficou registrada no livro “Santa Catarina - A Ilha”⁴, escrito por Virgílio Várzea no contexto das comemorações dos quatrocentos anos de descoberta do Brasil, em 1900. Tal empreitada contou com o apoio do governo catarinense e do Centro Catarinense, grupo de escritores e políticos que se reuniram na capital da República com o objetivo de discutir os problemas enfrentados por sua terra natal, bem como sugerir soluções e intervir nos problemas enfrentados pela cidade e pelo estado.

Em “*Santa Catarina – A Ilha*”, Virgílio Várzea empreendeu a tarefa de fazer um esquadramento da cidade. Escrito numa forma que lembra os relatos de viajantes europeus dos séculos XVIII e XIX, os quais o autor utiliza como fontes na construção da sua História, “*Santa Catarina – A Ilha*”, começa narrando a história colonial de Desterro e analisa o que considerou serem as origens do republicanismo catarinense. Em seguida descreve o ambiente sócio-cultural, a economia e os costumes da Ilha de Santa Catarina.⁵

Se Florianópolis apresentava em 1900, segundo Virgílio Várzea, alguns indícios ou signos de cidade moderna, tais como o palácio do governo construído em estilo eclético, com elementos de *art nouveau*, e apresentando uma “ornamentação moderna das melhores construções atuais do Rio de Janeiro”,⁶ lhe faltava ainda o movimento ruidoso das grandes cidades e os divertimentos que as mesmas ofereciam. Além disso, sua população era pequena e esparsa e a industrialização não havia se instaurado na cidade. Estes problemas

⁴ VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina - A Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

⁵ O nome da cidade, que anteriormente era Desterro, foi modificado numa homenagem ao então presidente da República, Floriano Peixoto, pela Lei n. 111 de 1º de Outubro de 1894, do então governador Hercílio Pedro da Luz.

⁶VÁRZEA, Virgílio, Op. cit. p.30.

estavam ligados, na visão de Várzea, ao fato da capital catarinense estar localizada numa Ilha.

Morando no Rio de Janeiro, à época da escrita de sua obra, e tendo anteriormente viajado em navios mercantes que atracaram em vários portos da Europa, percebe-se que a referência de cidade moderna para Virgílio Várzea é a Capital Federal. Porém, não o centro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Na época, em que Várzea escreveu, grassavam na cidade epidemias de febre amarela, agravadas pela falta de um sistema de esgotos, ruas estreitas, cortiços, entre outros. A referência que serviu para fazer comparações com Florianópolis era, na verdade composta pelos “opulentos palacetes de Botafogo, Laranjeiras e Tijuca na Capital Federal”.⁷

Podemos perceber nesta obra escrita na aurora dos tempos republicanos, que o termo *moderno* tinha também uma conotação política e laudatória. Neste sentido, o advento da República rompia com um passado recente, o Império, que, ao ser negligenciado, passava a ser representado como um período de atraso na história catarinense, suplantado pelo regime político recém-instaurado no país. A República, apesar das dificuldades econômicas e do acanhamento da cidade de Florianópolis, trazia para esta a possibilidade do novo, do moderno.

Desenvolvê-la economicamente, modernizar o seu espaço urbano e civilizar seus habitantes era a garantia da manutenção de seu *status* de capital, sempre ameaçado pelas propostas de sua transferência para outras regiões do território catarinense. Tal perspectiva traria consigo conseqüências desastrosas para a frágil economia da cidade. Com uma industrialização bastante incipiente - que encontrou algum fôlego nos anos imediatos à Grande Guerra, com uns poucos empreendimentos industriais, notadamente no setor de

⁷ Idem. Ibidem. p. 38.

bens de consumo, como alimentos e vestuários - a maioria dos empregos se concentrava no comércio, nas atividades do porto e nas repartições públicas. O comércio local, que revendia principalmente produtos de outras regiões do país e da Europa, encontrava nos profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos os principais consumidores. Além disso, para uma parcela da elite política local, a transferência da capital significaria a perda dos privilégios que a proximidade com o poder público garantia.

Após a proclamação da República, os republicanos históricos tiveram que dividir o poder com membros das antigas agremiações políticas egressas do Império. A disputa por cargos da administração pública, eletivos ou não, contribuiu para a eclosão da chamada Revolução Federalista, ocorrida em 1894. Este foi sem sobras de dúvida o evento mais emblemático dessa luta pelo poder. Ao longo das três primeiras décadas do século XX, políticos como Lauro Müller, Hercílio Luz, Felipe Schmidt, Gustavo Richard, Vidal Ramos, Antônio Pereira e Oliveira, próceres do Partido Republicano Catarinense, passam a empreender uma série de embates entre si, que em alguns momentos extrapolaram os discursos calorosos. Foi o caso dos fuzilamentos na Ilha de Anhatomirim, na baía norte da Ilha de Santa Catarina, em 1894, e do empastelamento de jornais oposicionistas.

Nas disputas pelos cargos de representação política se sobressaiam as disputas pelo poder simbólico⁸. Cada qual procurava se apresentar como o mais preparado para colocar a Ilha/capital e o Estado nos trilhos do desenvolvimento. É nesse contexto que se verifica um

⁸ Pierre Bourdieu escreve: “Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido e reconhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipiere*.” Cf.: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 145.

conjunto de obras visando transformar o espaço urbano de Florianópolis. O pequeno núcleo urbano da cidade, a partir da primeira década do século XX, foi alvo de uma série de intervenções em seu traçado urbano. Além disso, passou-se a dotá-lo de equipamentos que visavam melhorar as condições de salubridade da cidade. Apesar de morar nos arrabaldes, nos bairros do Mato Grosso e Praia de Fora, a elite exercia no centro suas atividades econômicas e administrativas. Repartições, lojas e escritórios concentravam-se no pequeno núcleo, em frente ao principal cais da cidade.

Para não ficar exposta aos efeitos deletérios da “velha cidade colonial” e possibilitar a participação de Florianópolis no conjunto das transformações urbanas que ocorriam nos grandes centros urbanos brasileiros, como o Rio de Janeiro, era preciso implementar medidas sanitárias, o alargamento dos becos sinuosos que serpenteavam, a partir da praça central, em direção ao interior da península na qual a cidade foi se instalando, ligando o centro com os bairros habitados pela elite. Era preciso também embelezar praças e jardins, bem como implementar a medicalização da população objetivando alcançar um modelo de civilização irradiado das grandes metrópoles européias,⁹ como Paris.

Urgia intervir na cidade e nos costumes de sua população para alcançar o que se passou a considerar um padrão de cidade moderna, ou seja, com serviços de esgoto, água tratada, iluminação elétrica, ruas alinhadas e amplas, entre outras melhorias. A partir de 1908, o centro da cidade foi paulatinamente reformado, com a instalação da rede de água

⁹ A esse respeito ver: ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, PUC, 1989. 216 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

encanada, em 1909; a rede de esgotos, entre os anos de 1913 e 1917; iluminação pública com eletricidade, em 1910, e a abertura da primeira grande avenida, em 1919, que passou a representar uma linha divisória entre os bairros, onde a maioria dos habitantes era formada por trabalhadores assalariados, soldados e pescadores e aqueles habitados pela elite local. Finalmente, a construção de uma ponte ligando a ilha ao continente, se deu entre 1922 e 1926.¹⁰

Ao longo do período que se pretende analisar, a Praça 15 de Novembro com seu jardim, denominado Oliveira Belo, foi sendo transformada num dos principais espaços de encontro de filhos e filhas de famílias ilustres da cidade. Nota-se, principalmente na década de 1920, o surgimento de uma sociabilidade¹¹ que, ao contrário daquela predominante no século XIX, representada pelos bailes nos clubes sociais, passou a se desenvolver também no espaço público. Na praça, rapazes e moças que eram denominados, pelos jornais, como “almofadinhas” e “melindrosas”, se encontravam aos domingos para o *footing* e o *firte*. Nos cafés da praça e arredores os homens discutiam de forma acalorada as questões relacionadas à política. Nas ruas laterais se concentravam os cinemas, como o “Ponto Chic”, além de bares que faziam questão de lembrar o seu caráter “higiênico e familiar”. Na baía sul, em frente à praça, ocorriam disputas entre os clubes de remo.

No período analisado, os jornais criticavam o que consideravam ultrapassado na moda e faziam circular novos gostos em termos de vestuário e *toilette*. Para as moças, ter

¹⁰ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas - uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. p. 81.

¹¹ Neste trabalho optou-se por utilizar a definição de sociabilidade empregada por Sandra Gayol, que tem por base as definições elaboradas pelo historiador francês Maurice Agulhon, em seu estudo sobre os cafés da cidade de Buenos Aires, na segunda metade do século XIX e início do XX. Segundo Gayol “invocamos el término sociabilidad para referirnos a los contactos, relaciones, encuentros, intercambios cara a cara y directos gestados entre dos o más personas. Pensamos en las interacciones sociales que implicaban ‘deberes’, ‘derechos’, ‘expectativas’ y supuestos apoyados en valores y en un sistema de creencias.” Cf. GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires: hombres, honor y cafés 1862-1910*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2000. p. 14 a 15.

seu comportamento ou sua maneira de vestir discutido nas páginas da imprensa não era uma novidade, pois isso já ocorria desde o século XIX. A novidade ocorre no fato dos homens passarem a ser alvo desses mesmos comentários. Deles passou-se a exigir que circulassem pela cidade bem trajados, que fossem cordiais e asseados. Mesmo as pessoas menos abastadas deveriam acompanhar os novos tempos. Tempos que se expressariam em condutas masculinas mais adequadas a valores que passaram a reger a convivência social, tais como a higienização dos hábitos, a submissão estrita ao tempo cronometrado, a contenção dos impulsos de violência e sexualidade, a disciplinarização dos mais sutis comportamentos. Ia sendo construída, assim, a idéia de que o tipo masculino ideal era infalível, retilíneo, pontual e correto em todas as posturas, em condições de tornar-se o perfeito empresário, funcionário, operário, pai, mestre, amigo e esposo. Tais representações apareceram na Florianópolis do início do século XX, onde homens e mulheres viviam um tempo de mudanças. As mencionadas transformações (na estrutura urbana e administrativa da cidade) são o emblema de um tempo em que novas práticas sociais começaram a impor-se no cotidiano de cada habitante da cidade, em que os comportamentos masculinos passaram a ser problematizados.

Tal problematização será evidenciada a partir de indícios trazidos pela imprensa e pela literatura produzida, em Florianópolis, na Primeira República. Nesse momento, é possível encontrar com mais precisão a formulação de modelos e padrões de conduta masculina que apresentam características de singularidade para a cidade de Florianópolis que, assim, procurava estar em consonância com os novos valores sociais que acompanhavam as transformações que ocorriam nas sociedades capitalistas.

Estas transformações, como se procurará demonstrar, ocorreram paralelas à divulgação de um conjunto de práticas e representações que passaram a problematizar os comportamentos masculinos. Neste contexto, percebe-se, por parte da elite da cidade, a tentativa de se construir/instruir um modelo hegemônico de masculinidade. Esperava-se que os homens fossem trabalhadores, pontuais, que controlassem seus impulsos e que seus corpos fossem asseados e disciplinados. Buscar corresponder a esse modelo além de trazer vantagens econômicas, através do acesso a empregos e cargos públicos, traria também vantagens sociais, na medida em que a identificação com o modelo hegemônico permitiria ao homem, entre outras coisas, ser reconhecido como um cidadão honesto e cumpridor de suas obrigações, além de outras vantagens.

O presente trabalho não pretende retomar temas já devidamente estudados pela historiografia catarinense, mas sim dialogar com estes estudos. Esta pesquisa justifica-se primordialmente por buscar perceber como a elite¹² de Florianópolis utilizou-se de discursos da regeneração física e moral e da tentativa de imposição de um modelo de masculinidade com o intuito de conter o que considerava a violência e o desregramento social, num contexto de reformulação urbana e social.

Uma das novidades, no início do século XX em Florianópolis, reside em uma grande preocupação da imprensa com as querelas cotidianas, antes desprezadas. Durante o século XIX, na antiga Desterro, estas questões não eram problematizadas.¹³ No período em estudo, jornais com quatro páginas, passaram a destacar colunas inteiras para a descrição de

¹² A definição de elite empregada neste trabalho está relacionada à teoria das elites, segundo a qual, “em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a maioria que dele está privada (o poder econômico, o poder ideológico e o poder político).” Cf.:BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. vol. I. Brasília: Ed. da UnB, 1995. p. 385.

¹³ MACHADO, Vanderlei. *O Espaço Público como Palco de Atuação Masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro – 1850 a 1884*. Florianópolis: UFSC, 1999. 119 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

crimes ocorridos por motivos aparentemente inexpressivos. A violência física parecia fazer parte do cotidiano das pessoas. Pequenas discussões ou questões mais importantes, invariavelmente, poderiam resultar em uma grande descarga de força física.

A violência era descrita como masculina. Era o homem que estava em foco. Sua masculinidade passou a ser alvo de uma série de discursos que buscavam invadir esferas até então reservadas. O caráter do homem precisaria ser investido, alterado, dirigido para diferentes atuações na sociedade, procurando-se constituir assim uma nova identidade masculina, pautada por valores de civilidade e urbanidade.

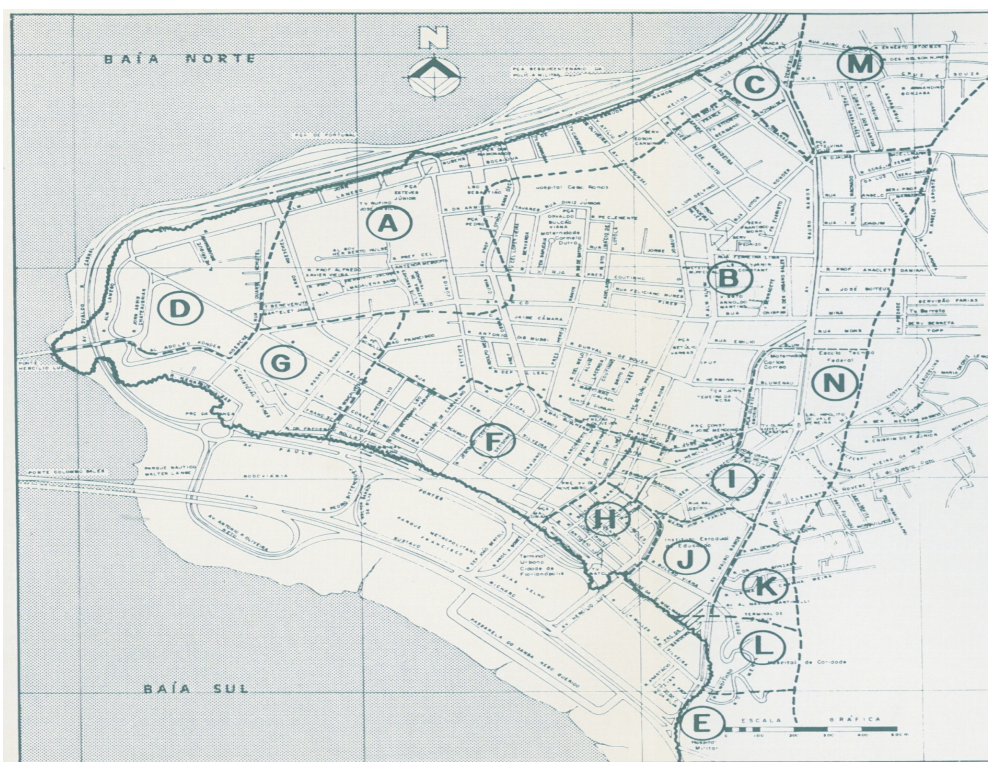
Parece que se verificava na cidade um fenômeno de violência costumeira, referido por Maria Sílvia de Carvalho Franco em um contexto rural no final do século XIX, no interior de São Paulo. A violência fazia parte constitutiva das relações comunitárias verificadas naquele contexto e não estava necessariamente ligada à luta pela sobrevivência¹⁴. A autora tratou do que denominou de “*código do sertão*”, das relações construídas por grupos sociais do interior do país. Esse não seria o caso de Florianópolis, uma capital estadual do início do século XX. Porém, deve-se considerar que na capital catarinense, a “urbanidade” era naquele momento mais um projeto e uma meta de elites envolvidas pela ideologia do progresso do que um fato concreto.

Eliane Veras da Veiga, em seu trabalho *Florianópolis: memória urbana*, nos fala que o panorama social da capital catarinense, até o final do século XIX, foi mais “rural do que urbano e, sem uma definição suficientemente nítida do seu perímetro”. Foi somente no início do século XX que o “quadro social se alterou com certa rapidez, promovendo um

¹⁴ FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983. p. 23-25.

adensamento urbano e a consagração de hábitos e práticas mais cidadinas do que rurais.” Naquele período, “os loteamentos impuseram-se às roças, aos matos, às chácaras, e começou a evidenciar-se uma separação clara entre cidade e campo.” Aos poucos, nos informa a autora, “foram se esboçando os primeiros bairros.”¹⁵

Os bairros da cidade foram se constituindo como territórios de alteridade. Nos bairros conhecidos como Praia de Fora e Mato Grosso, indicados no mapa abaixo respectivamente pelas letras A e B, localizavam-se as “melhores residências”, onde moravam os mais abastados da cidade que buscavam se refugiar, por ficarem longe do centro, “de qualquer promiscuidade, resguardadas das ‘proximidades indesejáveis’”.¹⁶



Antigos Bairros de Florianópolis (1900) Legenda: A) Praia de Fora; B) Mato Grosso; C) São Luiz; D) Estreito; E) José Mendes; F) Figueira; G) Rita Maria; H) Pedreira; I) Tronqueira; J) Campo do Manejo; K) Toca; L) Menino Deus; M) Pedra Grande; N) Canudinhos. Fonte: VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993. Mapa n. 12.

¹⁵ VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993. p. 100.

¹⁶ Idem. *Ibidem*. p. 104.

Já os bairros populares ficavam próximos ao centro da cidade. A Praça 15 de Novembro, conforme o mapa acima, ficava entre os bairros da Figueira e da Pedreira. Eliane Veras da Veiga nos fala que o bairro da Tronqueira (I), era habitado por lavadeiras, soldados e negros. A Figueira (F), era o bairro das “mulheres perdidas”, dos marinheiros em trânsito, da gente mais humilde e recuada da escala social.” A Toca (K), por sua vez, era onde morava a “gente do mar”, pescadores e embarcadiços. Além desses, Veiga destaca o bairro Rita Maria (G). Esse concentrava o movimento portuário e industrial. Ali foram instaladas a firma Carl Hoepcke e Cia., que empregava grande número de operários e operárias, fábricas de cerveja, a de Daniel Krapp e a de Antonio Freyesleben, duas fábricas de peixes enlatados, entre outras.¹⁷

No centro, nas ruas paralelas ao porto da cidade, estavam instaladas as casas comerciais, o mercado público, o cais e o ponto final das linhas de bondes, que serviam os bairros próximos. Esta região foi o epicentro das reformas urbanas e das intervenções médico-sanitárias.

Cada segmento da sociedade de Florianópolis foi atingido e interpretou as mudanças em curso à sua maneira. Para grande parte da população, principalmente as camadas mais pobres, era um tempo de ser visitada e vistoriada por olhares que antes pouco lhe haviam sido dirigidos. O Estado cada vez mais assumiu a condição de um aparato de regulação das mais corriqueiras atividades diárias. A higienização tornou-se uma obsessão para burocratas e governantes. Porém, as autoridades conheciam os limites a que sua atuação estava sujeita. Diante da insistência de um articulista do jornal *Oriente*, em 1915, que reivindicava que a Inspetoria de Saúde intervisse no interior das residências obrigando a

¹⁷ Idem. Ibidem. p. 106-112.

“inquilinos ou proprietários a pintarem, assearem, etc., o interior de suas casas”¹⁸, o dr. Ferreira Lima, diretor daquela Inspetoria, respondeu que duas “razões poderosas” dificultavam as visitas domiciliares. Em primeiro lugar estava o fato de tal medida “não poder ser aplicada indistintamente a todos, como seria de justiça”. Em segundo lugar estavam “as garantias constitucionais que protegem os domicílios, onde ninguém pode penetrar, sem licença prévia do morador e para os fins prescritos em lei”. Além das dificuldades legais, o autor lembrava que “ainda está na memória de todos” a resistência que a população pobre do Rio de Janeiro, empreendeu durante a operação da “brigada do ‘mata-mosquito’”.¹⁹ O fato do dr. Ferreira Lima ter reconhecido os limites legais de sua atuação não impediu, porém, que muitas “casinhas” fossem derrubadas.

Não bastava, entretanto, apenas regular as construções. Era preciso intervir também nos corpos dos habitantes da cidade. Um povo limpo era visto como um povo sadio, capaz de aumentar a produção e a riqueza. Nos jornais, que circularam em Florianópolis na Primeira República, os leitores eram bombardeados por uma série de artigos que insistiam na necessidade de se vacinar a população²⁰ e por anúncios de remédios e produtos que prometiam fortalecer os corpos de homens e mulheres.

No início do século XX, o Estado passou a ter atribuições que diziam respeito à gestão e ao controle da população, no sentido de discipliná-la visando aproveitar melhor sua força produtiva. Atos de desordens e certas condutas sexuais e pessoais passaram a ser considerados desregramentos intoleráveis para os médicos e higienistas que tornam-se

¹⁸ *Oriente*, n. 28, de 01/05/1915

¹⁹ *Idem*.

²⁰ *Gazeta Catarinense*, n. 197, 05/09/1908.

agentes estatais de primeira linha na reformulação das condutas. É nesse quadro que vemos operar a construção de uma intimidade e uma privacidade masculina.

A população da cidade de Florianópolis, em 1902, era de 13.474 pessoas. A população do município, excluindo o centro urbano, era de 18.825 pessoas. Em 1910, a população da capital era de aproximadamente 15.000 habitantes, número que passou a 18.000 em 1914. Em 1916, contava a zona urbana da capital com cerca de 20.000 habitantes, o mesmo que apresentou em 1920. Neste ano o censo acusou 41.338 pessoas para todo o município.²¹ O controle do espaço foi, portanto, uma das principais questões enfrentadas pelos gestores da cidade. Definir com clareza quais os espaços deveriam ser ocupados e por quem, em qual momento, passou a ser uma forma de intervir sobre o cotidiano dos cidadãos. Viu-se operar, assim, a delimitação precisa dos locais onde os homens poderiam e deveriam agir e demonstrar aquilo que passaria a ser chamado de intimidade. A rua não deveria ser o lugar para bebedeiras, tampouco para manter relações sexuais com prostitutas, nem sequer jogos de azar ou demonstrações de força física. Leis, posturas municipais e a imprensa agiram com todo afinco no sentido de instaurar um modelo de masculinidade no qual a intimidade dos homens e seus mínimos atos privados constituíam meios para a construção cotidiana de uma sociedade disciplinada e para demarcar a distinção em relação aos homens pobres.

Como corolário da delimitação espacial, buscou-se um rígido controle do tempo, no sentido de que hábitos domésticos fossem rearranjados em função das necessidades imperiosas do ritmo de trabalho em uma sociedade capitalista, ou que pelo menos aspira a ser uma. Os horários das refeições, de saída e chegada em casa passam a ser regulados

²¹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Op. cit. p. 45.

pelas exigências de aumentar o ritmo da capacidade produtiva dos trabalhadores. Nesse quadro, apresenta-se a introdução de novos meios de transporte, mais rápidos e capazes de conduzir diariamente os trabalhadores rumo aos seus postos de trabalho. Cite-se, nesse caso, a introdução de linhas de bonde, com tração animal, e um pouco mais tarde os primeiros automóveis que começam a circular em Florianópolis.

Perder tempo, com afazeres considerados impróprios para um homem urbano e civilizado, tornou-se algo condenável na imprensa. Portanto, surgem as primeiras manifestações de definição de lazeres válidos para homens dignos e portadores das características definidoras de uma masculinidade legítima. A prática esportiva, notadamente os esportes náuticos, na década de 1920, surgiu como o lazer indicado para aqueles que pretendiam utilizar seu tempo livre de modo produtivo, melhorando seu condicionamento físico e aprimorando sua saúde e higiene.

Nesse ambiente de mudanças e transformações, aparece um novo ideal de homem: limpo, sadio, ordeiro, pontual, produtivo e útil, um modelo de masculinidade que pretendeu impor características que definiriam quais homens poderiam ser aceitos na nova ordem disciplinar que buscava-se implantar em Florianópolis e quais estariam alijados dela.

Era recente a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado no Brasil. Aos poucos, novas representações do trabalho e dos trabalhadores começavam a impor-se. Valoriza-se o homem trabalhador, através de discursos provenientes das mais diversas fontes, mas geralmente calcados na idéia de progresso e civilização. O trabalho era apresentado como capaz de promover a ascensão social, a regeneração do homem. Através do trabalho, ganhava-se o sustento da família e proporcionava-se o progresso do próprio país, às custas do esforço individual dos homens que incorporariam um modelo ideal de masculinidade.

Rachel Soihet, analisando a questão da criminalidade feminina na sociedade do Rio de Janeiro, entre 1890 e 1920, que se constituía no maior centro urbano e num crescente centro industrial brasileiro, observa que a classe dominante carioca passou a tomar providências no sentido de ajustar os segmentos populares à nova ordem em que “o trabalho deixava de ser compulsório,” passando os trabalhadores a não mais se constituírem em propriedade do senhor para se tornarem livres.²²

Apesar de se poder observar em Florianópolis um fenômeno social análogo ao descrito por Rachel Soihet, a capital catarinense apresentava uma série de distinções em relação à capital da nascente República. É na especificidade de Florianópolis, onde ocorria um incipiente processo de industrialização, quando as atividades de seu porto, uma de suas principais atividades econômicas, entram em decadência, num momento em que uma parte do território catarinense era disputada pelo vizinho estado do Paraná, que centraremos o foco desta pesquisa procurando entender os investimentos da elite local visando controlar, notadamente, a população masculina.

Notícias presentes nos jornais, dirigidas para leitores masculinos, discutindo as “grandes” questões que mobilizavam a opinião pública da época, como o conflito do Contestado, dão a idéia de que a construção da masculinidade, o campo de atuação dos homens, as exigências sociais que sobre eles recaíam, diziam respeito exclusivamente à atuação em determinadas situações, a condução dos negócios públicos, o comércio, a necessidade de aprofundar o canal que levava ao porto da cidade, as intrigas palacianas, as eleições. Porém, um olhar mais cuidadoso no que é trazido pelos jornais capta importantes indícios de que estava ocorrendo a construção de uma intimidade masculina. Ser homem

²² SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana – 1890 – 1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 7.

envolvia a condução da vida privada de uma determinada maneira: prezar a higiene, controlar os impulsos sexuais e a violência física, cuidar da saúde e da aparência do corpo, entre outras.

Nas primeiras décadas, do século XX, percebe-se a divulgação de um modelo familiar e de casamento baseado no ideário positivista que seria perseguido por higienistas e eugenistas. A fidelidade conjugal, sempre cobrada das mulheres, passou a ser uma das exigências do homem “de bem”. Ao menos a parcela de homens leitores de jornais, na cidade de Florianópolis, certamente restrita, começa a ter preocupações novas com sua sexualidade, a julgar pelos anúncios que prometiam tratamento para a impotência e desregulações dos órgãos sexuais.²³

No século anterior, a imprensa também havia representado um espaço de discussão do comportamento masculino no espaço público.²⁴ Os discursos divulgados nos jornais da época, estavam muito mais centrados na elite emergente, procurando regular as relações entre homens na esfera pública, exigindo que o homem fosse, além de provedor da família, alguém que cumprisse os acordos firmados e garantisse o pagamento de suas dívidas. Nesse sentido, a imprensa já funcionava como um instrumento de vigilância das atitudes e práticas sociais. Porém, havia uma reticência e uma reserva dos jornais em tratar de questões que eram remetidas para a esfera privada, tais como a violência doméstica, que sequer chegava a constituir-se como objeto de investimento de discursos.

²³ Como se vê, por exemplo, em: *O Estado*, n. 12 de 27/05/1915.

²⁴ MACHADO, Vanderlei. 1999. Op. cit.

Gênero e História Cultural

O presente estudo se insere no campo da História cultural e dos estudos de gênero. A partir do final da década de noventa, no Brasil, vem crescendo o número de estudos sobre masculinidades, principalmente no campo da Antropologia e da Psicologia. Na área da História ainda são poucas as pesquisas consagradas ao estudo sobre o tema.²⁵ Durante muito tempo o espaço público foi descrito como sendo prioritariamente masculino. Disso resultava uma história dos homens como administradores públicos, políticos, guerreiros, entre outras ocupações ligadas à esfera pública. Porém, o olhar dos pesquisadores, neste limiar do século XXI, tem se voltado para outras formas de ver e experimentar a masculinidade. Diante das transformações operadas em nossa sociedade, principalmente com uma maior participação das mulheres na esfera pública, a partir da década de 1970, a masculinidade surge como objeto de estudo. Cada vez mais o que se busca é perceber como a masculinidade é vivida na intimidade, ou seja, na esfera do privado. Segundo alguns estudos, com a emergência das mulheres no espaço público ocorreu uma desestabilização nas representações do gênero masculino e emergiu a questão: “o que é ser homem?”.

Diante de tal questionamento, ao invés de uma resposta simplista, os pesquisadores apontam para o caráter polissêmico do termo masculinidade. Abandona-se qualquer pretensão essencialista e passa-se a demonstrar que a masculinidade é uma construção

²⁵ Cita-se: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003; VILARINHO, Pedro. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. In: *História Unisinos*, São Leopoldo, v.9, n.2. 2000. p. 85 a 95; SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In: BATALHA, Claudio et al. *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 205 a 248.

social e que nos mais variados contextos históricos e culturais ela é percebida e vivenciada de forma diferenciada.

Não há masculinidade no singular. Ou seja, os homens dos mais diversos e conflitantes grupos sociais têm suas próprias maneira de ser, ver e portar-se no mundo. Apesar disso, é possível historicizar como se dão as tentativas de implementar um modelo ideal de masculinidade adequado às condições de uma sociedade capitalista urbana, a partir da realidade de Florianópolis.

O modelo que será aqui chamado de masculinidade hegemônica expressa-se na forma de um conjunto de práticas e representações que atuaram e imprimiram efeitos de poder e marcas indeléveis sobre os agentes históricos. Tratava-se de um modelo cultural ideal que, segundo o antropólogo Miguel Vale de Almeida, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino.²⁶ Ser homem, continua Almeida, no dia a dia, na interação social, nas construções ideológicas, “nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, relembrados”.²⁷ Ou seja, em constante processo de construção.

Visando perceber como se deu a construção de um modelo hegemônico de masculinidade em Florianópolis, durante a Primeira República, será empregada a categoria

²⁶ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições, 2000. p. 17.

²⁷ Idem. *Ibidem*. p. 128

gênero de análise. Joan Scott²⁸ afirma que a categoria gênero é relacional. Ou seja, as noções do feminino e do masculino são construídas, em termos recíprocos, por homens e mulheres no interior de relações sociais, culturais e historicamente localizadas. O que aponta para a impossibilidade de se tratar o feminino e o masculino, ou uma cultura das mulheres e uma cultura masculina, isoladamente, pois um só existe e adquire significado através do outro. Isso posto, é possível pensar também o estudo do gênero masculino enquanto categoria social, histórica e culturalmente construída.

Sendo o gênero uma construção cultural, busca-se perceber quais eram os requisitos necessários para que um indivíduo do sexo masculino fosse considerado um homem legitimado por certo modelo proposto à sociedade. Miguel Vale de Almeida nos fala que esses requisitos não se localizam ao nível estrito do corpo. “Eles espalham-se por todos os níveis do social, desde a família ao trabalho, do prestígio ao *status*, da classe social à idade, passando pela língua verbal e gestual”.²⁹

Essa totalidade obriga-nos a centrar o foco do trabalho em uma questão específica. Optamos por estudar o modelo de masculinidade associado às novas intervenções sociais que a elite urbana e os recém chegados quadros técnicos e especialistas que atuavam junto aos poderes públicos, no sentido de promover a gestão da população, estavam praticando. Referimo-nos, particularmente, à atuação de um grande número de profissionais, dentre os quais médicos, advogados e jornalistas que passaram a ser os formuladores de discursos legítimos e que tinham a força de se fazer ouvir naquele momento. Foi dentro dos parâmetros impostos pelos novos conhecimentos e práticas sociais desenvolvidas no

²⁸SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 87..

²⁹ALMEIDA, Miguel Vale de. Op. cit. p.129.

sentido de disciplinar e de regulamentar a população urbana, que um certo padrão masculino impôs-se, sem necessariamente ter feito desaparecer outros modelos de masculinidades ainda presentes, como aqueles dos trabalhadores do porto, dos soldados dos diversos regimentos instalados na ilha, entre outros. Trata-se de um processo em que é estabelecida uma hierarquização entre as diferentes possibilidades de vivenciar a masculinidade, sempre permeadas pelo modelo hegemônico.

Nos últimos anos, segundo o antropólogo Miguel Vale de Almeida, vários estudos têm desenvolvido uma noção de que há várias masculinidades e várias feminilidades. Além disso, estes estudos informam que nas sociedades modernas as identidades de gênero e a sexualidade passaram a ser cada vez mais algo que se tem, ou algo que se escolhe, um aspecto da identidade pessoal, maleável e manipulável do que algo dado. Informado de tais possibilidades analíticas, ainda assim, se optou por, à maneira de Almeida, buscar perceber os processos e relações sociais que, em determinado contexto histórico, “constituem a masculinidade hegemônica, o modelo central que subordina as masculinidades alternativas (de pessoas e grupos), e que é o modelo da dominação masculina, intrinsecamente monogâmico, heterossexual e reprodutiva”.³⁰

Essa problemática insere-se também dentro das análises das políticas de controle da população. Buscando iluminar essa questão, Michel Foucault, em seu texto “A Governamentalidade”,³¹ procura perceber como surgiu historicamente o problema específico da população, o que conduziu à questão do governo e às relações entre segurança, população e governo. Segundo o autor, do século XVI até o final do século XVIII, desenvolveu-se uma série considerável de tratados que se apresentam não mais

³⁰ Idem. Ibidem. p.15.

³¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 277 a 293.

como conselhos aos príncipes, nem ainda como ciência da política, mas como arte de governar, num processo que conduziria a um esquadramento da sociedade através de controles disciplinares e de intervenções na higiene e no próprio corpo do indivíduo.

É na passagem para o século XX que essas preocupações chegam a Florianópolis, justificando a escolha pelo recorte temporal situado entre 1889 e 1930, quando encontramos a instauração de atributos prestigiantes de masculinidade relacionados diretamente aos processos de regulação e disciplinarização do espaço e da população urbana. Aos valores que haviam sido dominantes no século anterior, tais como honra, educação escolar, sucesso, reconhecimento político, etc., sobrepuseram-se novos padrões de comportamento direcionados como mais ênfase à esfera privada e à construção de uma intimidade masculina.

Além dos atributos prestigiantes de masculinidade encontrados na imprensa desse período, buscou-se identificar a formulação de atributos dos quais esperava-se que os homens deveriam desvencilhar-se. Dentre os quais poderíamos citar a violência, o alcoolismo, o jogo, a indisciplina, o desregramento sexual.

Os jornais de Florianópolis divulgavam as obras promovidas pelos poderes públicos, cobravam melhorias e saudavam as mudanças ocorridas no espaço urbano da cidade. Se, por um lado, o poder público promovia melhoramentos, cabia a este, segundo a imprensa da época, vigiar para que os comportamentos dos moradores da cidade também acompanhassem as transformações operadas.

Nas mesinhas dos cafés que foram se instalando no entorno da Praça 15 de Novembro, a partir da primeira década do século XX, os articulistas dos jornais colhiam informações que iriam compor os seus artigos. Nestes se comentava sobre a última peça

encenada no teatro Álvaro de Carvalho, a visita de um sedutor à delegacia de polícia, a *toilet* das melindrosas, os insultos e trocas de socos entre freqüentadores, além de outros temas. Os jornais de Florianópolis, guardadas as devidas proporções, fazem lembrar os “hebdomadários moralistas”, surgidos na Inglaterra do século XVIII, e mencionados por Jürgen Habermas. Aqueles hebdomadários, conforme este autor, faziam parte imediata das discussões nos cafés. Os artigos de jornais não só eram “transformados pelo público dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles”. O público que lia e comentava as notícias publicadas na imprensa tinham a si mesmo como tema.³²

Os textos e anúncios divulgados nos jornais não eram apenas uma “sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”.³³ A formulação de enunciados, por parte das pessoas que escreviam, não era algo que se formava em seu interior, individualmente. Como nos fala Mikhail Bakhtin “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior; está situado no meio social que envolve o indivíduo”. Quando escreviam, os articulistas estavam mantendo um diálogo com seus leitores pois “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém”.³⁴

Na construção desta história será feito uso de um conjunto de textos impressos, notadamente os jornais diários, como fonte de pesquisa. A utilização de jornais no campo da pesquisa histórica “generalizou-se a ponto de se tornar um dos traços distintivos da

³² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 58-59.

³³ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 39.

³⁴ *Ibidem*. p. 121.

produção acadêmica brasileira a partir de 1985”.³⁵ A historiadora Vavy Pacheco Borges fez algumas observações sobre a imprensa paulista, que podem ser, segundo Tânia Regina de Luca, extrapoladas para a historiografia como um todo:

“parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 (...), inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um freqüente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises da idéias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano.”³⁶

A diversificação das temáticas historiográficas tem contribuído para a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa. Entre os novos campos temáticos que confirmam esta constatação destacam-se os estudos de gênero.³⁷ No departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, para citar um exemplo mais próximo,

³⁵ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 130.

³⁶ BORGES, Vavy Pacheco, etti alli. A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999. p. 163. Apud. LUCA, Tânia Regina de. Op. cit. p. 130.

³⁷ LUCA, Tânia Regina de. Op. cit. p. 126.

várias dissertações de mestrado e teses de doutorado, que abordam as questões de gênero, têm feito uso da imprensa como fonte histórica.³⁸

Num primeiro momento tentou-se pesquisar todos os jornais publicados em Florianópolis, durante a República Velha. Porém, a grande quantidade de periódicos produzidos nesse período, diários, hebdomadários, quinzenais, entre outros, arrefeceu tal intento. Optou-se então por pesquisar, prioritariamente, os jornais diários que circularam, entre 1889 e 1930, por mais de três anos, abarcando grande parte do período de uma administração pública estadual.

Dentro desta característica se encontravam os órgãos do “Partido Republicano Catarinense”: o jornal *República*, que circulou com várias interrupções entre 1889 e 1930 e o jornal *O Dia*, que foi publicado ininterruptamente entre 1901 e 1918. Os intervalos que se apresentam nas edições do jornal *República* marcam os períodos de disputas ocorridas primeiramente entre republicanos e federalistas, 1892 a 1894 e, nos interstícios seguintes, os conflitos havidos dentro do PRC, principalmente entre o grupo de Hercílio Luz e Felipe Schmidt. O retorno do órgão ligado ao grupo herciclista, em 1918, foi marcado, em Florianópolis, por um período em que se percebe a ausência de jornais de oposição e o

³⁸ Na Universidade Federal de Santa Catarina, dentro do Departamento de História, tanto na graduação quanto no Programa de Pós-graduação, vários trabalhos de professoras e alunos/os têm focado a questão da construção de gênero utilizando-se da imprensa, jornais e revistas, como fonte de pesquisa. Faz-se menção aqui, por motivo de economia, das pesquisas que disseram sobre o período abordado no presente trabalho. Joana Maria Pedro analisou vários jornais de Desterro/Florianópolis buscando dar visibilidade à atuação das mulheres, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Ver: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas - uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. Esta mesma autora organizou um trabalho coletivo, fruto de uma pesquisa que contou com vários alunos e alunas de iniciação científica, que posteriormente produziram as suas próprias dissertações e teses. Ver: PEDRO, Joana Maria (Org.) *Práticas Proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. Entre as dissertações de mestrado defendidas pelos alunos do programa de pós-graduação da UFSC que utilizam jornais como fonte de pesquisa, destacamos: FÁVERI, Marlene. *Moços e moças para um bom partido: A construção das elites de Itajaí (1929 – 1960)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina; PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900 – 1940)*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

arrefecimento dos debates acalorados através dos órgãos de imprensa sediados na capital catarinense.

Além dos jornais que faziam às vezes de “Diário Oficial”, coligiram-se também jornais diários declaradamente oposicionistas e outros que apesar de se autodenominarem independentes, fizeram oposição ao governo estadual. Entre estes estão os jornais *Gazeta Catarinense*, 1908 a 1910; a *Folha do Comércio*, 1909 a 1915, e *A Opinião*, 1915 a 1918. Foram pesquisados ainda os diários *O Estado e Folha Nova*. O primeiro circulou inicialmente entre 1892 e 1902, com alguns interregnos, motivados por empastelamentos. Foi o órgão oficial do Partido Republicano Federalista. Em 1915 surgiu uma folha homônima, sem qualquer ligação política com o grupo federalista, que, apesar de se auto-intitular independente caracterizou-se pelo adesismo aos governantes de plantão. A *Folha Nova* veio a lume em 1926, não se caracterizou como jornal de oposição mas empreendeu debates com *O Estado* que, naquele momento, pertencia a um irmão do então governador. Incurções pontuais também foram feitas a outros jornais que serão citados ao longo desse trabalho.

Nas páginas dos jornais buscou-se coligir uma série de artigos que problematizavam os comportamentos masculinos, entre eles, registros policiais, artigos que discorriam sobre saúde, família, notas de achados e perdidos, reclames comerciais, folhetins, os informe sobre contratação e exoneração de funcionários públicos, notas forenses, queixas e reclamações, colunas sociais, entre outros. Em alguns momentos, buscou-se cotejar as informações presentes nos jornais com outras fontes, como os ofícios do Prefeito de Polícia e romances, tanto os produzidos no período em estudo quanto romances autobiográficos escritos posteriormente.

Outro conjunto de fontes de grande importância para a elaboração do presente trabalho, destacadamente no quarto capítulo, foram os livros escolares produzidos pelo professor e Diretor da Instrução Pública, Henrique da Silva Fontes, que ficaram conhecidas como *Série Fontes*. Através da análise desses livros de leituras, se buscará perceber quais as representações de masculinidade divulgadas, através das escolas públicas primárias, às crianças catarinenses.

Adverte-se que não se está buscando nos documentos o passado tal como ele aconteceu. As fontes empregadas pelo historiador portam representações de uma época e não a sua essência, de tal modo que podem ser tomadas como fragmentos, pistas que podem ser montadas, escondidas, destacadas, conforme os questionamentos que o historiador faz ao passado e que somente têm sentido no presente. “A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”.³⁹

A elite intelectual formulava representações acerca do que deveria ser um homem. As representações, no dizer de Roger Chartier “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Portanto, as representações que eram elaboradas pelos jornalistas acabavam por produzir “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.⁴⁰ Nesse sentido, o que se procurava instaurar era

³⁹ PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 40.

⁴⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. p. 17.

um modelo de masculinidade que deveria estar coadunada com o ideal de “civilização” do início do século XX. Buscava-se, portanto, dentro de uma correlação de forças, suprimir comportamentos masculinos que não estivessem dentro desse modelo tido como ideal.

O conceito de representação apresenta-se como uma categoria central da História Cultural. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. As representações formuladas pelos diversos agentes sociais “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativas do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”.⁴¹ Estas representações, construídas num tempo que não é o da presente narrativa, não nos chegam como um quadro completo, por inteiro. Cabe ao historiador tentar construir a sua história através dos fragmentos que chegam de “um tempo escoado”.

Ao analisarmos as práticas e as representações divulgadas pelos jornais não estaremos buscando a origem de um poder que age de forma hegemônica sobre corpos e mentes dos homens. Compartilhamos com a discussão de Michel Foucault de que o poder não está localizado em uma pessoa ou instituição.⁴² Nesse sentido, para entendermos os saberes que contribuíam na formulação de práticas e representações que buscavam normatizar a masculinidade, será necessário analisar os vários discursos, escritos e imagéticos, que estavam em circulação e que focalizavam questões como paternidade, relação conjugal, sexualidade, entre outras.

⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2003. Op. cit. p. 39.

⁴² FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 88 a 97.

A legitimação de certas condutas masculinas contou certamente com a divulgação de discursos pela imprensa, pela ação policial, pelos sermões proferidos nos púlpitos das igrejas, nos livros escolares, entre outros. Nesse sentido, a imprensa e a literatura em geral que circulavam em Florianópolis serviram como veículos privilegiados para divulgar representações formuladas pelas elites, que buscavam normatizar as relações de gênero. Tais normas parecem estar baseadas em modelos importados do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, cidades onde se formavam os médicos, farmacêuticos e bacharéis que interferiam na esfera pública catarinense.

Estes fizeram circular, na imprensa e na literatura da “Ilha”, uma série de discursos a respeito dos problemas enfrentados por sua terra natal, bem como, divulgaram representações do que acreditavam ser o novo, o moderno. Ao que tudo indica, passados quase vinte anos da Revolução Federalista, as idéias republicanas se impuseram no pensamento da elite política catarinense. O projeto de modernização da cidade, ligado a este grupo, foi sendo implementado e representava, em 1916, de acordo com a revista *O Olho*, o “progresso”, o novo, ou seja, a chegada do moderno na cidade.

“Florianópolis disparou pela estrada do progresso com tamanha rapidez que, através da elegância bem calçada da Praça 15 e da arquitetura fina dos prédios, é difícil reconhecer-se aquele montão de ruínas que se chamava Desterro.

Água, luz, esgotos, teatros, cinemas, fonofonar d’automóveis e jornalistas e jornais de todos os tamanhos e feitios dão à *urbs* um tom *chic* e movimentado. Os governos sucedem-se cada qual mais amigo do progresso.

Mas (sempre o maldito Mas) hábitos ficaram que a estética, a civilização, o bom tom mandam que se deixem.

Da janela de fulano é uma ceroula, à enxugar o sol, abana aos transeuntes os dois cordãozinhos num ADEUSINHO obsceno e condenável.

Mais adiante, Mme., descabelada, mal vestida, espia o movimento da rua que arqueja ao calor do sol. E é uma desordem, um cheiro de sujo e de mau gosto, que a moral doméstica bem poderia sanar, se calculasse que estes desarranjos vêm contra os créditos do lar e da cidade.”⁴³

No imaginário republicano, Desterro havia sucumbido e as marcas do passado iam ficando para trás, encobertas pela poeira levantada pela modernidade das picaretas. Porém, o ímpeto reformador ainda precisava ser imposto ante aos costumes atrasados de sua população, e esta, foi alvo de discursos que buscavam regular o seu comportamento adequando-o à cidade civilizada sonhada pelas elites políticas. A “energia” das reformas, no espaço urbano, durante o período analisado, se fez sentir muito mais na área central da cidade. A população pobre foi somente deslocada do centro para os morros além da Avenida Hercílio Luz.

A melhoria do equipamento urbano, que teve seu ápice com a construção da ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926, tirava a cidade/ilha de seu isolamento, colocando-a ao “lado das mais adiantadas, confortáveis e belas cidades brasileiras”. Para a elite da cidade esta era a marca que garantia o triunfo do “moderno”. Neste sentido, “construir o novo é apagar o velho, não deixar marcas: tudo vai sendo sucessivamente substituído”.⁴⁴ Por outro lado, para uma parte da população mais pobre, que teve a casa destruída para dar lugar a

⁴³ *O Olho*, 02. 07. 1916. Apud. ARAÚJO, Hermetes Reis de. Op. cit. p.50.

⁴⁴ GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade – literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 17.

uma nova rua ou avenida, entre outras obras, as demolições representaram o apagamento do passado, da memória, da cidade compartilhada, de uma cartografia afetiva.

A modernidade, na Ilha de Santa Catarina, não foi um processo contínuo e linear. Menos que um turbilhão que envolvia e provocava vertigens, a modernidade atingiu Florianópolis ora com lufadas descontínuas e suaves que traziam o novo, ora com rajadas violentas que buscavam deitar por terra o passado.

Neste contexto de transformações buscar-se-á perceber como o processo de urbanização ocorrido na capital catarinense, nas três primeiras décadas do século XX, foi acompanhado da construção de um novo modelo de masculinidade ligada à vida nas cidades. Para tanto, dividiu-se este trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo busca-se perceber, através de artigos e de anúncios publicitários, a construção e a divulgação de um modelo hegemônico de masculinidade centrado no homem viril. Este era representado como sendo branco, jovem, forte, saudável e heterossexual. Dos homens, em geral, passou-se a esperar um comportamento cujas atitudes fossem previsíveis. O controle das emoções era mais uma marca de distinção social. Aqueles que quisessem ser reconhecidos como honrados, além de cuidar da saúde do corpo e cumprir com suas obrigações, tinham que se preocupar também com a aparência. As roupas e os acessórios masculinos atuavam tanto como símbolos de distinção de classe quanto profissional, distanciando os mais afortunados dos despossuídos. Um homem saudável e bem trajado era a representação de um homem honrado.

No segundo capítulo busca-se evidenciar como, paralelo ao processo de transformação que se deflagrou no espaço urbano de Florianópolis, a imprensa da capital catarinense problematizou os atos de violência física cometidos tanto por homens quanto

entre homens e mulheres. Nesse sentido, pretendeu-se apreender as representações de gênero divulgadas nos artigos que se ativeram à questão da violência na cidade. Tais atos passaram a ser descritos como um óbice ao desenvolvimento econômico e à imagem de cidade civilizada que se pretendia dotar a capital catarinense.

O combate à embriaguez e à circulação de ébrios pelas ruas e praças de Florianópolis é a temática abordada no terceiro capítulo. Nesta ação, como procurar-se-á demonstrar, atuaram tanto a polícia quanto uma série de representações divulgadas na imprensa e que relacionavam o consumo do álcool com a degeneração física e moral do homem. Para alguns, além da prisão, ter o nome divulgado nas colunas policiais apresentava-se como uma forma de punição e de desqualificação social. Os jornais buscavam demonstrar, entre outras questões, o quanto eram tênues as fronteiras entre a embriaguez, a loucura e a violência. Nesse sentido, o ébrio passou a ser descrito como um perigo para a circulação de pessoas na cidade.

O papel da escola primária na divulgação e reforço de representações de gênero, que afirmavam a divisão da sociedade entre uma esfera pública, palco de atuação masculina, e uma esfera privada, restrita às mulheres, notadamente aquelas que quisessem ser reconhecidas como honestas, foi o objeto de estudo no quarto capítulo. Através de um conjunto de livros de leitura denominados *Série Fontes*, buscava-se instruir os meninos sobre a forma como estes deveriam se comportar na escola, nas ruas da cidade, o amor que deveriam dedicar ao trabalho e à pátria. A escola pública primária não possibilitou o acesso da maioria da população ao saber escolarizado. A exclusão na escola pública primária não foi motivada por interdições de gênero, mas, como demonstrar-se-á, pelo corpo.

Capítulo I

Corpos viris e representações de gênero: a construção de um modelo hegemônico de masculinidade

No presente capítulo busca-se perceber a construção/divulgação de um modelo hegemônico de masculinidade através da imprensa de Florianópolis, durante a Primeira República. Naquele contexto, o poder público fomentou várias medidas visando reorganizar e higienizar o espaço urbano da capital catarinense. Paralelamente a estas transformações, os jornais publicavam uma série de artigos e anúncios comerciais que comportavam um conjunto de representações, escritas e imagéticas, sobre o que se pode denominar o “homem viril”. Através destes textos e imagens eram divulgados e reforçados papéis masculinos socialmente sancionados, como o do homem trabalhador, chefe e provedor da família.

1.1. Combates pela cidade: a construção do imaginário da cidade moderna

Florianópolis, a cidade republicana, herdou de sua antecessora uma série de questões ligadas ao espaço urbano. Uma das principais missões que os novos donos do poder tomaram para si, após o 17 de Novembro, data na qual os políticos catarinenses aderiram ao novo regime de governo, foi apagar os traços da “cidade colonial” que ainda assombravam a capital de Santa Catarina. Para os republicanos, esse tempo de atraso estava registrado no traçado urbano através dos becos sinuosos e ruas desalinhadas, na arquitetura colonial das residências particulares e edifícios públicos e na própria denominação da cidade. Nossa Senhora do Desterro, a designação primeira, segundo os críticos, remetia a um tempo em que “desterrados” tinham sido, como forma de punição, enviados para a Ilha de Santa Catarina. Tal referência afrontava o projeto de modernização acalentado para a cidade.

Nos estertores do regime monárquico, vários nomes foram sugeridos para a cidade-ilha, como por exemplo “Ondina”.⁴⁵ Embora a idéia de mudança de nome da capital catarinense fosse antiga, o momento propício para que aquele projeto fosse concretizado surgiu com o término da Revolução Federalista, em 1894. Os vencedores, numa explícita

⁴⁵ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Op. cit. p. 114.

homenagem ao então presidente Floriano Peixoto, trocaram a denominação da cidade de Desterro para Florianópolis. As nuvens escuras que ainda pairavam sobre a cidade, provocadas pelos fuzilamentos que se seguiram à pacificação da revolta, certamente inibiram qualquer tentativa de oposição. Mas houve quem deixasse registrado sua contrariedade.

O escritor e político catarinense Virgílio Várzea manifestou sua resistência no título de sua obra *Santa Catarina - A Ilha*, apesar dela ter sido produzida sob encomenda dos republicanos catarinenses, em 1900.⁴⁶ Neste trabalho, ao invés de invocar a nova denominação que a cidade passou a ostentar, o autor preferiu fazer referência ao nome do acidente geográfico em que ela foi instalada. Escrito como parte das comemorações pelos 400 anos de descobrimento do Brasil, *Santa Catarina - A Ilha* buscou na história natural e política a origem dos problemas enfrentados pela cidade para alcançar o desenvolvimento econômico e para trilhar o caminho da modernidade. E vaticinou que o maior entrave estava, justamente, no fato da cidade estar localizada numa ilha.

Virgílio Várzea, buscando construir uma nova referência para os habitantes de Florianópolis, invocou um novo mito fundador para a cidade. Para isso, construiu uma história dos fundadores de Desterro. Já em sua origem, a cidade, segundo o autor, esteve ligada a disputas que resultaram em sangue derramado. Seu fundador, Francisco Dias Velho Monteiro, nome ao qual o autor afirma ter chegado através de pesquisa em vários documentos antigos, foi morto num combate com corsários ao tentar defender a honra das mulheres da família. As manchas de sangue “negro-escarlate”, diz Várzea, por muitos anos permaneceram nas paredes do símbolo de fundação da cidade, e mausoléu de seu fundador,

⁴⁶ VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina - A Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 3^a ed., 1985. (1^a edição - 1900)

a ermida de Nossa Senhora do Desterro. Esta imagem de luta permitia comparar a cidade que surgiu no século XVII com Roma, também edificada sobre disputas e sangue:

“Florianópolis (Desterro), capital do Estado, é uma cidade pitoresca e agreste, colocada bem ao centro da costa ocidental da Ilha, ao fundo da baía do sul, em uma espécie de península que forma uma das pontas do Estreito (...). Com as suas casas risonhas e brancas, a antiga povoaçãozinha de Velho Monteiro, dir-se-á talhada para um grande destino, pois se assemelha, por sua situação, como por uma ocorrência de origem, à mais célebre cidade do mundo, a Roma, a velha Babilônia latina, porque à maneira de Roma, foi regada com sangue ao nascer e assenta sobre sete colinas... E Florianópolis não é para os catarinenses senão uma outra Roma... mas uma Roma pequenina e marítima”.⁴⁷

Florianópolis, nome ainda não completamente assimilado, haja vista a necessidade que Várzea sente de colocar a antiga denominação – Desterro - entre parênteses, era representada, por uma semelhança imaginada, como uma “Roma pequenina”. Isto se devia tanto ao desejo de uma semelhança topográfica, pois Florianópolis se situa “em uma espécie de península”, quanto a uma suposta semelhança do mito de origem. Assim como a cidade de Rômulo surgiu a partir de uma luta fratricida, a capital catarinense, em suas várias origens, teve um batismo de sangue, seja nas manchas “negro-escarlata” vertidas pela “velho Monteiro”⁴⁸, seja pelas marcas deixadas pelas lutas havidas entre republicanos e federalistas.

Esses diferentes períodos de lutas em que a cidade foi invadida por frotas beligerantes, sendo a última a esquadra federalista, deveriam ficar no passado. Das ruínas

⁴⁷ VÁRZEA, Virgílio. Op. cit. p. 25.

⁴⁸ Idem. p. 9.

da velha *urbe* deveria surgir uma nova cidade moderna e republicana. Essas representações emergem num momento em que as feridas abertas pelas disputas em torno do poder - travadas entre republicanos ligados ao governo central e à figura de Floriano Peixoto, e os federalistas que contestavam as diretrizes tomadas na capital federal - precisavam ser cicatrizadas. Estas lutas deixaram marcas indeléveis na sociedade da época. Aos vencedores coube a árdua tarefa de tentar apagá-las e para isso apelaram para estratégias que mobilizassem o imaginário.

O imaginário, nos lembra Lucien Boia, representa um papel compensatório, “ele se move por tudo e a todo momento, mas é sobretudo nos momentos de crise que se amplificam estas manifestações, apelando-se a ele para compensar as decepções, agindo contra os temores e a inventar soluções alternativas”.⁴⁹ Virgílio Várzea captou e fez circular, em seu livro, um conjunto de imagens acerca da cidade de Florianópolis e de sua população. Estas imagens mobilizaram uma grande quantidade de esforços empenhados em realizar transformações no espaço urbano e no comportamento da população da cidade.

Várzea, ao buscar as origens históricas, criou, como vimos acima, um novo mito fundador para a capital dos catarinenses. Entre as principais funções dos mitos, nos lembra Sócrates Nolasco, está a de manter o reforço da solidariedade social, “demonstrar que a vítima expiatória tem como função acabar com o ciclo da violência dentro da comunidade” e instaurar uma outra ordem social.⁵⁰ Dessa maneira, na obra de Várzea, não foi feita qualquer menção aos eventos de 1894. Pelo contrário, ressaltou-se a alma pacífica e o

⁴⁹ BOIA, Lucien. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les BellesLettres, 1988. p. 27.

⁵⁰ NOLASCO, Sócrates. *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. p. 206 a 208.

caráter trabalhador do povo, características estas que eram devidas à sua origem açoriana.

Sobre o caráter do povo catarinense escreveu:

“O povo catarinense, conforme se viu, descende em sua quase totalidade de ilhéus açorianos e madeirenses, principalmente dos primeiros, de quem herdou o caráter humilde e bom, as excelentes qualidades morais, a índole trabalhadora e paciente, de uma rara tenacidade, afazendo-se facilmente às dificuldades, às privações e agruras do meio, conformando-se com tudo, pacífica e resignadamente”.⁵¹

Virgílio Várzea, ele próprio um descendente de açoriano, cantou o que considerava as qualidades morais e a índole trabalhadora do que denominou “povo catarinense”, deixou de mencionar a presença de outros grupos étnicos que formavam a sociedade da “Ilha”. Entre os relegados ao esquecimento estava a população negra de Florianópolis. Este silêncio vinculava-se ao projeto de modernidade republicana e remetia ao desejo de apagamento do que passou a ser percebido como um quisto social, marca de um passado recente, a escravidão.⁵²

Os símbolos da modernidade não deveriam ser ostentados somente nas paredes dos prédios ou nas pedras das ruas e calçadas, eles deveriam se inscrever também nos corpos da população da cidade. Nesse sentido, paralelamente à construção de um novo mito fundador

⁵¹ VÁRZEA, Virgílio, Op. cit. p.19.

⁵² O apagamento da presença da população negra de Florianópolis se deu também nos trabalhos produzidos por historiadores catarinenses ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Nestes trabalhos, quando eram feitas referências à população negra era para falar que esta representava somente uma pequena parcela da população frente à maioria de brancos. Sobre esta questão ver: FREITAS, Patrícia de. *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia catarinense*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

para Florianópolis, passou a circular pela *urbe*, através de artigos e da publicidade veiculada na imprensa, a representação do homem viril.

1.2. Publicidade, política e modernidade

“O Reclame, força nascida ontem e já mais poderosa do que a Fada Eletricidade e o Sufrágio Universal (...). Do Reclame dependem d’ora avante a Beleza, a Saúde, o Amor e o Dinheiro”.

P. T. Barnum - *Correio do Povo*, n.01, de
02/01/1904

A imagem do homem viril, que emerge na imprensa de Florianópolis durante o período em estudo, se fez acompanhar de uma série de representações de gênero que reforçaram e divulgaram comportamentos masculinos sancionados socialmente. Estas representações circularam num conjunto de artigos e anúncios publicitários publicados na imprensa de Florianópolis, durante a Primeira República. O emprego de anúncios publicitários como fonte de pesquisa no campo da história é bastante recente e tem sido

amplamente empregado nos estudos de gênero para perceber as representações acerca do corpo e dos papéis femininos.⁵³ Com relação à construção do gênero masculino, notadamente no período abordado neste trabalho, o que se percebe é que este é um caminho ainda pouco explorado.

Nas últimas décadas do século XX, alguns pesquisadores passaram a utilizar a publicidade como um documento visando compreender a sociedade que a produziu. Conforme o antropólogo Everardo P. Guimarães Rocha, a produção publicitária tem como projeto influenciar, aumentar o consumo, transformar hábitos, educar e informar. Além disso, o discurso publicitário hierarquiza e classifica produtos e grupos sociais. Em cada anúncio vendem-se estilos de vida, sensações, emoções, visões de mundo, relações humanas, sistemas de classificação, hierarquia em quantidades significativamente maiores que os produtos anunciados.⁵⁴

Reconhecer a influência da publicidade não implica percebê-la como um mero espelho da sociedade, “refletindo mecanicamente a ‘realidade’ social,” pois ela não é uma força estanque, absolutamente condicionada por fatores externos.⁵⁵ A publicidade, assim como a imprensa em geral, também não tem a capacidade que geralmente se lhe atribui de homogeneizar e de manipular ilimitadamente a sociedade. Aos receptores das mensagens

⁵³ Ao longo desse trabalho serão feitas várias referências a estudos que abordam a construção de gênero, enfocando principalmente a questão das mulheres na publicidade em diferentes contextos históricos. Uma coletânea de textos que aborda a construção de gênero em diferentes mídias pode ser encontrada em: FUNK, Susana Bornéo & WIDHOLZER, Nara. (Orgs.) *Gênero em discursos da mídia*. Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/Edunisc, 2005.

⁵⁴ ROCHA, Everardo P. Guimarães. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 26 - 27.

⁵⁵ FIGUEIREDO, Ana Cristina Camargo Moraes. “A liberdade é uma calça velha azul e desbotada”: *Publicidade, cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1998. p.21.

sempre resta alguma margem de autonomia, “já que eles utilizam, na decodificação da mensagem, códigos diferentes, condizentes com suas experiências sociais particulares”.⁵⁶

Jürgen Habermas nos fala das publicidades comerciais que na França, do início do século XIX, eram denominadas de “reclame”, como um fenômeno que só aparece com “o capitalismo avançado e que este só alcança um volume digno de menção com o processo de concentração do capitalismo industrial,” na Europa, na segunda metade do século XIX.⁵⁷ O autor fala ainda que nas mais distintas casas comerciais havia “uma repulsa inclusive contra simples anúncios comerciais”, sendo os reclames considerados por muitos comerciantes como indecentes, ficando a propaganda quase que restrita ao oral. Somente ao longo da segunda metade do século XIX é que surgem as agências de anúncios na Europa.⁵⁸

No início do século XX, na capital catarinense, os principais anunciantes dos jornais eram, sobretudo, os fabricantes de medicamentos, o comércio varejista de roupas e tecidos, cafés e restaurantes, além de profissionais liberais. A pouca atividade industrial foi marcante na cidade de Florianópolis, fato este que se refletiu nos reclames dos principais jornais locais. Entre os estabelecimentos industriais instalados na cidade se destacava o grupo Hoepcke.⁵⁹ Este era composto por uma fábrica de pontas, uma de bordados, uma de arame farpado,⁶⁰ pelo estaleiro Arataca e pela empresa de navegação proprietária dos

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984. p. 222.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Lígia de Oliveira Czesnat elaborou um importante estudo sobre a Empresa de Comércio Carl Hoepcke e Cia., cuja fundação ocorreu em agosto de 1882, demonstrando a importância desse grupo para a economia catarinense, no início do século XX. Ver: CZESNAT, Lígia de Oliveira. *As estruturas das atividades comerciais da empresa de Carl Hoepcke e Cia. no contexto catarinense*. Florianópolis, 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

⁶⁰ MIRA, Crispim. *Terra Catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1920. p. 65.

vapores Anna, Max e Meta.⁶¹ O período da grande guerra na Europa coincidiu com o surgimento de alguns empreendimentos industriais. Em 1918, segundo uma série de matérias publicadas no *Boletim Comercial*, Florianópolis contava, além do grupo Hoepcke, com os seguintes estabelecimentos fabris: Cerâmica Industrial Pedra Grande – do Sr. Felix Brandão;⁶² Fábrica de Espelhos e Florações em Vidro, do Sr. Nicolau Kotizias e Cia;⁶³ a Fábrica de Camisas Santa Catarina, de propriedade de André Vendhausen e Cia.;⁶⁴ a Fábrica de Meia Progresso Catarinense, que produzia meias e camisas de malha, de propriedade do major Eduardo Horn;⁶⁵ além de outros pequenos estabelecimentos ligados ao setor de gêneros alimentícios. Estas indústrias ficavam instaladas em vários pontos da cidade.

Em Florianópolis a divulgação de anúncios de produtos industrializados por parte da imprensa, tais como bebidas, automóveis, máquinas de escrever e de costurar, dentre outros artigos nacionais e importados, intensificou-se a partir de 1915, período que coincide com o aparecimento do jornal *O Estado*.⁶⁶ Este periódico, das quatro páginas que possuía, dedicava as duas centrais para a publicação de reclames comerciais. O jornal *O Estado* que alardeava ser a folha de maior circulação em Santa Catarina, nos anos 1920, divulgou sucessivas campanhas publicitárias de produtos das marcas Ford, Chevrolet, Quacker Oats, Bayer e Gillette, para citar os principais anunciantes multinacionais. Nesse período, o uso

⁶¹ *O Dia*, n. 8466, de 01/01/1917.

⁶² *Boletim Comercial*, n. 06, 2ª quinzena de março de 1918.

⁶³ *Boletim Comercial*, n. 07, 1ª quinzena de abril de 1918.

⁶⁴ *Boletim Comercial*, n. 09, 2ª quinzena de maio de 1918.

⁶⁵ *Boletim Comercial*, n. 04, 2ª quinzena de fevereiro de 1918

⁶⁶ A existência de uma folha denominada *O Estado* não era uma novidade na imprensa de Florianópolis. Durante a última década do século XIX circulou em Florianópolis, com algumas interrupções motivadas pelo contexto político, o jornal do Partido Republicano Federalista com a denominação de *O Estado*. Este jornal deixou de circular quando membros do Partido Federalista foram assimilados pelo Partido Republicano Catarinense. A folha que surgiu em 1915 em nenhum momento reivindicou qualquer filiação ao órgão Federalista ou a membros daquela agremiação política.

da fotografia em publicidade ainda era raro. A maioria das peças publicitárias eram ilustradas com desenhos de figuras masculinas e femininas, o que não deixava de ser uma novidade frente aos anúncios comerciais publicados no século XIX, que consistiam geralmente numa lista dos produtos ofertados pelas lojas da cidade. Ou seja, vendia-se muito mais o produto do que a marca. O desenvolvimento artístico e tecnológico alcançado pela publicidade, que ocorreu durante as primeiras décadas do século XX, contribuiu para reforçar e divulgar representações do masculino e do feminino através das artes gráficas.

Coube à própria imprensa de Florianópolis a tarefa de convencer os potenciais anunciantes da cidade sobre o poder da publicidade. Nesse sentido, em 1918, o *Boletim Comercial*, que era publicado pela Associação Comercial de Florianópolis, lembrava aos seus associados que “o anúncio age sobre o público pela pressão insistente que exerce”. E continuava, “todo comerciante que não anunciar insistentemente, abandona o freguês ao concorrente que sabe popularizar-se por via do anúncio”.⁶⁷ Parece que muitos anunciantes aceitaram esta estratégia, divulgando diariamente – às vezes ao longo de um ano ou mais – os seus produtos.

Juntamente com os reclames de produtos, como já mencionamos, circulavam visões de mundo e representações de gênero. Estas representações não eram absolutamente uma novidade para a sociedade da época. Como técnica de vendas, a publicidade objetiva, sobretudo, “acelerar as metamorfoses do capital, que se finalizam no consumo e não se pode dar ao luxo de despender tempo e dinheiro na tarefa de produzir e inculcar no público disposições que contrariem substancialmente as tendências preexistentes no mercado”.⁶⁸ Ou

⁶⁷ *Boletim Comercial*, n. 02, de 1918.

⁶⁸ FIGUEIREDO, Ana Cristina Camargo Moraes. Op. cit. p. 19.

seja, o discurso publicitário reafirmava representações de gênero e classe que estavam presentes na sociedade.

A sobrevivência financeira, para a maioria dos jornais, estava estreitamente ligada à venda de espaços publicitários, de exemplares avulsos e de assinaturas. Nos jornais coligidos e na bibliografia disponível sobre a imprensa em Florianópolis, não foi possível indicar a autoria dos reclames de produtos catarinenses, nem se eram idealizados por profissionais radicados na cidade. Durante a maior parte do período em estudo, não existiam em Florianópolis escritórios ou agências de publicidade. Somente em 1929, José Rodrigues Fonseca anunciava a criação da agência *Anunciadora Catarinense*, instalada na Praça 15, e que tinha como lema a seguinte frase: “a prosperidade nos negócios depende de sua propaganda”.⁶⁹

A primeira década do século XX, como já foi mencionado acima, foi marcada pela forte presença de anunciantes de medicamentos, tanto de farmacêuticos locais quanto de outras regiões do país e do exterior, notadamente dos Estados Unidos. Entre os anunciantes locais destacavam-se os produtos Rauliveira, marca formada com os nomes dos sócios Raulino e Oliveira, e a Farmácia Elyseu. Os farmacêuticos em geral eram profissionais com grande destaque na sociedade local. Eram eles que prestavam os primeiros socorros em pessoas feridas, antes delas serem encaminhadas para o Hospital de Caridade, caso a gravidade do ferimento assim o exigisse. Os nomes Horn e Elyseu não ganharam notoriedade somente por suas atividades profissionais, já que eles figuraram também entre

⁶⁹ *O Estado*, n. 4389, de 04/01/1929.

as principais lideranças políticas do Estado. O primeiro, Raulino Horn,⁷⁰ foi um dos fundadores do Partido Republicano Catarinense, exercendo após a Proclamação da República alguns cargos eletivos. O segundo, Elyseu Guilherme da Silva,⁷¹ era ligado ao Partido Liberal, durante o Império. Com a derrocada deste, aderiu ao movimento federalista de 1894, e posteriormente ao Partido Republicano Catarinense.

Ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, as “boticas”⁷² desempenharam um papel social importante que ia além do fornecimento de medicamentos, prestação de primeiros socorros e aviamento de receitas.⁷³ Esses locais representavam espaços de socialização nos quais se discutiam problemas da cidade e se firmavam conchavos políticos. Possivelmente, a notoriedade alcançada com a militância política dos proprietários contribuía também para revestir com uma aura de credibilidade os fármacos produzidos e vendidos naquelas casas comerciais.

Por outro lado, conforme o autor da epígrafe que encabeça o presente sub-capítulo, o reclame além de vender produtos vendia imagens de pessoas. O autor do folhetim autobiográfico, “Como Se Ganham Milhões”, P. T. Barnum, apresentava-se como um

⁷⁰ Raulino Júlio Adolfo Horn, nasceu em Laguna, SC, em 1.7.1849. Fez os estudos primários na sua cidade natal. Formou-se em farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fundou o Partido Republicano Catarinense, do qual foi presidente, em 1887. Fundou o Clube Republicano Abolicionista do Desterro. Com a Proclamação da República foi aclamado chefe do Governo Provisório do Estado. Ocupou vários cargos eletivos. De acordo com: PIAZZA, Walter. F. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: ALESC, 1994. p. 342.

⁷¹ Elyseu Guilherme da Silva, natural de São José, SC, a 20.9.1843. Concluiu o curso de farmácia na Escola Médica de Montevideú, Uruguai. Foi empregado de farmácias na cidade do Desterro e em Laguna. Estabeleceu-se por conta própria na cidade do Desterro. Filiado ao Partido Liberal, durante o Império, ocupou vários cargos no Legislativo estadual e federal. Após a Proclamação da República, ingressou no Partido Federalista. Cf. PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 717.

⁷² O termo botica era empregado muitas vezes pelos adversários políticos de forma pejorativa. As boticas representavam os estabelecimentos mais tradicionais, enquanto as farmácias, denominação presente a partir de meados do século XIX, representavam os espaços mais modernos, onde supunha-se uma formação acadêmica para o farmacêutico. Cf. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os arranjos das drogas nas boticas e farmácias mineiras entre os séculos XVIII e XIX. In: VENÂNCIO, Renato Pinto & CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na história do Brasil*. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p.142.

⁷³ Idem. p. 141.

homem que venceu na vida por seu próprio esforço e que soube utilizar o poder do reclame. Mas não somente ele, também alguns dos seus mais famosos concorrentes “dos dois mundos, sábios, oradores, políticos,” devem seu “renome e sua fortuna à exploração da credibilidade universal”.⁷⁴ A elite de Florianópolis, por seu turno, também foi bastante hábil em usar a imprensa a seu favor. Suas imagens, em fotos e textos, eram veiculadas tanto em momentos oficiais quanto em acontecimentos sociais. Além desses momentos, imagens de vários políticos estamparam reclames de produtos industrializados. Em 1904, por exemplo, anunciavam-se os cigarros *Hercilistas*, que eram acondicionados em lindas carteiras ornadas com um “cliché” do então senador Hercílio Luz.⁷⁵ O Dr. Bulcão Viana, médico baiano que veio servir no Hospital Militar da capital catarinense, onde fez carreira política, atestava, em 1920, a eficácia do remédio, para sífilis e alcoolismo, *Luesol*.⁷⁶ Já o governador do Estado, em 1928, Adolfo Konder, tinha uma foto sua estampando as lindas “barriquinhas” que acondicionavam a erva-mate marca *Governador*.⁷⁷ Entre as personalidades nacionais⁷⁸ que tiveram a sua imagem ligada ao mundo da propaganda estava Olavo Bilac. O jornal *O Dia* divulgou, em 1915, um anúncio em que o poeta confirmava as propriedades terapêuticas do antitosse *Bromil*.⁷⁹ A relação entre mídia e política foi bastante estreita durante a Primeira República.

⁷⁴ Correio do Povo, n. 01, de 02/01/1904.

⁷⁵ *O Dia*, n. 1169, de 15/12/1904.

⁷⁶ *O Estado*, n. 1612, de 27/9/1920.

⁷⁷ *República*, n. 378, de 04/01/1928.

⁷⁸ Sobre a participação de intelectuais na elaboração de campanhas publicitárias e a utilização de imagens de personalidades políticas ver: RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual, 1985. p. 26 – 27.

⁷⁹ *O Dia*, n. 8158, de 18/12/1915.

1.3. Corpos como metáfora da cidade

“...Domesticar e disciplinar todo ser, eis a mais alta preocupação de quem aspira a ser homem.

....A forma acabada do esforço é o trabalho”.

C. Wagner⁸⁰

Os leitores do jornal *O Estado*, no limiar do século XX, depararam-se com um enorme anúncio, que ocupava quase uma página inteira, da *Emulsão de Scott*. Com base nos preceitos higiênicos da época, um imenso sol lançava seus raios redentores sobre uma praia. Nesta encontrava-se toda uma série de bactérias em cujos corpos estava escrito o nome da moléstia que provocavam, como Tísica, Tosse, Anemia, Escrófula e Tuberculose. Ao serem tocados pela luz solar e ante o seu poder saneador, os microorganismos causadores das doenças que assolavam as principais cidades brasileiras daquele período, fugiam aterrorizados.⁸¹ No dia seguinte, o mesmo produto era anunciado, mas agora no lugar do sol surgia a figura de um guerreiro. Este tinha um corpo jovem e atlético,

⁸⁰ *Curso Prático de Comércio*, n. 01, de 11/06/1920.

⁸¹ *O Estado*, n. 1129, de 07/02/1902.

possivelmente numa alusão a Apolo,⁸² o deus-sol que, assim como na lenda, matava uma criatura terrível que representava as doenças.⁸³ Essa alegoria remetia tanto para uma “luta” pelo saneamento das cidades, dessa maneira expulsando as epidemias, quanto para o fato de que também os corpos de seus habitantes deveriam ser fortes para combater as infecções causadas pelos agentes das doenças. Além desse simbolismo, o anúncio expressava a chegada, no mercado catarinense, da *Emulsão de Scott*, um medicamento desenvolvido por “químicos” norte-americanos.

A representação de corpo masculino branco, jovem, forte e saudável, não foi uma exclusividade do anúncio da *Emulsão de Scott*, em 1902. A partir da primeira década do século XX, esta imagem apolínea tornou-se recorrente em vários artigos e reclames comerciais. Muitos anúncios de medicamentos eram ilustrados com figuras masculinas que remetiam à mitologia greco-romana. Estes apareciam lutando com feras, como serpentes gigantes, tigres ou cavalos em disparada.

No anúncio do elixir *Nutrion*, em 1927, aparece um jovem controlando com sua força um feroso corcel,⁸⁴ numa referência a personagens míticos como Alexandre da Macedônia,⁸⁵ que conseguiu, numa prova de força, conter com suas mãos, um cavalo até então indomável. No mesmo ano, esta representação de vigor masculino também esteve

⁸² Apolo, segundo a mitologia grega, para tornar-se senhor do santuário de Delfos teve que matar o monstro que o guardava. O deus, além de inspirar os poetas, possuía o poder de curar e também de purificar. Como Febo, ele é por vezes confundido com Hélios, o Sol, do qual possui o brilho. Cf. MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 37.

⁸³ *O Estado*, n.1128, de 06/02/1902.

⁸⁴ *O Estado*, n. 3927. de 04/07/1927.

⁸⁵ Alexander, O Grande. Alexandre da Macedônia, sucedeu seu pai, em 336 a. C. Graças ao seu talento como estrategista militar, conquistou um grande império, composto pela Grécia, Pérsia e Egito. Neste último, construiu a cidade de Alexandria, a mais importante do mundo helenístico. Cf. MOSSÉ, Claude. Op. cit. p. 35.

presente no anúncio do fortificante *Vigonal*,⁸⁶ divulgado no jornal *O Miliciano*. Na imagem, que remete ao mito de Hércules,⁸⁷ aparece o desenho de um homem nu, de porte atlético, lutando com um tigre. O lutador é representado como sendo maior que o animal e se coloca de pé, segurando as patas do felino, subjugando-o com sua força. O tigre, um animal que simboliza a força e a agilidade, é enfrentado por um homem cujos músculos e a destreza contrastam com a fera. Mas, não é qualquer homem, é um homem jovem e saudável, que venceu a natureza doentia com um corpo forte: é o rei da força e da razão.



Figura 2: Vigonal: *O Miliciano*, n. 01 de 28/09/1927

Para se alcançar um corpo forte, apregoavam os reclames, era preciso ser rico em sangue, possuir grande massa corporal e o cérebro alimentado, além de coração, estômago, nervos, músculos e ossos fortalecidos. O corpo sadio e robusto dependia tanto de uma boa

⁸⁶ *O Miliciano*, n. 01 de 28/09/1927.

⁸⁷ Hércules, ou Hércules. A parte mais conhecida de seu mito diz respeito aos famosos trabalhos, a ele impostos por seu primo Euristeu. Entre as tarefas que o herói tinha que realizar estava o de derrotar o Leão da Neméia, monstro que atacava os rebanhos. Cf. MOSSÉ, Claude. Op. cit. p. 162 a 163.

nutrição quanto de uma boa “circulação”. Esta se fazia necessária, segundo um anúncio das *Pílulas Purgativas de Oliveira e Filho*, para que o tubo digestivo possa “bem desempenhar o seu trabalho”, combatendo a indigestão e a prisão de ventre”.⁸⁸ Um mau desempenho do tubo digestivo provocaria a retenção de “materiais podres dentro do estômago e intestino,” um perigo, segundo o anunciante do laxante *Ventre-Livre*.⁸⁹ O acúmulo de materiais apodrecidos no organismo levaria ao aparecimento repentino de muitos incômodos como indisposição seguida de um abatimento geral e um mal estar por todo o corpo.

Toda gente “sabida e prudente deve”, segundo um anúncio dos comprimidos *Bayer Helmitol*, publicado em 1929, periodicamente proceder ao “expurgos do organismo submetendo-o a um certo regime de desintoxicação”. As pessoas que não “podem sujeitar-se a tal limpeza periódica,” obteriam ótimos resultados tomando as pílulas de *Helmitol* que promoveriam “uma verdadeira lavagem, circulante, do organismo”.⁹⁰ Este anúncio era estampado com a figura de um imenso robô na barriga do qual era introduzida uma mangueira visando eliminar as impurezas de suas entranhas.

Apesar da representação do corpo apolíneo ter sido predominante durante todo o período em estudo, circulou também, sobretudo no final da década de 1920, a imagem do

⁸⁸ *O Dia*, n.4284, de 01/07/1909.

⁸⁹ *República*, n. 376, de 07/01/1920.

⁹⁰ *O Estado*, n. 4827, de 28/10/1929.

corpo-máquina.⁹¹ Esta imagem certamente fazia referência tanto ao processo de industrialização que se desenvolvia em algumas cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, quanto ao desenvolvimento tecnológico alcançado no final dos anos 1920.

A representação do corpo sadio como sendo resultado da sua capacidade de fazer circular os nutrientes, alimentando todos os órgãos, e eliminar os “materiais apodrecidos” estava muito próxima daquela divulgada pelos médicos-sanitaristas que desde o século XIX relacionavam a saúde da população com a limpeza da cidade. Em Desterro, algumas práticas foram desenvolvidas visando eliminar o hábito de se lançar nas ruas e terrenos baldios o lixo e as águas servidas das residências. Em 1877, segundo Oswaldo R. Cabral, foi apresentado pela primeira vez um pedido de concessão para um serviço de remoção de lixo, águas servidas e materiais fecais. Este serviço de remoção dos dejetos, com o emprego de vasilhames, durou até a primeira década do século XX.⁹² Apesar da existência do “terrível carroção verde”, responsável pelo recolhimento de dejetos, a prática de se lançar águas servidas nas ruas próximas do centro da cidade somente foi paulatinamente abolida com a instalação da rede de esgoto, iniciada em 1913.⁹³

Também os córregos que cortavam o tecido urbano mereceram atenção por parte dos administradores públicos. Estes eram descritos como verdadeiros focos de irradiação de

⁹¹ A historiadora Denise B. Sant’Anna, num estudo sobre as representações de saúde e beleza feminina através da publicidade veiculada na imprensa de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, nos fala que a relação entre corpo e máquina, divulgada durante os anos 1920, ocorre num contexto em que se acreditava que ambos poderiam ter suas funções produtivas aceleradas. As metáforas utilizadas pela publicidade sublinhavam tanto o desejo de fazer os órgãos do corpo trabalharem de maneira eficiente quanto a ambição dos industriais em aumentarem os índices de produtividade das empresas. SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. *La recherche de la beauté. Une contribution à l’histoire des pratiques et des représentations de l’embellissement féminin au Brésil – 1900 à 1980*. Paris, 1994. Thèse (Doctorat em Histoire) Université de Paris VII. p. 180 a 183.

⁹² CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. vol. I Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 192 a 193.

⁹³ RAMOS, Átila. *Memória do Saneamento Desterrense*. Florianópolis: Ed. Casan, 1986. p. 55 a 72.

doenças. Não por acaso, uma das maiores obras de engenharia realizadas durante o governo de Hercílio Luz, no início dos anos 1920, foi a canalização do córrego denominado Rio da Bulha, em cujas margens ficavam as casas do Beco Sujo. Neste local, segundo relatos que remontam ao século anterior, a população da cidade despejava todo tipo de sujeira. A saúde, segundo as autoridades da época, dependia da eliminação desses espaços emissores de miasmas.⁹⁴

Retornando aos jornais, percebe-se que muitos anunciantes, visando reforçar as qualidades de seus produtos, faziam circular “atletas” pelo país. Estes atuavam como garotos-propaganda e buscavam relacionar a sua força e o desenvolvimento muscular com a eficácia dos tônicos e fortificantes que representavam. Em 1919, parecendo mais um personagem das páginas de anúncios, comunicava-se a chegada em Florianópolis de um atleta, denominado “o lutador Antônio dos Santos”, cuja foto em trajes esportivos, estampada no jornal *República*, deixava à mostra “uma musculatura éril[sic]”⁹⁵ adquirida com o uso do *Luetyl*, “tônico que serve para aumentar as forças físicas” e é consumido também pelos soldados do “nosso exército”. O garoto-propaganda, no exercício de suas funções, desafiava aos leitores para uma luta romana, que aconteceria no teatro da cidade, qualquer que fosse o seu competidor, “porque não teme o muque alheio”.⁹⁶ O que está proposto, tanto neste anúncio quanto nos outros citados acima, é uma relação entre a saúde e o bom funcionamento dos órgãos internos e o desenvolvimento de um corpo forte e de musculatura torneada. Ou seja, segundo os anúncios queriam fazer crer, o consumo

⁹⁴ CABRAL, Oswaldo R. Op. cit. p. 198 a 199.

⁹⁵ Segundo o dicionário Aurélio o adjetivo heril significa próprio do senhor; senhorial; já o adjetivo éreo significa feito de cobre, de bronze ou de arame. Ver: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.784 e 1037.

⁹⁶ *República*, n.78, de 30/01/1919.

daqueles medicamentos levaria, além da cura, à prevenção de doenças e ao desenvolvimento de um corpo robusto e atlético.

Mas não bastava somente ter músculos fortes. Era preciso também cuidar do sistema nervoso. Um anúncio do *Bitro Phosphatado* alertava para o fato de que praticamente todos “os menores males que afligem a humanidade assim como as muitas das mais sérias enfermidades, podem ser atribuídas ao esgotamento nervoso”.⁹⁷ Além disso, a irritabilidade e o mau humor que, segundo o anunciante do *Ferro Nuxado*, costumam “acompanhar tais desarranjos nervosos”, são as causas de “muitas infelicidades na família e de muitos passos incertos na esfera comercial e social”. Esta condição nervosa, “que cientificamente se conhece por fome dos nervos,” seria um indício de que estes não estariam sendo devidamente alimentados pelo sangue.⁹⁸ O controle das emoções passava a ser mais uma marca de distinção social. Diante desse elogio ao autocontrole, até mesmo um desmaio na rua poderia se tornar notícia na imprensa.

Força e músculos eram considerados atributos prestigiantes do corpo masculino e essa representação era reforçada nos anúncios de elixires, fortificantes, laxantes, emulsões, entre outros. Já os efeitos que estes medicamentos diziam provocar no organismo, como melhora da circulação, nutrição dos nervos, combate à neurastenia, etc., diziam respeito ao corpo genérico, masculino e feminino. Porém, alguns anúncios, após referências ao corpo universal ou diretamente ao corpo masculino, faziam indicações específicas para “senhoras”. Por exemplo, o reclame do tônico *Kola, coca e cacau*, de Elyseu e Filho, dizia que seu efeito se verificava infalível na “Neurastenia, Impotência, Falta de Apetite, Convalescença de todas as doenças graves, etc”. Além do mais, ativava a circulação,

⁹⁷ *República*, n.180, de 11/05/1919.

⁹⁸ *República*, n. 767, de 05/04/1921.

promovia a robustez do organismo depauperado e “é muitíssimo aconselhado pelos senhores médicos, para senhoras durante o período da gravidez”.⁹⁹ Outro exemplo é o fortificante *Vigonal*, anteriormente citado, em cujo anúncio tinha estampado um homem lutando com um tigre. Após listar várias indicações, dizia que agia no sentido de “regular a menstruação”. Este aparente paradoxo foi sutilmente percebido pelos humoristas da época. Na coluna Bric-a-Brac, do jornal *O Dia*, em 1901, se lia:

“Na quarta página de um jornal, a propósito de um novo medicamento:
 ‘O vosso específico fez-me muitíssimo bem há três semanas eu não tinha força nem para puxar as orelhas à meus filhos. Agora posso até meter o pau em meu marido.’ Deus vos abençoe”.¹⁰⁰

Nota-se que a força não era considerada um atributo do corpo feminino. Portanto como resolver esta contradição? O anunciante da *Emulsão de Scott* procurou ajustar esta situação criando uma campanha na qual a peça publicitária se dirigia ao público masculino num número do jornal e ao público feminino no número seguinte. Nesta campanha veiculada no jornal *O Dia*, em 1909, uma personagem masculina atestava que fora físico e havia se curado tomando aquele medicamento.¹⁰¹ Em outra edição do jornal, o anúncio trazia uma linda e robusta menina. Abaixo da imagem, um texto oferecia o testemunho do pai que afirmava o poder da *Emulsão de Scott* na cura de sua filhinha que sofria de uma forte anemia. Dias depois, o mesmo medicamento trazia o depoimento de uma mãe que teve a filha, também anêmica, curada. Porém, nesse reclame, o anunciante lembrava:

⁹⁹ *O Dia*, n. 109, de 11/05/1901.

¹⁰⁰ *O Dia*, n. 209, de 11/08/1901.

¹⁰¹ *O Dia*, n. 4308, de 01/08/1909.

“Nada desfeia [sic] mais o rosto das senhoritas como a cor macilenta, os cravos, espinhas, eczemas e outras erupções da pele que provém da impureza do sangue.

A *Emulsão de Scott* regenera e enriquece o sangue, melhor e mais rapidamente que nenhum outro remédio, expelle do sistema toda a impureza e dá à tez a cor rosada que é o distintivo de beleza e saúde”.¹⁰²

A beleza, considerada atributo exclusivamente feminino, passou a ser relacionada, entre outras coisas, com a saúde e boa circulação do sangue. Mais do que nos falar da capacidade inventiva dos criadores da campanha publicitária, o que se percebe é a construção/divulgação de representações diferenciadas do corpo masculino e feminino, nos anúncios de um mesmo produto. A saúde masculina se exteriorizava num corpo forte e jovem. Já para as mulheres a beleza era o distintivo do corpo saudável. Ou seja, se o oposto do corpo masculino desejável é o fraco, o oposto do corpo feminino saudável é o feio. A imagem da mulher feia, conforme Denize Bernuzzi de Sant’Anna, servia como “um contra-exemplo”, como aquilo que se é antes do uso do produto anunciado.¹⁰³

A regulação da circulação sangüínea, o combate à anemia e o bom funcionamento do sistema reprodutivo passaram a ser estritamente relacionados ao bem estar e ao cumprimento da função procriadora da mulher. Esta representação do corpo feminino foi bastante divulgada pelos anúncios do tônico *A Saúde da Mulher*. Numa propaganda deste medicamento aparecia a imagem de duas mulheres, uma delas ministrava uma colher do remédio à outra que tinha uma aparência sofrida e abatida, o que, segundo a legenda, era

¹⁰² *O Dia*, n. 4312, de 06/08/1909.

¹⁰³ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Cuidado de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p.128.

resultado da anemia.¹⁰⁴ Vera Lúcia Casa Nova, analisando os anúncios do *A Saúde da Mulher*, na imprensa dos anos 1920, nos fala que a propaganda desse medicamento introduziu uma nova relação com o corpo da mulher: ter saúde, ter felicidade era ter útero e ovários saudáveis. “A maternidade é o emblema da mulher. E é nesse sentido que se engendra boa parte da publicidade do remédio”. *A Saúde da Mulher*, conforme os anúncios, agia na cura das dores do útero e nos ovários, suspensão brusca das regras, debilidade uterina, regras demasiadas, regras escassas, afecções histéricas, entre outros sintomas.¹⁰⁵

Elisabeth Badinter assinala o início do século XIX, na Europa, como sendo o do “triunfo do dimorfismo radical”, quando a biologia tornou-se o fundamento epistemológico dos preceitos sociais. Neste quadro, o útero e os ovários definem a mulher e consagram sua função maternal bem como fazem dela uma criatura em tudo oposta ao seu companheiro. A heterogeneidade dos sexos passa a comandar destinos e direitos diferentes.¹⁰⁶ Dentro dessa perspectiva achava-se a mulher, “fortalecida com seu poder de gerar”, reinando como senhora absoluta no lar, orientando a educação dos filhos e sendo constringida pela lei moral que decide sobre os bons costumes. Pertence ao homem o resto do mundo: incumbido da produção, da criação e da política, a esfera pública é seu elemento natural.¹⁰⁷ Estas imagens passaram a ser reforçadas na imprensa de Florianópolis, do início do século XX.

¹⁰⁴ *O Dia*, n. 624, de 01/02/1903.

¹⁰⁵ CASA NOVA, Vera Lúcia. O corpo da mulher nos almanaques de farmácia (1920 – 1950) In: *Anais do V Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Natal: UFRN: Ed. Universitária, 1995. p. 606.

¹⁰⁶ BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a Identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p.9.

¹⁰⁷ Idem.

Na esteira da fama daquele medicamento exclusivo para mulheres, em 1909, anunciava-se para breve o lançamento de um fortificante chamado *A Saúde do Homem*.¹⁰⁸ Ao contrário do seu congênere feminino, a julgar pelo curto período de divulgação, este medicamento não logrou o mesmo sucesso, sé é que chegou a ser comercializado.

Mas nem todo fabricante de medicamento procurou segmentar por gênero ou faixa etária o seu produto. Alguns anúncios de fortificantes, por sua vez, continuaram a veicular imagens do corpo apolíneo com algumas indicações específicas para o corpo feminino e outros continuaram a empregar peças publicitárias, de um mesmo produto, endereçadas a homens e mulheres separadamente. O que deveria ser diferente, e isso era sempre reforçado, era o papel atribuído a homens e a mulheres na sociedade.

No final da década de 1920, as *Pílulas de Foster*, cujo fabricante também se utilizava da estratégia de ora dirigir seu anúncio para os homens ora para as mulheres, prometiam, entre outras coisas, combater as dores no rins. Os anúncios destas pílulas reforçavam a relação entre doença e ausência de beleza e acrescentavam a isso a representação da mulher doente como portadora de “um aspecto envelhecido”.¹⁰⁹ Ou seja, a mulher doente era feia, velha e infeliz. Vale a pena destacar o fato de que, apesar dos anúncios veicularem imagens de mulheres jovens que envelheciam antes do tempo por causa de moléstias, foram raras as representações de mulheres idosas, na imprensa, tanto em textos quanto em ilustrações.

¹⁰⁸ *O Dia*, n. 4254, de 25/05/1909.

¹⁰⁹ *O Estado*, n. 4208, de 31/05/1928.

Além dos medicamentos também os exercícios físicos eram descritos como auxiliares do desenvolvimento de um corpo forte e sadio. Em 1905, o jornal *O Dia*, publicou, em duas edições, uma resenha de um livro intitulado *O Homem Forte*, de Domingos Nascimento, que era, ao que tudo indica, um militar. Segundo o texto da resenha, o autor buscava incutir “em nosso povo a necessidade da educação física” visando “construir em breve uma raça virilizada pela ação do nosso próprio esforço”. O autor criticava o sistema de ginástica então vigente, que tinha por objetivo transformar os indivíduos em acrobatas, deformando o corpo e desequilibrando o espírito. A educação física, na visão do Sr. Nascimento, deveria proporcionar uma educação completa, não somente preocupada com a formação de corpos robustos, mas também com a formação moral e intelectual do homem. Dessa maneira, atuaria como um agente higiênico e poderoso do aperfeiçoamento da espécie. Era, pois, segundo o pensamento do escritor, para impedir a continuação do mal, representado pela ginástica nas barra paralelas, barras fixas, argolas, trapézios, saltos duplos, etc, que “o Homem Forte veio à luz da publicidade”.¹¹⁰ Para conhecer o novo método era preciso comprar o livro.

A idéia de virilização da raça pelos exercícios físicos foi defendida também, em 1919, pelo jornalista catarinense Crispim Mira. Num artigo publicado no jornal *República*, o autor dizia que para se cumprir o papel reservado ao Brasil na América do Sul, a exemplo da importância que os Estados Unidos da América desempenhava no norte do continente, era necessário construir pelo exercício físico e pela higiene homens de músculos e de saúde, capazes de realizar as obras características das nacionalidades fortes. Conforme o jornalista, a Grécia dominou o mundo “enquanto foi contemporânea dos jogos olímpicos,

¹¹⁰ *O Dia*, n1364, de 15/08/1905 e n. 1367, de 19/08/1905.

que lhe comunicavam a par da beleza vigorosa de seus efebos, o culto do trabalho e da verdade”. Além da Grécia, as potências que a seguiram, assim como ocorria com os Estados Unidos, somente foram grandes por que possuíam uma população forte. E o autor concluía, exortando a juventude: “é esse homem apolíneo, esplendor da saúde e do júbilo, que criará o Brasil do futuro (...)”.¹¹¹ Destaca-se, neste texto, a noção de corpo como uma construção, que poderia ser realizada através dos exercícios físicos, distanciando-se do mundo natural.

Uma das atividades esportivas com maior visibilidade na imprensa de Florianópolis dos inícios dos anos 1920 foi o remo. Toda a sociedade elegante da época afluía às raias da baía sul, em frente à principal praça da cidade, para apreciar as disputas entre os remadores dos Clubes Náutico Francisco Martinelli, Aldo Luz¹¹² e Riachuelo. O vencedor das regatas de 1919, Abelardo Luz, estampou no ano seguinte a capa da *Revista Ilustrada*.¹¹³ A massa muscular do tronco superior do campeão destoava bastante dos outros *sportsmen* fotografados àquela matéria. No ano seguinte, o jornal *República* - órgão oficial do Partido Republicano Catarinense - publicava uma foto do então Deputado e Presidente da Federação Catarinense de Desporto, “dr. Abelardo Luz”,¹¹⁴ novamente trajando roupas esportivas e numa pose que valorizava tanto a musculatura do braço quanto a do tórax.¹¹⁵

Em 1921, foi fundada, com grande pompa, a sede do *Clube de Regatas Aldo Luz*. No ano seguinte divulgou-se a inauguração do *Centro de Cultura Física Aldo Luz*.

¹¹¹ *República*, n. 211, de 18/06/1919.

¹¹² Aldo Luz era filho de Hercílio Pedro da Luz, governador em exercício, entre 1918 e 1922. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 1919. Ver: *República*, n. 178, de 8/5/1919.

¹¹³ *Revista Ilustrada*, n. 10, de Março de 1920.

¹¹⁴ Abelardo Wenceslau Luz, nasceu em Desterro, a 28.9.1890, filho de Hercílio Pedro da Luz e D. Etelvina Cesarina Ferreira da Luz. Coursou Direito na Faculdade de São Paulo. Foi Deputado Federal e Estadual. Foi Secretário de Estado do Interior e Justiça de Santa Catarina, 1921 – 1922. Ver: PIAZZA, Walter F. Op. cit. p. 412.

¹¹⁵ *República*, n. 898, de 19/10/1921.

Conforme o jornal *República*, “dia a dia, vai aumentando o número de sócios, neste grande centro de cultura física da nossa capital”. O autor da matéria afirmou que teve a oportunidade de presenciar a animação com que “durante muitas horas” os sócios estiveram fazendo os “necessários exercícios”, na mais completa satisfação possível.¹¹⁶ Estas imagens nos mostram que uma parcela da população masculina de Florianópolis, notadamente a que tinha condição de despender tempo e dinheiro no cultivo do corpo, buscou corresponder ao modelo apolíneo apregoado na imprensa.

A força, para além do valor estético, era definidora da masculinidade. Nesse sentido, em 1929, o anunciante do fortificante *Vanadiol*, exortava: “Seja Homem! Seja Forte! Para ser homem na verdadeira acepção da palavra, é preciso ser forte”.¹¹⁷ Frases como essa não ficaram impressas somente no papel amarelado dos jornais, elas ecoaram, ao longo do século XX, na memória de muitos homens que lembravam a voz firme de algum homem mais velho dizendo, pelos motivos mais fúteis a frase: “seja homem”, frase que, acima de tudo, tinha um caráter de ofensa pessoal.

A virilidade era representada pela imagem do corpo forte e ereto. Nesse sentido, o indivíduo fraco era desvirilizado. Segundo alguns anúncios, o homem doente não tinha condições de corresponder nem ao chamamento da pátria para criar o “Brasil do futuro”, nem ao papel de trabalhador e chefe de família prescrito socialmente. O fabricante das *Pílulas do dr. Heinzelmann* lembrava que enfermidades, do intestino e do estômago, deixavam o homem prostrado sobre a cama muitas horas forçando-o a faltar ao trabalho e a “descurar dos deveres de pai de família”.¹¹⁸ Ou seja, o homem não poderia ficar doente sob

¹¹⁶ *República*, n. 1204, de 12/11/1922.

¹¹⁷ *O Estado*, n.4744, de 20/07/1929.

¹¹⁸ *República*, n. 29, de 01/11/1918.

a pena de não cumprir com o seu papel de provedor. Nos anúncios das *Pílulas de Foster*, que prometiam agir sobre as dores dos rins, afirmava-se que muitos homens apesar de “incapacitados” persistem trabalhando por “temor de perder o emprego e o sustento”.¹¹⁹ As fortes dores nos rins, conforme várias peças publicitárias das *Pílulas de Fosters*, faziam com que o homem tivesse que curvar seu corpo,¹²⁰ perdendo assim a sua forma ideal, saudável e ereta, símbolo de honradez, virilidade e de juventude.



Figura 3: Bayaspirina - *O Estado*, nº. 2860, de 10/01/1924

Outra questão que fica evidente através dos anúncios, como o acima da Bayaspirina, é o incentivo dado tanto ao autodiagnóstico quanto à automedicação. Conforme José Gomes Temporão, a indústria farmacêutica ao investir na propaganda de remédios, possivelmente, apostava no autoconsumo, “estratégia historicamente hegemônica de enfrentamento das situações de doenças, por parte da população, frente à insipiência e baixa

¹¹⁹ *O Estado*, n. 1357, de 11/11/1919.

¹²⁰ *O Estado*, n. 1084, de 19/12/1918.

cobertura dos serviços assistenciais”.¹²¹ Alguns anúncios ressaltavam que os remédios eram indicados e desenvolvidos por “clínicos” renomados e o seu consumo não necessitava nenhum tipo de “dieta nem de resguardo”. Ou seja, o homem não deixaria de ser produtivo e de cumprir com suas responsabilidades durante o tratamento.

Eram freqüentes, ainda, as associações feitas entre homem velho, doenças e perda da virilidade. Anúncios de medicamentos contra febre,¹²² dores nas costas¹²³ e tosse,¹²⁴ entre outros, geralmente eram ilustrados com imagens de homens idosos. Apesar de não apresentarem cura para a velhice, garantiam que os problemas a ela associados poderiam ser combatidos. Num anúncio das *Pílulas Rosadas do Dr. Williams* figurava a imagem de um homem idoso, muito bem trajado, bigode aparado e um sorriso no rosto ao levantar sua cartola num cumprimento a uma bela senhora que por ele passava. Esta imagem, numa mensagem dúbia, poderia representar tanto uma cena de *flirt* quanto um ato de cortesia e urbanidade. Abaixo da imagem a frase: “Que belo e jovem está sempre o senhor, pensam todos ao vê-lo passar”. O anunciante lembrava que poderia existir uma velhice feliz, durante a qual o homem poderia gozar dos atributos prestigiantes da masculinidade, como força, vigor e juventude através do cuidado com a saúde do sangue. E arrematava, fortalecendo a relação entre doença e velhice, que muitos jovens envelheciam precocemente por descuidarem da saúde do sangue.¹²⁵

Além de curvado, velho, com dores e tosses, o corpo doente era denunciado por outros sinais externos, como afirmava a campanha do vermífugo *Neo-Necatorina*. Este

¹²¹ TEMPORÃO, José Gomes. *A propaganda de medicamentos e o mito da saúde*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 29

¹²² *O Dia*, n. 1194, de 14/01/1905.

¹²³ *O Dia*, n. 8673, de 05/09/1917.

¹²⁴ *O Estado*, n. 1504, de 08/05/1920.

¹²⁵ *O Estado*, n. 1390, de 20/12/19

anúncio era composto pela imagem de um capataz que estava prestes a demitir um trabalhador que, cabisbaixo, restava resignado, com o corpo curvado e abatido. Porém, uma terceira personagem interpelava:

“Este homem não é um mau operário! Você não deve despedir esse operário! (...) Esse homem é um doente que pode ficar bom num só dia tornando-se um cidadão útil a si, aos seus e à sociedade. Ele não é um preguiçoso. Basta prestar atenção ao seu aspecto anêmico, à sua cor de cera, ao seu ventre inchado para ver-se que é um opilado. Em vez de tirarlhe o pão, muito mais humano e patriótico é cura-lo. Faça-o tomar Neonecatorina: você verá como dias depois ele estará disposto para o trabalho, alegre e sadio”.¹²⁶

A imagem que relacionava a doença com a falta de iniciativa para o trabalho, ou seja, do trabalhador indolente, foi bastante recorrente na imprensa da cidade de Florianópolis durante os anos 20.¹²⁷ Foram várias as ações governamentais que visaram combater as moléstias que, segundo preconizavam os discursos médicos-sanitaristas, degeneravam a população e impediam a prosperidade econômica tanto da capital quanto do Estado. Entre aquelas iniciativas estava o combate à ancilostomíase, que segundo apurou a *Missão Rockefeller*, contratada pelo governo para desenvolver trabalhos de profilaxia e saneamento no Estado, infectava 90,8% da população litorânea de Santa Catarina, incluindo a capital.¹²⁸ Depois de constatada, através de “pesquisas microscópicas”, a infecção por algum tipo de verminose, procedia-se à indicação da quantidade e do tipo de medicamento que seria ministrado ao doente. O combate às verminoses estava ligado à crença de que a

¹²⁶ *O Estado*, n. 4770, de 22/08/1929.

¹²⁷ *República*, n. 372, de 01/01/1920.

¹²⁸ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Op. cit. p. 182.

ascensão econômica, tanto de Florianópolis quanto das outras cidades do litoral do Estado, dependia da existência de uma população dotada de um corpo saudável. Apesar de pacífica, como asseverou Virgílio Várzea, a maioria da população, formada por elementos de origem açoriana, passou a ser descrita como doente e incapaz para o trabalho e desenvolvimento econômico das cidades catarinenses.

As pessoas que quisessem ascender economicamente tinham que cultivar um corpo forte e saudável. Esta relação entre corpo hígido e ascensão financeira pode ser percebida no anúncio das *Pílulas Rosadas do Dr. Williams*. Este anúncio, publicado em 1917, é encabeçado por uma imagem de um homem bem vestido, porém, numa postura de desconsolo. Sentado em uma cadeira, com o terno amarrotado, o corpo inclinado para frente e a mão segurando a cabeça. Abaixo, escrito em negrito, a legenda: “Como podereis prosperar na vida se não gozais de boa saúde?”. E continuava o reclame,

“Se não tendes saúde perfeita, quantas qualidades pessoais não lhes servirão para nada, pois que ficareis na impossibilidade de fazer vale-las. Começais por curar-vos se quereis abrir passos no mundo. Se sofreis de uma das numerosas enfermidades que têm origem a pobreza do sangue ou a debilidade do sistema nervoso; se achais atacado de anemia, padecimento nervoso, enfermidade do estômago; para recuperar a saúde empregue as Pílulas Rosadas do Dr. Williams. Estamos certos de que, se perguntardes a uma infinidade de pessoas dirão que ficaram, radicalmente curadas com as Pílulas Rosadas do Dr. Williams. Tomando-as ficareis também curados”.¹²⁹

¹²⁹ *O Dia*, n. 8659 de 19/08/1917.

Podemos perceber, através deste anúncio, que a pobreza não era descrita como resultado de um modelo econômico, político e social injusto, mas, como tendo suas causas no indivíduo, no seu corpo, fruto de “numerosas enfermidades que têm origem na pobreza do sangue ou na debilidade do sistema nervoso”. Em última análise, a pobreza era o resultado da ausência de um corpo viril.

Além de incapacitar para o trabalho e conseqüentemente impedir o desempenho do papel de provedor, o corpo doente e fraco impedia a demonstração da potência e da freqüência sexual que eram esperadas dos homens. As “debilidades masculinas (impotência),” segundo um anúncio publicado no jornal *O Dia*, órgão oficial do PRC, em 1908, poderiam atacar os homens de qualquer idade. Aos que quisessem combater a impotência, um certo Dr. Pedro N. Arata, “professor da Universidade de Buenos Ayres e Diretor do Laboratório Químico Municipal da Capital Federal Argentina”, indicava as pílulas desenvolvidas pelo Instituto Saxe, seu compatriota. Porém, para conhecer o tratamento preconizado, o interessado teria que escrever pedindo o livro, que lhe seria enviado “grátis”, escrito em língua portuguesa. Mencionava-se ainda que a “brochura” seria enviada em “um envelope liso para que ninguém saiba”. Após ler o livro o interessado ficaria convencido de que o método ali preconizado “cura a impotência e favorece o restabelecimento do vigor e por esse meio tornar são, forte e vigoroso a um homem de qualquer idade”.¹³⁰

Além dos medicamentos, surgiram na imprensa de Florianópolis anúncios de “métodos” contra a impotência. Nesse sentido, um certo Dr. William Kartoff, em 1915, oferecia a cura da impotência, do esgotamento nervoso, neurastenia, espermatorréia,

¹³⁰ *O Dia*, n. 4059, de 15/09/1908.

ejaculação prematura, além de outras doenças dos “órgãos genitais” sem a necessidade de tomar medicamentos ou drogas de espécie alguma, as quais “só servem para arruinar o organismo sem resultados para o doente”. O interessado deveria mandar uma carta “acompanhada da quantia de dez mil réis”, que “será imediatamente remetido o tratamento” com a garantia de “absoluto sigilo profissional”.¹³¹ O segredo prometido com relação ao material de divulgação, tanto pelo do Dr. Arata quanto pelo Dr. Kartoff, remete para uma condenação social da impotência sexual masculina.

A impotência ou fraqueza genital era associada, entre outras causas, à neurastenia, denominação dada à fadiga física e mental, considerada como o grande mal que assolava a vida moderna, segundo alguns reclames. A ausência de desejo sexual ou “frieza íntima” era, conforme um anúncio do médico baiano Dr. Beaugendre, a causa de muitas desgraças, “sombreia a felicidade da maioria dos casais, transforma o homem num ser inferior aos outros e a mulher em geniosa e irascível”.¹³² A impotência viril - concordava o anunciante do “método Zelle, para a cura da impotência, do esgotamento nervoso, da neurastenia, espermatorreia e atrofia”, desenvolvido pela Academia Vital, de Porto Alegre - “transforma o homem num ser inútil e o afasta de todos os prazeres da vida” e a “mulher em débil” e “nervosa”.¹³³

Assim como a impotência sexual apresentava-se como um problema para a sociedade de época, também a sexualidade desregrada, antes e durante o casamento, passou a ser problematizada. Conforme o pensamento eugênico da época, filhos sadios eram resultado de pais saudáveis. O perigo estava nas infecções do sangue e, notadamente, nas

¹³¹ *O Estado*, n. 53, de 14/07/1915.

¹³² *O Estado*, n. 3465, de 26/12/1925.

¹³³ *República*, n.01, de 29/09/1918.

doenças venéreas. Ao que tudo indica, a mais temida entre elas era a sífilis. Por isso, em 1923, num tom alarmista o anunciante do *Elixir 914*, que prometia curar a sífilis, incitava os homens a tomarem o medicamento ao mesmo tempo em que alertava: “tenha pena de sua esposa e de seu filho”, pois “em cada 10 nascimentos, 9 crianças nascem mortas”, quando os pais são sífilíticos e “95% dos abortos são causados pela sífilis”.¹³⁴ Em outro anúncio do mesmo medicamento, publicado em 1924, alertava-se: “Grande crime casar doente” pois muitos “homens casados que em solteiro adquiriram doenças secretas, ficaram com elas crônicas, eis a razão porque milhares de senhoras sofreram sem saber ao que atribuir a causa”.¹³⁵ A pureza do sangue era a garantia de uma prole saudável. Nesse sentido, em 1923, o anunciante do remédio *Tayuya* alertava: “Pais e mães de amanhã, preparai-vos para dar filhos que possais criar para a força, para a saúde e para a fortuna. Má saúde, mau sangue. É purificando o vosso sangue, enriquecendo-o, tonificando-o que podeis aspirar a criar no futuro, filhos alegres, sadios, enérgicos e fortes”.¹³⁶

1.4 - Higiene e moderação como signos de honradez masculina

O corpo branco, jovem e forte era a representação do “homem de bem” ou do homem honrado. Sendo assim, para ser reconhecido como honrado não bastava somente cumprir com as obrigações, era preciso parecer ser. Para tanto era preciso cuidar do corpo fosse fazendo uso de remédios e exercícios físicos, fosse levando uma vida regrada, pautada pela moderação. Em uma nota bastante extensa, publicada no jornal *Operário*, de

¹³⁴ *O Estado*, n. 2657, de 04/05/1923.

¹³⁵ *Folha Nova*, n. 659, de 03/01/1929.

¹³⁶ *O Estado*, n. 2570, de 15/01/1923.

30 de Setembro de 1900, o articulista lembrava aos leitores que a moderação era uma característica e uma virtude do homem honrado:

“A Moderação

A moderação, como muito bem disse o ilustre e venerado escritor Alexandre Herculano, é, no sentido moral e mais genérico, uma qualidade característica, virtude ou disposição habitual que nos induz a usar de prudência, ou justa medida em todas as causas que dependem do nosso livre arbítrio.

Qualifica-se de moderado, o que em seus sentimentos, desejos e ações de qualquer natureza, sabe conter-se nos limites da razão e do dever e resigna-se às necessidades.

Ao contrário, é imoderado o que, sem calcular as suas forças físicas, morais e pecuniárias, sem atender aos deveres e obrigações, pratica atos, que algumas vezes de aparência virtuosa, verdadeiramente viciosas.

A moderação, bem como as outras qualidades morais, é característica ou virtuosa – a primeira procede do caráter e constituição natural do indivíduo e a segunda da reflexão e esforço contra as propensões contrárias aos nossos pensamentos, palavras e ações.

Uma é congênita e a outra adquirível.

No sentido econômico, consiste em regularmos os nossos desejos e finalmente em todos os atos da nossa vida econômica.

Assim, pois, o homem, por exemplo que vive do seu trabalho honrado, e que, ao invés de aplicar o respectivo produto desse trabalho na manutenção e educação da família, ou em casos que redundem em benefício geral, aplica-o em alimentar vícios, com prejuízo da saúde e até da própria reputação, é imoderado; ao passo que o homem moderado antepõe a tudo o seu dever tanto na vida íntima como na exterior.

Em conclusão, a moderação representa o resumo de todas as virtudes e para o homem honrado nada é tão agradável como o qualificativo de moderado e inteligente.”¹³⁷

O homem moderado, conforme se depreende dessa nota, é o homem que é capaz de fazer uso do livre arbítrio, controlando “seus sentimentos, desejos e ações de qualquer natureza”. É através da razão que o “indivíduo” tem condições de agir contra os impulsos “naturais”, tanto “na vida íntima como na exterior”. Percebe-se ainda, que a representação de homem veiculada neste artigo, nos remete para uma série de concepções de sujeito muito recorrentes na cultura ocidental, a partir principalmente do século XVIII, com o Iluminismo. Como nos informa Stuart Hall, o sujeito do Iluminismo estava baseado “numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia”¹³⁸ permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da existência do indivíduo. Lembra, ainda, que o “sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino”.¹³⁹ O homem honrado, além de provedor e de cuidar “da educação da família”, deveria também, segundo a nota citada acima, cuidar da saúde do próprio corpo, evitando os vícios.

Os homens deveriam evitar os males advindos das novas sociabilidades proporcionadas pela vida moderna. Segundo um artigo intitulado “O lento suicídio”, publicado no jornal *O Imparcial*, em 1912, aqueles que buscavam desfrutar “a maior soma

¹³⁷ *Operário*, n. 02 de 30/09/1900

¹³⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.11.

¹³⁹ Idem.

possível de prazeres” acabavam por causar “dano em si próprio”, “aniquilando e destruindo a vida”.¹⁴⁰ Conforme o autor da nota:

“noites de contínuas vigílias que passavam nos teatros, clubes e cafés; a incontinência, o álcool, o fumo, a intemperança, a moda e a tensão nervosa constantemente reclamada pelo utilitarismo ganancioso, constituem no seu conjunto de coisas determinantes dessa sensibilidade e decrepitude prematuras que são o apanágio dessa geração”.¹⁴¹

Mas nem todos os artigos ou anúncios publicados na imprensa do início do século XX foram tão duros com os amantes das noitadas. Como veremos no terceiro capítulo desse trabalho, as campanhas publicitárias de fabricantes de medicamentos Bayer, durante os anos 1920, notadamente a que promoveu os comprimidos de *Cafiaspirina*, ao invés de criticar, prometiam acabar com o mal estar resultante de eventuais noites passadas na “troça”.

Perdoados estes deslizes fortuitos, notadamente quando cometidos na juventude, a moderação e a temperança eram sinônimos de higiene, já que era o controle de si que proporcionaria um corpo saudável. Para isso, era necessário estar atento também para os hábitos alimentares. Em 1915, justamente num momento em que a cidade passou a contar com um número maior de cafés e de restaurantes, o jornal *A Tribuna* passou a veicular em suas páginas uma série de artigos visando instruir a população acerca da importância e do cuidado que se devia ter com a alimentação. Num dos artigos, intitulado “Quais são as melhores horas para comer higienicamente”, informava-se sobre as supostas investigações

¹⁴⁰ *O Imparcial*, n.08, de 19/03/1912.

¹⁴¹ *Idem*.

que um especialista eminente, dr. Bergonié, realizara no sentido de conhecer sobre a “dispersão de energia” realizada pelo corpo do homem ao longo do dia. O pesquisador questionava “se as horas das refeições diárias, que se acham fixadas pelo uso, foram escolhidas acertadas e racionalmente”. Segundo o articulista do jornal, a questão colocada pelo dr. Bergonié era de fundamental importância haja visto que um modo correto de se alimentar poderia evitar muitas doenças e assegurar o bom funcionamento dos órgãos digestivos. Após discorrer sobre as “curvas de dispersão da energia”, com a indicação dos momentos de maior e menor gasto de energia ao longo do dia, concluía-se que para “realizar uma homenagem à higiene” era necessário realizar “uma verdadeira revolução nos nossos hábitos. Com efeito, o que uma higiene racional alimentar recomenda é que a principal refeição do dia tenha lugar por volta das sete e meia da manhã; bastariam depois duas outras refeições muito leves, uma às 16 e a última às 21 horas”.¹⁴² Tal qual as máquinas, o que se visava era conhecer as necessidades de consumo de energia do corpo do homem para, racionalmente, torná-lo mais saudável e produtivo.

Os novos ritmos da cidade exigiam mudanças nos hábitos da população. Tão importante quanto a hora em que eram realizadas as refeições era o que se levava à mesa e a quantidade ingerida. A relação entre alimentação e saúde continuou sendo explorada pelo *A Tribuna*. Muitas doenças como o “artritismo” e a “gastro-enterite” tinham sua origem, conforme outra nota, nos excessos da alimentação. Era insignificante, continuava o autor, o número de pessoas que “morrem de fome comparado com as que morrem de fartura”. O mundo, alertava o articulista, “está cheio de comilões, que pagam com a vida a sua voracidade. A culpa é deles principalmente, mas também o é dos higienistas que têm

¹⁴² *A Tribuna*, n. 28, de 13/08/1915.

descurado o assunto, deixando a cozinha entregue ao cozinheiro, a despensa à dona de casa, por achar um pouco íntimo ocupar-se de tão humilde misteres”.¹⁴³ Em artigos assinados por um certo *Dr. Felix*, advertia-se aos leitores: “Olha o que comes”.

“Comer enquanto o paladar o não rejeita não é, com certeza, um guia de segurança. Hoje a vida, tal como vivemos, junto da eletricidade e do vapor, difere muito da vida livre, segundo a intuição natural dos tempos que passaram.

Modificado, como está, o homem, pelo artifício de que a civilização o cercou, já não lhe basta o instinto para prover suas necessidades.

Só artificialmente também poderá conhecer quais deverão ser as exigências do seu organismo que convém satisfazer, quais deve desprezar e a melhor maneira de o conseguir.

Na escolha da alimentação não pode deixar de recorrer-se a uma observação mais cuidada do que a feita por cada um diante do [?]

Sabe bem? Ingere-se. Não sabe? Rejeita-se.

Era esse o método troglodita, segundo se adivinha das crônicas do tempo; e talvez não fosse mau; pode ter sido perfeito nessas idades anteriores ao “*foie gras*”, mas agora, em plena época de “*saaces*” e caves afamadas já não é fácil, com o simples auxílio dos sentidos, distinguir do veneno a comida salutar”.¹⁴⁴

O Dr. Felix concluía afirmando que desejava ansiosamente que chegasse o momento em que a ciência trataria da alimentação como objeto de estudo, “fazendo luz na

¹⁴³ *A Tribuna*, n. 29, de 14/08/1915.

¹⁴⁴ *A Tribuna*, n. 30 de 16/08/1915.

questão”.¹⁴⁵ O cenário pintado no texto do clínico não era certamente a realidade da maioria da população da cidade de Florianópolis ou mesmo nacional. O próprio jornal que fez circular estas notas, numa mesma edição, noticiava: “Vendeu um filho por quatro rapaduras”¹⁴⁶ e conclamava a população local a contribuir com os flagelados da “seca no norte”.¹⁴⁷ Apesar do aparente paradoxo entre estas notícias veiculadas pelo jornal, elas reforçam a idéia de que o homem moderno era aquele que alcançaria o sucesso profissional e a ascensão econômica através do seu próprio esforço.

A representação máxima desse modelo, divulgada tanto no já mencionado folhetim autobiográfico “Como se ganham milhões”, de P. T. Barnum, quanto nas colunas sociais que descreviam os políticos e “capitalistas” de Florianópolis como empreendedores que venceram, apesar das adversidades da vida, era a do *self-made man*. Este modelo de masculinidade, conforme Michael S. Kimmel, surgiu nos Estados Unidos, na primeira metade do século XIX. “A sua masculinidade deveria ser demonstrada e provada no mercado. Ele era um empresário urbano, um homem de negócios um *homme d'affaires*”.¹⁴⁸

Estes *self-made men*, continua o autor:

“eram ausentes dos lares, cada vez mais distantes dos seus filhos, devotados ao seu trabalho em um ambiente de trabalho homosocial. Esta era uma masculinidade cada vez mais ansiosa, pois requeria demonstrações e provas constantes, sendo a aquisição palpável de bens uma evidência de sucesso”.¹⁴⁹

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ *A Tribuna*, n. 29, de 14/08/1915.

¹⁴⁷ *A Tribuna*, n. 32, de 19/08/1915.

¹⁴⁸ KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n.9, outubro de 1998. p. 111.

¹⁴⁹ Idem.

Pautar-se por esse modelo de conduta significava se distinguir das camadas pobres da população que na visão da elite, viviam aferradas a uma economia de subsistência. Além disso, a pobreza, como lembra Sandra Pesavento, era associada aos “perigos, e estes, ao vício, ao crime e à maldade”. O pobre para a elite era aquele “que resiste à integração social, que não trabalha porque não quer, não se submete porque não teme, de onde vem a ser, seguramente, uma ameaça à sociedade”.¹⁵⁰ Certamente, ao pregar uma vida regrada e saudável o que se buscava era tornar o corpo, tanto dos trabalhadores quanto dos homens da elite, produtivo.

1.5 - Um homem é o que ele veste

“Frivolidade ainda? Não são frivolidades... Vestir bem é uma arte e um dever... Um homem que se deixa abandonar por seus alfaiates é como um navio que os ratos abandonam. Vai naufragar...”

Gazeta Catarinense, n. 184, de 21/8/1908.

Os homens que quisessem ser reconhecidos como honrados, além de cuidar da saúde do corpo tinham que se preocupar com a aparência. Nota-se que a emergência desta preocupação coincide com um momento de maior circulação de pessoas pela cidade, tanto de homens quanto de mulheres, em busca das novas formas de sociabilidade que foram

¹⁵⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 13.

surgindo no espaço urbano. As retretas e o *footing* no jardim Oliveira Belo, as seções de cinema e os cafés que se instalaram no entorno da Praça 15 de Novembro, por exemplo, passaram a possibilitar encontros que anteriormente somente eram possíveis em espaços privados.

Durante o século XIX, os bailes nos salões de clubes e residências eram os principais momentos de reunião da sociedade, onde rapazes e moças travavam conversação sob o olhar vigilante das mães e dos moralistas de plantão. Não era raro os colunistas daquele período tecerem críticas ao que consideravam os “excessos” da toalete feminina.¹⁵¹ Porém, a imprensa de Desterro guardava um grande silêncio com relação à moda masculina. Tal estado de coisas começou a se modificar a partir dos primeiros anos do século XX.¹⁵²

Em 1903, *O Dia* transcreveu de um jornal carioca um artigo intitulado “As nossas roupas”. Neste texto, o articulista dizia que uma das finalidades principais do vestuário era a “de evitar, que grande parte da superfície do nosso corpo (80%) tenha relações muito diretas com o meio exterior”. Cabia ao vestuário proteger o “organismo” contra os “perniciosos efeitos da insolação”, evitando “os bruscos resfriamentos e modificando também a atividade da evaporação das secreções da pele”.¹⁵³ Ou seja, a confecção do

¹⁵¹ Sobre estas questões ver: MORGA, Antônio Emílio. Espaços da visibilidade feminina: Nossa Senhora do Desterro século XIX. In: MORGA, Antônio Emílio (Org.). *História das Mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas/ Argos, 2001. p. 181 a 206.

¹⁵² Buscando não retomar temas já devidamente estudados, como a relação entre a moda e as representações do gênero feminino, inclusive para a cidade de Florianópolis, durante o período em estudo, não tratarei de temas ligados à moda e à beleza feminina. Sobre tais temas ver: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas - uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994; SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Editora Senac/Boitempo, 1999; MALUF, Marina & MOT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p 367 a 421; SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Op. cit.

¹⁵³ *O Dia*, n. 883, de 29/12/1903.

vestuário deveria ser pautada por “princípios de higiene” com a finalidade de garantir a saúde. Porém, o autor constatava que:

“cobrimos o corpo com roupas confeccionadas mais ou menos conforme figurinos europeus, sem termos em nenhum valor, na mais completa indiferença, se tais feitos são convenientes ou apropriados ao nosso clima, tão diverso e inconstante”.¹⁵⁴

Para o autor, as roupas utilizadas pela população em geral eram inadequadas ao clima brasileiro. A partir dessa constatação o articulista tentou descrever a maneira de vestir das “classes” que compunham a sociedade. Os trabalhadores, “usam de um misto discordante na maneira de vestir-se, com roupas velhas e de diversos tecidos e cores”; os representantes da “classe média”, que usa gravata, “requisito indispensável para entrar na primeira classe ... dos bondes do Jardim Botânico, não têm também nenhum método para compor o vestuário”. Sobre a roupa da suposta “primeira classe”, que para o autor era composta por homens “que possuem títulos científicos, ou representação social fora do comum, doutores, deputados, ministros, chefes de repartições, etc.” era imprescindível “um certo apuro no trajar”. Este artigo, apesar de sua pouca clareza na descrição das roupas masculinas da época, nos remete para a tentativa dos médicos de intervir na composição do vestuário, chamando a atenção da sociedade para a necessidade de adequação das vestimentas ao clima e a sua importância para a higiene corporal. Conforme Maria do Carmo Teixeira Rainho, por meio do discurso da adequação, “os médicos demonstravam que o bem-vestir se caracterizava pela utilização da roupa certa em relação ao clima, às estações do ano, às circunstâncias, à hora, ao sexo, à idade, ao temperamento, à profissão e

¹⁵⁴ Idem.

à posição social”.¹⁵⁵ Além dos preceitos de higiene, a maneira de vestir possibilitava uma distinção de classe.

Essa preocupação com o “bem-vestir” dos homens, nas páginas da imprensa de Florianópolis, passou a ganhar algum destaque a partir da primeira década do século XX. No século anterior, foram raras as referências à moda masculina na imprensa em geral.¹⁵⁶ Mesmo os jornais e revistas especializados do Rio de Janeiro, “que publicassem figurinos ou discutissem o sentido da moda para os homens, acreditavam que a moda era ‘artigo privativo das senhoras’”.¹⁵⁷ Apesar dos que diziam que moda não era coisa de homem, nos jornais da capital catarinense do período em estudo, é possível perceber que a maneira de vestir dos homens passou a ser problematizada, tendo como referência a capital federal. Além disso, nota-se o surgimento de um comércio especializado em vestuário masculino, que passou a se concentrar nas ruas próximas à Praça 15 de Novembro e ao centro administrativo do Estado, freqüentado principalmente por homens de negócio e funcionários públicos.

As novas tendências da moda masculina arribavam na ilha tanto pelas páginas da imprensa quanto na bagagem dos homens que iam à capital da República para se instruir. Nesse sentido, o alfaiate Francisco Machado anunciava, em 1904, que acabava de chegar do Rio de Janeiro, “trazendo um variado e completo sortimento de artigos concernentes à sua arte: casimiras estrangeiras para ternos, tricot para frack, sobrecasaca e casaca, o que há

¹⁵⁵ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 118.

¹⁵⁶ Horácio Nunes Pires, funcionário público e escritor desterrado, escreveu um romance onde procurou retratar a cultura das populações do interior da ilha de Santa Catarina, no século XIX. No romance, que foi publicado na forma de folhetim, no *Jornal do Comércio*, em 1877, o autor contrapõe o homem de hábitos urbanos, já com ares civilizados, ao interiorano grosseiro e ridículo. Esta caracterização se deu também através do vestuário dos personagens. Ver: PIRES, Horácio Nunes. *D. João de Jaqueta*. Porto Alegre: Movimento, 1984.

¹⁵⁷ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. Op. cit. p. 80.

de superior qualidade”.¹⁵⁸ O mesmo alfaiate procurava oferecer aos fregueses, como se depreende de um anúncio de 1909, os tecidos modernos da última moda, próprios para cada estação do ano, por “preços razoáveis”.¹⁵⁹

Além dos ternos feitos sob medida, era possível adquirir no comércio da cidade roupas prontas importadas do outro lado do Atlântico. A loja A Macedônia, situada na Rua Trajano, anunciava, em 1907, que acabava de receber de Hamburgo “pelo último vapor, grande sortimento de camisas brancas, de goma e de peito mole”.¹⁶⁰ Da França anunciava-se, em 1909, a chegada de camisas “Sans Rival, L’Universelle Madapolan e Zephir”.¹⁶¹ A loja Chic Americano, anunciava, em 1918, camisas americanas, gravatas e meias de seda. A chapelaria Moderna informava, em 1908, que contava com as gravatas “mais chics e modernas”¹⁶², além de luvas de pelica, curtas e compridas, para homens e senhoras.¹⁶³

Com o passar do tempo outras peças e acessórios do vestuário masculino foram ganhando visibilidade nos anúncios. A Casa Estrela do Brasil, localizada na rua João Pinto, oferecia calças e calçados para homens, além de roupas para senhoras.¹⁶⁴ A *Casa Schneider*, oferecia gravatas “moderníssimas”¹⁶⁵ e a loja Ao Bom Gosto, anunciava o seu estoque de punhos, colarinhos, gravatas, lenços, camisas, chapéu de sol, perfumaria e abotoaduras.¹⁶⁶ Em 1921, a loja de roupas masculinas Au Bom Marche, localizada junto à Praça 15 de Novembro, lembrava que “todos os homens vestem-se ao rigor da moda e representam

¹⁵⁸ *O Dia*, n. 1021, de 10/06/04.

¹⁵⁹ *O Dia*, n. 4245, de 13/05/1909.

¹⁶⁰ *O Dia*, n. 2041, de 15/12/1907.

¹⁶¹ *O Dia*, n. 4211, de 28/03/1909.

¹⁶² *O Dia*, n. 4128, de 15/12/1908.

¹⁶³ *O Dia*, n. 4070, de 29/09/1908.

¹⁶⁴ *O Dia*, n.4505, de 13/04/1910.

¹⁶⁵ *O Dia*, n. 8448, de 04/11/1916.

¹⁶⁶ *O Dia*, n.8798, de 29/01/1918.

uma figura *chic* sortindo-se em chapéus, camisas, colarinhos, gravatas, ceroulas, meias de seda, ligas e suspensórios”.¹⁶⁷

A preocupação com aparência masculina, como sugerem os vários anúncios apresentados, foi acompanhada pelo desenvolvimento de um comércio de mercadorias de luxo voltado para os homens. Muitos dos produtos anunciados, apesar dos propalados preços “módicos” ou “razoáveis”, eram dirigidos a uma clientela bastante restrita. Na busca por ampliar o mercado consumidor, os comerciantes muitas vezes tiveram que criar mecanismos que tornassem suas mercadorias mais acessíveis. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 1908.

Nesse período estava sendo abandonada a tradicional combinação de sobrecasaca e cartola e começava a ser adotado o terno. Este traje passou a ser usado tanto por funcionários públicos, comerciantes e profissionais liberais quanto por caixeiros do comércio e pequenos proprietários. Tal popularização foi facilitada graças aos “clubes de sorteio de ternos de paletot”. Estes funcionavam como uma espécie de consórcio. Entre os vários clubes que se formaram pode-se citar o Club Machado de Ternos de Paletots, através do qual se poderia adquirir um “terno de superior casimira estrangeira” pagando semanalmente a quantia de 5\$000”, durante seis meses. Ao final desse período, caso o interessado não tivesse sido sorteado, receberia o terno da “fazenda que lhe aprouver”.¹⁶⁸ Dentro dos mesmos moldes a Alfaiataria F. Bonnassis, que se anunciava como o estabelecimento mais antigo da cidade no seu gênero, informava que “a pedido de muitos amigos e fregueses” criava um Club de ternos de paletot. Para adquirir um terno de “casimira fina” bastava pagar a quantia de 5\$000 durante 25 semanas, “com um sorteio por

¹⁶⁷ *O Estado*, n. 2182, de 03/10/1921.

¹⁶⁸ *O Dia*, n. 3037, de 16/04/1908.

semana”.¹⁶⁹ Também a *Alfaiataria Cometa* anunciou a criação do Club Esperança de Ternos de Paletot.¹⁷⁰ Numa cidade em que o serviço público, em suas diferentes esferas, federal, estadual e municipal, e o comércio eram os principais empregadores, tais clubes foram uma boa saída encontrada para renovar o guarda-roupa masculino.

Cada clube possuía vários grupos, o que reforça a idéia da popularização daquele traje. Logo começaram a ser anunciados os nomes dos primeiros sorteados. No Clube Machado o premio foi para o número 17, pertencente ao senhor Fernando Machado Vieira que, se não se tratasse de um homônimo, era o delegado da cidade. Ele recebeu um terno de “fina casimira”.¹⁷¹ No clube n.1 da Alfaiataria Popular, de João Barbato, foi sorteado o n. 54, pertencente ao sócio João Candido da Silva.¹⁷²

A substituição da sobrecasaca pelo terno foi acompanhada pela troca da cartola pelo chapéu de palha. Este tipo de chapéu, segundo uma nota do jornal *Gazeta Catarinense*, em sua “forma clássica” tinha resistido “a todas as inovações da última estação”. Os rapazes do comércio “parecem nutrir” pelo chapéu de palha com largos bordos “especial simpatia”. Já as “classes populares”, continuava o articulista, “preferiam o chapéu de palha de bordo superior pintado”. Os “*smarts* usaram a princípio, uns e outros”, passando posteriormente a condenar as inovações. O chapéu “*dernier bateau*” conclui a nota, tem a copa mais baixa, a fita mais estreita, os bordos mais amplos do que o clássico”.¹⁷³ O que este artigo pretendia demonstrar ou reforçar, para além da nova moda do chapéu de palha, é que o acesso aos

¹⁶⁹ *O Dia*, n. 3048, de 01/05/1908.

¹⁷⁰ *O Dia*, n. 4023, de 02/08/1908.

¹⁷¹ *O Dia*, n. 3078, de 07/06/1908.

¹⁷² *O Dia*, n. 3081, de 11/06/1908.

¹⁷³ *Gazeta Catarinense*, n. 184, de 21/08/1908.

bens de consumo não estava condicionado a questões financeiras, ao poder de compra da população. Dentro desta lógica, a escolha estaria associada a um gosto de classe.

Para os homens menos abastados ou para os que quisessem simplesmente acompanhar as novas tendências e ficar atualizados com a moda, a Casa Goeldner & Nocet, criou, em 1908, o Club de Chapéus de Sol. E o primeiro sorteado foi o número 52, pertencente ao “dr. Honório Hermetto Carneiro da Cunha”.¹⁷⁴ Ao contrário dos clubes de paletó, o clube formado pelo Sr. Goeldner, ao que tudo indica, não teve muitos concorrentes. Mas a quantidade de anúncios comerciais de lojas e alfaiatarias que ofereciam chapéus da última moda não deixa dúvidas quanto à importância dos mesmos na composição do traje masculino da época. Em 1906, a Chapelaria Moderna anunciava a última novidade em chapéus ingleses para homens.¹⁷⁵ Os produtos nacionais também figuraram na imprensa local, como era o caso do premiado Chapéu Gaúcho, de Porto Alegre.¹⁷⁶ E as senhoritas, descritas como estando sempre atualizadas em questões de moda, foram conclamadas pela propaganda comercial a opinar naquilo que os homens vestiam, como se percebe pelo anúncio da Casa Campos:

“Senhorita

Se quereis que o vosso admirador seja *Smart* e de *bom-tom* recomendai-lhe o uso do elegante e durável chapéu Mangueira que se encontra em Florianópolis só na Casa Campos”.¹⁷⁷

¹⁷⁴ *O Dia*, n. 4073, de 02/10/1908.

¹⁷⁵ *O Dia*, n. 1585, de 19/05/1906.

¹⁷⁶ *O Dia*, n. 7276, de 05/09/1913.

¹⁷⁷ *O Dia*, n. 7107, de 09/01/1913.

A febre dos *Clubs* foi arrefecendo em 1909. Mas, ao que tudo indica, o mercado de roupas masculinas, continuou promissor com a instalação de novas alfaiatarias e lojas de roupas masculinas na cidade de Florianópolis. Em 1909, Nicolau Di Concílio comunicava a inauguração da Alfaiataria Elegante, que teria uma filial na cidade de Laguna.¹⁷⁸ Além dos trajes feitos sob encomendas, em 1928, Otto Bernhardt, anunciava ternos “baratíssimos”, de brim e casimira, provavelmente, prontos para vestir.¹⁷⁹ Em 1929, o proprietário da Casa Blum, reconhecia que em tempos de pouco dinheiro ficava difícil se fazer ternos, “porque custa o olho da cara”, por isso aquele estabelecimento passava a vender ternos “à prestação”, pelo mesmo preço da concorrência.¹⁸⁰

Através dos anúncios comerciais é possível indicar que algumas alfaiatarias atravessaram o período em estudo com as portas abertas. Outras, possivelmente, fecharam ou simplesmente deixaram de anunciar. Mas o certo é que o terno prevaleceu como vestuário do homem urbano, *chic* e elegante, e novas alfaiatarias se estabeleceram na cidade, como a Alfaiataria Cardoso que, em 1921, anunciava ser aquele profissional “diplomado pela Academia de Corte de São Paulo”.¹⁸¹ O grande número de estabelecimentos ligados à venda de roupas masculinas favoreceu a ampliação do mercado de trabalho local. Certamente conhecer do riscado favorecia a conquista de um emprego. Em 1911, anunciava-se a necessidade de contratação de “um moço que tenha alguma prática do comércio de fazendas a varejo”.¹⁸² Além da venda de tecidos, podia-se aprender

¹⁷⁸ *O Dia*, n. 4237, de 01/05/1909.

¹⁷⁹ *O Estado*, n. 4154, de 27/03/1928.

¹⁸⁰ *Folha Nova*, n. 664, de 09/01/1929.

¹⁸¹ *O Estado*, n. 2904, de 01/03/1921.

¹⁸² *O Dia*, n. 4914, de 07/09/1911.

“a cortar” através de um método moderno e fácil para alfaiates, que seria ministrado por correspondência.¹⁸³

A popularização dos ternos como traje masculino não significou o apagamento das distinções sociais. Os homens com maior poder aquisitivo podiam se distinguir da maioria da população masculina através do corte, do tecido e do uso de acessórios, como gravatas, abotoaduras, colarinhos, lenços, etc. Os anúncios de objetos perdidos ajudam a conhecer um pouco sobre o gosto masculino pelos acessórios. Um exemplo disso é o anúncio publicado em 1906, por meio do qual comunicava-se a perda de uma bengala de “Cana da Índia com castão de prata”, que apesar do pouco valor financeiro, tinha grande valor sentimental para o seu proprietário. Quem a achou deveria entregá-la no escritório do sr. André Wendhausen & Cia., que seria “bem gratificado”.¹⁸⁴ Em 1909, o senhor Francisco A. Machado divulgava que havia perdido, durante a procissão, um alfinete para gravata, com 12 brilhantes e 4 safiras, na forma de “chuveiro Marquise”.¹⁸⁵ Em 1924, o farmacêutico Heitor Luz anunciava a perda de uma gravata azul, com corrente na parte posterior e um alfinete de ouro representando uma cobra, “símbolo da medicina”, sendo os olhos duas pequenas pedras brancas.¹⁸⁶ Os acessórios podiam atuar como símbolos de distinção tanto de classe quanto profissional.

Outro registro importante, que ajuda a conhecer os estilos de vestir desenvolvidos pelos homens, são as fotos publicadas nos jornais, principalmente na década de 1920. Tanto nas colunas policial e social quanto em algumas peças publicitárias encontramos registros fotográficos que nos informam sobre a vestimenta masculina. Neles, chama a atenção o fato

¹⁸³ *O Estado*, n. 4961, de 09/04/1930.

¹⁸⁴ *O Dia*, 1609, de 20/06/1906.

¹⁸⁵ *O Dia*, n.4271, de 23/06/1909.

¹⁸⁶ *O Estado*, n. 2737, de 16/08/1923.

dos ternos dos homens e rapazes da elite serem quase sempre de cores escuras. O toque pessoal ficava por conta dos acessórios, dos nós e tipos de gravatas.

Nas colunas sociais das principais folhas da capital catarinense, os jornais *O Estado* e *República*, figuravam, além dos próceres do Partido Republicano Catarinense, homens jovens, oriundos do que se convencionou chamar “boas famílias”. Entre estes se destacavam, pela quantidade de registros, os membros da família Luz e os irmãos Adolfo e Vitor Konder. Adolfo foi seguramente, entre os homens que tiveram a imagem veiculada na imprensa, o mais elegante daquele período. Esta impressão foi lembrada por um contemporâneo seu, Renato Barbosa, no livro *O garoto e a cidade: Florianópolis nos anos 20*, nos seguintes termos: Adolfo Konder adorava uma indumentária um tanto quanto descompromissada para os cânones da época, apesar do posto de Secretário que ocupava no governo Hercílio Luz. Costumava usar ternos claros, “de linho 120; camisa finíssima de seda, encimadas pelos colarinhos simples, muito engomados, de pontas dobradas, enfeitados pelas gravatas agressivamente berrantes; calças afuniladas, deixando à mostra os tornozelos e meias francesas ou da Escócia, calçando sapatos de duas cores, vindos da Casa Cadete, no Rio, e de ponta fina e longa; chapéu de feltro (casa Raunier, também no Rio), dobrado ao lado e descambando para a esquerda, para onde repartia a cabeleira (...). À lapela dos paletós bem cinturados e indo quase ao joelhos, o Dr. Adolfo Konder trazia sempre grande e despetalante cravo de Petrópolis”. O quadro se completava com uma piteira muito longa, com incrustações de marfim, “à feição da que usavam as estrelas de

Hollywood...”¹⁸⁷ O jovem político criou para si um estilo que o tornava inconfundível em relação ao restante da população masculina.

As imagens dos homens da “boa sociedade” contrastavam com as imagens de populares, como, por exemplo, dos fotografados para o anúncio de uma campanha da loteria Crédito Mútuo Predial, que pagava prêmios em dinheiro.¹⁸⁸ Neste anúncio apareciam fotografias de pessoas sorteadas. Nas imagens fica evidente que os sorteados eram oriundos de vários setores da sociedade. Entre os sinais externos que permitem esta constatação estão as roupas dos mesmos. Os trajes dos mais pobres, apesar de domingueiros, eram quase sempre de tecidos claros e o corte um tanto quanto desalinhado. Nas fotografias que ilustraram outras matérias dos jornais, em que foram retratados trabalhadores estes também aparecem com roupas claras. Infelizmente não se pode afirmar que tipo de tecido era empregado na confecção de seus trajes, certamente não era o linho nem a casimira inglesa.

Através da moda, os homens com maior poder de consumo, segundo Nicolau Sevcenko, buscavam se diferenciar e distanciar dos menos afortunados e dos despossuídos. No início do século XX, prevalecia entre os homens “o desejo de não estar identificado, pelas suas vestes, adereços e apetrechos, com um meio social homogêneo, com um padrão funcional ou com um estrato cultural”.¹⁸⁹ O momento era o de afinar-se com os novos tempos, com a velocidade das informações, com as novidades européias atualizadas pelo “*dernier Bateau*, ou, em breve, a americana do último filme. A cena agora pertencia ao

¹⁸⁷ BARBOSA, Renato. *O garoto e a cidade (Florianópolis dos anos 20)*. Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social do Estado de Santa Catarina, 1979. p. 192.

¹⁸⁸ *O Estado*, n. 3773, de 31/12/1926.

¹⁸⁹ SEVCENKO, Nicolau. Op. cit. p.538.

individualismo exibicionista”.¹⁹⁰ Estas características, que o autor identifica na cidade do Rio de Janeiro da primeira década do século XX, se fazem sentir com maior força na Florianópolis dos anos 1920.

Os cuidados com a aparência, além de possibilitarem uma distinção de classe, contribuía para valorizar uma imagem de saúde e jovialidade, atributos então bastante valorizados. Além disso, um homem bem vestido agradaria com mais facilidade o “belo sexo”. Esta imagem de sedução foi divulgada num anúncio da Alfaiataria da Moda, em 1927, que dizia:

“Ora vejam só...

Como quereis agradar as lindas criaturinhas do belo sexo, com a roupa que vestis? Como quereis apresentar-vos elegante em uma reunião?

Somente indo à Alfaiataria da Moda, à rua Tiradentes 18, a única que confecciona ternos com apurado gosto, pelos figurinos mais modernos e por pouco dinheiro”.¹⁹¹

Além de agradar às mulheres, conforme este anúncio, uma roupa moderna e elegante emprestava ao homem uma representação de honorabilidade. Esta relação entre honra e elegância fica evidente num encarte especial publicado no jornal *O Estado*, em 1928, no qual apresentava-se aos “nossos elegantes” o “mais moderno modelo de *smoking*” e seus acessórios, gravatas e lenços. Abaixo do figurino vinha a frase: “um corpo formoso faz supor uma bela alma”.¹⁹² Ou seja, a roupa presentificava algo que não era dado a ver, qual seja, o corpo e a alma de um homem, que seriam, juntamente com o traje, os fiadores

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ *Folha Nova*, n. 320, de 25/11/1927.

¹⁹² *O Estado*, n. 4099, de 21/01/1928.

do seu caráter. O termo elegância poderia designar tanto a aparência física quanto o comportamento masculino.

Um homem bem trajado era a representação de um homem honrado. A roupa, quando seguia os cânones da moda, poderia corrigir a postura masculina, dissimulando ou destacando certas partes do corpo, dando-lhe o tão valorizado aspecto de juventude, força e vitalidade. Os que não correspondiam ao modelo de corpo valorizado socialmente, mas com algum dinheiro para gastar, podiam fazer uso dos acessórios para ressaltar ou disfarçar alguma parte do corpo. Num anúncio da loja Ribeiro e Cia., que afirmava ter ficado conhecida como a “detentora dos melhores artigos para homens”, entre os produtos masculinos ofertados estava o “algodão para enchimento”.¹⁹³ Munidos desses acessórios, os bons alfaiates da cidade, além de costurarem ternos moldavam corpos.



Figura 4: Alfaiataria Cardoso - *O Estado*, n. 2904, de 01/03/1924

¹⁹³ *O Estado*, n. 3780, de 10/01/1927.

Ao longo desse capítulo procurou-se evidenciar a construção e divulgação de um modelo hegemônico de masculinidade pela imprensa de Florianópolis, durante a Primeira República. Através de artigos e anúncios comerciais circulou um conjunto de representações que visava instruir os comportamentos masculinos, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Dos homens em geral esperava-se que fossem moderados, que controlassem seus impulsos, que cumprissem com seus contratos e que fossem os únicos provedores da família. Possuir um corpo saudável, branco, jovem e viril era a garantia de que o homem cumpriria com as suas atribuições. A força e a elegância física eram atributos prestigiantes e sinal de honradez masculina. Este modelo hegemônico, além de buscar instruir os comportamentos masculinos em geral, serviu também, como se verá em outros momentos desse trabalho, como parâmetro para julgar e desqualificar os homens que dele se distanciavam.

Capítulo 2

Homens de papel: imprensa, violência e representações masculinas na Primeira República

O presente capítulo busca demonstrar como, paralelo ao processo de transformação que se deflagrava no espaço urbano de Florianópolis, durante a Primeira República, a imprensa da capital catarinense problematizou os atos de violência física, que ocorreram na cidade. Além disso, procura apreender as representações de masculinidades veiculadas em notícias que denunciavam o uso da violência na resolução de conflitos, tanto entre homens quanto entre homens e mulheres. Os artigos denunciando atos de violência física cometida por homens ganharam maior evidência num momento em que o ideal de corpo masculino divulgado pela imprensa, através de discursos e reclames comerciais, remetia à imagem de um corpo apolíneo, em que se destacava a juventude, o vigor físico, a saúde e o controle de si.

Para entender a forma como a imprensa noticiou o que considerava violência ou o seu silêncio sobre essa questão, será necessário discorrer, primeiramente, sem a pretensão de esgotar o tema, sobre algumas características dos principais periódicos que circularam em Florianópolis durante o período em estudo. Falar sobre a imprensa diária naquele

alvorecer republicano, ainda que sucintamente, faz-se assaz importante para entender melhor os desdobramentos que as disputas políticas tiveram na forma de narrar os acontecimentos violentos ocorridos em Florianópolis, no período em estudo.

2.1. Imprensa, disputas políticas e violências

Durante a Primeira República, a imprensa de Florianópolis não apresentou grandes modificações em relação ao período precedente. Os jornais diários continuaram a tomar parte nas disputas político-partidárias, mesmo aqueles que em seus editoriais de estréia apresentavam-se como imparciais. O grau de envolvimento é que variou conforme o calor das disputas, sempre mais acirradas nos momentos em que antecediam os pleitos eleitorais. A novidade percebida, como se buscará demonstrar, é que a imprensa passou a problematizar questões, referentes ao comportamento privado da população, notadamente a masculina, que anteriormente sequer chegavam a ser alvo de intervenções do discurso jornalístico.

Após a adesão dos políticos catarinenses ao regime republicano, que se deu em 17 de Novembro de 1889, surgiram acirradas disputas entre as lideranças locais que extrapolaram as páginas dos jornais e deixaram marcas indeléveis na sociedade de Florianópolis. As contendas ocorridas após a proclamação da República desembocaram na chamada Revolução Federalista.¹⁹⁴ As querelas foram além dos discursos inflamados e se transformaram em violência física. Tais acontecimentos receberam divulgação,

¹⁹⁴ Para um estudo mais aprofundado referente aos grupos que estiveram envolvidos nas disputas ocorridas entre 1891 e 1894, ver: CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana & AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no Século XX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p. 297 a 343.

principalmente, nas páginas dos jornais diários *República*,¹⁹⁵ *Jornal do Comercio*¹⁹⁶ e *O Estado*.

Em 1892, a Assembléia Provincial nomeou o tenente Manoel Joaquim Machado como governador. Este, depois de assumir o cargo, aderiu ao movimento federalista.¹⁹⁷ Naquele contexto surgiu o jornal *O Estado*, como “Órgão do Partido Republicano Federalista”, divulgando os atos do novo governo, que se manteve no poder entre 1892 e 1894.¹⁹⁸ Os adversários dos federalistas, que haviam se organizado numa das principais cidades do vale do Itajaí, eram descritos nas páginas do *O Estado* como “As feras de Blumenau,”¹⁹⁹ os quais tinham em Hercílio Luz²⁰⁰ um de seus principais articuladores.

A forma como eram narradas as notícias denunciando ações violentas, além do fato em si, fazia parte de uma estratégia de desqualificação do outro. Um exemplo do que afirmamos ficou registrado na transcrição de um suposto telegrama que da cidade de Itajaí um federalista, de nome Adolfo Melo, enviou para a capital catarinense, em 1894. No telegrama, Melo informava que após ter sido preso pelas forças de Lima e Pinheiro, republicanos gaúchos que em retirada se dirigiam para a cidade de Rio Grande, escapara do

¹⁹⁵ O jornal *República* surgiu em 19 de Novembro de 1889, como órgão oficial do novo regime. Deixou de ser publicado em janeiro de 1892, após a deposição de Lauro Müller do governo do Estado. Em 1896 tornou-se órgão oficial do Partido Republicano. Cf. CALLADO Junior, Martinho. *Imprensa Catarinense: resumo histórico (1831-1969)*. In: EL-KHATIB, Faisal (Org.). *História de Santa Catarina*. vol. III. Curitiba: Grafipar, 1970. p. 136.

¹⁹⁶ O *Jornal do Comércio* foi fundado por José da Silva Cascaes, em 1880. Em 1884 foi vendido para Martinho José Callado e Silva que, em 1887, se associou a Eduardo Otto Horn. Para uma história da imprensa em Desterro/Florianópolis no século XIX e suas relações com as esferas do público e do privado, ver: PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

¹⁹⁷ CORRÊA, Calos Humberto P. *História de Florianópolis ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2004. p. 255.

¹⁹⁸ Idem. p. 258.

¹⁹⁹ *O Estado*, n. 86, de 19/02/1892.

²⁰⁰ Hercílio Pedro da Luz, nasceu em Desterro/Florianópolis, em 1860. Fez seus estudos primários na cidade natal e os secundários no Rio de Janeiro. Ingressou na Escola Politécnica, na capital federal. Coursou na Bélgica a Faculdade de Agronomia de Gembloux. Foi juiz comissário de terra na cidade de Lages, SC, em 1886, e engenheiro de Obras Públicas do Estado, em 1889. Em 1891, era Chefe da Comissão de Terras de Blumenau. Participou da resistência aos federalistas, na cidade de Lapa, Paraná. Governou o Estado de Santa Catarina por três mandatos, 1894 a 1898, 1918 a 1922 e 1922 a 1924. Faleceu antes de concluir o último governo. Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 414 e 415.

inimigo no rio das Lontras, perto de Vila Nova, passagem do Braço do Sul. Continuava a mensagem dizendo que os inimigos, cujas fileiras se encontravam em condições bastante precárias, deixavam atrás de si um rastro de destruição, arrebentando pontes, com o intuito de impedir a aproximação dos federalistas. Além disso, “três companheiros nossos que lhes caíram nas garras, foram miseravelmente degolados em companhia de um dos deles que não podia caminhar”.²⁰¹ Possivelmente, a transcrição deste telegrama tinha como alvo esmorecer o moral dos combatentes republicanos catarinenses bem como reforçar o apoio e acalmar a população de Desterro/Florianópolis, informando que as forças republicanas do sul do Brasil debandavam, não oferecendo perigo para o governo federalista instalado na Ilha de Santa Catarina.

As representações de violência presentes n’*O Estado* eram, principalmente, aquelas em que se denunciava o abuso do oponente político. Os inimigos, conforme a matéria citada anteriormente, eram como “feras” que com suas “garras” degolavam tanto os adversários quanto seus próprios companheiros que não podiam caminhar. Alguns estudos têm se dedicado à questão dos acontecimentos de 1894, em Florianópolis, porém, as “degolas” cometidas pelos dois lados e as representações de masculinidade que elas ensejavam, tais como honra, valentia, patriotismo, respeito à hierarquia, compadrio, entre outras, ainda precisam ser estudadas. Não cabe aqui analisar tais representações devido ao fato de que aqueles eventos extrapolaram a cidade de Florianópolis e abarcaram as regiões do interior do Estado e do planalto serrano, indo além do limite espacial a que o presente trabalho se propõe analisar. Em Florianópolis, o ápice das violências se deu com os fuzilamentos da ilha de Anhatomirim, na baía norte da ilha de Santa Catarina, ordenados

²⁰¹ *O Estado*, n. 317, de 06/01/1894.

pelo enviado de Floriano Peixoto, Coronel Antonio Moreira César²⁰² e endossadas pelos delatores locais de plantão, que queriam agradar os donos do poder e com isso ocupar cargos no serviço público.²⁰³ Sobre a chacina e os fuzilados, a imprensa local foi calada no momento do ocorrido e, ao longo do período em estudo, os republicanos, herdeiros do poder, se acusavam mutuamente de, no mínimo, omissão.

Em 1894, o jornal *República*, que tinha deixado de ser impresso durante o curto período no qual Desterro fora a capital dos revoltosos federalistas, voltou a circular. Com a eleição de Hercílio Luz para o governo do Estado, naquele mesmo ano, o *República* voltava a exercer o papel de órgão oficial, com o Partido Republicano Catarinense (PRC) no poder. Alguns dias após a sua posse, o novo governador assinou uma lei que mudava o nome da capital catarinense de Desterro para Florianópolis. Logo após a vitória dos republicanos, alguns jornais de oposição foram empastelados, entre eles o jornal *O Estado*.²⁰⁴ Este jornal do Partido Republicano Federalista somente voltou a circular em 1897 e em seu cabeçalho não figurava o novo nome da cidade.

²⁰² Numa coluna intitulada “Imagens do Rio”, publicada no jornal paulistano *O Democrata Federal*, de 4 de maio de 1895, o político e escritor catarinense Virgílio Várzea, num artigo com o título de “Os fuzilamentos em Santa Catarina”, no qual declinou o nome de alguns dos fuzilados na ilha de Anhatomirim, se referiu ao Marechal Floriano Peixoto como tendo feito um “governo criminoso e terrível, praticando toda sorte de crueldade e desmando[...] como um bandido, ditava a lei da perseguição e da morte, para onde quer que pendesse a sua cólera selvagem [...]. Quanto ao enviado para “apaziguar” a Ilha de Santa Catarina, o coronel Moreira Cesar, Várzea dizia que “esse homem que é a desonra de um povo e de toda a humanidade.” Ver também o artigo de 7 de abril de 1895, intitulado “Contra os fuzilamentos de Anhatomirim e o governo Floriano”. In: Arquivo Nacional, Fundo Virgílio Várzea, caixa n. 2.

²⁰³ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. 2 memória. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979. p. 567 a 572.

²⁰⁴ Martinho Callado nos informa que após o término da Revolução Federalista *O Estado* foi empastelado em duas oportunidades. A primeira vez ocorreu na noite de 9 para 10 de abril de 1894. Naquela noite, partidários do governo entraram na tipografia do jornal e destruíram todas as máquinas. Do episódio resultou sair ferido o líder do ataque, o alferes Isaiás, que morreu alguns dias depois vítima dos ferimentos causados por uma das rodas do maquinário. Sobre o segundo ataque àquela folha, o autor informa somente que ocorreu “logo depois” do primeiro. Naquela ano deixou de circular ainda o *Folha do Comércio*. O jornal *Correio da Manhã*, fundado em 1895, só logrou publicar duas edições, “atacou o governo e foi empastelado pela polícia à paisana.” Cf. CALLADO Junior, Martinho. Op. cit. p. 137

Apaziguados os ânimos revolucionários, a violência política permanecia latente. Para a quadra de 1898-1902, foi eleito Felipe Schmidt²⁰⁵ para presidir o Estado. Durante as eleições majoritárias de 1900, surgiu um novo rompimento na nau republicana estadual e Hercílio Luz entrou em rota de colisão com o então governador, acusando Schmidt de ter promovido uma manobra eleitoral com a finalidade de favorecer os seus partidários.²⁰⁶ Além disso, a apuração dos votos, efetuada pelos conselheiros municipais Antonio Pereira da Silva e Oliveira²⁰⁷ e Gustavo Richard,²⁰⁸ o primeiro deputado estadual e o segundo senador da República, não teria obedecido às regras estabelecidas, conforme acusação publicada no jornal *República*.²⁰⁹ Com a dissidência do grupo hercilista, Felipe Schmidt propôs um acordo aos federalistas de *O Estado*.²¹⁰ Estes, porém, sentido-se também traídos pelas manobras eleitorais levadas a cabo por partidários do governador se juntaram aos descontentes capitaneados por Hercílio. Como monumento ao acordo firmado, a folha federalista deixou de azeitar o prelo e o *República* passou a veicular as idéias também dos novos adeptos de Hercílio Luz. Por essa ocasião, o grupo ligado ao governador Felipe

²⁰⁵ Felipe Schmidt, nasceu na cidade de Lages, no planalto catarinense, em 1859. Mudou-se ainda criança para a cidade de Tijucas, SC, onde fez os estudos primários na escola pública local. Em Desterro fez os estudos secundários. Assentou praça, voluntário, em 1876. Matriculou-se na Escola Militar, no Batalhão de Engenharia, 1881. Tenente Coronel, em 1900. Governador do Estado de Santa Catarina por duas ocasiões, 1898 a 1902 e 1914 a 1918, Senador por Santa Catarina, 1909; 1919 e 1924. Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 707 a 708.

²⁰⁶ *República*, n.19, de 11/12/1900.

²⁰⁷ Antonio Pereira da Silva e Oliveira, natural da vila da Lapa (então Província de São Paulo, hoje Paraná), em 1848. A partir de 1852, foi residir na cidade de Lages, SC, onde se dedicou ao comércio. Em 1868, foi juiz de Paz em Lages. Foi eleito várias vezes deputado à Assembléia Provincial de Santa Catarina, a partir de 1882. Em 1926, foi Senador da República na vaga deixada pelo falecimento de Lauro Müller. Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 496 a 497.

²⁰⁸ Gustavo Richard, nasceu no Rio de Janeiro, em 1847. Fez seus estudos em Paris, França, no Ginásio Belle Ville, onde concluiu o curso de Humanidades. Regressou ao Brasil e fixou-se em Desterro, como comerciante. Exerceu o magistério na capital catarinense e em Buenos Aires, Argentina. Foi Coronel da Guarda Nacional, 1891. Foi um dos fundadores do Clube Republicano Esteves Junior, Desterro. Vice-governador do Estado de Santa Catarina, substituiu Lauro Müller na chefia do executivo, de 1890 a 1891. Governador eleito 1906 a 1910. Foi Senador por duas legislaturas (1894 e 1906). Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 677 a 678.

²⁰⁹ *República*, n.37, de 04/01/1901.

²¹⁰ *República*, n.41, de 09/01/1901.

Schmidt fazia circular seus ideários através de uma folha que veio à luz, em janeiro de 1901, intitulada *O Dia – Órgão do Partido Republicano Catarinense*.

As folhas que representavam os grupos antagônicos dentro do PRC coexistiram até 1903 quando, após a eleição de Lauro Müller²¹¹ para governador e Vidal José de Oliveira Ramos como vice, o jornal herciliista findou suas atividades.²¹² Lauro, que preferia ocupar cargos no governo federal, figurava então como a grande liderança, pairando acima das querelas de Felipe e Hercílio, que ocorriam no Estado. A eleição de Lauro Müller representava uma forma de apaziguar os ânimos dos grupos em disputa na capital estadual, sem se indispor com nenhum deles. Após assumir o governo do Estado, Müller passou a chefia do poder executivo estadual para Vidal Ramos²¹³, político do planalto catarinense, assumindo a pasta de Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do governo Rodrigues Alves.²¹⁴

Ao que tudo indica, as acirradas disputas políticas ocorridas, notadamente, entre 1891 e 1903, monopolizaram a maior parte do noticiário. As violências cotidianas, entre homens e entre homens e mulheres comuns, não ganharam grande destaque na imprensa local. Isso não quer dizer que a polícia não estivesse agindo, já que suas atuações ficaram

²¹¹ Lauro Severiano Müller, natural da cidade de Itajaí, engenheiro formado pela Escola Militar do Rio de Janeiro, foi o primeiro governador do estado, indicado por Benjamin Constant, aos 25 anos de idade, em 1889. Teve grande influência dentro do Partido Republicano Catarinense. Foi convocado pelo presidente Rodrigues Alves para atuar nas obras de modernização do porto do Rio de Janeiro, durante o período das reformas do prefeito Pereira Passos. Cf.: SEVCENKO, Nicolau. *O Prelúdio Republicano, Astúcia da Ordem e Ilusões do Progresso*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil República: da Belle Époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.22. Ver também: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 477.

²¹² Em 1903 o jornal *República* deixou de ostentar o subtítulo “Órgão do Partido Republicano” e passou a ser administrado como uma empresa privada, tendo à frente, como Diretor Proprietário, José Boiteux. Em 15 de setembro de 1903 foi anunciada a suspensão da publicação do jornal *República*.

²¹³ Vidal Ramos, estudou no Colégio N. Sra. da Conceição, em São Leopoldo, RS. Político no planalto catarinense, em Lages, foi deputado provincial pelo Partido Conservador, em 1885. Com a proclamação da República aderiu ao novo regime e ocupou vários cargos eletivos durante a Primeira República. Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 649.

²¹⁴ MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: subsídios para a História Catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997. p. 129.

registradas em documentos como os ofícios que o Chefe de Polícia enviava para os seus superiores.²¹⁵ O que se percebe naquele período é a pouca divulgação de pequenas contendas que resultavam em ferimentos ou não. Este pouco destaque às violências interpessoais, ocorridas em Florianópolis nesses anos iniciais do regime republicano, faz crer que algumas modalidades de violências, tais como brigas com ferimentos leves, não se constituíam como uma questão válida a ser tratada pela imprensa. Os crimes de homicídio, apesar de serem noticiados, não ganhavam grande destaque nas páginas dos jornais, do início da República. Um exemplo do que afirmamos pode ser percebido numa notícia publicada pelo jornal *República*, em 1899:

“Homicídio

Anteontem, às 2 horas da madrugada, no Sertão do Pantanal, distrito da Trindade, Prudêncio Luciano Bernardo vibrou uma facada em Eduardo José Teixeira, após uma ligeira altercação de palavras que com ele tivera. Os primeiros curativos foram feitos pelo Dr. Xavier Mattos mas, em vista do ferimento, o ofendido faleceu às 2 horas da tarde do mesmo dia.

Contra o delinqüente, que se acha preso, procedeu-se de conformidade com a lei”²¹⁶

O termo “ligeira altercação”, que era recorrente nas narrativas de homicídio do final do século XIX, encerra qualquer tentativa de maior esclarecimento do crime. Não importava então se, anteriormente à “facada” existia algum tipo de divergência entre os

²¹⁵ Durante o ano de 1902 o Chefe de Polícia, além de informar diariamente ao seu superior sobre as prisões efetuadas, principalmente por embriaguez e desordens, comunicava insistentemente em seus relatórios que a cidade não tinha sido patrulhada por falta de praças. Tal questão não foi explorada pela imprensa da época. Ver os: “Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado – 1902”.

²¹⁶ *República*, n. 93 de 25/04/1899. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

contendores. Essa forma de narrar os crimes de homicídios ocorridos em Florianópolis foi se alterando ao longo do período em estudo, notadamente, a partir de 1908, quando as notícias de assassinatos passaram a ganhar maior destaque na imprensa.

2.2. Imprensa e a espetacularização da violência

As disputas políticas estaduais ganharam um novo fôlego com a eleição de Gustavo Richard, republicano histórico, vinculado ao grupo de Lauro Müller, para o governo estadual no quadriênio compreendido entre 1906 e 1910. A partir de 1908, é possível perceber uma alteração substancial na forma como os atos de violência foram descritos pelos jornais de Florianópolis bem como na visibilidade dada a pequenos conflitos que até então não ganhavam divulgação. Naquele ano, veio a lume o jornal diário *Gazeta Catarinense*, de propriedade do então senador Hercílio Luz. A *Gazeta*, em sua curta existência, que foi de 1908 a 1910, passou então a rivalizar com o órgão do Partido Republicano Catarinense, *O Dia*, que circulou entre 1901 a 1918. As disputas travadas no interior do PRC voltavam, assim, a ganhar publicidade nas páginas das folhas locais. Desde 1903, quando o *República* deixou de circular, a imprensa de Florianópolis ficara sem um periódico declaradamente de oposição ao grupo instalado no Palácio da Praça XV.²¹⁷

O surgimento da *Gazeta*, durante o governo de Gustavo Richard, esteve intimamente ligado às disputas entre Hercílio Luz e o então governador. Notícias de crimes

²¹⁷ Entre 1904 e 1906, circulou em Florianópolis o *Correio do Povo*, de propriedade de Afonso Livramento, filho de um importante político da capital catarinense. Foi deputado estadual por duas legislaturas, entre 1888 e 1900. Apesar de encontrarmos alguns artigos criticando a administração estadual, como por exemplo, a denúncia de que o governo perseguia aquela folha e os excessos praticados por praças do Corpo de Segurança, o *Correio* não se declarava um jornal de oposição mas sim “independente”. O jornal *Correio do Povo*, pode-se dizer, apresentava uma preferência pelo então senador Hercílio Luz.

violentos que anteriormente ganhavam pouca visibilidade passaram a ter destaque na capa da *Gazeta*, com grandes chamadas que resumiam os fatos narrados na matéria, os quais cobriam grande parte da primeira página. As notícias publicadas no jornal de oposição ensejavam respostas de *O Dia*. As disputas entre as duas folhas certamente contribuíram para um aumento sensível, ocorrido entre 1908 e 1911, de notícias sobre crimes e uma maior regularidade na publicação da coluna “Ocorrências policiais”, pelo órgão oficial, informando sobre a ação da polícia que efetuava a prisão de indivíduos embriagados, desordeiros e valentões que se atracavam no meio da rua.

A dimensão dada a tais fatos ocorridos na cidade, entre outras coisas, esteve no cerne das disputas pelo reconhecimento, entre os grupos que disputavam o poder local, de quem estaria mais apto a governar o Estado e colocar a cidade nos rumos da modernidade. Um dos caminhos para se alcançar tal objetivo era garantir a ordem e a segurança públicas, através de uma polícia eficiente. Isso se depreende pela forma como as folhas adversárias disputavam as apurações das ocorrências criminais. Os articulistas do vespertino *Gazeta Catarinense* esforçavam-se por demonstrar as fragilidades, as falhas e a arbitrariedade da polícia na condução de suas diligências. Já o diário matutino *O Dia*, naturalmente, empreendia a defesa dos agentes da lei procurando demonstrar que estes eram “ativos” e eficazes na condução de suas tarefas.

Tal disputa pode ser observada já nos títulos que anunciavam os crimes violentos, como por exemplo, um assassinato ocorrido em 1908. A *Gazeta*, como se evidencia a partir do título da matéria: “Tragédia de Sangue – Assassinato – Numa casa de jogos – No Menino Deus – Golpe mortal na rua – No necrotério A Reportagem – Descoberta do

Assassino”, apelava para um evidente sensacionalismo.²¹⁸ Além disso, a narrativa do crime, procurava ressaltar a eficiência de seu repórter em desvendar o fato. Após a prisão do assassino, o repórter da *Gazeta* fora até o quartel, pois se tratava de um soldado, e fizera uma entrevista com o mesmo. Além disso, denunciou a “arbitrariedade tirânica e ridícula” com que o comissário de Polícia tratou a “amásia” do dono da casa de jogo em que ocorreu o crime.²¹⁹ Por seu turno, a folha oficial noticiou o ocorrido com um título direto “Assassinato”, passando a discorrer sobre sua versão dos fatos. Na edição seguinte a matéria recebeu o título “O Crime da Rua Menino Deus – Prisão do Delinqüente”.²²⁰ O jornal oficial terminou sua narrativa do incidente elogiando a ação dos praças do Corpo de Segurança que prenderam o assassino.

Além das “cenas de sangue” ocorridas em Florianópolis, a *Gazeta* publicava com grande destaque crimes noticiados em jornais de outras cidades do Estado e de fora dele. Chamadas como “Leia amanhã um grande crime”²²¹ ou ainda “Um mártir: crime horripilante”²²² antecedia a transcrição de relatos publicados em jornais de grandes capitais brasileiras. Em 1908, a *Gazeta* divulgava com o título de “A mala do crime”,²²³ a narrativa do assassinato do comerciante Elias Farah, publicada no jornal *O Comércio de São Paulo* com o título de “O crime da mala”.²²⁴ A recorrência na divulgação de acontecimentos marcados pela violência física, tanto pela *Gazeta* quanto por outros jornais que a seguiram, demonstra, entre outras questões, que aquele tipo de matéria encontrava receptividade entre os leitores da época.

²¹⁸ *Gazeta Catarinense*, n. 170, de 04/08/1908.

²¹⁹ *Gazeta Catarinense*, n. 171, de 08/08/1908.

²²⁰ *O Dia*, n. 4027, de 08/08/1908.

²²¹ *Gazeta Catarinense*, n. 26, de 14/02/1908.

²²² *Gazeta Catarinense*, n. 28, de 15/02/1908.

²²³ *Gazeta Catarinense*, n. 202, de 11/09/1908.

²²⁴ Crime citado em: FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1980-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 29.

Durante o período de circulação da *Gazeta*, ganhou notoriedade a disputa entre os jornalistas Crispim Mira,²²⁵ da folha hercilista, e Henrique Rupp Junior,²²⁶ do jornal *O Dia*. Nos acirrados debates, os articulistas faziam uso de suas penas para defender a facção política a que pertenciam. Extrapolando as querelas partidárias, passavam a divulgar questões de cunho pessoal. Valia tudo para denegrir o opositor, inclusive revirar o passado em busca de informações desabonadoras, como a acusação de crime de defloramento, realizado com promessa de casamento, dirigida a Crispim Mira.²²⁷ Esse tipo de denúncia era uma novidade frente aos debates políticos ocorridos na imprensa do século XIX. Naquele período, havia uma reticência e uma reserva dos jornais em tratar de questões da esfera privada, tais como adultério e violência doméstica, questões que sequer chegavam a constituir-se como objetos de investimento de discursos.²²⁸ Diante das constantes trocas de acusações, entre Mira e Rupp Jr., os ânimos se exaltaram de tal maneira que em setembro de 1908, as principais autoridades militares sediadas na capital, tiveram que intervir com o objetivo de “dissipar as nuvens acumuladas que poderiam enlutar a sociedade catarinense”.²²⁹ O importante para cada jornalista, na verdade, era demonstrar a incompetência administrativa e moral do adversário.

As disputas entre as duas folhas somente tiveram um fim com o empastelamento da *Gazeta Catarinense* nos estertores do governo de Gustavo Richard. Tal acontecimento nos

²²⁵ Crispim Mira começou sua carreira no jornalismo aos 19 anos, na cidade de Joinville, onde nasceu em 1880. Iniciou o curso de Direito no Rio de Janeiro, em 1901, mas não o concluiu. Trabalhou em alguns jornais da cidade natal e, em 1907, voltou à capital federal onde colaborou em jornais como *O Brasil e Correio da Manhã*. Em 1908, regressou para ser redator da *Gazeta Catarinense*. Para uma biografia de Crispim Mira ver: PEREIRA, Francisco José. *As duas mortes de Crispim Mira*. Florianópolis: Lunardelli, FCC, 1992.

²²⁶ Henrique Rupp Junior era natural da cidade de Joinville, SC; fez seus estudos de humanidades no Colégio N. Sra. da Conceição, São Leopoldo, RS. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Dedicou-se ao jornalismo, à advocacia e à política. Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p.691.

²²⁷ *O Dia*, n. 3070, de 29/05/1908.

²²⁸ Sobre essa questão ver: MACHADO, Vanderlei. 1999. Op. cit. p. 80.

²²⁹ *Gazeta Catarinense*, n. 193, de 1/9/1908.

chega através de uma notícia de primeira página, publicada no jornal *Folha do Comércio*, em 1910, com o título de “Atentado à imprensa – Exibição de força – Um capitão na enxovia - O Habeas-corpus”.²³⁰ Segundo a *Folha*, após invadirem as oficinas do jornal de oposição, policiais do Corpo de Segurança, disfarçados, destruíram o prelo da *Gazeta* e espalharam os tipos e demais materiais gráficos pela praia, “da Rita Maria ao Largo 13 de Maio”, ou seja, por toda a extensão da orla em frente da cidade. O móvel de tal violência teria sido a denúncia, publicada pela folha hercilista, em seu derradeiro número, de superfaturamento no contrato de eletrificação da cidade, praticado pelo governo de Gustavo Richard.²³¹

Em 1910, foi eleito governador o Coronel Vidal Ramos e Eugênio Luís Müller²³² como vice. A exemplo do que já havia ocorrido no pleito de 1902, esta eleição visava acalmar as animosidades existentes dentro do PRC, elegendo políticos de cidades do interior do Estado, ligados a Lauro Müller. Durante este segundo mandato de Vidal Ramos, outras folhas foram criadas e as denúncias de empastelamento da *Gazeta Catarinense* e de superfaturamento nos serviços de eletrificação, para citar a de maior destaque, ficaram enterradas juntamente com os tipos arremessados na praia. A marca dos novos tempos foi a realização de um grande baile em Palácio para comemorar a eleição do novo governador e a inauguração da luz elétrica, que naquele momento se restringia à Praça 15 e ao palácio do governo.²³³

²³⁰ *Folha do Comércio*, n. 254, de 31/08/1910; n. 255, de 01/09/1910; n. 257 de 03/09/1910; 258, de 05/09/1910.

²³¹ *Gazeta Catarinense*, n. 762, 25/08/1910.

²³² Eugênio Luís Müller, nasceu em Itajaí, SC, a 13.11.1856. Era irmão de Lauro Severiano Müller. Exerceu atividades no comércio e na advocacia, em sua cidade Natal. Foi deputado estadual e deputado federal. Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 475.

²³³ *Folha do Comércio*, n. 274, de 26/09/1910.

O jornalista Crispim Mira, que havia deixado a redação da *Gazeta*, em 1909, fundou naquele mesmo ano o jornal *Folha do Comércio*, que circulou diariamente entre 1909 a 1915.²³⁴ Em seu número de estréia se apresentava ao público como “imparcial” em relação às lutas políticas, afirmando que trabalharia pelo desenvolvimento econômico de Florianópolis. Noticiou amplamente o atentado à *Gazeta*. Porém, findo o governo Richard, o jornal de Crispim Mira manteve uma boa relação com o governo de Vidal Ramos. O mesmo convívio pacífico, ao que tudo indica, se estendeu ao órgão da imprensa oficial, *O Dia*.

O jornal criado por Crispim Mira, que não tinha cargo eletivo, buscava financiar-se com a venda de seus exemplares e com a publicação de reclames comerciais. A *Folha* dava destaque de capa às notícias de “Cenas de Sangue”, bem como a crimes como defloramentos,²³⁵ violência sexual sofrida por meninos,²³⁶ agressões,²³⁷ entre outros. Alguns crimes de grande repercussão fora do Estado, também, foram publicados com grande destaque. Em alguns casos era utilizada a mesma técnica dos folhetins, que o público já conhecia desde o século XIX,²³⁸ e que ajudava vender jornais. Entre as notícias-folhetim, foi amplamente divulgada, em 1909, a história dos “Irmãos Brocato”²³⁹, na qual

²³⁴ Apesar de ter deixado a folha hercílita, Crispim Mira manteve relações pessoais e de confiança com Hercílio Luz. O jornalista, durante o período em que Hercílio Luz voltou ao governo do Estado, em 1918, representou o governo estadual em importantes encontros culturais e diplomáticos. Na década de 20 foi convidado a escrever uma obra, fazendo um balanço das condições sociais e econômicas de Santa Catarina, por ocasião do centenário de independência do Brasil, em 1922. Ver: MIRA, Crispim. *Terra Catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1920.

²³⁵ *Folha do Comércio*, n. 22, de 26/10/1909.

²³⁶ *Folha do Comércio*, n. 271, de 02/09/1910.

²³⁷ *Folha do Comércio*, n. 19, de 22/10/1909.

²³⁸ Os romances publicados na forma de folhetins apareceram na imprensa catarinense desde a segunda metade do século XIX. Marlyse Meyer nos fala que este tipo de literatura “já havia arribado” no Brasil desde 1838, com a publicação do primeiro folhetim de Alexandre Dumas, *O Capitão Paulo*. Para uma história da publicação de folhetins pela imprensa brasileira do século XIX e a importância dos mesmo para a concretização de empreendimentos jornalísticos, ver: MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p.281.

²³⁹ *Folha do Comércio*, n. 218, de 07/07/1909.

se prometia prender a atenção do leitor numa narrativa de “aventuras” e “crimes”.²⁴⁰ Nas páginas da *Folha do Comércio*, foi publicado também, em 59 capítulos, o romance *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães²⁴¹ e o *Mártir*, por A. D. Ennery.²⁴² Esses textos, que certamente agradavam ao leitor da capital catarinense, ajudavam a vender jornais e a manter financeiramente o empreendimento. Devido ao destaque dado às notas de crimes e aos folhetins violentos, um jornal concorrente definiu a *Folha do Comércio* como o “jornal dos crimes e transcrições”.²⁴³ Em 1915, Crispim Mira negociou a sua *Folha*, que, logo depois deixou de circular.

No mesmo ano, em 1915, em que Felipe Schmidt assumiu o governo do Estado, surgiram dois novos diários na capital catarinense, além do já existente *O Dia*. O jornal *A Opinião* vinha a público com o intuito declarado de trabalhar pela candidatura de Victorino de Paula Ramos, para a Câmara Federal. Conforme os apoiadores do candidato, Paula Ramos teria sido colocado à parte nas disputas por cargos eletivos e a partir daquele momento passava a representar as minorias dentro do PRC. O jornal centrou suas baterias, entre outras coisas, nas denúncias do que considerava serem arbitrariedades da polícia.²⁴⁴ Em seus artigos sobre as atividades policiais, o infrator sempre se transformava em uma vítima dos agentes da lei.

O jornal *A Opinião* denunciava ainda o que considerava ser a incapacidade do superintendente municipal em resolver os problemas da cidade, o nepotismo²⁴⁵ e o

²⁴⁰ Segundo o jornalista Francisco José Pereira, “A história dos irmãos Brocato é verdadeira, em seus crimes. Crispim Mira ao narrá-la, em fascículos, tipo folhetim, pelas páginas de seu *Folha do Comércio*, o fez, no entanto, em forma ficcional”. Cf. PEREIRA, Francisco José. Op. cit. p. 103.

²⁴¹ *Folha do Comércio*, n. 1, de 2/10/1909 a n. 60, de 13/12/1909.

²⁴² *Folha do Comércio*, n. 61 de 14/12/1909.

²⁴³ *A Opinião*, n. 31, de 18/03/1915.

²⁴⁴ *A Opinião*, n. 15, de 09/02/1915.

²⁴⁵ *A Opinião*, n. 251, de 13/01/1916.

“germanofilismo oficial”²⁴⁶ do governador Felipe Schmidt e de seu primo Lauro Müller. Em seus ataques ao governo, travou embates com o jornal *O Dia* e também com o recém-criado *O Estado*, onde segundo denunciava *A Opinião*, trabalhava como redator o chefe de polícia.²⁴⁷ *A Opinião* publicava, também, informações que eram enviadas da capital federal pelo telégrafo, mas não dava destaque a notícias de crimes violentos. De forma não declarada, em 1917, o jornal de Paula Ramos apoiava as pretensões de Hercílio Luz ao governo estadual, o que efetivamente se concretizou em 1918, ano em que o jornal deixou de circular. Ao que tudo indica, o jornal do grupo de Vitorino de Paula Ramos se mantinha com a publicação de anúncios, com a venda de exemplares e, possivelmente, com a contribuição dos correligionários.

Durante aquele segundo mandato de Felipe Schmidt, no governo estadual, apareceu uma folha intitulada *O Estado*, em 13 de maio de 1915. Apesar da coincidência, pois foi no primeiro mandato de Felipe Schmidt que a folha homônima deixou de circular, o novo jornal foi fundado por Henrique Rupp Junior e Ulisses Costa, que se propunham a “fazer no Estado a boa imprensa, política sem ser partidária, honesta e serena sem agressões e sem doestos,[sic] sem preocupações pessoais”.²⁴⁸ O jornal possuía quatro páginas, duas das quais eram dedicadas aos anúncios comerciais. Noticiava, assim como outros jornais, algumas ocorrências que envolviam violências físicas, que resultavam tanto em lesões corporais quanto em homicídios.

O Estado manteve uma convivência pacífica com a folha oficial, *O Dia*. Essa sintonia pode ser observada também na forma como o primeiro noticiou, em 1917, um crime que ficou conhecido com “o crime das piteiras”, numa referência ao lugar em que foi

²⁴⁶ *A Opinião*, n.643, 24/04/1917.

²⁴⁷ *A Opinião*, n. 279, de 15/02/1916.

²⁴⁸ *O Estado*, n.01 de 13/05/1915.

cometido. Durante várias edições, o público leitor foi informado sobre o assassinato de um jovem lavrador pelo negociante Roberto Manoel. O assassino era pai de Timóthea, uma jovem de 15 anos, pela qual a vítima tinha se apaixonado. As histórias de vida, tanto da vítima quanto do assassino foram devassadas e publicadas na imprensa. Ao primeiro, um lavrador de 17 anos, esforçava-se o jornal para atribuir uma representação de trabalhador, que se entregava de maneira “insana e paciente para amainar uma nesga de pedaço de terra”.²⁴⁹ Por seu turno, o “criminoso” foi sendo, aos poucos, descrito como um “homem muito mau,”²⁵⁰ que ao saber que sua filha tinha deixado a casa paterna visando viver com “Manoel Felix Fernandes, um rapazola de olhar vivo e inteligente”, espancou-a sem piedade²⁵¹ e, em seguida, se pôs de tocaia no caminho pelo qual a vítima costumava transitar, cometendo o seu delito com “espetacular calma”, não apresentando remorsos nem arrependimento.²⁵² A narrativa jornalística se confundia com as descrições dos documentos policiais. As matérias de *O Estado* discorreram sobre as diligências policiais, a prisão e o interrogatório do assassino, o depoimento das testemunhas na delegacia e uma entrevista com o pai da vítima. O reconhecimento pelo trabalho eficiente da polícia ficava patente nas freqüentes referências elogiosas ao sr. Cid Campos, “ativo delegado de polícia”. Roberto Manoel de Souza, como informou o jornal *República*, em 1920, foi condenado a 30 anos de prisão.²⁵³

O jornal *O Estado* foi vendido para o comerciante Augusto Lopes da Silva, em 1918. Naquele ano, Hercílio Luz voltava a ocupar o governo estadual, com o apoio de Lauro Müller. A exemplo do que havia ocorrido em 1903 e 1910, Lauro, depois de eleito,

²⁴⁹ *O Estado*, n. 600, 05/05/1917.

²⁵⁰ *O Estado*, n. 603, 12/07/1917.

²⁵¹ *O Estado*, n. 600, 05/05/1917.

²⁵² *O Estado*, n. 601, 10/05/1917.

²⁵³ *República*, n. 1487, de 14/04/1920.

passou o governo para o vice, Hercílio Luz. Alçado ao governo do Estado, Hercílio trocou a denominação do órgão oficial do PRC de *O Dia* para *República*.²⁵⁴ Este jornal deu ampla divulgação ao que denominava o esforço modernizador do então governador. O Instituto de Identificação Criminal aparecia nas páginas do órgão oficial como um fator de inibição da violência na cidade. Uma nota, publicada em 1918, rebatia as acusações de que estaria ocorrendo uma onda de assaltos na capital catarinense. Segundo a nota, tal impressão não passava de fruto da imaginação popular influenciada pelo cinema e pela literatura. Os assaltos, continuava o articulista, “faziam parte das cidades civilizadas” e Florianópolis “como todas as cidades modernas não está imune a tais casos”. Além do mais, “a polícia tem tomado conhecimento do que se passa e está agindo”. Pois, o Doutor Hercílio Luz, “ilustre governador, fez tomar enérgicas medidas no sentido de garantir a segurança pública”.²⁵⁵

A tônica das notas publicadas nas colunas “Chefatura de polícia” era mostrar que a polícia cumpria com seu dever, prendendo e identificando os desordeiros, vagabundos, gatunos, bêbados, mendigos e distribuindo esmolas aos que “realmente” mereciam. O *República* tinha como característica principal divulgar uma imagem positiva dos “donos do poder”, tanto no governo Hercílio Luz quanto no do seu sucessor, Adolfo Konder, 1926 a 1930.

²⁵⁴ *República*, n. 01, de 29/09/1918.

²⁵⁵ *República*, n. 14, de 15/10/1918.

2.3. Jornalismo e conciliação política

A década de vinte foi um período de relativa tranquilidade, com poucos embates políticos entre os grupos instalados na capital catarinense. O registro mais contundente foi o rompimento entre Hercílio Luz e o representante dos latifundiários do planalto, o coronel Vidal José de Oliveira Ramos, em 1920.²⁵⁶ Em 1922, Hercílio Luz foi eleito governador tendo como vice Antonio Pereira da Silva e Oliveira. Aquela eleição selava uma união entre os políticos do PRC da capital. Confirma esta asseveração uma pequena nota publicada no *República* na qual Lauro Müller e Felipe Schmidt felicitavam o novo governador.²⁵⁷ Outra questão que denota a paz republicana foi o fato de que na década de 1920 não circularam, em Florianópolis, diários de oposição ao governo. Durante a administração de Hercílio Luz eram publicados o matutino *República*, o vespertino *O Estado* e o semanário “hercilista” intitulado *A Nota*. O diário *O Estado* se auto-intitulava como “jornal independente e de maior circulação em Santa Catarina”.²⁵⁸ Esta folha continuou publicando artigos sobre violências, como brigas entre homens e as bombásticas “Cenas de Sangue”.

Em 1921, foi publicado o crime em que o soldado e cozinheiro da Força Pública, o “preto Rotílio”, matou com uma facada a sua “amásia”.²⁵⁹ A novidade, frente a outras notícias de assassinato, ficou por conta da publicação, tanto n’*O Estado* quanto no *República*, de uma foto em que um corpo de mulher jazia sobre uma mesa com as vestes

²⁵⁶ AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense. Da guerra aos “Fanáticos” do Contestado à opção pelos pequenos*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 623.

²⁵⁷ *República*, n. 373, de 03/01/1920.

²⁵⁸ *O Estado*, n. 1541, de 03/07/1920.

²⁵⁹ *O Estado*, n. 1992, de 21/02/1921.

ensanguentadas. Este homicídio foi noticiado nos dois diários, porém, o *República* divulgou-o uma única vez²⁶⁰ enquanto que *O Estado* explorou mais o acontecimento, fotografando o local em que residia a vítima, entrevistando vizinhos e a filha da “amásia” de Rotílio, que foi ferida ao tentar conter o agressor.²⁶¹ A imagem que salta do material jornalístico parece querer confirmar a tese em voga desde a segunda metade do século XIX e que descrevia a violência como resultado da degeneração física e moral, causada pela habitação em lugares insalubres,²⁶² por uma vida desregrada e agravada pela coabitação em concubinato.

Tal perspectiva esteve presente também na literatura catarinense. Em março de 1923, a folha oficial do PRC começou a publicar um folhetim, escrito por um jovem advogado catarinense, Othon D’Eça, intitulado *Vindita Braba*. Neste romance, o autor narra a história de um pai, homem simples e morador do interior da Ilha de Santa Catarina, que mata um rapaz acusado de ter seduzido sua filha. A crítica aos hábitos culturais da população rural formava o pano de fundo da intriga.²⁶³ O autor, então recém-formado em direito na Faculdade de São Paulo, fazia uma censura à prática da vingança privada como forma de resolução de conflitos privados. No romance, Othon d’Eça condenava a falta de austeridade com que o delegado conduziu as averigüações do crime, terminando por não apontar culpados. Tal crítica fica evidente através da fala de uma das personagens que assim se pronunciou, frente ao pouco rigor da autoridade policial: “Homem! São histórias das leis novas. O Delegado falou que faltam indícios, provas, e coisas e loisas. Para mim é

²⁶⁰ *República*, n. 709, de 22/02/1921.

²⁶¹ *O Estado*, n. 1994, de 23/02/1921.

²⁶² Sobre esta questão ver: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 163 a 172.

²⁶³ O romance-folhetim *Vindita Braba* foi publicado no jornal *República*, em 1923 e, por iniciativa de Monteiro Lobato, na *Revista do Brasil*, de São Paulo, em 1924. Sobre esta questão ver: SACHET, Celestino. Homens e sítios na região da vingança universal. In: D’Eça, Othon. *Vindita Braba*. Florianópolis: FCC Edições/Editora da UFSC, 1992. p.19.

preguiça por modo a trabalhadeira do inquerito”.²⁶⁴ No romance, a *vindita* e o crime decorrem tanto do modo de vida dos roceiros quanto da ausência da tutela do Estado e de suas instituições. Além disso, pode-se perceber o preconceito, então corrente, em relação aos habitantes do interior da Ilha de Santa Catarina, descritos por jornalistas e escritores da época como moral e fisicamente degenerados²⁶⁵ e atrelados a uma economia de subsistência, sendo por isso culpados pela atrofia econômica da capital catarinense.²⁶⁶

Com a morte de Hercílio Luz, em 1924, assumiu o governo o então vice-governador Antonio Pereira Oliveira. No ano seguinte, o jornal *República* não circulou. Durante o curto mandato de Pereira Oliveira, o jornal do PRC foi denominado de *O Tempo*,²⁶⁷ o que pode simbolizar tanto o fato de que o então governador não se identificava com o seu antecessor quanto a tentativa de imprimir a sua marca pessoal na condução dos negócios do Estado. Somente com a eleição de Adolfo Konder²⁶⁸ e Walmor Ribeiro,²⁶⁹ em 1926, o órgão do

²⁶⁴ Idem. p. 50.

²⁶⁵ Segundo Hermes Reis de Araújo, os anos vinte foram marcados por uma série de práticas sanitaristas que visavam regenerar a população do litoral catarinense, vista então como indolente e moralmente incapaz. ARAÚJO, Hermes Reis de. Op. cit. p. 181

²⁶⁶ O mesmo tipo de preconceito, em relação aos descendentes de açorianos na Ilha de Santa Catarina, foi lançado sobre os habitantes do Oeste catarinense, notadamente índios e caboclos. Num registro de viagem realizada pelo governador Adolfo Konder, à região do Contestado, publicado na imprensa de Florianópolis, em 1929, fica evidente a idéia dos administradores do Estado de que o abandono em que viviam aquelas populações favorecia o aparecimento de crimes e revoltas e que a colonização com elementos de origem germânica seria um fator importante para o desenvolvimento e civilização daquela região. Sobre a viagem do governador Ver: D’EÇA, Othon. ...*Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: Editora da UFSC/FCC Edições, 1992. Sobre o governo Konder e a colonização do Oeste catarinense ver: BARRETO, Cristiane Manique. Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas da república. In: RAMPINELLI, Waldir José. (org.) *História e Poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003. p.166.

²⁶⁷ SCHLICHTING, Aída Mello. *Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis (1914-1930). O jornal como fonte histórica*. Florianópolis, 1989. Dissertação (Mestrado História) Universidade Federal de Santa Catarina. p. 722.

²⁶⁸ Adolfo Konder nasceu em Itajaí, SC, em 1884. Fez os estudos primários em sua cidade natal e no Colégio Santo Antônio, em Blumenau (1894). Estudou humanidades no Colégio N. Sra. da Conceição, São Leopoldo, RS, e bacharelou-se em Direito pela faculdade de São Paulo, em 1907. Escreveu no jornal *Novidades*, de Itajaí. Foi secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, do governo Hercílio Luz, 1918 a 1920. Deputado Federal, 1924 a 1926. Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (1945) juntamente com Henrique Rupp Júnior e Aristiliano Ramos. Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 358.

²⁶⁹ Walmor Ribeiro era representante político da cidade de Lages e oponente da família Ramos naquela cidade. Cf. CORREA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas. A revolução de 30 e a política em Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984. p. 29.

PRC voltou a denominar-se *República*, trazendo na capa uma foto do novo governador.²⁷⁰

Durante o governo Konder, o jornal *O Estado* fez uma série de críticas ao que considerava o endividamento de Santa Catarina durante o governo de Hercílio Luz. Além desse novo posicionamento frente ao governo antecessor, nenhuma alteração substancial foi percebida em sua linha editorial. A maior novidade foi a compra daquela folha, em março de 1925, por Victor Konder,²⁷¹ irmão de Adolfo Konder.

Em 1926 apareceu o jornal *Folha Nova*, fundado pelo jornalista Crispim Mira. A *Folha* não se caracterizou como um jornal de oposição ao governo estadual. Divergia em alguns momentos d'*O Estado*, possivelmente pelos favores governamentais. Uma característica que aproximava os dois jornais, além de serem diários, era o fato de se manterem financeiramente através da venda avulsa e de assinaturas bem como de espaços publicitários. A *Folha Nova* publicava notícias tanto de pequenos conflitos, envolvendo homens e homens e mulheres, quanto crimes violentos. Mas o crime, publicado pela *Folha*, que teve maior repercussão, inclusive fora do Estado, foi o assassinato de seu diretor Crispim Mira. Após Mira denunciar o desvio de verbas na obra do porto da cidade, um grupo de rapazes da alta sociedade, entre eles o filho do engenheiro acusado pela drenagem do dinheiro público, invadiu as oficinas do jornal e munido de um chicote partiu para cima do jornalista. Segundo relatos que constam do processo, de dentro da redação ouviu-se um tiro que atingiu Crispim Mira. O Chefe de Polícia, Othon D'Eça, em seu inquérito não soube precisar quem fora o autor do disparo. Crispim Mira, segundo laudo médico,

²⁷⁰ *República*, n. 01, de 29/9/1926.

²⁷¹ Vitor Konder, natural de Itajaí, SC, 1886. Estudou no Colégio Santo Antônio, de Blumenau, SC, fez o curso secundário no Colégio N. Sra. da Conceição, São Leopoldo, RS, e bacharelou-se em Direito pela faculdade de São Paulo. Formado retornou a Itajaí onde com seu irmão, Marcos Konder, foi redator do jornal *Novidades*. Advogou em Blumenau, 1912 a 1922. Foi secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, 1922 a 1926. Deputado Estadual, por duas legislaturas. Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas. Vitor Konder foi exilado pela Revolução de 30. Ver: PIAZZA, Walter. F. Op. cit. p. 360.

apresentava um ferimento na boca, resultado de um projétil de arma de fogo. Alguns dias mais tarde, a vítima foi a óbito, no Hospital de Caridade. Assim como os artigos publicados pelo jornalista, sua morte teve contornos onde ficção e realidade se misturavam. Alegando que o inquérito policial não apontava o culpado pelo tiro, por “inépcia, relaxamento, ou má fé”, o advogado Henrique Rupp Junior, antigo desafeto da vítima, pedia a absolvição dos réus.²⁷²

Enquanto o jornal *Folha Nova* clamava por justiça, os outros jornais buscavam acalmar os ânimos da população da cidade. O jornal *O Estado* publicou notícias lamentando o incidente e informando as condições de saúde de Mira²⁷³. O tom das notas era sempre comedido e apelava para o sentimento de civilidade da população da capital. Num artigo intitulado “Torrentes de lágrimas,” ilustrado pela foto de Crispim Mira e do advogado de defesa dos acusados, Rupp Júnior, o articulista, com o claro objetivo de não colocar a opinião pública contra os rapazes, questionava se as lágrimas derramadas pelas mães e noivas dos envolvidos não seriam mais sofridas do que as vertidas pela esposa da vítima e concluía que as primeiras tinham mais motivos para sofrer. O *República* manteve o mesmo tom conciliador. Ao término de tudo, o que se viu foi que: “Crispim Mira morto, a sindicância por ele reclamada – se realizada – nada apurou”.²⁷⁴ Os acusados, oriundos das chamadas “boas famílias” da cidade, foram absolvidos e com o passar do tempo o clamor de justiça foi arrefecendo nas páginas da *Folha Nova*.

²⁷² O jornalista e advogado Francisco José Pereira escreveu um romance sobre a vida e a morte do jornalista Crispim Mira, tendo como fonte os artigos de jornais, desde os tempos em que Crispim Mira era articulista da *Gazeta Catarinense*. O autor em seu romance reproduz documentos, como depoimentos de testemunhas, da acusação e da defesa, que fizeram parte do processo-crime instaurado contra os acusados do assassinato de Crispim Mira: Ver: PEREIRA, Francisco José. Op. cit.

²⁷³ *O Estado*, 3817, de 02/02/1927.

²⁷⁴ PEREIRA, Francisco José. Op. cit. p. 122.

Essas características dos principais jornais de Florianópolis, durante o período em estudo, apesar de não serem determinantes, ajudam a perceber a forma como a questão da violência foi tratada ao longo da Primeira República. Isso não quer dizer que todas as formas de violência físicas passaram a ser recriminadas e ganharam publicidade. Como nos lembra Peter Gay, “o tipo de agressividade que uma cultura recompensa ou deprecia, legaliza ou bane, obviamente depende dos tempos e das circunstâncias, dos riscos e vantagens percebidos, dos hábitos sociais de rebeldia ou de conformidade”.²⁷⁵

Ou seja, como se procurou demonstrar, os acontecimentos reconhecidos como violentos variam no tempo. Um crime que num determinado contexto passou em branco nas páginas dos jornais, em outro ganhava destaque de capa e passava a ser descrito como um ato “bárbaro” ou uma grande “monstruosidade”. Pode-se observar, além disso, nessa breve caracterização da imprensa de Florianópolis, a influência do quadro de disputas políticas na forma como os jornais diários narraram os atos de violência na cidade. Após os eventos beligerantes que marcaram o final do século XIX, como buscar-se-á demonstrar, os crimes noticiados pela imprensa eram aqueles que rompiam com a representação hegemônica de masculinidade valorizada socialmente, na qual sobressaía o ideal de homem civilizado, que controlava seus impulsos, ordeiro, bom filho, marido e pai de família.

²⁷⁵ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. O Cultivo do Ódio*. Vol. 3. São Paulo: Cia. Das Letras. 1995. p. 12.

2.4. Homens em trânsito: a construção do soldado como modelo de virilidade

Em Florianópolis, desde o século XVIII, era comum a presença de batalhões do Exército devido, inicialmente, à importância estratégica da Ilha tanto na defesa do território colonial português, quanto nas ações bélicas levadas a cabo pela Coroa lusitana na região platina. Naquele contexto, várias fortalezas foram construídas na Ilha de Santa Catarina. Porém, ao longo do século XIX, o que se verificou foi o paulatino abandono dessas fortificações. No início do século XX, os batalhões sediados na capital catarinense passaram a ficar instalados no quartel do Campo do Manejo, situado num enorme terreno próximo ao centro da cidade, denominado Largo General Osório. Nas fileiras do Exército brasileiro, arribavam na ilha soldados de várias regiões do país, que permaneciam na cidade pelo tempo do seu engajamento ou até que o seu pelotão fosse transferido para outras unidades da federação. Alguns, após se desligarem da caserna, continuavam a viver na cidade.

Além dessas forças federais, a capital possuía também o Corpo de Segurança Pública, que estava sob o controle do governo estadual e que era formado por homens de várias cidades catarinenses. A presença dessas tropas, federal e estadual, não raro era vista com algum temor pelas autoridades, principalmente quando havia conflito entre praças de diferentes batalhões. O medo era que o conflito entre soldados se espalhasse para as outras unidades estacionadas na cidade.

Tal sentimento fica evidenciado nos ofícios dos Prefeitos de Polícia, enviados diariamente para o Secretário do Interior e Justiça, informando as ocorrências policiais.

Nestes documentos as informações sobre as prisões e o nome dos detidos e a sua libertação no dia seguinte, eram antecedidas por uma fórmula sempre transcrita: “Comunico-vos que durante o dia de ontem não sofreu alteração alguma a ordem e a tranquilidade pública” nos dois distritos dessa capital. Tal comunicação não aparecia nos ofícios em que era informado evento violento no qual estivessem envolvidos praças, tanto de regimentos federais quanto do Estado.²⁷⁶ Além das autoridades, certamente a população da cidade compartilhava de tal temor, pois não eram novidade as arruaças e delitos cometidos por soldados.²⁷⁷ Em 1904, em um artigo intitulado “Gatunos”, o jornal *O Dia* informava que graças à atividade e às seguras providências tomadas pela polícia fora descoberta “a quadrilha que infestava esta cidade” prejudicando os negociantes de “nossa praça”. O bando, responsável por uma onda de roubos, segundo o jornal, era composto por dois praças do 3º batalhão, um músico do 37º, além de “outros indivíduos cujos nomes não publicaremos para não inutilizar a ação da polícia”.²⁷⁸

Além do envolvimento de praças do Exército em “gatunagens”, eram recorrentes as notícias de agressões físicas entre os soldados das corporações federais e do Corpo de Segurança Estadual. Em 1903, o jornal *O Dia* informava que tinha sido realizado exame de corpo de delito no praça do Corpo de Segurança, Aníbal Teixeira do Amaral, que tinha sido ferida por soldados do Exército.²⁷⁹ Em 1904, o mesmo jornal informava que o cabo do Corpo de Segurança, Rezendo Correia de Andrade, feriu gravemente em um casebre, à rua

²⁷⁶ Em 1900, um cabo e dois praças do Corpo de Segurança que estavam de guarda no Palácio do Governo deixaram seus postos e se dirigiram para uma venda em frente ao teatro da cidade onde esbofetearam um “foguista do Itauna”. Ver: Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado, n. 375, de 29/10/1900.

²⁷⁷ Para um relato referente à indisciplina militar na antiga cidade do Desterro ver: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória vol.2. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 301 a 340.

²⁷⁸ *O Dia*, n. 1024, de 15/06/1904.

²⁷⁹ *O Dia*, n. 658, de 13/03/1903.

General Bittencourt, o corneteiro do 3º batalhão Manoel Francisco de Lima.²⁸⁰ O que motivou tais agressões não foi informado.

Os conflitos entre militares, seguidos de lesão corporal, deixavam alertas as autoridades com vistas a conter eventuais ameaças à ordem pública, que ficavam efetivamente caracterizadas quando os soldados investiam contra as autoridades e instituições. Possivelmente, muitos conflitos envolvendo soldados do Exército e do Corpo de Segurança não eram noticiados pela imprensa visando não alarmar a população da cidade. Algumas dessas agitações somente vinham a público por força da denúncia de jornais ditos independentes ou de oposição.

Foi o que ocorreu em setembro de 1905. Numa nota publicada na primeira página do jornal *Correio do Povo*,²⁸¹ ficamos sabendo da ocorrência de “conflitos” e “tiros” envolvendo soldados federais e estaduais. Tal nota ensejou uma resposta do “órgão oficial” publicada somente dois dias depois de terem iniciado os incidentes, e que tinha a clara finalidade de demonstrar à população que o governador controlava a situação. Segundo respondeu *O Dia*, o centro de Florianópolis foi palco de um grande “conflito”. A matéria, escrita de maneira truncada, começava informando que era inexplicável e antiga a “malquerença entre praças do Exército e de polícia que, em outros Estados, tão maus resultados tem trazido à tranqüilidade pública, tão necessária ao progresso e adiantamento de um povo culto”. O mote dos conflitos, continuava o articulista, tinha sido a prisão de um menor, após “o término das regatas comemorativas da nossa independência”. Inconformados com a prisão, alguns soldados do 3º batalhão de artilharia foram para a Prefeitura de Polícia, onde entraram em conflito com praças daquela força. Da contenda

²⁸⁰ *O Dia*, n. 1147, de 17/11/1904.

²⁸¹ *Correio do Povo*, n. 201, de 08/09/1905.

resultou sair gravemente ferido o alferes Manoel Câmara, do 3º batalhão de artilharia, que veio a falecer mais tarde, o mesmo acontecendo com um popular, de nome Lindolfo Gomes, vulgo Doca Carneiro. Além das mortes, vários praças do Exército e do Corpo de Segurança ficaram gravemente feridos. Diante daqueles acontecimentos, informava *O Dia*, o governador mandou reforçar a segurança nos prédios da Prefeitura de Polícia, do Palácio do Governo e do Tesouro do Estado. Outra medida tomada foi recolher os soldados para seus respectivos quartéis.²⁸² Os conflitos, que iniciaram no dia 7 de setembro, findaram somente no dia 12 do mesmo mês quando foi “restabelecida a ordem pública.”²⁸³ Do motivo pelo qual o jovem fora preso nada foi informado. Certamente, não fosse a denúncia do *Correio do Povo*, *o Dia* não teria publicado aquela matéria.²⁸⁴

Nos conflitos entre militares ocorria ainda o envolvimento de paisanos, como foi o caso de Lindolfo, descrito num ofício do Prefeito de Polícia, datado de 1903, como desordeiro.²⁸⁵ As rixas entre civis e militares também eram comuns. Em 1905, um jovem tenente denunciou na imprensa que havia sido destrutado publicamente por “grupos de desocupados”.²⁸⁶ O jornal *Gazeta Catarinense*, em 1908, denunciou que o comerciante Bertholdo Fernandes Rodrigues, com casa de secos e molhado no largo General Osório, foi vítima de um soldado do 3º batalhão de artilharia que à “força queria comprar uns gêneros fiado”. Diante da negativa do vendeiro, o soldado passou a ofendê-lo. Bertholdo reagiu aos insultos batendo-lhe “com um chicote”. O soldado, segundo a nota, retirou-se para voltar

²⁸² *O Dia*, n.1348, de 09/09/1905.

²⁸³ *O Dia*, n. 1386, de 12/09/1905.

²⁸⁴ Folheando os ofícios do Chefe de Polícia, ao longo do período em estudo, foram encontradas várias referências a distúrbios provocados por soldados do Exército. Em 1908, por exemplo, o Prefeito de Polícia registrou em seu ofício para o Secretário do Interior e Justiça um conflito no qual praças do Exército perturbaram a ordem pública e atacaram o posto policial da cidade. Ver “Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado, n. 197, de 14/10/1908.

²⁸⁵ Lindolfo já havia sido preso em 1903 como desordeiro. Ver “Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado, n. 167, de 5/8/1903.

²⁸⁶ *O Dia*, n. 1225, de 22/02/1905.

“às 9 horas da noite, acompanhado de muitos companheiros que foram logo distribuindo pedradas” que atingiram o interior do comércio. Além de mercadorias destruídas, Bertholdo foi acertado por várias pedradas, “fazendo-lhe algumas equimoses na região lombar”. Os soldados aproveitaram-se da noite para que seus rostos não fossem reconhecidos.²⁸⁷ Era esse tipo de camaradagem em que soldados de uma mesma companhia revidavam uma agressão ou ofensa feita a um dos seus, fosse por civis ou por militares de outra corporação, que, naquele momento, ameaçava a ordem pública.

Na edição do dia seguinte, a *Gazeta* publicava que o Senhor Coronel Comandante da Guarnição fez baixar uma Ordem do Dia, lamentando o fato de que alguns soldados “armados de cacetes e disfarçados” tivessem feito o que denominou de “tropelias” quebrando vidraças e “ameaçando transeuntes”. Além disso, continuava o documento, “agrupados tentaram desacatar a Prefeitura de Polícia”. Por fim, recomendava o Comandante da Guarnição que “os praças de maus comportamentos” fossem proibidos de sair dos quartéis durante a noite e que todo e qualquer praça encontrado nas ruas após o toque de silêncio, deveria mencionar seu nome e a corporação a que pertencia.²⁸⁸ O documento do Coronel Comandante também foi publicado no Jornal *O Dia*²⁸⁹, apesar dos atos que deram ensejo a tal documento não terem sido divulgados pelo então “Órgão do Partido Republicano Catarinense.”

Além de representar um obstáculo à civilização e à livre circulação das pessoas, os soldados indisciplinados afrontavam a implantação do regime republicano. Esta imagem foi divulgada no jornal *Gazeta Catarinense*, de 1908, quando publicou uma nota intitulada

²⁸⁷ *Gazeta Catarinense*, n. 67, de 01/04/1908.

²⁸⁸ *Gazeta Catarinense*, n. 68, de 02/04/1908.

²⁸⁹ *O Dia*, n. 3026, 03/04/1908.

“A Adesão da República”, narrando os eventos de 1889, na capital catarinense. Após listar os nomes dos primeiros chefes republicanos, a nota lembrava que alguns soldados bêbados, do 25º Batalhão de Infantaria, haviam se rebelado contra a Proclamação da República, fazendo com que a banda de música daquela corporação desfilasse pela praça em frente ao palácio do governo, tocando músicas e tendo à frente o estandarte do Império. Episódio este que teve como saldo um soldado morto e dois feridos à bala.²⁹⁰ A rememoração desse acontecimento reforçava uma imagem então recorrente dos soldados como um “perigo para a ordem pública”.

A publicação dessa nota “histórica” coincidiu com um momento em que se discutia, através da imprensa, uma série de medidas que visavam modernizar o Exército, como a obrigatoriedade do Serviço Militar e a Lei do Sorteio,²⁹¹ que modificavam a forma de ingresso nas corporações. Conforme a lei do sorteio militar de 1908, em seu artigo 33, as juntas de alistamento passavam a organizar, todos os anos, “a lista de recenseamento dos indivíduos que houverem completado 20 anos de idade no ano anterior”.²⁹² Os alistados passavam por um sorteio que indicaria quem iria formar as fileiras do Exército. Tal medida deveria substituir a forma como o recrutamento militar vinha sendo até então realizado. Segundo Peter Beattie, durante o Império os recrutadores, a polícia e os juízes, extraíam a maioria dos recrutados das fileiras dos vadios, ex-escravos, órfãos, criminosos, migrantes,

²⁹⁰ *Gazeta Catarinense*, n. 256 de 17/11/1908.

²⁹¹ Segundo José Murilo de Carvalho, desde o Império se buscava a introdução do sorteio universal como forma de arregimentar elementos para as fileiras do Exército. Durante a Primeira República foram necessárias várias campanhas para se conseguir colocá-lo em prática, começando pela lei de 1908. A lei do sorteio encontrou grande resistência e esteve sujeita “ao tradicional uso do recrutamento como arma política nas lutas partidárias.” Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 22 a 24.

²⁹² *Gazeta Catarinense*, n. 11, de 27/01/1908.

trabalhadores sem qualificação e desempregados. Não raro, o serviço militar era identificado com marginalidade e cativoiro.²⁹³

Em Florianópolis, desde o século XVIII, a população masculina, branca e pobre, esteve sujeita ao alistamento militar forçado.²⁹⁴ Durante a guerra contra o Paraguai, por exemplo, trabalhadores rurais e pescadores do interior da ilha de Santa Catarina, alguns arrimos de família, eram aprisionados pelos delegados de polícia e, depois de uma surra e uma noite no xadrez, eram enviados para o campo de batalha.²⁹⁵ Este tipo de recrutamento, no início do século XX, passou a ser visto como um dos responsáveis pela indisciplina de soldados tanto nas ruas da cidade quanto na caserna.

A adoção do sorteio como forma de ingresso no Exército, conforme escreveu o jornal *O Dia*, prometia suprimir os castigos corporais a que os soldados estavam sujeitos e previa severa punição para quem os aplicasse. “Assim os soldados não poderão mais sofrer os efeitos desumanos das varas, tão preconizados como elemento disciplinar”. Além disso, visando preparar desde cedo os futuros soldados, nos colégios, tanto particulares²⁹⁶ quanto oficiais, seria aplicado um regime militar especial, constante de exercícios e tiro ao alvo. A introdução da educação militar no início da vida seria uma forma de incutir no espírito das crianças o amor pelas armas. Antes da lei do sorteio, conforme o autor, era considerado um castigo usar uma farda de soldado, pois tal condição era imposta a quem cometesse delitos

²⁹³ BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado. In: CASTRO, Celso et al. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 274-275.

²⁹⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Povoadores da Fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000. p. 39-41.

²⁹⁵ MACHADO, Vanderlei. Quando dândies e roceiros foram à guerra do Paraguai. In: *Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFSC*, vol. 6, maio de 2000. p. 101-109.

²⁹⁶ O Ginásio Catarinense, fundado em 1906, cuja clientela era formada por filhos da elite política e econômica de Santa Catarina, desde 1909, passou a ministrar regularmente, aos seus alunos do último ano, a disciplina de Instrução Militar. As aulas, conforme Norberto Dallabrida, “eram divididas entre uma parte teórica e uma outra parte prática, que consistia de ginástica militar, exercícios de tiro, esgrima e baioneta, marchas e paradas, de acordo com a Inspetoria Regional do Tiro de Guerra, tendo exame geral no final do ano letivo.” Cf. DALLABRIDA, Norberto. *A Fabricação Escolar das Elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. p. 125.

de natureza leve. Tal condição estava mudando com as novas orientações que estavam sendo adotadas no Exército. Os elementos perturbadores não seriam mais aceitos nem mesmo como voluntários. E concluía o autor:

“É época do militarismo, devemos pois acompanhar as outras nações no tocante a este ponto, afim de que sejamos vistos como uma forte nação, como uma potência de primeira ordem. Max Sênior.”²⁹⁷

O Exército passava a representar a formação integral do homem e sua função não deveria estar restrita às guerras. A primeira missão do Exército, conforme uma conferência realizada no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e transcrita na *Gazeta Catarinense*, era se constituir em uma grande escola de educação física, intelectual e moral. A educação física proporcionaria robustez e saúde à mocidade, através das marchas, da prática do tiro e das grandes manobras, concorrendo para dar virilidade, desenvolvimento físico, destreza e vigor. Ao entrar no Exército o jovem deixaria, após dois ou três anos, de ser um boçal para se transformar em um homem que sabe ler, escrever e contar, um homem que poderia aparecer em público, preparado intelectualmente para viver, para ser um cidadão e poder lutar pela vida. O brasileiro, continuava o conferencista, “é o tipo acabado do homem indisciplinado, certamente porque não temos organização militar à altura do momento, ele insubordina-se, ele revolta-se em todos os seus ramos de atividade, em todos os seus ramos de ação, ele não sabe ser disciplinado” e disciplina é a nítida compreensão dos deveres.²⁹⁸

²⁹⁷ *O Dia*, n. 2067, de 27/01/1908.

²⁹⁸ *Gazeta Catarinense*, n. 03, de 17/01/1908.

As prescrições não ficaram restritas às páginas dos jornais. Naquele mesmo ano de 1908, a população de Florianópolis assistia às formações e aos exercícios efetuados pelo 37º Batalhão de Infantaria, nas principais ruas da cidade. Conforme noticiou a *Gazeta*:

“Ontem, às 4 horas da tarde, de acordo com as novas instruções para os exercícios militares, o 37º batalhão de infantaria formou sob o comando do sr. Coronel Júlio Fernandes Barbosa, fazendo a meia marcha o seguinte trajeto de resistência: Praça General Osório, rua Fernando Machado, praça 15 de Novembro, rua Tenente Silveira, donde se dirigiu para o Mato Grosso, fazendo evoluções no Largo Benjamim Constante”.²⁹⁹

O batalhão, continuava o articulista, formado por 200 homens fez no Campo do Manejo, com muita correção e presteza, todas as evoluções ordenadas. Durante os exercícios de resistência, “o batalhão do 37º mostrou-se sempre garboso e cheio de retidão, não só nas formaturas efetuadas da marcha, como nas diferentes formações executadas a pé firme”.³⁰⁰ O que se percebe a partir de então, nas páginas dos jornais, é a veiculação de imagens positivas do Exército, como disciplinador e formado por jovens ordeiros e saudáveis.

Também os praças do Corpo de Segurança foram alvos de medidas que visaram melhorar a disciplina dos membros daquela tropa. Em 1909, o jornal *O Dia* divulgou que após uma “parada geral” o Corpo de Segurança desfilou pelas ruas da cidade, se fazendo acompanhar pelas respectivas bandas de música e de corneta.³⁰¹ Certamente, tal exercício não deixou de ser percebido pela população. Naquele mesmo ano, foram instituídos novos

²⁹⁹ *Gazeta Catarinense*, n. 46, de 07/03/1908.

³⁰⁰ *Idem*.

³⁰¹ *O Dia*, n. 4178, de 16/02/1909.

uniformes para os “Praças de *Prét*”, sete modelos no total. Dentre eles havia o fardamento para diligências em dia de chuva e o de passeio.³⁰² Estas fardas além de melhorarem as condições de trabalho, possibilitavam uma melhor apresentação dos praças do Corpo de Segurança que circulavam pelas ruas da cidade. Os novos trajés diferenciavam os homens do Corpo de Segurança dos soldados do Exército. Além dessas iniciativas, todos os dias os jornais informavam a população sobre o “serviço do dia”, dando o nome e o local em que membros do Corpo de Segurança estariam de serviço, além de indicar o uniforme utilizado naquele dia pela corporação.³⁰³

Somaram-se outras ações disciplinares a estas, visando qualificar o trabalho dos soldados do Corpo de Segurança. Em 1919 foi oferecido um curso de prática policial para soldados e oficiais³⁰⁴ e se anunciava também a criação de um curso secundário para os “inferiores”,³⁰⁵ da então renomeada Força Pública.³⁰⁶ Ambos seriam ministrados na Escola Regimental Marechal Guilherme. Para ingressar na Força Pública, a partir de 1919, exigia-se que o interessado soubesse ler e escrever; fosse solteiro, maior de 18 anos e menor de 37; tivesse mais de 1 m e 54 cm de altura; apresentasse documento emitido por autoridade civil ou militar abonando a sua conduta e atestados de vacina.³⁰⁷

A exigência do celibato para o ingresso na Força Pública, conforme Edmundo José Bastos Junior, estava ligada a questões de ordem financeira. Segundo este autor, quando os praças eram enviados para alguma diligência pelo interior do Estado, as famílias dos mesmos ficavam na capital dependendo da “boa vontade dos comandantes de companhia,

³⁰² *O Dia*, n. 4281, de 27/06/1909.

³⁰³ *O Dia*, n. 9994, de 19/12/1911.

³⁰⁴ *República*, n. 127, de 02/03/1919.

³⁰⁵ *República*, n. 132, de 09/03/1919.

³⁰⁶ Com a chegada de Hercílio Luz ao governo do Estado, em 1918, as Secretarias de Estado tiveram suas denominações alteradas. Certamente, esta era uma forma do governador buscar se diferenciar do grupo que estava no poder até então.

³⁰⁷ *A Nota*, n.13, de 02/11/1919.

uma vez que não havia órgão de assistência”.³⁰⁸ Possivelmente, este tipo de medida administrativa contribuía para reforçar a prática do concubinato entre os soldados. Prática esta que, como será visto adiante, era descrita pela elite da cidade como um dos fatores que contribuía para a degeneração física e moral da população, tornando-a muitas vezes violenta.

Na imprensa, a partir de 1910, as notícias de arruaças e indisciplina,³⁰⁹ muitas das quais com ferimentos,³¹⁰ envolvendo soldados do Exército e do Corpo de Segurança foram se tornando raras. Possivelmente, o que se verificou foi que estas questões passaram a ser tratadas internamente pelas corporações militares. Na Força Pública, pelo menos até 1925,³¹¹ os castigos corporais infligidos contra os praças considerados indisciplinados continuaram sendo empregados, mas não foram divulgados pela imprensa.

Ao invés de notícias sobre violência física, a imprensa passou a dar destaque a notícias positivas sobre os membros das forças militares, notadamente do Exército. Noticiava-se a apresentação dos sorteados;³¹² a inauguração da estátua do herói da guerra contra o Paraguai, Fernando Machado,³¹³ na praça de mesmo nome; as atividades

³⁰⁸ Em um Boletim de 1923, o Governo de Santa Catarina, através do Secretário Joe Collaço, determinou que os comandantes da Força Pública envidasse “todos os meios pra que o número de praças casados não excedesse um terço do efetivo geral da Força Pública,” e que os casados fossem distribuídos equitativamente “pelas diversas companhias, limitando, ainda, ao mínimo as licenças para os praças contraírem matrimônio”. Apud. BASTOS JUNIOR. Edmundo José. *Polícia Militar: um pouco de História e algumas histórias*. Florianópolis: Estado de Santa Catarina/Polícia Militar, 1985. p. 67.

³⁰⁹ *O Dia*, n. 4263, de 04/06/1909.

³¹⁰ *O Dia*, n. 4435, de 13/01/1910.

³¹¹ Em 1925, o Secretário do Interior e Justiça, Ulisses Costa, verberou energicamente contra o uso de castigos físicos na Força Pública nos seguintes termos: “Verificando (...) que praças dessa corporação têm sofrido castigos corporais em diversas ocasiões, quando destacados ou em serviço fora da sede do Comando Geral, determino-vos que façais público em Boletim que o Governo não permite nem permitirá que tais abusos se pratiquem impunemente, e que, pelos meio regulares promoverá a responsabilidade dos culpados quem quer que eles sejam.” Apud. BASTOS JUNIOR. Edmundo José. Op. cit. p. 19.

³¹² *O Dia*, n. 4247, de 16/05/1909.

³¹³ *O Estado*, 529, de 11/02 1917.

esportivas dos soldados do 54º batalhão de Caçadores;³¹⁴ que os reservistas tinham preferência nas vagas para o serviço público federal e estadual;³¹⁵ as comemorações do Dia do Soldado³¹⁶ e incitava-se: “Moços, correi aos quartéis”.³¹⁷ As vantagens de ser soldado foram cantadas em um poema publicado em 1917, intitulado “O soldado vive alegre”:

“O Soldado vive alegre
 Não tem pesares na vida
 Tem soldo, calçado e roupa
 Tem casa, cama e comida [...]”³¹⁸

Também a “casa” dos soldados do Exército sofreu modificações. Isto ocorreu durante a construção da Avenida Hercílio Luz, inaugurada em 1922. Naquele período, o quartel do Campo do Manejo foi alvo de melhoramentos, como pinturas e reformas. Foi construída uma seção de ginástica e várias oficinas. Dessa forma, além de cuidar do corpo aprendia-se um ofício.³¹⁹ Todos esses investimentos tinham, certamente, por objetivo apagar aquela representação, que prevalecia antes de 1910, do soldado como um perigo à ordem pública. Os soldados, a partir de então, deveriam servir de exemplo para os demais homens que circulavam pela cidade, apresentando-se como disciplinados e ordeiros.

³¹⁴ *O Estado*, n. 660, de 19/07/1917.

³¹⁵ *República*, n.146, de 26/03/1919.

³¹⁶ *República*, n. 573, de 25/08/1928.

³¹⁷ *O Estado*, n. 760, de 18/11/1917.

³¹⁸ *O Estado*, n. 684, de 16/08/1917.

³¹⁹ *República*, 763, de 29/04/1921.

2.5 - Homens de bem e homens maus: uma questão de classe

“Foi ferido anteontem por um golpe de navalha Osvaldo, filho do tenente Silva, imediato da Escola de Aprendizes Marinheiros, por Tito Silveira.

A polícia fez submeter o auto de corpo de delito no ofendido e prossegue nas diligências relativas ao fato”.³²⁰

Esta pequena nota, inserta na coluna “Notas Policiais”, do jornal *O Dia*, em 1905, mais do que nos informar sobre um ato então costumeiro, o uso da violência física entre homens, nos mostra que se envolver em tais ações passou a ser condenável. O autor do golpe de navalha em Osvaldo foi descrito simplesmente como Tito Silveira, o que pode denotar que o estranhável para o jornal era o fato do primeiro estar metido em tal contenda. Osvaldo tinha um pai com um nome a zelar, o Tenente Silva. Mais do que isso, o pai do “ofendido” pertencia ao corpo de oficiais da Escola de Aprendizes Marinheiros, instituição militar para a qual eram enviados, entre outros, jovens infratores a fim de serem transformados em recrutas para a esquadra nacional. Do Tenente Silva se esperava que fosse um exemplo de conduta tanto para seu filho e seus educandos quanto para a sociedade em geral. Ao ter seu nome divulgado na imprensa e enredado nas “estripulias” do filho, o oficial foi publicamente censurado, mais até que os dois envolvidos diretamente na contenda. Com este e outros casos, pretendia-se mostrar que, naquele momento, em que se verificava uma tranqüilidade nos debates políticos, o que estava em questão era o comportamento de homens ligados à esfera pública.

Meses mais tarde, no mesmo jornal, aparecia uma nota intitulada “Facadas”. Nesta, o autor informava que “anteontem, à noite, na rua Pedro Ivo, José Abílio, trabalhador das

³²⁰ *O Dia*, n. 1224, de 21/02/1905.

Capatazias da alfândega, feriu a facadas a Justino de tal”.³²¹ Esta nota, apesar da economia de informações, nos mostra que o causador dos ferimentos não era um “indivíduo qualquer”, era um funcionário público, de quem, novamente, se esperava uma conduta exemplar, pois era comum, desde o século XIX, a exigência de um atestado de conduta de todos os servidores do estado e do município, no momento da admissão. Da vítima que recebeu as “facadas” ficamos sabendo simplesmente que, além de ter sido realizado o exame de corpo de delito, era um “Justino de tal”.

Além de informar sobre um ato costumeiro, a violência entre homens, tais artigos remetem para um momento em que a sociedade passava a esperar um comportamento exemplar dos homens no espaço público, principalmente, daqueles que quisessem ser reconhecidos como honestos e ordeiros. Ao denunciar os crimes de ofensa física, a imprensa fazia uma condenação pública dos envolvidos, notadamente, daqueles que tinham um nome a zelar. Foi o que ocorreu, em 1903, com Emílio Cardoso que por ter se envolvido numa séria disputa com “Antonio de tal”, resultando este sair gravemente ferido, teve sua prisão anunciada pelo jornal *O Dia*.³²²

A divulgação do nome como forma de punição fica ainda mais evidente pelo fato de que não eram todas as brigas com ferimentos ocorridas entre homens que eram divulgadas pela imprensa. Quando comparamos as notícias de jornais com os registros de detenções feitas pelo Prefeito de Polícia percebemos que nem todos as prisões foram divulgadas pelos jornais. Ou seja, nos ofícios daquela autoridade policial é sensivelmente maior o número de apontamentos de prisões pelo motivo de brigas, com ou sem lesão corporal do que as publicadas pela imprensa. É preciso que se diga ainda que tais contendidas eram registradas

³²¹ *O Dia*, n. 1354, de 03/08/1905.

³²² *O Dia*, n. 883, de 29/12/1903.

sob a denominação genérica de desordens. Do exposto se depreende que os articulistas do jornal selecionavam os conflitos que seriam divulgados, tanto os ocorridos na cidade quanto as notícias transcritas de folhas de fora do Estado. Naquele contexto eram os crimes que transgrediam as representações de masculinidade sancionadas socialmente que ganhavam maior publicidade.

Nesse sentido, causava grande estranhamento dos articulistas dos jornais da cidade quando um filho agredia o pai. Em 1903, o jornal *O Dia* transcreveu várias notícias, intituladas como “Barbaridade”³²³, ou ainda como um “Bárbaro crime”³²⁴, denunciando “indivíduos” que haviam espancado o próprio pai. Além das notícias de fora, em 1909, o jornal *Folha do Comércio*, publicava um longo artigo em que denunciava que Maurício Joaquim Galdino, pintor, com 19 anos de idade, era um perverso. “Por um requinte de malvadez inaudita, anteontem, às 6 horas da tarde, espancou barbaramente seu pai Joaquim Galdino Roberg, carregador, morador na rua Bento Gonçalves.” O articulista do jornal, segundo escreveu, procurou o pai de Maurício para saber mais sobre o ocorrido. A vítima relatou então que o filho, conforme o jornal, “indigno desse nome”, era dado ao vício da embriaguez e que o incidente teria ocorrido por ocasião em que o jovem pintor teria tentado agredir sua madrasta, a quem o pai saíra em defesa. Após ter deixado o pai prostrado, conforme o articulista, pela humilhação e pela dor, pois Maurício sempre fora tratado com carinho e amor, o agressor fugiu sem ser alcançado pela polícia.³²⁵ Ao autor do artigo não interessou conhecer a versão de Maurício para o ocorrido.

Estas notícias acabavam por reforçar a idéia de que o filho deveria se submeter à autoridade paterna. Porém, se a violência do filho contra o pai causava um certo escândalo,

³²³ *O Dia*, n. 719, de 03/06/1903.

³²⁴ *O Dia*, n. 2011, de 09/07/1907.

³²⁵ *Folha do Comércio*, n. 03, de 04/10/1909.

os castigos impetrados pelo “chefe da família” contra a sua prole raramente eram mencionados. Em 1917, ganhou grande destaque na cidade, como já foi mencionado anteriormente, o chamado “crime das piteiras”. Naquele incidente, marcado pela morte de um jovem agricultor, veio a público a forma violenta com que um pai fez prevalecer a sua autoridade, diante da insistência de sua filha em manter um relacionamento amoroso com o qual o pai discordava. A jovem Timothea, conforme noticiou o jornal *O Estado*, foi espancada até desmaiar, antes de ser obrigada a voltar para a casa do pai.³²⁶ Certamente, aquela não era a única moça a sofrer maus tratos pelo próprio genitor. A imprensa somente noticiou a violência física sofrida por Timothea pelo fato desta agressão ter sido acompanhada do assassinato de seu namorado. O homicida, conforme já se mencionou anteriormente, foi condenado a 30 anos de prisão.

O silêncio da imprensa com relação à violência paterna, certamente, indica uma complacência por parte daquela sociedade em relação aos “corretivos” aplicados por aquele que era considerado o chefe da família. E esta complacência encontrava amparo na representação de paternidade divulgada no período em estudo. Ao pai cabia o papel de provedor e de aplicar a “justiça” dentro de casa, quando chegava do trabalho. A mãe deveria ficar encarregada da criação e de nutrir a criança com seu “amor materno”. Tais representações ficam evidentes, por exemplo, num artigo publicado, em 1904, no jornal *A Vida*:

“A Família

O lar é o mais restrito âmbito onde se reúne a família, a menor das coletividades sociais, sob a égide paterna.

O primeiro grau da sociedade humana é a família, ninho tépido de amor e poesia.

³²⁶ *O Estado*, n. 603, de 12/05/1917.

O homem, impelido por uma coesão moral, busca seu congênere para não viver isolado.

A família é o mais simples dos grupos que formam a sociedade; é uma instituição natural, porque até entre os irracionais, deparasse-nos o vínculo de íntima relação que os torna fortes e amigos (...)

O chefe da família é o pai, a quem todos obedecem submissos, porque a ele compete a responsabilidade da nossa vida e da nossa conduta. Casando-se, jura à sua companheira, auxílio e proteção, bem como a seus filhos (...)

A maior parte das vezes os labores cotidianos obrigam-nos a passar fora de casa, ficando então a esposa encarregada dos cuidados da casa, da educação de seus filhos. A mãe cabe-lhe também uma tarefa sagrada: ela é a primeira em formar o coração da criança, em torcer e dirigir as suas tendências naturais, em desvia-lo do meio pernicioso, em inspirar-lhe o amor do lar, respeito do bem e o horror ao mal (...)

A mãe é toda ternura e toda dedicação; e não seria perfeita se não sacrificasse o repouso e a saúde pelos filhos: ela é a paz e a doçura do lar. O pai tem alguma coisa de mais – a autoridade que exerce em nome da lei. Todos os membros da família lhe devem respeito e obediência; sem resvalar em despotismo, sem prejuízo da autoridade materna.

É, pois, a mãe quem representa o anjo do amor e candura da família; esta é o céu aberto a todas as felicidades humanas.

Mercedes Guimarães

Bahia”.³²⁷

Estas representações, presentes no artigo do órgão cristão *A Vida*,³²⁸ foram recorrentes ao longo do século XX. No artigo acima citado se verifica a ausência de

³²⁷ *A Vida*, n. 23, de 03/10/1904.

³²⁸ O jornal *A Vida* era quinzenal e circulou em Florianópolis no período compreendido entre 1903 e 1905. Ver. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Catálogo de Jornais Catarinenses 1850 – 1989*. Florianópolis: FCC, 1990. p. 129.

qualquer referência de afeto por parte do pai, tanto em relação à esposa quanto aos filhos. Conforme a representação que então se divulgava, em nome da autoridade, o pai abdicava de uma relação sentimental para com os filhos, ficando a esposa encarregada de distribuir amor, ternura e dedicação. Tais representações de paternidade eram descritas como naturais e atentar contra a figura paterna era afrontar a natureza humana e o direito dos homens. Pois não era somente o jornal cristão que lembrava aos leitores sobre a importância do pátrio poder. Um juiz da cidade de Porto Alegre decidiu, conforme notícia publicada no jornal *O Dia*, em 1910, que o poder do pai somente poderia ser retirado por sentença “passado em julgado” e que a mãe teria seus direitos sobre os filhos somente até a idade de três anos.³²⁹ A recorrência destas representações nas páginas da imprensa não significa que não existissem pais afetuosos e esposos carinhosos, o que elas nos informam é que o afeto não era descrito como coisa de homens.

Ao longo da primeira década do século XX foi ocorrendo uma série de melhoramentos no espaço urbano de Florianópolis, notadamente na região central, compreendida pela Praça XV de Novembro. Paralelamente a estas modificações, percebe-se que naquele contexto as notícias referentes a crimes violentos e brigas, tendo homens como protagonistas, passaram a figurar com maior regularidade nas páginas da imprensa, principalmente entre 1908 e 1911. Entre os motivos que podem ter contribuído para tal incremento está o aparecimento, como já foi aventado anteriormente, de um diário oposicionista, a *Gazeta Catarinense*, em 1908, que passou a criticar e exigir uma maior intervenção da polícia e da administração pública no sentido de coibir certos comportamentos vistos como inadequados ao espaço urbano.

³²⁹ *O Dia*, n. 4438, de 16/01/1910.

Espaço este que passava por uma série de transformações. Entre as melhorias que se fizeram sentir na cidade estava a construção e ampliação dos jardins públicos, que aos poucos foram se tornando importantes espaços de encontros e diversões, tanto para homens como para as moças da elite da cidade. Em julho de 1907, o jornal *O Dia*, informava que prosseguiam as obras de ajardinamento da Praça Coronel Pereira e Oliveira, que passava a ser mais um centro agradável de reuniões. A mesma nota informava ainda o sucesso que tinha sido a retreta promovida pelas bandas do Corpo de Segurança e do 37º Batalhão, no último domingo. O belo sexo, continuava o articulista, “que é a nota predominante em todas as diversões, fez-se presente por gentilíssimas senhoritas com ricas toaletes, neste aprazível ‘rendez-vous’”.³³⁰ Estes eventos públicos mostram que, ao contrário do século XIX, quando as reuniões sociais se davam prioritariamente em ambientes restritos, como o Clube Doze de Agosto, o espaço urbano, das praças e jardins, passava a possibilitar novas formas de sociabilidades.

Foi nesse período que a imprensa passou a noticiar com maior frequência prisões por desordens, gatunagem e, notadamente, como será abordado no próximo capítulo, por embriaguez. O que demonstra que uma nova sensibilidade ligada ao espaço urbano estava se instaurando. A manifestação de novas formas de lazer na cidade ocorreu paralelamente à emergência/recrudescimento de uma certa intolerância para com as pessoas que escapavam às representações de civilidade e urbanidade então divulgadas, tais como os loucos,³³¹ os mendigos, os desordeiros e toda uma série de trabalhadores maltrapilhos que destoavam das novas toaletes da elite da cidade. A circulação pela cidade exigia um comportamento

³³⁰ *O Dia*, n. 1903, de 02/07/1908.

³³¹ A loucura, como se depreende dos artigos dos jornais, era vista também como um caso de polícia. Esta questão fica evidente, por exemplo, numa nota publicada no *O Dia*, que informava que um homem internado no Hospital de Caridade foi transferido do mesmo, a pedido dos médicos, para a enfermaria da delegacia da cidade. Cf. *O Dia*, n. 4363, de 09/10/1909.

adequado em que todas as atitudes masculinas fossem previsíveis. Os homens cujos modos de proceder fossem pautados pelo descontrole das emoções, aqueles que se entregavam aos vícios, como o jogo e o hábito de consumir bebidas alcoólicas, que lhes privava da razão e os fazia perder o “domínio de si”, passam a ser vistos como elementos perigosos ao convívio no espaço urbano.

Em 1908, o jornal *O Dia* passava a denunciar com maior regularidade, entre outras coisas, as brigas de jovens colegiais,³³² o “charivari” que certos mocinhos mantinham na platéia do teatro Álvaro de Carvalho,³³³ e o mau comportamento de alguns filhos de distintas famílias no recinto da matriz.³³⁴ O mesmo jornal criticava ainda as atitudes inconvenientes de alguns rapazes “filhos de pessoas respeitáveis”, que faltaram ao respeito devido para com seus pais e a sociedade. Sem dizer qual tinha sido a atitude inconveniente e o local em que ela ocorreu, o articulista ameaçava que se caso os mesmos não mudassem seus comportamentos teriam seus nomes publicados pela imprensa. Este tipo de ameaça, ao que tudo indica não foi suficiente para mudar o comportamento dos rapazes. Em 1927, o jornal *O Estado* noticiava:

“Desordem

Houve, ontem no Estreito, mosquito por cordas em virtude dos vapores do álcool terem subido à cabeça de vários rapazes da nossa cidade, os quais, para ali se dirigiram à noite, em alegre serenata.

³³² *O Dia*, n. 3006, de 10/03/1908.

³³³ *O Dia*, n. 4087, de 20/10/1908.

³³⁴ *O Dia*, n. 4059, de 15/09/1908.

Levantaram-se punhos, puxaram-se revólveres, tendo, entretanto, tudo acabado em paz, sossego e harmonia, devido à intervenção de várias pessoas daquela localidade”.³³⁵

Apesar dos rapazes terem cometido vários atos que eram severamente recriminados em outros homens da cidade, como o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, a serenata a altas horas da noite e de terem se atracado, seus nomes novamente não foram publicados e nem sequer a ação da polícia foi invocada. Esta complacência, para o que se pode denominar os excessos da juventude oriunda das “boas famílias da cidade”, não era, ao que tudo indica, uma deferência exclusiva da imprensa local. Também a sociedade, através dos jurados que absolveram os envolvidos na morte do jornalista Crispim Mira, descrita anteriormente, levou em consideração, entre outras questões, a juventude e boa origem dos rapazes envolvidos naquele crime. Aliás, numa matéria intitulada “Caravana da covardia”, publicada pelo jornal *Folha Nova*, ilustrada com a foto dos acusados, estes apareciam de terno, gravata, cabelos bem cortado e penteados. Esta imagem, que um leitor menos atento poderia confundir com a coluna social, divergia bastante das representações que passaram a circular na imprensa e que apresentavam os criminosos em geral como sendo feios, pobres e mal vestidos.

Ficar conhecido como desordeiro, valentão e indivíduo não respeitador dos preceitos sociais traria maiores dificuldades para o rapaz que almejasse casar com uma moça de boa família, o que possibilitava alargar o seu capital de relações sociais, e de conseguir um bom emprego, o que era fundamental para se desempenhar o papel de provedor após o casamento.

³³⁵ *O Estado*, n. 3809, de 12/02/1927.

Além do mau comportamento de alguns jovens de família em sociedade, segundo os articulistas da imprensa, uma série de desenhos feitos a lápis e carvão por “crianças e marmanjos, desocupados e malévolos” contribuía para afetar o asseio e a beleza da cidade. As inscrições, conforme denunciava uma missiva publicada no jornal *O Dia*, eram feitas nas calçadas, muros e paredes, principalmente dos prédios recém-pintados, dos quais não escapou nem mesmo a igreja. Tais desenhos obscenos e exóticos eram próprios de lupanares e não do espaço público. Houve um tempo, lembrava o austero articulista, em que até nos bancos do principal jardim da cidade, se escreviam semelhantes obscenidades, com o auxílio de canivetes.³³⁶

Mas as canivetadas nem sempre marcavam somente os bancos públicos. Conforme ficou registrado numa nota da *Gazeta Catarinense*, de 1908:

“Ontem à tarde na Figueira, o preto Sebastião Lourenço Espíndola travou discussão com o pardo João Firmino Carvalho.

João disse algumas palavras amargas a Sebastião e este não querendo suporta-las “arrochou-se” em cima de João, e “guelou-o”. O irmão de João, Antonio que estava de parte, vendo o “mano guelado”, por sua vez “arrochou-se” em cima de Sebastião e “correu dentro” com a navalha. Francisco [?] “abriu fora” e desviou a navalha com a mão, porém foi ferido, recebendo um talho entre os dedos e o pulso. Sebastião foi medicado na farmácia Popular, pelo sr. major José Cristóvão de Oliveira e João foi para o xadrez”.³³⁷

³³⁶ *O Dia*, n. 4096, de 30/10/1908.

³³⁷ *Gazeta Catarinense*, n. 111, de 26/05/1908.

Diferentemente do tratamento dispensado aos filhos das chamadas famílias de bem, repreendidos pelo jornal *O Dia*, os homens pobres da cidade, identificados na nota acima pela cor da pele, tinham os seus nomes e sobrenomes divulgados pela imprensa de Florianópolis. Além da cor dos envolvidos, a destreza no manuseio das navalhas e os termos que aparecem entre aspas, lembrando o gingado de um jogo de capoeira e pretensamente utilizado pelos brigões, emprestam um ar de malandragem e periculosidade aos envolvidos. Ou seja, era a linguagem utilizada por homens mandriões e pobres.

Ao que tudo indica, a *Gazeta* inovou e influenciou os demais jornais com seus artigos que além de denunciarem comentavam o comportamento dos homens pobres na cidade. O jornal *O Dia*, que até o aparecimento da *Gazeta* estava mais preocupado com a conduta pública dos “homens de bem”, passou também a denunciar a violência de outros homens que circulavam pela cidade, sempre lembrando o trabalho eficiente da polícia em conter tais abusos. Muitos dos acontecimentos narrados na imprensa, que envolviam atos de violência física, certamente não eram estranhos e faziam parte do cotidiano das pessoas. Foi uma parcela da população da cidade que através da imprensa passou a estranhar tais práticas que passaram a ser descritas como intoleráveis e a exigir que a polícia tomasse energéticas providências no sentido de coibir tais atos. Em 1909, o jornal *O Dia*, numa coluna intitulada “Questículas”, passou a dar publicidade a conflitos que resultaram em agressões físicas, como o ocorrido entre os “indivíduos José Albino de Souza e Lino Antonio de Bittencourt, que, após travarem-se de razões, esbofetearam-se. A patrulha os conduziu ao posto policial.³³⁸ O jornal não comentou as razões dos dois se esbofetearem. O epíteto “indivíduos” já denunciava que não se tratava de rapazes de bem.

³³⁸ *O Dia*, n. 4399, de 26/11/1909.

No dia seguinte, “ao meio dia, no Café Natal, Miguel Nahas e Onofre Vieira começaram a jogar areia um no outro, e da areia passou-se aos socos, saindo Onofre ligeiramente ferido na região superciliar direita. O sr. dr. Olegário de Vasconcelos, que estava presente, efetuou a prisão de Miguel e intimou Onofre a comparecer à Prefeitura”.³³⁹

A denúncia de tais brigas, além de ser uma forma de punição aos envolvidos, tinha também uma função pedagógica, informando aos leitores como um homem não deveria comportar-se no espaço público. Nesse sentido, analisando tais notícias temos a noção de qual era o comportamento masculino que se desejava: o homem deveria conter seus impulsos e agir racionalmente.

Em 1909, numa nota longa, o jornal *O Dia* discorria sobre um desentendimento sucedido entre ambulantes. Segundo o articulista, os verdureiros ambulantes José Paulo da Silva e Edmundo Raitz travaram-se de razões no beco do Menino Deus, saindo José Paulo com alguns ferimentos na cabeça e em um dedo. O móvel da briga tinha sido, segundo o texto jornalístico, a concorrência que José Paulo fazia a seu “companheiro, pois aquele vendia laranjas e outros frutos por preços que Edmundo não podia acompanhar sem que tivesse prejuízo”. José Paulo ia sempre acompanhando Edmundo, oferecia seus produtos mais baratos e conquistava a freguesia do concorrente. Edmundo, vendo-se assim perseguido, pegou uma “acha de lenha que trazia em seu carrinho e deu diversas cacetadas em José Paulo”, provocando-lhe os ferimentos acima descritos. Percebe-se que, aparentemente, o jornal simplesmente narrou os fatos sem fazer nenhum julgamento moral. Porém, ao concluir a matéria informando que o “Dr. Prefeito de polícia” prendeu os dois

³³⁹ Idem.

envolvidos, mandou proceder ao exame de corpo delito na vítima e abriu inquérito policial³⁴⁰ era uma demonstração cabal de que tais atos não seriam mais tolerados.

Na notícia acima se percebe uma certa ironia e ridicularização do comportamento dos ambulantes. Possivelmente, o articulista via tanto na atividade desempenhada pelos vendedores de fruta quanto na forma de resolução do conflito uma reminiscência de um passado que se queria apagar das ruas da cidade. Em outros artigos, o tom irônico dava lugar a uma imagem de periculosidade aos desordeiros, que tinham no corpo degenerado os sinais da sua maldade. Isto se percebe numa nota em que se anunciava: “anteontem, às 8 horas da noite, na rua Esteves Júnior, José João Gaia, conhecido por Cara Chata, de 13 anos pouco mais ou menos, travou-se de razões com Manoel Francisco Dutra, e sacando de um canivete cortou a este no rosto, no ventre e nas mãos”. Cara Chata, conclui a nota, foi preso pelo subdelegado do 2º Distrito que abriu inquérito contra o mesmo.³⁴¹ O apelido de Cara Chata, possivelmente numa referência a forma do rosto do jovem agressor, remetia os leitores para uma série de representações que veiculavam a aparência física ao caráter e ao comportamento masculino.

Sandra Pesavento, discorrendo sobre as representações construídas a propósito das condutas indesejáveis na cidade, nos fala que os jornais que circularam em Porto Alegre, no final do século XIX, explicavam a presença e a ação de homens considerados turbulentos com base numa série de preceitos científicos da época. Segundo a autora, os jornais por ela coligidos revelam uma oscilação entre as posturas lombrosianas e as inspiradas em Lacassagne: ora o contraventor assim agia porque era predisposto para tal desde o

³⁴⁰ *O Dia*, n. 4333, de 03/09/1909.

³⁴¹ *O Dia*, n. 4791, de 02/04/1911.

nascimento, ora porque o meio que freqüentava o induzia a agir daquela forma.³⁴² Estas idéias também são possíveis de se observar na imprensa de Florianópolis, a partir da primeira década do século XX, mesmo sem uma referência direta às teorias científicas do fim do século XIX. Podemos perceber, já no artigo citado anteriormente, uma certa postura lombrosiana, pois, ao publicar a alcunha do jovem infrator o articulista relacionava os maus instintos do mesmo com seu aspecto físico.

Além das teorias científicas, Claudia Mauch lembra que no imaginário ocidental a beleza é freqüentemente associada à bondade e a feiúra ou deformação à maldade. Conforme esta autora, é muito antiga a idéia de que seria possível descobrir a interioridade de uma pessoa a partir de sinais que se exteriorizariam no corpo e, principalmente na fisionomia. Segundo Mauch, o próprio Lombroso “teria recorrido a provérbios populares a fim de demonstrar a ‘objetividade’ de suas conclusões”.³⁴³

Se o comportamento dos vendedores de frutas, do Cara Chata e de outros valentões denunciados pela imprensa afetava a imagem de cidade civilizada idealizada pela elite local, ao que tudo indica, a introdução de novos signos de modernidade não era uma garantia de que a prática de se resolver conflitos através do uso da violência fosse esquecida juntamente com a antiga cidade colonial. Com as novidades tecnológicas que foram aportando na cidade outros tipos de altercações surgiram entre homens e também passaram a ganhar publicidade. A chegada dos automóveis na cidade, por exemplo, proporcionou um novo tipo de ocupação para alguns homens, a de “chauffeur”. Um artigo publicado no jornal *O Estado*, em 1917, dizia que não raro ocorriam entre os motoristas

³⁴² PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2001. Op. cit. p. 1487

³⁴³ MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Porto Alegre: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. p. 117 a 120.

“questões” pela disputa do ponto onde os autos estacionavam. Na busca pelo melhor lugar, alguns motoristas chegavam às “vias de fato”. Foi o que ocorreu com os condutores dos autos n. 8 e n. 18. O primeiro tinha deixado o seu carro no ponto e foi engraxar as botinas. Ao retornar “com as botinas lustrosas” encontrou o carro 18 na frente do seu. Após protestar, falar, discutir, deu uma bofetada no usurpador e atracou-se com ele. Após a chegada da polícia foram os dois para a chefatura. Prestados os esclarecimentos, o motorista do n. 8 foi mandado para o xadrez e o outro liberado. Ao concluir a nota o articulista lembrava: “E assim acabam sempre os seus dias os valentões, como se tem na conta de o ser o chauffeur do automóvel n. 8”.³⁴⁴

Nos anos vinte, ocorreu uma série de melhorias na malha viária da cidade. Após a construção da ponte metálica sobre o canal do Estreito, entre 1924 e 1926, fez-se necessário alargar algumas ruas, como a Felipe Schmidt, buscando melhorar o fluxo do trânsito entre o centro da cidade e o continente. Na praça Fernando Machado, contígua à Praça 15 de Novembro, ficavam perfilados os autos de aluguel. Daquele ponto centralizado podia-se seguir para todas as direções da cidade.³⁴⁵

Com o aumento na frota de automóveis tornaram-se mais frequentes as notícias de brigas entre chauffeurs, inclusive seguidas de morte,³⁴⁶ arruaças e atropelamentos³⁴⁷ envolvendo motoristas que conduziam em excesso de velocidade.³⁴⁸ Como exemplo, em 1919, o jornal *O Estado* transcrevia a denúncia que o promotor público oferecia contra o

³⁴⁴ *O Estado*, n. 530, de 13/02/1917.

³⁴⁵ As transformações que foram ocorrendo na paisagem urbana de Florianópolis, tanto em relação à questão arquitetônica quanto no panorama viário, entre os séculos XVII e início do XX, foram estudadas por: VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993.

³⁴⁶ *O Estado*, n. 2856, de 05/01/1924.

³⁴⁷ *O Estado*, n. 2993, de 16/06/1924.

³⁴⁸ *O Estado*, n. 3862, de 18/04/1927.

chauffeur do auto n. 18, que passou em vertiginosa correria pela rua Esteves Júnior, perdeu o controle da direção e subiu na calçada atingindo um poste e depois um menino que por ali passava acompanhado da família. A vítima teve duas fraturas numa das pernas. O promotor incluía o motorista no artigo 306 do Código Penal, ou seja, provocar morte devido à imperícia na profissão.³⁴⁹ Para evitar os constantes acidentes de trânsito, em alguns pontos movimentados da capital, como a esquina da rua Conselheiro Mafra com a Padre Roma, um articulista do jornal *O Estado*, em 1928, cobrava a criação de uma polícia civil para controlar o trânsito, já que os praças da Força Pública, que eventualmente faziam este serviço, não tinham o preparo necessário para tal atividade.³⁵⁰

Não encontramos registro na imprensa de brigas ou acidentes automobilísticos envolvendo mulheres. Até o final da década de 20 eram poucas as referências que ligavam as mulheres às novas máquinas. Em 1919, foi considerado um passo à frente na civilização catarinense a nomeação da senhorita Alayde Livramento como professora de datilografia do Instituto Politécnico do Estado.³⁵¹ No mesmo ano era informada a nomeação da senhorita Branca Blum como datilógrafa do gabinete do Palácio.³⁵² Mas as mulheres, possivelmente, também davam suas aceleradas no carro do marido, do pai ou dos namorados.

As propagandas de automóveis, além de garantirem que os mesmos eram fortes, resistentes e econômicos,³⁵³ vinculavam também um conjunto de representações de gênero e de família. Nos anúncios, sobressaía o modelo ideal de família nuclear e branca,

³⁴⁹ *O Estado*, n. 1149, de 07/03/1919.

³⁵⁰ *O Estado*, n. 4089, de 10/01/1928.

³⁵¹ *República*, n 147, de 27/03/1919.

³⁵² *República*, n 97, de 25/01/1919.

³⁵³ *O Estado*, n. 1134, de 18/02/1919.

composta pelo pai, a mãe, um filho e uma filha,³⁵⁴ ou seja, a família ideal para um carro de quatro lugares. O chefe da família e o filho homem aparecem, tanto nos comerciais da Ford quanto da Chevrolet,³⁵⁵ sempre ocupando os bancos dianteiros e a mãe com a filha no assento traseiro.

No final dos anos 1920, as mulheres deixaram de ser representadas como meras passageiras e passaram a ocupar o banco do motorista. Em um anúncio de capa do jornal *O Estado*, de 1928, cobrindo a página inteira, era estampada a imagem de um automóvel Ford, conversível de dois lugares, cuja imagem procurava demonstrar que estava em boa velocidade, dirigido por uma jovem. Ao lado dela, uma amiga parecia conversar animadamente. A palavra “Confiança” completava o anúncio.³⁵⁶ No ano seguinte, em um anúncio do Ford 1929, cujo destaque era dado ao sistema de amortecimento, uma jovem dirigia sozinha um automóvel de quatro lugares.³⁵⁷ Certamente as concessionárias Ford, além de divulgar o modelo de família nuclear, passaram a visualizar nas mulheres de origem mais abastadas suas novas consumidoras, prometendo a estas uma maior liberdade. Aos homens, apesar dos acidentes de trânsito, montadoras e fabricas de autopeças lembravam:

“Tempo é dinheiro

Andar sobre as estradas, mas com toda a velocidade e chegar ao seu fim, quer dizer, explorar o seu carro economicamente, poupando tempo e dinheiro. Para isso só é preciso uma coisa, o pneu Continental”.³⁵⁸

³⁵⁴ *O Estado*, n. 3159, de 27/12/1924.

³⁵⁵ *O Estado*, n. 3339, de 20/07/1925.

³⁵⁶ *O Estado*, n. 4331, de 22/10/1928.

³⁵⁷ Folha Nova, n. 779, de 28/5/1929.

³⁵⁸ *O Estado*, n. 4335, de 20/11/1925.

Apesar dos incidentes anteriormente mencionados, a classe dos motoristas foi encontrando formas de organização. Em 1921, os condutores dos autos de aluguel fizeram uma greve exigindo um aumento no valor dos preços cobrados nas corridas devido ao aumento no preço do combustível. Após discutirem as suas demandas com o chefe da polícia, foram parcialmente atendidos.³⁵⁹ Em 18 de março de 1930, foi comemorado o Dia dos Chauffeurs, promovido pela União Beneficente dos Chauffeurs. Fizeram parte das comemorações uma carreata pelas principais ruas da cidade, que foi acompanhada de autos particulares e um jogo de futebol.³⁶⁰ Além de organizados, alguns motoristas de praça gozavam de amizades influentes a ponto do jornal *Folha Nova*, em 1927, declarar que após ter sido preso por desacato à autoridade, um chauffeur foi solto da cadeia graças à intervenção de um padrinho.³⁶¹

³⁵⁹ *República*, n. 673, de 11/11/1921.

³⁶⁰ *O Estado*, n. 5065, de 18/03/1930.

³⁶¹ *Folha Nova*, s/n, de 25/01/1927.

2.6. “Pancada de amor dói mesmo...”: relações de gênero e violência

“Batem à porta. O Juca, peraltinha de 5 anos de idade, vai ver quem é.

-O papai está? Pergunta a visita.

-Sim senhor, mas está muito ocupado. Tá surrando a mãe”.³⁶²

Este tipo de anedota foi bastante recorrente durante o período em estudo. As piadas, ao mesmo tempo em que naturalizavam a violência privada contra as mulheres, falavam de um assunto interdito para a “boa” sociedade da época, que em geral se calava diante da agressão de maridos contra as esposas. Mas esse silêncio se dava, por mais paradoxal que pareça, quando o agressor era oficialmente casado, ou seja, quando correspondia ao modelo de família sancionado socialmente. A violência doméstica era vista nestes casos como uma questão que dizia respeito unicamente ao casal e por isso não chegava a ser objeto de discussão pela imprensa. Uma das poucas menções à violência do cônjuge contra sua esposa, ocorrida em Florianópolis, data do início do século XX. Em 1901, o jornal *O Estado* chamava a atenção das autoridades e dos leitores para um fato ocorrido no Largo 13 de Maio. Alertava o jornal que:

³⁶² *O Dia*, n. 540 de 23/10/1903

“Ontem, às 4 ½ horas da manhã, pouco mais ou menos, foi barbaramente espancada na casa n. 83, sita no Largo 13 de Maio, uma senhora recentemente chegada a esta capital, casada com um dos operários moradores da dita casa. Aos gritos da pobre senhora que pedia que lhe acudissem, acordou-se a maior parte da vizinhança que àquela hora ainda se achava recolhida não aparecendo, porém, ninguém que a pudesse livrar das unhas do marido desumano.

Esperamos pois, que o Sr. Dr. Chefe de Polícia, providencie no sentido de fazer cessar semelhante desumanidade, chamando à ordem e corrigindo o espancador”.³⁶³

Esta nota além de denunciar os atos do “espancador”, que nem sequer teve seu nome divulgado, apesar de seu ato de “desumanidade”, aponta para a resistência da população e da polícia em interferir nos conflitos conjugais. Certamente, não fossem os “gritos da mulher” terem acordado a vizinhança e não fosse o casal ser “recém-chegado”, tal ocorrência sequer teria estampado as páginas do jornal. Durante o período em análise foram raras as denúncias de agressão envolvendo “marido e mulher”. Quando ocorriam, como se mostrará adiante, se referiam a pessoas pobres que, geralmente, viviam sob o regime de concubinato.

O casamento foi um tema importante para os republicanos e seu debate ganhava publicidade na imprensa de Florianópolis. Em 1899, o então órgão oficial do PRC, o jornal *República*, informava que seria cobrada uma multa para quem deixasse de registrar

³⁶³ *O Estado*, nº 823, 10/01/1901.

qualquer casamento, nascimento ou óbito, nos prazos previstos em lei.³⁶⁴ Pela imprensa ocorreram debates acalorados em torno da questão referente a se o casamento deveria acontecer somente no civil ou também no religioso. Tal querela encontrava espaço nas páginas dos órgãos maçom e cristão. O primeiro se apresentava como anticlerical, era favorável à adoção da lei do divórcio³⁶⁵ e ao casamento civil,³⁶⁶ e divulgava suas idéias no jornal *Regeneração*. O segundo fazia a defesa do casamento religioso, através do jornal *A Vida*.

Para uma parcela da elite de Florianópolis a cerimônia religiosa não importava tanto quanto o registro por escrito. A escrita é que fundamentava o ato, ao mesmo tempo em que o controlava.³⁶⁷ Por intermédio do casamento civil, firmavam-se as bases do contrato que deveria reger a família que se formava. Além do contrato entre os noivos, o casamento significava uma aliança entre as famílias dos cônjuges. Para o homem, o casamento representava uma possibilidade de, entre outras coisas, fortalecer laços de parentesco e solidariedade masculina que lhe renderiam um aumento de seu capital de relações sociais. Este capital social poderia ser acionado quando fosse necessário, por exemplo, para uma indicação no serviço público, alianças políticas, visando ocupar um cargo eletivo ou ainda em momentos de declínio econômico.³⁶⁸

³⁶⁴ *República*, n. 96, 28/04/1899.

³⁶⁵ *Regeneração*, n. 02, de 20/12/1900.

³⁶⁶ *Regeneração*, n. 15, de 25/07/1900.

³⁶⁷ ARIÉS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p. 180.

³⁶⁸ Sergio Miceli, analisando a trajetória de alguns intelectuais brasileiros, entre 1889 e 1930, oriundos de famílias em decadência econômica nos fala: “Para aquelas famílias em declínio que ocupam uma posição em falso em virtude do desequilíbrio entre o capital material dilapidado e o capital social disponível, a única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais – em especial, em conjunturas estratégicas como a educação dos filhos, a ‘escolha’ dos cursos superiores, o casamento, a nomeação para cargos públicos, etc. - por ser o único que ainda podem contar para escaparem a um rebaixamento social ainda maior”. Cf. MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.p. 22.

Mais havia também os que estavam alheios a tais debates, dispensavam o casamento formal e viviam em concubinato. Este tipo de relação consensual entre homem e mulher, passou a ser classificado, após a proclamação da República, como ilícita, pois não era regido por contrato matrimonial. “Em nome de uma ligação de amor que fundisse existências, e não somente sexos, o amor na mancebia foi transformado em objeto de intervenção. Amor degenerado, espectro de amor, imitação de amor: esses eram os termos do discurso que pretendia regular as uniões consensuais”.³⁶⁹

Tal forma de relacionamento, verificada principalmente entre os trabalhadores pobres, era motivada por “um somatório de motivos, onde a dificuldade de sobrevivência, a ausência de propriedade e a instabilidade econômica somavam-se a um costume antigo e a uma dificuldade de lidar com referências institucionais pertencentes a outras camadas sociais”.³⁷⁰ A imprensa, além de médicos e juristas, procurou intervir neste tipo de relação ao denunciar a violência a que estavam sujeitas as pessoas que se entregavam às paixões desenfreadas, que não tinham por finalidade precípua a procriação. Esta estigmatização pode se observada na forma como os jornalistas abordavam a questão da violência entre casais que viviam amasiados. Como por exemplo, a briga narrada em um artigo intitulado “A tragédia do Beco Santa Bárbara”, cujo motivo tinha sido o ciúme:

“(…)É entre a classe rude, entre a plebe rasteira e canalha, que encontramos a prova mais evidente e sólida, porque dentro de um corpo, muitas vezes deformado pelas necessidades da vida, dum corpo em cujo cérebro borbulham as idéias degeneradas pelos efeitos de uma existência vagabunda, justamente ali dentro deste corpo mesquinho, se encontra um

³⁶⁹ MALUF, Marina & MOT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). Op. cit. p. 387.

³⁷⁰ ESTEVES, Marta. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor na belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 180.

coração que palpita sinceramente quando ama, por lhe ser desconhecido a ambição e o interesse, predicados da burguesia buliçosa e ávida.

Entremos no fato. Viviam no malogrado beco de Santa Bárbara, numa modesta casinha, alegres e felizes, João Gonzaga de Oliveira, sua amásia, Maria de Araújo e a filha desta, uma mocinha, tenra, viçosa e bela.(...)”.³⁷¹

Esse preâmbulo moralizante servia para caracterizar os envolvidos na “tragédia” que se descrevia a seguir, ou seja, plebe rasteira e canalha, com corpos doentes e degenerados, sem ambições e interesses. Maria de Araújo, continuava a nota, estava desconfiada da infidelidade do amásio e buscava pegá-lo em flagrante. Na noite de sábado para domingo, ciente da traição, saiu em busca do amante. Durante o trajeto de volta para casa deu-se uma calorosa discussão, entre Gonzaga e Maria de Araújo. Chegando em casa, Gonzaga, que já havia ingerido boa dose de branquinha e sacando de uma navalha, partiu contra a amásia que “abrasada pelo ciúme, torcia-se de ódio e jorrava sobre ele toda sorte de impropério”. Porém, no momento em que João Gonzaga manejava a arma para ferir sua amásia, Maria da Luz, a filha que se achava presente, precipitou-se em defesa da mãe saindo ferida no braço. Evitando uma tragédia maior, a polícia apareceu no local, prendendo o corneteiro e abrindo um inquérito policial.

Entre os argumentos do autor da nota que justificavam a violência entre Gonzaga e Maria Araújo, estava o fato de que os dois viviam em um lugar suspeito da cidade, o malogrado “beco de Santa Bárbara”. E, além disso, eram moralmente degenerados, haja vista a coabitação em concubinato e o consumo de cachaça. Maria não se enquadrava no

³⁷¹ *O Dia*, n. 4988, de 12/02/1911.

modelo de esposa valorizado socialmente. Era amásia, e Gonzaga não foi descrito como marido, mas, como amante. Acrescenta-se ainda o desequilíbrio emocional de Maria que pela rua, discutia com seu amante até chegar em casa onde ficou “abrasada pelo ciúme” e “torcendo-se de ódio”.

O ciúme era um sentimento próprio das mulheres e homens moralmente degenerados, segundo a representação da imprensa. Possuídas por esse mesmo sentimento, duas “negras retintas” se engalinharam por causa do crioulo Maurício, que as enganava, em frente à redação de *O Estado*, em 1917. Após ligeira troca de palavras, as duas mulheres se rolaram pela rua trocando socos a valer. Tal espetáculo chamou a atenção de um grande número de expectadores. Eis que chega Maurício, crioulo alto e espadaúdo, muito falastrão e engraçadíssimo, que tentou apartar as contendoras. Mas, “a presença do negro amado” só fez acirrar o “ódio e o ciúme das crioulas”. Após a intervenção enérgica de Maurício, que fazia rir a multidão, as duas foram separadas. E o autor assim concluiu a sua nota: “Uma das crioulas, tadinha, é a desditosa esposa do feliz Maurício”.³⁷² Nota-se que nenhuma referência foi feita à ação da polícia. Disso se depreende que as mulheres eram vistas, pelos articulistas, como incapazes de responder por seus atos, eram “tadinhas”.

Mas não eram somente as “crioulas”, segundo a imprensa, que se atracavam por ciúmes. Em 1920, o jornal *República* denunciava que “tio e sobrinho engalinham-se”, nas proximidades do Mercado Público, por questões amorosas. “O preto Manoel Lucas Farias” atracou-se com o “seu sobrinho Felício Farias”. O fato foi levado ao conhecimento da polícia que prendeu os contendores, decidindo dessa forma a questão. “Segundo ficou apurado, o que motivou o atrito foi um olhar conquistador de Manoel Lucas projetado sobre

³⁷² *O Estado*, n. 704, de 09/09/1917.

a amante de seu sobrinho, que, mordido de ciúmes, jurou tirar uma desforra em público”.³⁷³

O fato do sobrinho ser amasiado, segundo a imagem que salta desta nota, dava ensejo para que o tio lançasse olhares de desejo para sua amásia. Ou seja, a mulher que não era presa pelos laços do himeneu estava sujeita às investidas de outros homens. Ao jornalista não interessou informar se a “amante” repeliu ou não os olhares de Manoel Lucas. Daí ter contado apenas o ocorrido com Felício.

Mas nem toda contenda por ciúmes acabava em simples arranhões. Em 1923, o jornal *O Estado* anunciava uma “Cena de Sangue – O Assassinato da Preta Eva”. Conforme a matéria, Manoel Maurício, o assassino, residia há muitos anos na rua Curitibanos,³⁷⁴ conhecida também como “Avenida Tico-Tico”, era carregador e tinha 48 anos. Desde moço havia se juntado com a preta Eva. Durante todo o tempo que viveu com sua amásia nunca tinha tido grandes desavenças com a mesma, nem mesmo por ciúmes. Mas depois de velho deu o Manoel para ter ciúmes de Eva, espreitando-a em todos os lugares, não lhe dava uma folga. Não se sabe, dizia o articulista, se tinham ou não fundamentos os ciúmes de Manuel, mas o fato é que este começou a espancar Eva. “No dia de ontem os moradores da Avenida Tico-Tico foram subitamente alarmados por gritos de socorro”. Os vizinhos que acorreram ao local encontraram Eva banhada em sangue. A polícia foi chamada e apurou que “Eva de tal” tinha sido assassinada por seu amante, após ligeira discussão. O preto Manuel que era muito relacionado com seus companheiros carregadores, não reagiu à prisão.³⁷⁵ A morte de

³⁷³ *O Estado*, n. 1682, de 22/12/1920.

³⁷⁴ A rua Curitibanos ficava localizada na região do maciço central de Florianópolis, composta pelo Morro do Céu, Morro da Caixa d’Água e Morro do Mocotó. O povoamento de áreas no maciço por pessoas pobres, durante o período em estudo, se deu através da comercialização a baixo preço de terrenos das antigas chácaras existentes na região e da ocupação de terras pertencentes ao governo. Ver: AFONSO, Sonia. *Urbanização de encostas. A ocupação do Morro da Cruz*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade de São Paulo. p. 116.

³⁷⁵ *O Estado*, n. 2657, de 04/05/1923.

Eva era devida, segundo a imagem que salta deste artigo, à sua história de vida, marcada pelo concubinato, correspondendo à crônica de uma morte anunciada.

As transformações no espaço urbano, levadas a cabo pela elite da capital catarinense nos anos 1920, acabaram limitando as possibilidades de trabalhadores pobres habitarem a região central da cidade fazendo com que surgissem novos espaços de habitação marcados pelo estigma da pobreza e da violência, entre eles a “favela do Morro do Mocotó”,³⁷⁶ e o Morro do Céu. Devido à “premente falta de habitações”, segundo um artigo do jornal *O Estado*, de 1926, “é comum nesta capital, presentemente, residirem sob o mesmo teto duas ou mais famílias”. Tal realidade, conforme a nota, fez com que o sr. Hermógenes Júlio Elias, fosse à delegacia se queixar das freqüentes cenas escandalosas provocadas por “Lourenço de tal, que mora sob o mesmo teto”. Devido a tais cenas o sr. Hermógenes teve que deixar o imóvel pelo fato de não querer que sua filha assistisse tais escândalos. Era hábito de Lourenço, segundo o reclamante, entrar em casa altas horas da noite embriagado e discutir com sua amante, a quem às vezes espancava violentamente proferindo palavrões e saindo dos aposentos em trajes menores, afrontando a dignidade da família do outro. Após a queixa do sr. Hermógenes, o delegado de polícia intimou Lourenço a comparecer à Delegacia.³⁷⁷ O sr. Hermógenes, apesar das contingências que o obrigavam a coabitar no mesmo teto com Lourenço, se via como portador de hábitos morigerados, ou seja, era pai de família e não queria ser confundido com os demais habitantes do cortiço em que morava.

Nas histórias de vida de Maurício, Manuel, Felício, Gonzaga, Lourenço e suas amásias, narradas pela imprensa, percebe-se uma série de questões, algumas em comum, como o relacionamento consensual, o uso da violência na resolução de conflitos

³⁷⁶ Pela primeira vez um jornal empregou o termo “favela” para designar um espaço habitado por pessoas pobres. *Folha Nova*, n. 672, de 18/01/1929.

³⁷⁷ *O Estado*, n. 3745, de 27/11/1926.

domésticos, a vida sexual desregrada, o descontrole emocional e o consumo de cachaça. Todos esses elementos explicavam e tornavam naturais, para a imprensa, as cenas de violência em que se envolveram. Isso se depreende do fato de que nenhum dos agressores foi descrito como “desumano”. Eram denominações como “amante” e “amásia”, crioulos e crioulas que os desqualificavam. Além disso, o que se percebe é que em geral ficava-se sabendo das agressões através dos registros da polícia, que era chamada pelos vizinhos ou transeuntes que assistiram à cena de violência, sem nela interferir. Mas nem todas as mulheres que apanharam ficaram caladas.

Em uma nota intitulada “a preta Margarida espancada pelo amante”, publicada em 1928, no jornal *Folha Nova*, ficamos sabendo que Margarida Rufino Simeão, com 32 anos de idade, residente à rua Campos Novos, n. 24, apresentou queixa às autoridades policiais contra o seu amante Mário Inocêncio dos Anjos, por ter este a espancado”. Margarida apresentava, segundo o artigo, diversos ferimentos na cabeça.³⁷⁸ Nada se falou sobre a intervenção da polícia. Já o jornal *O Estado* informava que Margarida tinha sofrido um ponta-pé na cabeça, que lhe causara um grave ferimento. Além do mais o delegado tinha providenciado para que o “preto Mário” levasse uma tremenda lição, posta em prática pelas autoridades policiais. O narrador concluía dizendo que: “A moral de tudo isso é que nem sempre, por-dá-cá-aquela-palha, devemos fazer uso dos pés e que, afinal, pancada de amor... dói mesmo”. O castigo do “preto Mário” não foi somente o de ter o nome divulgado pela imprensa, como deixou parecer a *Folha Nova*, pois o espancador pôde sentir na carne a “lição” das autoridades, conforme o jornal *O Estado*.

³⁷⁸ *Folha Nova*, n. 376, de 30/01/1928.

Já a ação de Margarida, naquele final de anos 20, de denunciar o seu amásio, parece se inserir num contexto em que algumas pessoas, notadamente pobres, passaram a procurar a polícia para denunciar atos de violência e alguns comportamentos indesejados. Nesse sentido, tanto o jornal *O Estado* quanto o jornal *Folha Nova*, a partir de 1927 publicavam pequenos artigos intitulados “Queixa à Polícia”. Nestas eram divulgadas as ocorrências que a população comunicava à chefatura de polícia, como agressões a menores,³⁷⁹ briga de mulheres,³⁸⁰ trocas de ofensas entre vizinhos,³⁸¹ mulheres³⁸² e homens³⁸³ que se sentiam insultados. Com as denúncias esperava-se que a polícia agisse no sentido de intermediar os conflitos interpessoais e coibir o recurso à violência física.

As mulheres não eram somente vítimas, algumas delas também agrediam seus maridos e amantes. Um exemplo é o caso publicado no jornal *O Dia*, em 1911. O jornal informava que no Largo Benjamim Constant havia ocorrido uma “Cena de Sangue”. Conforme a nota, o sr. Nicolau Constantino, conceituado comerciante desta praça, ao se levantar pela manhã foi à cozinha banhar o rosto, em uma bacia previamente preparada por sua mulher, d. Sofia Ponascky Cantisano. Quando se baixava para se lavar a mulher cravou-lhe uma faca nas costas, caindo a vítima banhada em sangue. Cantisano, apesar de ferido, começou a bater contra a parede até que as pancadas chamaram a atenção de uma vizinha, que deu o sinal de alarme. Pessoas que aguardavam o bonde acudiram e mandaram chamar a polícia e o médico. Ao chegar, o delegado mandou recolher a autora do crime à enfermaria da cadeia. Segundo constatou a autoridade policial, a faca era nova e tinha sido amolada no dia anterior. Conforme apurou o autor da nota, o casal vivia separado por

³⁷⁹ *O Estado*, n. 3919, de 23/06/1927.

³⁸⁰ *Folha Nova*, n.420, 19/03/1928.

³⁸¹ *Folha Nova*, n.752, de 24/04/1929.

³⁸² *Folha Nova*, n. 689, de 07/02/1929.

³⁸³ *Folha Nova*, n. 360, de 11/01/1928.

“incompatibilidade de gênio” e somente voltaram a morar juntos dias antes, após a morte da sogra do sr. Cantisano. Possivelmente, o termo “incompatibilidade de gênios” encobria discussões e quem sabe até a troca de agressões físicas entre o casal. Um dos pomos da discórdia conjugal, ao que tudo indica, era a sogra, pois o comerciante somente voltou a viver com a esposa após a morte da mãe da mesma. Tais ilações estão presentes nas entrelinhas, pois dessa maneira não se feria a boa imagem do “conceituado comerciante”.

Este não era um caso isolado. Possivelmente, os maridos com medo de serem alvo de chacota pública e de terem a sua masculinidade colocada em dúvida não denunciavam a agressão das mulheres, preferindo revidar os ataques com violência. Mas quando as “tamancadas” de uma esposa ocorriam em plena via pública, a imprensa não deixava de noticiar. Foi o que aconteceu, em 1908, com o soldado Teófilo:

“O soldado Teófilo de Oliveira, músico do 3º de artilharia, amanheceu com os bofes arruinados; por da cá aquela palha formava em casa uma arrelia dos pecados.

A mulher a princípio foi suportando tudo com a maior resignação possível, mas quando a coisa lhe cheirou a mostarda, não conversou, foi metendo o tamanco no Teófilo.

Teófilo correu para a rua João Pinto, onde resoluto, enfrentou a sua cara metade, resultando sair esta com algumas escoriações pelo corpo, devido às pedras jogadas por aquele.

Como a polícia tem horror a estas coisas, não compareceu, sendo os contendores apartados pelos populares”.³⁸⁴

³⁸⁴ *Gazeta Catarinense*, n. 44 de 05/03/1908.

Nota-se que o nome da “cara metade” de Teófilo não aparece. O músico é que esteve na mira do autor da nota e do seu sarcasmo. Ao acordar “com os bofes arruinados”, por uma bebedeira, Teófilo agia em desacordo com o modelo de masculinidade que se buscava instaurar, portanto, é ele o alvo da crítica do articulista. Ao dar publicidade ao ocorrido, mais do que condenar a troca de agressões, o articulista acabava por reafirmar que as “contendas” entre marido e mulher seriam toleradas desde que restritas ao espaço privado do lar e não no espaço público. Além disso, Teófilo foi ironizado por não conseguir impor sua autoridade de chefe da casa. Por último, na qualidade de jornal de oposição, alfinetava-se a polícia por esta não agir no sentido de manter a ordem nas ruas da cidade.

Ao longo da Primeira República, como se procurou demonstrar, o uso da violência física como forma de resolução de conflitos não era uma solução adotada somente por homens e mulheres pobres, mas também por membros da chamada “boa sociedade”. Também os soldados, do Exército e do Corpo de Segurança, que deveriam manter a ordem pública, constantemente se envolviam em contendas que resultavam em violência física. Estes atos passaram a ser estranhados por uma parcela da população que detinha o poder de intervir junto à opinião pública, de exigir a aplicação das leis e até mesmo de formular políticas públicas. Através dos jornais, esta elite se investiu do papel de interventora sobre os comportamentos da população, procurando moldá-los e exigindo a ingerência do Estado. A violência física passava, então, a ser descrita como coisa de homens atrasados, degenerados, sem disciplina e que não tinham atingido o grau de civilidade que, segundo as representações da imprensa, distinguia a elite do restante da população da cidade.

Capítulo 3

Entre o botequim e a rua: modernidade, libações alcoólicas e representações masculinas

“Há sem dúvida hoje mais indulgência para certas faltas, que eram condenadas com grande severidade pelos nossos antepassados: mas em compensação, o nosso padrão é mais rigoroso em relação a certos pecados, que eles tratavam como faltas venais”.

O Dia, n. 7543 de 18/06/1914

Para uma cidade alcançar o *status* de moderna e economicamente desenvolvida, prescrevia-se, era necessário ter uma população ordeira, forte e saudável. Dos homens, segundo o modelo hegemônico de masculinidade divulgado pela imprensa, esperava-se que, além de possuírem força e saúde, fossem disciplinados e que controlassem seus impulsos, direcionando suas energias para atividades produtivas, dentro e fora da família. Mas além de imagens positivas, a imprensa fez circular imagens que buscavam mostrar como os homens não deveriam se comportar. Nesse sentido, no presente capítulo buscar-se-á evidenciar o combate travado contra o hábito da embriaguez masculina e contra a circulação de ébrios pelas ruas e praças de Florianópolis. Neste combate atuaram tanto a polícia quanto uma série de representações que relacionavam o consumo do álcool à degeneração moral e física dos homens.

Ao longo das três primeiras décadas do século XX, os “discípulos de Dionísio”³⁸⁵ foram alvos de uma série de práticas e representações que problematizaram seu comportamento e sugeriram formas de cura para um vício que atirava os homens na sarjeta, privava-os da razão e os transformava em feras. Naquele período, ocorreu uma intensa campanha de combate ao consumo de bebidas alcoólicas, notadamente contra a mais popular de todas, a cachaça.

3.1. Ébrios, chuvas e paus d’água: a polícia e o combate à embriaguez masculina

A prisão de homens e mulheres alcoolizados que vagavam pelas ruas da capital catarinense não era uma novidade que chegava com o alvorecer do século XX.³⁸⁶ As notícias de prisões por embriaguez, na imprensa de Florianópolis, é que passaram a aparecer com maior frequência a partir de 1908. Nos ofícios do Chefe de Polícia para o Secretário Geral dos Negócios do Estado,³⁸⁷ percebe-se que desde o século XIX ocorriam prisões de homens e mulheres, brancos e negros, por embriaguez. Porém, aqueles registros não ganhavam divulgação pela imprensa.

³⁸⁵ Dionísio, segundo Claude Mossé, é certamente a figura que apresenta mais contrastes no panteão grego. Filho de Zeus e de uma mortal, Sêmele, aparece efetivamente como uma divindade ambígua, ao mesmo tempo o deus risonho da vinha e da vegetação e o deus sombrio das orgias selvagens a que se entregavam as mênades, mulheres em transe que acompanhavam o deus em suas andanças. O dionisismo permite escapar à condição humana evadindo-se para a bestialidade. Dionísio era venerado tanto em festas cívicas na cidade de Atenas quanto pelo povo humilde do campo, em carnavais alegres onde se carregava solenemente em honra do deus um falo gigante, símbolo da fecundidade. Cf. MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 97 a 98.

³⁸⁶ Ver: Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado – 1899/1901. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁸⁷ Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado – 1902 a 1918 (29 volumes). Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Esta tolerância talvez se explique pelo fato de que o consumo da cachaça fazia parte da tradição alimentar brasileira e remontava ao período colonial. Segundo Leila Mezan Algrannti, tanto a aguardente de cana como “outras aguardentes confeccionadas com frutos da terra serviam como alimento básico diário ou complementar; eram utilizados como oferenda e gentileza; participavam da comensalidade e de outros rituais domésticos, dependendo da origem e da condição social dos envolvidos”.³⁸⁸ Mas não era somente na América portuguesa que as bebidas alcoólicas faziam parte do cotidiano. No final do século XIX, segundo Eugen Weber, a França liderava o consumo mundial de álcool e tinha um grande número de alcoólatras. Famílias de trabalhadores compravam vinho para tomar às refeições. “Enquanto o consumo doméstico do vinho aumentava, o mesmo acontecia com outros tipos de bebidas, aperitivos e o absinto”, que eram consumidos apenas em tabernas e cabarés.³⁸⁹ Também em outros países da Europa, dos séculos XVIII e XIX, nos informa Miguel Vale de Almeida, “os trabalhadores consideravam o beber como um aspecto inextricável e até obrigatório do trabalho”. Entre os assalariados agrícolas, continua o autor, tal prática permaneceu pelo menos até as últimas décadas do século XX.³⁹⁰

Em Florianópolis, no início da Primeira República, num momento de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, é possível perceber a emergência de uma série de práticas e representações que visavam coibir o consumo exagerado de bebidas alcoólicas e a circulação de pessoas embriagadas pelas ruas da cidade. Embriaguez e desordens eram as principais causas de prisão, seguidos dos casos de “vagabundagem”, “gatunagem” e “defloramento”. Os “indivíduos” denominados desordeiros e vagabundos nem sempre

³⁸⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América Portuguesa. In: VENÂNCIO, Renato Pinto & CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na História do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005. p.86.

³⁸⁹ WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 41.

³⁹⁰ ALMEIDA, Miguel Vale de. *Op. cit.* p. 184.

estavam embriagados. Mas o indivíduo alcoolizado muitas vezes era detido por conjugar bebedeira, desordens e vagabundagem. Em 1907, por exemplo, o jornal *O Dia*, órgão do Partido Republicano Catarinense, anunciava que por ordem do sr. Comissário de Polícia Fernando Machado tinha sido “recolhido” no teatro da cidade o “árabe de nome João de tal”, por estar embriagado e praticando atos contra a moral”.³⁹¹ O jornal se absteve de narrar os atos imorais cometidos pelo “tal João”, o qual, acredito, era conhecido de muitos que estavam no teatro. O “árabe” deveria ser assim denominado, como também pelo sufixo “de tal”, mais por uma questão de ironia e desqualificação pessoal, do que por uma suposta origem étnica.

O mesmo delegado, anunciava o jornal *O Dia* de 1908, mandava recolher à cadeia pública “os indivíduos Elesbão Sérvulo de Siqueira, por achar-se embriagado e Manoel Pires Filho, por estar praticando desordens”.³⁹² O termo indivíduo era, durante o período em análise, polissêmico, remetia a imagens que não correspondiam ao modelo de masculinidade hegemônico divulgado pela imprensa e sancionado socialmente, no qual o homem deveria ser disciplinado, controlar seus impulsos, cuidar da saúde e da aparência. O indivíduo, segundo Sandra Jatahy Pesavento, se contrapõe ao cidadão, ou seja, àquele de hábitos morigerados, que tem emprego e que obedece às leis. Os “indivíduos” eram ainda os desordeiros, os que se embriagavam, os gatunos, os homicidas, os valentões, entre outros, que atentavam contra o sossego e a ordem pública que se buscava instaurar. Ou seja, “são, em princípio, indivíduos aqueles que provocam distúrbios ou mesmo crimes e que são levados ao xadrez correcional”.³⁹³

³⁹¹ *O Dia*, n. 1956, de 05/09/1907.

³⁹² *O Dia*, n. 4063, de 19/09/1908.

³⁹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2001. Op. cit. p. 138.

O “ativo” Comissário Fernando Machado, segundo *O Dia*, não somente prendia os “indivíduos” no momento em que se encontravam embriagados, perambulando pelas ruas da cidade, como também mandava deter alguns preventivamente por serem “reconhecidos desordeiros e entregarem-se ao vício da embriaguez”. Foi o que fez com os, ao que tudo indica, irmãos, Christiano Aparício da Cunha, João, Pedro, Jovino e Augusto Christino Aparício”, residentes em Sambaqui.³⁹⁴ Apesar de morarem em um dos distantes arrabaldes da ilha os “desordeiros”, algumas semanas mais tarde, foram novamente presos juntamente com outros “indivíduos”.³⁹⁵ As prisões duravam geralmente um dia ou o tempo de “curar a bebedeira”. Mas o termo indivíduo não era o único adjetivo utilizado pela imprensa para identificar os ébrios da cidade.

Em 1911, a *Folha do Comercio*, num artigo intitulado “Vagabundagem”, questionava a eficácia das prisões “de um dia”. Segundo o articulista do jornal, “prender hoje para soltar amanhã, de nada vale e nada resolve, porque não corrige, não educa e não modifica os hábitos de vida do indivíduo, o que somente o trabalho o faz (...) E neste caso, somente as colônias correccionais poderiam dar solução ao problema, aliás, de grande importância social”.³⁹⁶ Apesar do desejo do articulista, a cidade de Florianópolis não contou com nenhuma “colônia correccional” durante a Primeira República e as prisões de “um dia” continuaram acontecendo.

A cadeia pública, um prédio colonial que havia sido reformado, situado na Praça 15, era o local para onde se enviavam os bêbados e as bêbadas, os desordeiros e as desordeiras, os loucos e as loucas, “os vagabundos” e as “vagabundas” além de indivíduos sentenciados

³⁹⁴ *O Dia*, n. 4077, de 07/10/1908.

³⁹⁵ *O Dia*, n. 4093, de 27/10/1908.

³⁹⁶ *Folha do Comércio*, n. 603, de 18/11/1911.

e oriundos de várias partes do Estado. Este prédio, devido principalmente às fugas que ali ocorriam, não atendia nem mesmo às necessidades de prisão. Somente em 1930 foi inaugurada a Penitenciária Estadual da Pedra Grande, localizada num arrabalde distante do centro, no atual bairro da Trindade.³⁹⁷

Possivelmente, muitos homens que foram presos no “xadrez da Praça 15”, por terem “o hábito” de se embriagar, não concordavam com o articulista da *Folha do Comércio*. A prisão de um dia ou de uma noite bem como o assédio sistemático através de prisões contínuas, segundo Marcos Bretas, falando sobre o Rio de Janeiro, funcionava “como um poderoso freio, sem haver necessidade de instaurar processos e envolver juízes quase sempre inclinados a absolver acusados em processos de vadiagem”.³⁹⁸ Em Florianópolis, porém, nem todos os ébrios se emendavam no xadrez. Citando novamente os ofícios do Chefe de Polícia é possível identificar indivíduos, como João Antonio de Almeida, “vulgo João Catarina”, cujo primeiro registro de prisão ocorreu em 1900³⁹⁹ e entre 1908 e 1910 foi preso várias outras vezes.⁴⁰⁰ Foram múltiplos os registros de prisão por embriaguez de João Antonio feitos pelos chefes de Polícia. Porém, seu nome não apareceu nas notas dos jornais.

Por outro lado, homens detidos uma única vez tinham seus nomes divulgados na seção “Notas Policiais”. Tal fato leva a crer que a estratégia de dar publicidade, pela

³⁹⁷ POYER, Viviani, Penitenciária Estadual de Pedra Grande Estudo da Instituição. In: *Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Florianópolis, volume 7. p.179 a 187.

³⁹⁸ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 82.

³⁹⁹ Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário de Interior e Justiça n. 307 de 6.9.1900.

⁴⁰⁰ Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado (1902/1918). Ofícios n. 96, 163, 167, 218 de 1908 e Ofícios n. 147 e 187 de 1909, Ofícios n. 41, 46, 68 e 255 de 1910. A partir de 1911 esta documentação não faz mais o relato de prisões, passando a informar somente questões burocráticas, como contratações e exonerações de delegados e sub-delegados, diárias e gratificação de soldados, as condições de delegacias do interior do Estado, entre outras informações.

imprensa, ao nome dos presos por embriaguez se constituía também em mais uma forma de punição. Esta se dava através do escândalo e do sensacionalismo que tal publicidade causava. Além do mais, o termo “indivíduo” empregado pela imprensa, no início do século, para designar os que abusavam do álcool deu lugar a outras expressões estigmatizantes. Em 1928, uma nota publicada na *Folha Nova* anunciava:

“Os paus d’água no xadrez

Foram recolhidos ao xadrez da Polícia Central por se acharem em completo estado de embriaguez os indivíduos Heitor Romão Siqueira, Noé Luciano, Jovenal Francisco, Galdino Gonçalves e João Leopoldino dos Santos”.⁴⁰¹

Para alguns homens que tinham seus nomes publicados neste tipo de coluna, o escândalo consistia numa espécie de exclusão no próprio local. Não era necessária a deportação, a transferência para fora do espaço social, “mas o isolamento no interior do espaço moral, psicológico, público, constituído pela opinião. É a idéia das punições ao nível do escândalo, da vergonha, da humilhação de quem cometeu uma infração. Publica-se sua falta, mostra-se a pessoa ao público, suscita-se no público uma reação de aversão, de desprezo, de condenação”.⁴⁰² Para alguns homens, possivelmente, esse conjunto de punições funcionava, com outros a eficácia era nula.

Certamente, para os que buscavam ser reconhecidos como morigerados e trabalhadores, ser denominado de “indivíduo”, “ébrio” ou “pau d’água” e ter seus nomes divulgados na coluna policial do jornal local passava a trazer ainda maiores dificuldades

⁴⁰¹ *Folha Nova*, n. 718 de 14/03/1929.

⁴⁰² FOUCAULT, Michel. 1979. Op. cit. p.149.

para ascenderem economicamente, por meio de um emprego melhor remunerado, no serviço público ou nas poucas indústrias e no comércio da cidade, ou ainda de alargarem suas redes de relações sociais, através de casamentos ditos vantajosos, com mulheres das “famílias de bem”.

Um indício do quanto ficava afetada a imagem de quem tinha seu nome publicizado por embriaguez e outros delitos, pode ser encontrado nas *vinditas* impetradas contra membros da imprensa. Alguns jornalistas foram surrados por noticiarem as “arrelias” e bebedeiras de certos homens que incomodavam o sossego público. Em 1916, o periódico *O Dia* noticiava que fora chamado à chefatura de Polícia um “turco” que ficava cantando “modinhas livres” a altas horas da noite. Tal nota fez com que um dos companheiros de folguedo do “turco” procurasse o autor da mesma para tirar satisfações, conforme se noticiou:

“Anteontem, à noite, quando passava pela rua Uruguai, foi inopinadamente agredido por um indivíduo de cor, o nosso auxiliar Plácido Justino Gomes, por este ter publicado uma notícia referente a um turco e diversos outros, que foram chamados à chefatura, por perturbarem o sossego das famílias moradoras no referido lugar”.⁴⁰³

E não eram somente os “turcos” e indivíduos “de cor” que iam à desforra. Num momento em que os jornais estampavam “clichês” dos homens que se destacavam no cenário político e econômico da cidade, em que se verificava o aparecimento das colunas sociais anunciando noivados e casamentos, as datas natalícias, as partidas para receber o título de “dr” na capital federal ou em São Paulo, ter o nome divulgado nas seções que

⁴⁰³ *O Dia*, n. 8250, de 08/04/1916.

denunciavam as “arruaças”, brigas ou “bebedeiras” era uma forma de desqualificação social.

Em 1916, Santelmo Corumbá, que escrevia em *O Estado*, foi alvo de uma “agressão revoltante”, segundo noticiou um companheiro do mesmo jornal. Conforme a notícia, Santelmo fazia compras na loja “Chic Americano” quando “sorratamente, pelas costas, o sr. Amaral Luz, filho do Senador Hercílio Luz e ex-promotor público da Palhoça, que entrara sem ser percebido, lhe vibrou uma forte bengalada sobre o crânio” da qual o ofendido conseguiu se desviar. Os presentes na loja, segue a nota, ficaram sem atinar a causa de tão “insólita atitude”. Recuperado do susto, o jornalista e o ex-promotor, caíram na rua após se atracarem. Os contendores entraram trocando socos na barbearia do sr. João Bittencourt Machado onde, finalmente, foram apartados.⁴⁰⁴

O móvel de tal entrevero, ainda segundo o amigo de redação, tinha sido o artigo intitulado “O Dato virou o bicho”,⁴⁰⁵ onde se dava publicidade das “arruaças e embriaguez” promovidas por um cunhado do Senador Hercílio Luz, dias antes no “Café Familiar,” a altas horas da noite. Disso se depreende que a embriaguez, compartilhada por homens de todas as classes, passou a ser descrita como um sinal de fraqueza moral. Para as famílias da elite, que buscavam se distinguir da maioria da população através de um conjunto de regras e preceitos sociais, era desqualificante ter um de seus membros descritos na imprensa como ébrio, o que os igualava aos que eles consideravam a ralé. Aquela notícia, divulgada pouco mais de um ano antes de um novo pleito eleitoral, possivelmente, estava ligada às disputas políticas envolvendo a família Luz e o grupo representado pelo *O Estado*. Era comum na

⁴⁰⁴ *O Estado*, n. 413, de 21/09/1916.

⁴⁰⁵ *O Estado*, n. 411, de 19/09/1916.

época, como se procurou mostrar no segundo capítulo, que os jornalistas se vissem envolvidos em tal tipo de conflito.

O “costume” ou o “hábito” de se embriagar, conforme os jornais da época, não tinha hora, ocorria tanto durante a noite quanto de dia. Além dos “indivíduos” residentes na cidade, também viajantes eram dados a “tomar um pifão”, expressão empregada à época para designar uma boa bebedeira. Tal foi o caso dos tripulantes do rebocador “Florianópolis”:

“Ontem, às duas horas da tarde foram por ordem do sr. comissário de polícia, recolhidos ao posto policial, por se acharem embriagados, João Patezen Hanson e Scheganoff, tripulantes do rebocador ‘Florianópolis’, ultimamente chegado da Inglaterra para a Alfândega desta capital”.⁴⁰⁶

Podemos notar que para o articulista do jornal não causou estranheza apenas o fato de “se acharem embriagados” os dois “tripulantes” mas, também, a hora em que os dois se entregaram às libações alcoólicas. Certamente, para os marítimos recém-chegados, o tempo do trabalho não era o mesmo dos trabalhadores do comércio e das repartições públicas da cidade. O uso do tempo passava a ser uma questão importante para a ordem pública. Paulatinamente, o que se percebe é que além do hábito de se embriagar também o momento utilizado para tal prática passou a ser problematizado.

Nesse sentido, talvez numa tentativa de conter o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, o Delegado de Polícia, sr. Fernando Machado Vieira, em 1914, estabeleceu com os proprietários dos “botequins, cafés e restaurantes, uma tabela para o fechamento

⁴⁰⁶ *O Dia*, n. 4077, de 07/10/1908.

daqueles estabelecimentos”. Conforme o documento, “arquivado na Delegacia de Polícia”, ficou acordado que, durante o inverno, estes estabelecimentos ficariam abertos até as 23 horas, com exceção dos sábados e domingos quando deveriam fechar às 24 horas. Durante o verão, o fechamento seria às 24 horas, todos os dias da semana. E, finalmente, nos dias de festas como Carnaval, Festa do Senhor dos Passos, quinta, sexta e sábado da semana Santa, Natal e Ano Novo, os “proprietários poderão fechar suas casas quando bem entenderem”.⁴⁰⁷ Tanto quanto informar sobre os horários desses estabelecimentos, tal acordo nos remete à existência de uma prática costumeira, o consumo de bebidas alcoólicas, e à importância dos estabelecimentos onde eram vendidas e consumidas, enquanto espaços de lazer e sociabilidade para a população masculina da cidade. O acordo firmado entre o delegado e os comerciantes, com o passar do tempo, tornou-se letra morta ficando unicamente “arquivado na Delegacia de Polícia” pois, na década de vinte, alguns cafés e restaurantes anunciavam seu funcionamento “dia e noite”.⁴⁰⁸

As mulheres também apareceram, apesar de em menor número, naquele ano de 1908, nas colunas intituladas “Ocorrências Policiais”, detidas por embriaguez e mandadas recolher à cadeia pública.

“Foram recolhidos, anteontem, à cadeia pública: por embriaguez, Maria Joaquina, a ordem do dr. Prefeito, e por ordem do sub-delegado do 2 distrito da capital, Leontina Christina de Castro Serra e Maria Avelina do Espírito Santo”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ *O Dia*, n. 7511, de 09/05/1914.

⁴⁰⁸ *Folha Nova*, n.2036, de 16/07/1927.

⁴⁰⁹ *O Dia*, n. 2062, de 04/01/1908

O registro de mulheres presas por embriaguez nos relatórios dos chefes de polícia era bem maior do que os noticiados pela imprensa. Conforme Joana Maria Pedro, entre 1910 e 1911, ocorreram pelo menos 20 prisões de mulheres acusadas de embriaguez.⁴¹⁰ O fato dos jornais darem menos destaque à prisão de mulheres do que à de homens acusados de embriaguez está relacionado, acredito, à questão de que os discursos e as práticas que combatiam o alcoolismo, veiculados na imprensa local, centravam seu foco de denúncia no masculino.⁴¹¹ Era a embriaguez masculina, segundo o pensamento da época, a responsável pela quebra da ordem. Nas colunas policiais, embriaguez e desordens andavam quase sempre juntas. O jornal *O Dia*, de 19 setembro de 1908, anunciava:

“À ordem do sr. dr. Prefeito de Polícia, foram recolhidos anteontem, ao xadrez, por andarem praticando desordens, os indivíduos Antonio Adriano Alves, João Ângelo, Pedro Telar, Luis Antonio de Bittencourt e Manoel Jorge de Campos”.⁴¹²

No termo genérico “desordens” estava implícita uma série de ocorrências, entre elas, cantorias durante a noite⁴¹³, algazarras, pequenos conflitos⁴¹⁴, “ofensa a moral”⁴¹⁵, resistência à prisão, para citar as mais comuns. Estas ações rompiam “o sossego público”, atentavam contra à moral e à ordem que se buscava implantar. É interessante observar que, tanto nas notas que informavam sobre a prisão por embriaguez quanto nas prisões por

⁴¹⁰ PEDRO, Joana Maria. 1994. Op. cit. p. 156.

⁴¹¹ Maria Izilda Santos de Matos, analisando os discursos médicos que condenavam o alcoolismo, entre 1890 e 1940, observou que estes se dirigiam prioritariamente aos homens. Além disso, os dados analisados pela autora apontam para uma preponderância masculina no alcoolismo, mas, segundo Maria Izilda, “não se pode deixar de levantar a hipótese de que o alcoolismo feminino estivesse ocultado”. Ver: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000. p. 27.

⁴¹² *O Dia*, n. 4127, de 13/12/1908.

⁴¹³ *O Dia*, n. 8245, de 02/04/1916.

⁴¹⁴ *O Dia*, n. 1766, de 15/01/1907.

⁴¹⁵ *República*, n. 103, de 01/02/1919.

desordens não temos nenhuma informação, além do nome, sobre os indivíduos “recolhidos” e o local em que ocorreram os fatos. Ou seja, não estava sendo colocada pelos jornais, em 1908, como questão pertinente e até mesmo como um agravante da prisão, se eram homens desempregados, negros ou pobres.

As notas divulgando a prisão de homens por embriaguez foram particularmente intensas nos jornais entre 1908 e 1911. A partir dessa última data, este tipo de notícia tornou-se mais esparso. Tal fato coincide com o momento em que cessaram os registros diários de prisão nos “Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado”. Donde se depreende que a imprensa local, notadamente o jornal *O Dia*, Órgão do Partido Republicano Catarinense, encontrava nos apontamentos oficiais parte das matérias que ilustravam sua folha.

Aquele período foi marcado pelo remodelamento do espaço central da cidade. Em 1908, a cidade recebeu uma grande melhoria em seu traçado urbano que foi o ajardinamento da Praça 15 de Novembro, que até então era um enorme terreno em quadrado, completamente desprovido de vegetação. A construção do Jardim Oliveira Belo, dentro do terreno que compunha a praça, dotou a cidade de um dos seus principais locais de sociabilidade. No entorno da Praça 15 estava instalado o palácio do governo, a igreja matriz, a delegacia de polícia, a Câmara de Vereadores, o trapiche municipal, entre outros edifícios públicos, além de prédios comerciais e residenciais. As prisões, assim como outras medidas efetuadas pela polícia, tinham por objetivo afastar os “turbulentos” dessa parte central da cidade.

As notícias de prisões por embriaguez passaram também a se ocupar dos que a imprensa passou a denominar de “ébrios renitentes”. Estes eram, segundo os jornais locais, notórios discípulos de Baco. O bêbado passou então a ser descrito nos jornais como uma pessoa suja e maltrapilha, seu corpo era doente e degenerado, sua presença além de representar um atentado à ordem pública passava, também, a ser percebida como desagradável ao convívio urbano. Conforme a descrição inserta no jornal *O Estado*, em 1916, o homem dado a “bebedeiras contumazes não consegue macillar[sic] a pele bronzeada de seu rosto, esburacado pela varíola e muito semelhante a um mapa da guerra ou a um alfabeto de surdo-mudos”.⁴¹⁶ Tal imagem contrastava com a representação de corpo masculino valorizada e divulgada pela imprensa, à qual se mesclava saúde e força física. O ébrio, além de repugnante, passava a ser visto como um perigo para sua própria sanidade corporal, para a ordem pública e para a saúde das gerações futuras. Sua presença pelas ruas, praças e jardins agredia a imagem que se buscava construir de uma Florianópolis limpa, moderna e possuidora de uma população ordeira. O bêbado, também denominado “pau-d’água”, não devia perambular pela cidade, protestava a imprensa, seu lugar era no “xadrez da Praça 15”.

Em 1919, numa nota intitulada “Embriaguez e prisão”, o articulista do jornal *República* expunha aos seus leitores o comportamento do “preto Babá, que tem por costume embriagar-se freqüentemente”. Após tomar “um pifão”, num dos armazéns do cais Liberdade, “Babá caiu desastradamente no passeio, deixando-se ficar ali, incomodando os transeuntes”. Dois praças da Força Pública, que por ali passaram, levaram o “pobre Babá à chefatura de polícia”, onde ele “nos ‘luxuosos’ aposentos do xadrez, foi esperar que a

⁴¹⁶ *O Estado*, n. 407, de 14/09/1916.

carraspana passasse”.⁴¹⁷ No ano seguinte, numa nota intitulada “Ainda o Babá”, o mesmo jornal informava que este era um “Ébrio renitente e conhecidíssimo” e que ele tinha aumentado o número “já elevado de suas aventuras”. Babá, após “matar sua vontade de beber” em um “armazém qualquer” teve seu cérebro transtornado, embrutecido pela cachaça, começando a gritar e a “injuriar doidamente as pessoas que iam ao armazém e, em seguida, saindo à rua, entendeu de prosseguir no mesmo, perturbando o sossego público. Urgia que as autoridades competentes tomassem uma providência, acolhendo o pobre preto até que este sarasse da carraspana”.⁴¹⁸

Com o passar do tempo também os habitantes de localidades distantes do centro da cidade passaram a encontrar nas páginas do jornal *Folha Nova* um espaço para denunciar as “ações inconvenientes” de alguns homens dados à embriaguez. Foi o que fizeram, segundo uma nota publicada em 1928, os moradores do distrito do Córrego Grande. Conforme o articulista, os moradores daquela localidade “solicitam-nos que apelássemos para as nossas autoridades policiais no sentido de se pôr termo ao proceder inconveniente de Serafim Pereira”. Alegavam os moradores daquele arrabalde, onde o modo de vida rural prevalecia, que “Serafim embriaga-se constantemente e provoca desordens, abalando assim a tranqüilidade das famílias”.⁴¹⁹ Nota-se que o jornal passa a exigir a ação da polícia para regiões que extrapolam os limites do espaço urbano. Em 1929, uma série de artigos foi publicada no jornal *O Estado* tratando de “questões do interior da ilha”, como brigas em família⁴²⁰ e bebedeiras. Ao governo, segundo os articulistas, cabia tutelar aquela população

⁴¹⁷ *República*, n. 208, de 14/06/1919.

⁴¹⁸ *República*, n. 387, de 20/01/1920.

⁴¹⁹ *Folha Nova*, n. 382, de 07/02/1928.

⁴²⁰ *O Estado*, n.4398, de 15/01/1929.

levando às localidades rurais as mesmas regras que regiam o viver na cidade, ou seja, comportamento moderado e ordem.

3.2. Embriaguez e violência

Durante as primeiras décadas do século XX, é possível perceber, através da imprensa, a circulação de um conjunto de imagens que valorizavam a força física, como um atributo prestigiante da masculinidade. Porém, esta força deveria “ser limitada, regrada dentro de preceitos ‘civilizados’ do bem viver, medindo suas expressões, evitando-se a violência e a agressão”.⁴²¹ Ou seja, não bastava possuir um corpo atlético. Era preciso conter os impulsos e manter o autocontrole. Além de ser relacionada a desordens e perturbações do sossego público, a embriaguez era relacionada à violência. O uso do álcool, conforme imagens divulgadas pela imprensa de Florianópolis, fazia com que os homens perdessem a razão e tivessem prejudicado o equilíbrio mental, tomando atitudes que não tomariam, caso não se encontrassem embriagados. Tal representação fica bastante evidente num artigo que denunciava as “arruaças” de um rapaz chamado Onofre:

“Arruaças

O Onofre virou o bicho

Enquanto chovia, o pau roncava

Ontem, às 15 horas, houve samba grosso no Café Natal.

O Onofre é um bom rapaz, tem uma boa cabeça ... quando não está a transbordar de espírito.

⁴²¹ MATOS, Maria Izilda Santos. Op. cit. p. 60.

Mas assim que o gole da amarelinha lhe referve nas tripas é outro homem.

Ainda ontem, chovia a odres.

O homem quis se esquentar para que a umidade não lhe traspassasse os ossos e vai... toca a beber.

Depois veio a reação e os vapores do álcool transformaram o pacato boleeiro num quebra tudo feroz”.⁴²²

O consumo do álcool tirava a razão e transformava o homem em um “bicho”, e nesse sentido Onofre “falou, gritou, quebrou copos e garrafas e estava disposto a quebrar tudo”, não fosse a intervenção da polícia. Após ter “virado num bicho” e resistido à prisão, segundo o final irônico da nota, Onofre “lá se... foi no colo... para o xadrez”.⁴²³ O artigo narra uma história linear que se inicia com a descrição de Onofre, um “rapaz bom” que após beber “vira num bicho” para, finalmente, ridicularizar sua valentia ao dizer que este seguiu “no colo” do policial para o xadrez. Por duas vezes Onofre deixou de ser homem, a primeira quando, sob o efeito do álcool, virou “bicho” e a segunda quando foi carregado no regaço do guarda. As reticências não deixam dúvidas e mostram que a masculinidade de Onofre foi posta em dúvida.

O fato de ser carregado apresentava-se como uma forma de ofensa e remetia para uma fragilidade física, para o abandono de si à vontade do outro. Em 1908, o jornal *Gazeta Catarinense*, num artigo intitulado “Canivetada”, relatava com uma certa indignação que Custódio Manuel da Silva, que havia saído de casa para comemorar o seu aniversário,

⁴²² *O Estado*, n. 574, de 06/04/1917.

⁴²³ *Idem*.

tomou uma enorme “carraspana, que resultou cair à rua Esteves Junior”. Um amigo de Custódio, Tibúrcio Pereira, continuava a nota, “vendo-o naquele estado, procurando leva-lo para sua casa, no que foi obstado por Custódio, que sacando de um canivete fez-lhe com o mesmo grande ferimento”.⁴²⁴ Certamente Custódio, que foi preso em flagrante pelo comissário Fernando Machado, e o articulista que escreveu o artigo tinham visões diferentes sobre o acontecido. Para o primeiro, apesar de bêbado, a “ajuda” do amigo pode ter sido considerada uma intromissão em algo que não lhe dizia respeito. Para o articulista, o inusitado na cena era a passagem em que um amigo fere o outro quando este tentava ajudá-lo.

Os jornais da cidade deram especial atenção quando, além do ébrio ficar caído na grama dos jardins e nas “sarjetas” das ruas “a espera do providencial meganha que os conduza ao albergue de grade”,⁴²⁵ a embriaguez era acompanhada de “cena de sangue”. Alguns jornalistas eram advogados com conhecimento dos trâmites que deveriam ser seguidos pelos agentes policiais durante as investigações de um crime de homicídio. Eles utilizavam-se de uma linguagem forense para descrever com minúcia de detalhes, para seus leitores, informações que em outros momentos eram restritas aos inquéritos policiais. Deslocava-se o “repórter” para o local do crime, descrevia as condições da vítima, ouvia as testemunhas e quando possível a versão do criminoso para o ocorrido. A verve literária, que alguns jornalistas buscavam cultivar, por sua vez, ajudava a prender a atenção do leitor. Na primeira página de uma edição do jornal *O Dia*, em março de 1908, podia-se ler:

⁴²⁴ *Gazeta Catarinense*, n. 111, de 26/05/1908.

⁴²⁵ *O Estado*, n. 407, de 14/09/1916.

“Cena de Sangue

A morte de *Aracajú*

Prisão do assassino

Providências da Polícia

Terminou ontem seus infortunados dias o temido Francisco dos Santos, vulgo *Aracajú* e, como sempre sucede, com infelizes de sua espécie, de um modo trágico e que, apesar dos maus antecedentes da vítima, muito sensibilizou a quantos presenciaram o sanguinolento desenlace.

Em local extraordinariamente concorrido – as imediações do mercado – e em dia e hora de muito movimento, ocorreu a trágica cena.

Pouco mais de meio dia, vagava por aquelas paragens o *Aracajú* já meio toldado e quem sabe! À cata de algum pretexto para as suas costumeiras desordens. Destemido, desde a sua mocidade, e dado a embriaguez, habituara-se à desordem, se achava bem no meio dela, que nunca evitava, tornando-se por isso um homem perigoso”.⁴²⁶

O jornalista estetizou o fato, reorganizando a narrativa, encadeando o enredo e exprimindo um juízo de valor.⁴²⁷ Nas páginas dos jornais se realizou um julgamento sobre “*Aracajú*”, na medida em que se procurava demonstrar aos leitores que a vítima era um “homem perigoso” pois, além de ser dado à embriaguez, vagava pela cidade à “cata de algum pretexto para as suas costumeiras desordens”. E continuava o articulista a descrever a sua versão dos fatos:

“*Aracajú* vagava, como dissemos, pelas imediações do Mercado e ali encontrou-se com Martiniano Duarte Pereira, ex-praça do exército e que

⁴²⁶ *O Dia*, n. 3013, de 18/03/1908.

⁴²⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2001. Op. cit. p.127.

atualmente exercia a profissão de carregador. Altercaram, por qualquer fútil pretexto e foram prontamente às vias de fato.

As pessoas que por ali se achavam não ligaram grande importância ao fato, conhecedoras como eram dos hábitos de *Aracajú*. Pronto, porém, Martiniano Duarte Pereira saca de uma faca e investe contra *Aracajú*, no momento que o seu contendor embebeu-lhe no peito esquerdo a lâmina aguçada. *Aracajú* ergueu-se ferido mortalmente e armando-se de um fueiro de carroça, avança, contra Martiniano, descarregando-lhe sobre a região frontal direita forte pancada, que fez jorrar o sangue em abundância.

Então, acudiram os populares para desarmarem os contendores e nessa ocasião *Aracajú* cai pesadamente no chão para nunca mais se erguer. Estava morto. Da larga ferida, produzida pela faca que cortara até o coração, o sangue escorria em abundância, ensopando-lhe as vestes”.⁴²⁸

Muitos leitores do jornal certamente assistiram ao desenlace ou ouviram, nas rodas de conversa que se formavam no centro da cidade, nas mesas dos cafés, os comentários referentes ao “assassinato de *Aracajú*”. Isto não é difícil de imaginar principalmente se for levado em conta o local em que ocorreu a contenda. Como o articulista nos fala, o ato criminoso deu-se num “local extraordinariamente concorrido – as imediações do Mercado”, ou seja, no centro da cidade, próximo das repartições públicas instaladas na Praça 15 de Novembro e das ruas de maior movimento comercial. Este tipo de violência não era uma novidade e certamente fazia parte do cotidiano da população. Porém, a dimensão que o crime ganhou remete tanto para a exploração, por parte da imprensa, do gosto pela tragédia alheia, pelos detalhes sórdidos e pela crônica policial quanto à disputa, mencionada no

⁴²⁸ *O Dia*, n. 3013, de 18/03/1908.

capítulo anterior, entre os jornais *O Dia* e *Gazeta Catarinense* pelo desvendamento do crime.

O crime no qual Aracajú foi vítima, apesar de sua história de vida permitir que se anteviesse tal desenlace, segundo o autor da nota acima, “sensibilizou a quantos presenciaram o sanguinolento desenlace”. Esta sensibilidade foi reforçada pela maneira como o fato foi descrito, através da narrativa dos pormenores do incidente, com Martiniano embecendo no peito de Aracajú a lâmina de sua faca e fazendo o sangue de seu adversário “jorrar em abundância”. O autor da nota esforçou-se em demonstrar a banalidade do crime. Aracajú dado a “costumeiras desordens” foi morto por “Martiniano Duarte Pereira, ex-praça do exército e que atualmente exercia a profissão de carregador. Altercaram, por qualquer fútil pretexto e foram prontamente as vias de fato”.

Mas o móvel do crime, que para o jornalista do *O Dia* era um motivo “fútil”, para os contendores era uma questão de honra. Pelo jornal *Gazeta Catarinense*, ficamos sabendo que:

“O *Aracajú* era um rapaz franzino, ainda no verdor dos anos, pálido, olhar vivo e feições delicadas, que aí andava a fazer bravatas, desafiando a Deus e a todo mundo.

Hoje, a mais ou menos uma hora da tarde, *Aracajú* entrara na venda de Miguel de tal no largo do Mercado e na luz do seu olhar, então amortecido e triste, havia talvez a previsão funesta do desenlace fatal que o aguardava. Cabisbaixo e soturno, encostara-se ao balcão, pregando os olhos ao canto da venda.

Desejou, porém, disfarçar a dor que o acabrunhava e pediu ao carregador Martiniano Duarte Pereira que lhe desse um pouco da cachaça que estava

bebendo. Martiniano não o atendeu. Daí se originou uma troca de palavras que teve o horrível epílogo de que nos ocupamos abaixo. *Aracajú* já estava então mais ou menos embriagado e entendeu que a recusa de Martiniano era um desaforo que não devia tolerar, e por isso trocaram-se algumas bofetadas entre *Aracajú* e Martiniano”.⁴²⁹

Nessa descrição da imprensa, *Aracajú* traz em seu corpo os sinais externos, tais como franzino, pálido, desordeiro, mais ou menos embriagado, que possibilitavam “a previsão do desenlace fatal”. O fato de tanto *Aracajú* quanto Martiniano terem sido soldados do exército possivelmente tenha contribuído para o primeiro ter considerado a negativa do carregador como um “desaforo”. Possivelmente, *Aracajú* esperava daquele que se tornou o seu algoz um tipo de solidariedade que deveria existir à época em que os dois pertenceram às fileiras do exército. Já da parte de Martiniano, o que pode ter ocorrido é que este não quis ser identificado como companheiro de alguém que era descrito como “um conhecido desordeiro”. No restante da nota, salvo diferenças estilísticas das narrativas entre os articulistas da *Gazeta Catarinense* e de *O Dia*, o conteúdo e o final são os mesmos. Nas duas versões o que se procurou deixar claro para o leitor é que o próprio *Aracajú*, com seu hábito da embriaguez e vida desregrada, foi o responsável por sua trágica morte.

Os jurados que fizeram parte do Conselho de Sentença no qual foi julgado Martiniano, possivelmente, também pensaram assim. Martiniano, conforme se verificou, foi preso, julgado e absolvido, porém o promotor, como era de praxe, recorreu da sentença.⁴³⁰ Provavelmente o fato de Martiniano possuir um emprego na época do crime,

⁴²⁹ *Gazeta Catarinense*, n. 54, de 17/03/1908.

⁴³⁰ *Gazeta Catarinense*, n. 121 de 6/6/1908.

aliado à história pregressa de Aracajú, foram elementos que levaram os jurados a decidirem a seu favor, absolvendo-o.

Porém, o réu não saiu daquele processo impune. Toda a publicidade que “a morte de Aracajú” mereceu por parte da imprensa, os procedimentos policiais e judiciários (inquérito e fases do processo), além da secção do tribunal do júri, onde defesa e acusação expuseram aos jurados e ao público suas versões dos fatos, se constituíam em mecanismos de punição.

Mas não eram somente os indivíduos reconhecidos como desordeiros que se tornavam perigosos após consumirem álcool. Também um homem “morigerado” poderia provocar conflitos no espaço público, após o consumo da branquinha. Em 1911, nos narra um articulista de *O Dia*, por ocasião da procissão de Nosso Senhor dos Passos, quando o préstito passava pela Praça 15 de Novembro, entrada da Rua João Pinto, ou seja, perto do Mercado Público, ocorreu um pequeno conflito que alarmou bastante o “extraordinário número de famílias que acompanhava a procissão”. O sr. Antonio Molga, “de nacionalidade italiana, estando muito embriagado sacou de uma faca, pelo simples fato de alguém o ter empurrado.” Imediatamente, informa a nota, o sr. delegado e praças do Corpo de Segurança partiram para Molga, que foi desarmado pelo cabo Naval, “sem que ninguém fosse ferido”. Após ser desarmado, o italiano foi recolhido ao posto policial. O autor da nota conclui informando que “Antonio Molga é um homem muito morigerado, residindo nesta capital há dois anos, sem nunca antes ter dado trabalho à polícia”.⁴³¹ Podemos perceber que, segundo a imagem presente nesta nota, foi o álcool o responsável pelo fato do sr. Molga romper com uma história de cidadão morigerado, devido ao que o jornal classificou como “simples fato de ter sido empurrado”. Não era o caso de andar armado

⁴³¹ *O Dia*, n. 4792, de 04/04/1911.

com uma faca o que tornava o italiano perigoso,⁴³² mas sim o consumo da cachaça, pois até então não costumava dar “trabalho à polícia”.

As representações do “ébrio” presentes nestes artigos se coadunavam com as imagens divulgadas pelo conhecimento médico da época. Conforme Maria Izilda Santos Matos, os discursos médicos, desde o final do século XIX, relacionavam a embriaguez com a violência. Segundo os discursos médicos, o uso do álcool “apagava a inteligência do homem, acentuava a mudança do caráter, provocando uma excitação fugaz, seguida de abatimento nervoso, impulsões violentas, apatia considerável. Cólera intensa, principalmente nas discussões”.⁴³³ Ou seja, um bêbado contrariado reagiria com violência.

Foram esses os elementos que ilustraram a narrativa de um artigo publicado no jornal *Folha Nova*, em 1926. Segundo a nota, “Antonio Huntmann, conhecido por Briguemão, é um pau d’água inveterado. Não passa dia nenhum que o Briguemão não esteja bem azougado”. Justamente naquele dia, enquanto perambulava pela ruas da cidade, encontrou-se o “pau d’água” com o entregador de pães Gregório Emílio Lara. Briguemão questionou o entregador sobre o que o “rapaz levava (...). Este, como era natural, não lhe deu satisfação. Foi isso o bastante para que o pau d’água lhe desse [uma] tremenda bofetada fazendo jorrar sangue”. Gregório queixou-se ao comissário Rosa que “incontinenti mandou recolher Briguemão à sombra da prisão”.⁴³⁴ Esta narrativa, além dos elementos que identificam o ébrio já presentes em outros artigos da imprensa, como o descontrole e a

⁴³² Ao que tudo indica o fato dos homens de Florianópolis, durante o período em estudo, andarem armados não era percebido como um problema pela polícia. Durante o interrogatório do comerciante Roberto Manoel, que foi o autor do crime que ficou conhecido na cidade como “crime das piteiras”, o assassino aos ser indagado sobre “Para que andava então armado?” respondeu que “Todo mundo anda armado. Sempre tive o costume de andar armado”. Ao ser indagado pelo delegado por que não entregou para o subdelegado a arma respondeu “Por que tenho o direito de ter uma arma em casa”. A tais respostas não foi objetado pelo delegado. Ver: *O Estado* n. 601, de 10/05/1917.

⁴³³ MATOS, Maria Izilda. Op. cit. p. 61.

⁴³⁴ *Folha Nova*, n.06 de 25/11/1926.

violência, traz um elemento novo. Nas notas anteriores a intervenção da autoridade policial era reclamada pelos articulistas ou a prisão do ébrio agressor era feita em flagrante. Gregório, porém, ao invés de reagir com violência ou de simplesmente esperar que a imprensa denunciasse a agressão sofrida, optou por queixar-se ao “comissário Rosa”, contentando-se com a prisão de “Briguemão”.

O “vício da embriaguez”, segundo as imagens divulgadas pela imprensa, transformava homens em feras, pois além de não conterem os seus impulsos violentos tornavam-se incapazes de controlar seus desejos sexuais. Em 1930, o jornal *O Estado*, anunciava “O bárbaro crime desta manhã”. Uma grande nota discorria sobre o assassinato de uma jovem por um homem, o qual a vítima acreditava ser seu pai. “O fato – que teve hoje seu epílogo com o assassinio bárbaro de uma infeliz jovem, e cujo protagonista foi Mário Cavalcante Mangabeira, 2º sargento da Força Pública, indivíduo dado ao vício da embriaguez, como é público e notório - veio a demonstrar a ferocidade de seu autor”. Após essa introdução, o articulista passa a narrar toda a vida pregressa de Mário, começando com a união do sargento com Maria Alexandra da Conceição, “há alguns anos”. Dessa união, “segundo dizem”, nasceu a “infeliz jovem Diamantina Conceição”. Porém, o assassino nunca reconheceu a “vítima” como sendo sua filha. Mário, há alguns anos, tinha se transferido para o Rio de Janeiro, onde “recentemente atentou contra a honra de sua filha”. O criminoso não escondia de ninguém o desejo de a tomar como amante. Retornando para Florianópolis, Mário voltou a viver com sua “amasia” Alexandra. A partir de então, “Mangabeira era visto diariamente embriagado, pelas ruas desta capital, tendo sido preso por desordens,” ocasião esta em que a polícia civil encontrou um punhal em seu poder. No dia do crime, Mário passou pelo Mercado Público, pelas 7:30 da manhã e, depois, dirigiu-se

à casa da amásia. Chegando na residência, após uma discussão, dirigiu-se ao quarto de Diamantina, onde a encontrou ainda deitada, e desferiu um tiro na cabeça da “infeliz moça”. Após esse desfecho, o relato segue longamente contando sobre a prisão do assassino.

Informar que o homicida teria passado pelo “Mercado Público”, era, possivelmente, um código reconhecido pelos leitores que informava que Mário, já pela manhã, havia bebido e que foi o álcool que desencadeou a “ferocidade” do ébrio. Ao mesmo tempo, quando deixava de explicitar o uso do álcool, o texto retira a possibilidade do advogado do criminoso alegar “privação de sentidos ou de inteligência no ato de cometer o crime”, mencionado o artigo 127 § 4 do Código Criminal de 1890.⁴³⁵ No final do relato, um pequeno parágrafo destacado do texto informava: “O assassino e a vítima são de cor parda, contando esta 21 anos de idade”.⁴³⁶ Além do álcool, a cor dos envolvidos passava a ser mais um elemento desencadeador do crime.

O “ébrio renitente” era visto como um criminoso em potencial e o fato de se entregar a bebedeiras contumazes, ao invés de ser um elemento atenuante do crime, tornava-se um agravante, na visão da imprensa. Por outro lado, o fato de não beber, conjugado com outros comportamentos socialmente valorizados, como ser ordeiro e disciplinado, poderia ser utilizado para abrandar a culpa de um homem envolvido em um crime. O jornal *Folha Nova*, em 1929, em um artigo intitulado “Mais um crime”, narrou o assassinato cometido pelo sargento da Força Pública, que tinha sido “ofendido em seu brio de soldado” e lavou o ultraje, “desfechando seis tiros contra o seu provocador”. Segundo o

⁴³⁵ PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 275.

⁴³⁶ *O Estado*, n. 4964, de 12/04/1930.

jornal, o desfecho criminoso ocorreu após o sargento denunciar ao delegado que vinha sendo insistentemente ofendido por Antonio Pereira Nunes, também sargento da Força Pública. Após narrar o crime e a prisão do assassino, o articulista concluía que o sargento Manoel Luiz, “é bem que se diga (...) um dos mais disciplinados elementos da Força Pública, de poucas palavras e de espírito retraído, não bebendo” e herói da Campanha do Contestado, tendo se batido pela “ordem e legalidade”. Sobre a vítima nada ficamos sabendo além de que era casado, tinha 40 anos e residia em Florianópolis. Mesmo não tendo encontrado notícias sobre o julgamento do sargento Manoel Luiz, é possível inferir que a forma como o crime foi descrito pela imprensa já se apresentava como um libelo em favor do assassino.

Por outro lado, as histórias de Onofre, de Cústódio, de Aracajú, do morigerado Antonio Molga e de Mário Cavalcante, entre outros não mencionados, apesar da distância no tempo e dos diferentes crimes e delitos cometidos, segundo os relatos da imprensa, tinham em comum o uso “sem moderação” do álcool. Estas histórias, além dos delitos em si, acabavam por informar aos leitores dos jornais, entre outras questões, o quanto era tênue a fronteira entre a embriaguez, a loucura e a violência.

3.3. Cafés, bares e botecos: espaços de sociabilidades masculinas

“A capital catarinense é talvez um pouco triste, para os que estão acostumados nas cidades movimentadas e ruidosas, onde a vida nas ruas, nos cafés, nas BRASSERIES e teatros, constitui, durante o dia e a noite

até altas horas, perene diversão pública, saturando a atmosfera em volta de alvoroço e alegria (...).

À tarde o aspecto é mais triste; e a noite, com a falta de iluminação a eletricidade ou a gás (o que é incompreensível, hoje, em um centro que tanto tem progredido ultimamente), reina certa melancolia, particularmente se o rebojo do sul bate a cidade, embocando furioso nas ruas e uivando em rajadas”.⁴³⁷

Este texto publicado em 1900, pelo político e escritor Virgílio Várzea, nos remete a um momento em que uma parte da população de Florianópolis passava a ansiar por dotá-la de signos de modernidade. Entre tais signos estavam os “cafés”, que para o autor eram também um sinal de progresso. Os cafés representavam um espaço de sociabilidade urbana e se contrapunham às tavernas então existentes na capital catarinense. Estas eram freqüentadas por todos os tipos de homens, soldados, trabalhadores a jornal, brancos e negros. Paralelamente ao combate travado pela imprensa e pela polícia ao “costume” da embriaguez na cidade de Florianópolis, podemos observar, a partir de 1910, o aumento do número de estabelecimentos como bares e cafés, que foram se instalando no entorno da praça central da cidade. Estes novos estabelecimentos, além de se inserirem na representação de cidade moderna sonhada pela elite local, foram espaços, como veremos através dos anúncios, de construção de uma identidade masculina pautada por valores urbanos.

No mês de Junho de 1910, foi inaugurado, na Praça 15 de Novembro, n. 23, conforme anunciou um jornal local, o “Bar Colon”. No anúncio, este era apresentado como

⁴³⁷ VÁRZEA, Virgílio. Op. cit. p. 33.

“único em Florianópolis” devido tanto às suas características físicas quanto ao fato de ser “servido por seus próprios donos”. No Bar Colon, continuava a nota:

“o público encontrará a qualquer hora do dia ou da noite – excelentes menus e fiambres, assim como vinhos e licores das melhores marcas nacionais e estrangeiras. Grande e cômodo salão de refeições, completamente independentes do café e bilhares. Cozinha de primeira ordem. Asseio e esmero no serviço. Admite-se pensionistas e serve-se marmitas a domicílio. Preços módicos”.⁴³⁸

Apesar dos preços módicos prometidos pelo anúncio, percebe-se pelos produtos ofertados, “fiambres, assim como vinhos e licores” nacionais e estrangeiros, que o público almejado era o de funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes locais que podiam arcar com tais prazeres da boa mesa. No Café Colon, além de comer, bebia-se. Vinhos, nacionais e importados. Também licores eram oferecidos aos frequentadores.

Em 1915, por sua vez, Estanislau Ligoscky comunicava ao público que o antigo “Bar Familiar”, de sua propriedade, passaria a se chamar “Café Familiar”. Entre os produtos ofertados, segundo o reclame do Sr. Ligoscky, destacava-se o fato de que “a toda hora do dia” seria servido “café fresco, doces finos e bebidas de todas as qualidades”. Em seu anúncio, o proprietário convidava a “ilustrada imprensa desta capital, o respeitável público e a amável freguesia” para a inauguração e para tomar um café, que seria oferecido “gratuitamente” durante todo aquele dia.⁴³⁹

⁴³⁸ *O Dia*, n. 4524, de 06/05/1910.

⁴³⁹ *A Opinião*, n. 190, de 30/10/1915.

Os cafés da Praça 15 foram se tornando importantes espaços de sociabilidades masculinas mas, certamente, não eram todos os homens da cidade que poderiam frequentá-los. Além dos produtos nacionais e importados, o ambiente “ordeiro” e elegante apregoado pelos anúncios, acredito, eram fatores que buscavam inibir o acesso dos que costumavam exagerar na branquinha. Nesse sentido, o “Bar Catarinense”, abria suas portas, no verão de 1913, instalado no andar térreo do palacete Demaria, de propriedade do sr. Joaquim Cunha, “que montou a capricho dotando-o de todo o conforto e asseio”. Além disso, continuava a propaganda:

“Nas paredes destacam-se belíssimos panoramas da cidade e elegantes arabescos e desenhos. O ‘Bar’ está destinado a ser um centro elegante de reunião da nossa sociedade, que ali encontrará excelentes bebidas, finíssimos doces e saborosos frios”.⁴⁴⁰

Os bares e cafés que foram sendo inaugurados nas ruas que ladeavam a praça central de Florianópolis passaram a ser espaços nos quais se falava a respeito de política, lia-se e comentava-se o noticiário local e dos grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Jornais como *O Imparcial*, da capital federal e o *Estado de São Paulo*, além de revistas como *Tico Tico*, *Fon Fon* e *Careta*, entre outras, eram vendidas na “Agência de Jornais e Revistas”, situada na rua República, n.5.⁴⁴¹ Em 1916, o *Café Comercial* oferecia aos seus frequentadores, para serem lidos no local, “todos os jornais dessa capital”.⁴⁴²

⁴⁴⁰ O Dia, n. 7125, de 31/2/1913.

⁴⁴¹ A Opinião, n. 01, de 10/01/1915.

⁴⁴² A Opinião, n. 294, de 02/03/1916.

Leitura de jornais, degustação de bebidas e quitutes regavam as conversas soltas. A conversa em torno da bebida era, muito provavelmente, regida pelas histórias exageradas, entre as quais estavam as conquistas amorosas e sexo. Um relato sobre tais narrativas pode ser encontrado num romance autobiográfico do advogado, político e jornalista catarinense Renato Barbosa, que viveu sua juventude na Florianópolis dos anos vinte. Entre os vários eventos narrados, o autor descreveu as memórias de uma noite em que ele e outros rapazes, filhos de famílias influentes da cidade, se reuniram no “café do Ligocki”, em torno de “cálices de fogo Paulista, - a bebidinha da garotada dessa geração”, para contar vantagens “com empregadinhas da época”. Renato Barbosa relata que “cada um buscava contar enormes vantagens no setor sexual e um deles se vangloriava de persistente gonorréia que apanhara na zona dos Dardanelos, havia três meses, e ainda estava purgando...”. Sentindo-se intimamente humilhado e procurando não se sentir inferior aos amigos, que carregavam nas tintas ao narrar suas aventuras sexuais, o jovem Sílvio, personagem principal, animado pela bebida, passou a discorrer a propósito de uma suposta conquista, digressão esta marcada pelo colorido erótico. A influência das leituras de obras de Olavo Bilac, presentes na narrativa, e a referência ao nome de uma das personagens do “Príncipe dos Poetas”, fez com que um dos presentes o desmascarasse. “Foi um esguicho de água gelada, na brilhante descrição sexual de Sílvio”.⁴⁴³

Além dos devaneios sexuais e literários, nos Cafés também se colhiam muitas das notícias que estampavam os jornais locais. Um exemplo era o jornalista Paulo Pimentel, do jornal *A Opinião*, que produzia uma coluna intitulada “Binóculo Elegante e Noticioso”. Em 1915, Paulo Pimentel escrevia: “que delícia o estar sentado à *terrasse* do *Café Natal*, vendo

⁴⁴³ BARBOSA, Renato. Op. cit. p.140.

passar todo o catarinense *Bottin* [sic.] elegante!”.⁴⁴⁴ Em suas colunas, o articulista incitava a população masculina “elegante” a fruir das lindas noites daquele outono, passeando pelo jardim “Oliveira Belo e a gozar pela Praça 15!”. Ilustrativo do pensamento, então em voga, foi o fato do autor não fazer o mesmo convite às “catarinenses elegantes” que ele descrevia em sua coluna. Estas ainda não deveriam “gozar” à luz do luar, nem sozinhas, nem acompanhadas.

Os Cafés da Praça 15 procuravam, em seus anúncios, selecionar os seus freqüentadores, atraindo homens que consideravam possuir um paladar refinado, com um certo apuro no trajar e que fossem ordeiros. A revista *O Olho*, no primeiro número em que veio a lume, em 1916, reproduziu um reclame de página inteira do *Café Natal*. No anúncio, estampado com uma foto do estabelecimento, vários homens apareciam sentados à mesa. Todos trajando chapéus e ternos claros, sendo a última mesa ocupada por alguns praças fardados, que acredito, fossem da Força Pública. Ao fundo, por detrás do balcão, a figura do proprietário se destacava e parecia a mais alta de todas.⁴⁴⁵ Em 1923, algumas personalidades também se deixaram fotografar nas dependências do *Café Popular*. No “flagrante”, publicado no jornal *Republica*, homens em ternos escuros, símbolo de austeridade, ocupavam as mesas do café. Entre os fotografados estava, conforme a legenda da foto, o coronel Raulino Horn, “Presidente do Congresso Estadual”, ladeado pelo “Sr. major Gustavo Silveira, ex-secretário da Fazenda” e pelo representante da *Brazil Development and Colonization Company*, Sr. Napoleão Lopes. Ao fundo, em pé, dois garçons alinhadamente trajados.⁴⁴⁶ As duas fotos, apesar da distância no tempo, remetem à

⁴⁴⁴ *A Opinião*, n.39, de 01/04/1915.

⁴⁴⁵ *O Olho*, n. 01 de 06/04/1916

⁴⁴⁶ *República*, n. 1369, de 13/06/1923.

existência de espaços hierarquizados. O *Café Natal* representou-se na foto como um espaço freqüentado por caixeiros de casas comerciais e pequenos funcionários públicos. Já o *Café Popular*, contrariamente ao nome, buscava apresentar-se como um espaço freqüentado por um público mais elitizado. Corrobora essa ilação, o fato, distinguível nas fotos, do primeiro café ter seu salão bem mais amplo do que o segundo.

Apesar do desejo dos anunciantes de que seus freqüentadores fossem “pessoas de bem”, aquelas casas comerciais não estiveram livres de ser palco de algum “rolo”. Em 1929, para citar um exemplo, o *Café Java*, noticiava o jornal *Folha Nova*, foi palco de uma discussão acalorada ocorrida entre “dois poetas muito conhecidos em nosso meio intelectual” que, após entrarem “abraçados” no café, iniciaram um debate sobre suas especialidades o “positivismo” e o “futurismo”. Não se entendendo, os “poetas” saíram para a rua onde se atracaram aos socos. Após apartados, foram levados à chefatura de polícia, onde os ânimos foram apaziguados.⁴⁴⁷ O mesmo jornal, num artigo intitulado “Briga Alta”, assim descreveu um entrevero ocorrido no *Café Estrela*:

“Em um dos cafés mais concorridos, deu-se anteontem à noite uma cena desagradabilíssima, em que foram protagonistas várias pessoas de destaque, entre eles um médico da Armada, obrigando a polícia a intervir afim de manter a ordem. Com pesar registramos a nota, que ficou registrada nos cadastros da polícia, fato desairoso para pessoas que, pela posição, deveriam ter um pouco mais de cuidado, fugindo ao espetáculo presenciado anteontem, e que deu motivo aos comentários tristes da multidão que assistiu ao lamentável rolo...”⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ *Folha Nova*, n. 748, de 19/04/1929.

⁴⁴⁸ *Folha Nova*, n. 802, de 24/06/1929.

O autor das notas não nomeou os envolvidos na “cena desagradabilíssimas” pelo fato das mesmas serem pessoas de “alta posição” que deveriam servir de exemplo ao restante da população. Tal distinção não era dada, pelos jornais locais, à maioria dos moradores da cidade quando estes cometiam algum deslize. Mas, possivelmente, nem todos os conflitos ocorridos nos cafés de Florianópolis ganharam publicidade na imprensa local. Um motivo forte para tal suspeita se deve ao fato de que estes estabelecimentos eram responsáveis por um considerável número de reclames publicados nos jornais da cidade. Não deveria ser de bom tom ferir a suscetibilidade dos anunciantes.

O caráter ordeiro e familiar propalado nos anúncios dos estabelecimentos, que foram surgindo a partir dos anos 1910, apresentava uma grande diferença em relação ao tom alegre e heterogêneo do *Café Moura* que, em 1907, anunciava:

“No Café Moura
Finos charutos, cigarros
Para velhos, moços bizarros
Do café freqüentadores;
Negociantes, artistas
Bons atores e coristas
Deputados e doutores;
Todos lá encontrarão
Trato ameno e prontidão
A qualquer que seja a hora;
Tudo ali é asseado
Pode ser freqüentado

Mesmo por uma senhora!”⁴⁴⁹

Neste ambiente descontraído, eclético e cosmopolita do *Café Moura*, que reunia velhos, moços, atores, coristas, deputados e doutores, segundo o tom alegre do anúncio, o “asseio” era provavelmente o único atrativo para uma “senhora” de bem, segundo os padrões da época. Os bares e cafés de Florianópolis, principalmente nas primeiras décadas do século XX, observa-se pelos reclames, mesmo os que se intitulavam “familiares”, eram espaços prioritariamente masculinos. Uma “senhora de família” possivelmente só poderia freqüentá-los acompanhada do marido e ocupando os “espaços reservados”.

As mulheres desacompanhadas que desejassem freqüentar os bares e cafés, independentemente de o ambiente ser ordeiro ou não, corriam o risco de serem tratadas como as prostitutas. Estas últimas, não raramente, eram alvos de violências cometidas por parte de alguns homens. Violência à qual a imprensa dava pouca atenção. Em 1923, uma moça de 18 anos, de nome Diorínia juntamente com algumas amigas, foi ao “Club dos Bohemios” situado na Rua João Pinto, onde se encontravam também alguns homens, que jogavam bacará. Diorínia, que segundo os registros das autoridades judiciárias usava o pseudônimo de Anita, foi ameaçada de ser agredida por um dos presentes, devido ao fato de ter se recusado a sentar-se à mesa em que ele estava. A agressão somente não se efetivou devido à intervenção de um outro homem presente.⁴⁵⁰ O fato de Diorínia e suas amigas estarem em um local “público” as tornava, segundo a concepção misógina da época, também “mulheres públicas” e sujeitas aos caprichos masculinos.

⁴⁴⁹ *O Dia*, n. 1804, de 02/03/1907.

⁴⁵⁰ Ivonete Pereira em seu trabalho sobre a prostituição em Florianópolis, traz a lume as violências sofridas por essas mulheres tendo por fonte os processos criminais e relatórios de polícia. Ver: PEREIRA, Ivonete. *“As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900 – 1940)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 103.

Um café que permitisse a presença de “mulheres de vida fácil” colocava em risco a reputação de “ordeiro” que lhe credenciava também ser freqüentado pelas “distintas famílias”. Um articulista do jornal *O Estado*, no ano de 1927, chamava a atenção das autoridades competentes para o “antro de depravação” em que havia se transformado o *Café Guarany*, situado no Estreito, na parte continental da cidade. Aquele estabelecimento, continuava o jornalista, estava sendo freqüentado por “mulheres de vida fácil como Maria de Paula de Souza, detida recentemente por portar-se inconvenientemente”. Além disso, mulheres de “reputação duvidosa” haviam sido contratadas pelo proprietário, sendo este um motivo de grande escândalo para os fregueses.⁴⁵¹ Nesta nota, salta aos olhos tanto o preconceito de classe quanto o preconceito de gênero. Possivelmente, a alegada “reputação duvidosa” das empregadas devia-se também ao fato delas freqüentarem e trabalharem num espaço que se queria prioritariamente masculino. Um único anúncio requisitando “uma moça” para trabalhar de “garçonete” foi publicado pelo *Café Vasconcellos*, em 1926.

Os bares e cafés do entorno da Praça 15 buscavam, em seus anúncios, além de se diferenciarem entre si, se distinguirem dos chamados “cafés de baixa freqüência”, fosse pelo aspecto dos estabelecimentos, fosse pelo comportamento e aparência de seus frequentadores. Tais cafés eram, geralmente, instalados em ruas um pouco mais afastadas do centro da cidade, o qual, nas duas primeiras décadas do século XX, se resumia à Praça 15 de Novembro.

Próximo ao centro, na rua Conselheiro Mafra, via servida de numerosas lojas e estabelecimentos industriais de pequeno porte, ficava o prédio do Mercado Público. Este logradouro, escreveu um articulista do jornal *O Estado* em 1916, estava “infestado pelos

⁴⁵¹ *O Estado*, n. 3791, de 22/01/1927.

cafés de baixa frequência”, onde se reuniam os “desocupados andrajosos e os bêbados contumazes”. Naquele espaço, continuava o autor da nota, “diariamente se registram cenas escandalosas”, contra às quais a polícia deveria se voltar seriamente, “evitando que elas tenham curso funesto”.⁴⁵² Os cafés do Mercado eram representados como lugares de alteridade, fora do espaço central, constituindo-se em núcleos estigmatizados pelas imagens divulgadas nos jornais. Estes territórios da alteridade condenada⁴⁵³ eram freqüentados, segundo a imprensa, por pessoas de comportamentos indesejados e de aparência que denotava a sua periculosidade. Ao discorrer sobre tais espaços, o jornalista descrevia a fisionomia de seus freqüentadores como reveladora da maldade que se abrigava em seu íntimo e antevia cenas funestas. O que o jornalista via era homens: desocupados, sujos e malvados.

Certamente, nem todos os homens que freqüentavam o Mercado Público correspondiam a tais imagens. Cláudia Mauch analisando dois jornais de Porto Alegre, que circularam entre 1891 e 1900, fez uma constatação que serve também para analisar o artigo acima, de *O Estado*. Segundo esta autora, os jornais aplicavam com relativa largueza o rótulo de “desocupado” para indivíduos que provavelmente não o eram, ou não o eram permanentemente. “A questão é que aquilo que o jornal identificava como não-trabalho ou ociosidade, eram formas de trabalho não enquadrado no mercado de trabalho formal, capitalista, que se estava gradualmente implantando na cidade”.⁴⁵⁴ Muitos desses homens estigmatizados como “desocupados” e “andrajosos”, trabalhavam em “biscates”, tanto no Mercado quanto no porto, que era contíguo. Neste local também desembarcavam pessoas

⁴⁵² *O Estado*, n. 409, de 19/09/1916.

⁴⁵³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2001. Op. cit. p. 69 a 71.

⁴⁵⁴ MAUCH, Cláudia. Op. cit. p.107.

do interior da Ilha e do continente fronteiro para comercializar produtos agrícolas, pescados e artefatos cerâmicos. Na espera por alguma tarefa ou após concluir a venda de seus produtos, estes trabalhadores podiam perfeitamente “matar o tempo” e a “sede” num dos cafés do Mercado.

Além do Mercado Público, entre os espaços de sociabilidade masculina menos requintados, estava o *Botequim do Pitoco* que, segundo um reclame, publicado em 1910, se situava na Rua Padre Roma, n.1, no Bairro Rita Maria. Convidava o anúncio: “quem quiser passar bem sem gastar dinheiro vá ao botequim do Pitoco, onde encontrará comidas frias, cerveja, vinhos e enfim bebidas de outras qualidades”. O anúncio concluía incitando os leitores: “experimentem e verão se é verdade ou não”.⁴⁵⁵ A expressão “bebidas de outras qualidades” não se referia, certamente, nem a licores nacionais nem aos estrangeiros, mas sim às bebidas quentes mais ao gosto e ao bolso dos trabalhadores cujo paladar também não recusaria as tais “comidas frias”. Quando prometia ao cliente que este passaria bem “sem gastar dinheiro” Pitoco poderia estar se referindo ao que o dono do *Bar Colon*, anteriormente citado, chamou de “pensionista”, no popular: vender fiado. Este anúncio não voltou a ser publicado. Certamente o “botequim do Pitoco” não fechou suas portas, talvez compreendeu que seus clientes não “compravam” jornais.

Nem todo dono de bar e botequim anunciava nos jornais da cidade. Porém, alguns proprietários de botecos, também denominados pejorativamente de “tavernas”, figuravam nas colunas policiais. Foi o que aconteceu, em 1912, com um “Mariano de tal”, proprietário de “uma taverna no Largo General Ozório”. Segundo um missivista, “apesar de Mariano já ter provado algumas horas de xadrez, ainda continua infringindo as posturas municipais e

⁴⁵⁵ *O Dia*, n. 4466, de 23/02/1910.

policiais, em ter a sua taberna aberta até alta hora da noite, para a venda de álcool”. O autor da carta denúncia concluída que “urge que o sr. Mafra, delegado da zona, tome uma enérgica providência”.⁴⁵⁶

As cartas de leitores publicadas na imprensa de Florianópolis podem indicar que uma parcela da população acompanhava e concordava com as campanhas moralizadoras encampadas pelos jornais, principalmente em temas ligados à vida da cidade e que ganharam grande destaque. Numa coluna intitulada “Queixas e reclamações”, publicada em *O Estado*, de 1921, um “informante” que não se identificou, possivelmente temendo alguma represália, denunciava que uma “vendinha”, situada no “Cais Liberdade, no trecho compreendido entre a Praça 15 e a esquina da rua Saldanha Marinho”, vendia cachaça para crianças. Segundo o informante, “ainda ontem, domingo, foram vistos muitos menores na referida vendinha, bebendo cachaça”. Pelo tom da nota, somente a polícia não via tal fato, frente ao qual “esperamos será tomada na devida consideração”.⁴⁵⁷

Ao longo da década de 1920, com a expansão do centro da cidade, o desenvolvimento do comércio e o alargamento das ruas laterais à Praça 15 de Novembro, também os cafés, restaurantes, lojas e cinemas foram se instalando nas novas artérias comerciais, como a rua Felipe Schmidt. Além de ocupar novos espaços na cidade, os estabelecimentos que foram surgindo buscaram se abrir para novos frequentadores. Em 1923, o sr. Trajano J. Regis, anunciava que, no prédio em que anteriormente funcionava uma sorveteria de sua propriedade, localizado na esquina da rua Felipe Schmidt com a rua Trajano, após algumas melhorias e ampliação do espaço, passava a funcionar o *Café Rio Branco*. Este, além do aspecto agradável, continha oito mesas de mármore octogonais.

⁴⁵⁶ *O Dia*, n. 6047, de 19/06/1912.

⁴⁵⁷ *O Estado*, n. 2031, de 04/04/1921.

Entre os produtos ofertados estavam os licores, vinhos, águas minerais, gasosas e “cervejas das marcas mais conhecidas e procuradas”. Os freqüentadores poderiam ainda sorver um café, “muito saboroso e preparado por um processo especial para o seu consumo” e ainda toda uma série de guloseimas como doces, balas e confeitos de várias qualidades.⁴⁵⁸ Além de ocupar um novo espaço na cidade, o *Café Rio Branco* buscava, com seus quitutes, atrair novos freqüentadores, quais sejam, mulheres e crianças.

O *Café Popular*, em 1920, inovava novamente anunciando que naquele estabelecimento “garçons delicados” atendiam os fregueses “com a maior gentileza”.⁴⁵⁹ Nessa mesma linha, o *Bar Familiar*, garantia, em 1923, que os fregueses seriam atendidos por “garçons delicados e ativos”.⁴⁶⁰ Percebe-se que os cafés, bares e restaurantes representaram uma nova possibilidade de emprego para a população masculina da cidade, principalmente aos que se enquadrassem na imagem de homens “gentis”, “delicados” e “ativos”. O desenvolvimento de tal atividade, apesar de não terem sido encontrados números indicando quantos homens se dedicavam a esta profissão, pode ser percebido pela notícia da criação, em 1929, da Sociedade dos Garçons de Florianópolis⁴⁶¹.

A década de vinte viu surgir na cidade a *Confeitaria do Chiquinho*. Em 1926, a confeitaria foi instalada na esquina da rua Felipe Schmidt com a Trajano. Segundo um anúncio publicado no jornal *O Estado*, o Sr. Ferrari, proprietário do estabelecimento, trouxe do Rio de Janeiro o material necessário ao funcionamento da casa, reservando o segundo andar do prédio para a realização de “chás familiares”.⁴⁶² Em 1927, anunciava-se que aos

⁴⁵⁸ *O Estado*, n. 2681, de 01/06/1923.

⁴⁵⁹ *O Estado*, n. 1462, de 17/03/1920.

⁴⁶⁰ *República*, n. 1361, de 03/06/1923.

⁴⁶¹ *Folha Nova*, n.718, de 14/03/29.

⁴⁶² *O Estado*, n. 3756, de 10/12/1926.

domingos a *Confeitaria do Chiquinho* se transformava no “*rendez-vous* de todos quantos queiram passar horas agradáveis”. Neste dia, podia-se sorver um café fresco, contar com o excelente “serviço da pastelaria” e apreciar a boa música do conjunto dirigido pelo “maestro Hugo Freyesleben”.⁴⁶³ A música, que até então podia ser ouvida no coreto da Praça 15, nos saraus domiciliares, nos clubes sociais e nas serestas, começava a adentrar então em novos espaços e, com ela, apareceram outros personagens. Ao que tudo indica a *Confeitaria do Chiquinho* fez escola. Em 1927, o jornal *O Estado* anunciava que fora um sucesso a apresentação, no *Bar Central*, instalado na Praça 15, de uma orquestra formada por sete músicos e regida pelo maestro Ernesto Emmel.⁴⁶⁴

A tecnologia logo veio a contribuir com os *rendez-vous* musicais. Em 1928, foi inaugurado o *Bar Miramar*. Como uma de suas atrações anunciava o serviço de uma “Eletrola, moderno aparelho que substitui a melhor orquestra”. Este aparelho, descrevia entusiasticamente o anunciante, proporcionava uma “clareza de sons” e “reprodução perfeita de cantos dos mais consagrados artistas líricos”. Prometiam-se serões musicais às quartas-feiras e aos sábados, os quais seriam dedicados, segundo o reclame, às famílias “do

⁴⁶³ *República*, n. 325, de 30/10/1927.

⁴⁶⁴ *O Estado*, n. 3972, de 25/08/1927.

nosso alto meio social”.⁴⁶⁵ A inauguração do *Bar Miramar*⁴⁶⁶, no antigo trapiche, que antes da construção da ponte Hercílio Luz, inaugurada em 13 de maio de 1926, era a principal porta de entrada da cidade, ligando a ilha ao continente, marcou um tempo em que novos espaços de lazer emergiram na cidade onde, além de beber e degustar alguns quitutes, homens e mulheres “de família” poderiam apreciar uma boa música e dançar.

Na rua Conselheiro Mafra, n. 44, foi inaugurado o *Dansing Club* [sic], em 1929. No anúncio da casa, informava-se que a “vida de Florianópolis” se reunia ali todas as noites, “ao acorde de uma bela e bem organizada” orquestra, composta do que “há de grande no mundo musical catarinense”. Além de boa música, o “Club” oferecia “um serviço de ‘bufet’ e ‘bar’, o que há de mais moderno e melhor”.⁴⁶⁷ Este espaço, que não dirigiu seu reclame “às famílias de bem”, estava aberto, acredito, a todos os que pudessem despende algum dinheiro com algumas horas de lazer. Além disso, oferecia a possibilidade de encontros entre homens e mulheres da cidade sem o olhar vigilante da “alta sociedade”, o que não acontecia com os cafés do início dos anos vinte.

O que se percebe ao longo do período em estudo é a tentativa de definição de quais seriam as formas e os espaços de lazer aceitáveis para a elite masculina da cidade. A frequência aos cafés do centro de Florianópolis era vista como uma forma de civilizar os gestos masculinos e de controlar seus impulsos violentos. A presença feminina, que até a década de 1910 era tolerada, passou então a ser aceita exclusivamente quando a mulher se

⁴⁶⁵ *República*, n. 631, de 04/11/1928.

⁴⁶⁶ No final da década de 1990, era comum alguns colonistas e pessoas ligadas a indústria do turismo denominarem Florianópolis de “cidade do já teve”, numa alusão a manifestações culturais, monumentos e espaços de sociabilidade que deixaram de existir. Entre os elementos arquitetônicos cujo desaparecimento era mais lamentado estava o Miramar. Atualmente existe, na parte do aterro da baía sul, em frente à Praça 15 de Novembro, onde outrora ficava o trapiche municipal, depois transformado no Bar Miramar, um conjunto de colunas de concreto que evoca na memória de uma parte da população não somente a construção histórica mas um tempo em que a cidade “já teve” próximo de si o mar.

⁴⁶⁷ *Folha Nova*, n. 770, de 17/05/1929.

fazia acompanhar de um homem da família. Freqüentar os cafés da Praça 15 de Novembro era também uma forma de distinção social principalmente em relação aos freqüentadores dos cafés do Mercado Público. Estes eram vistos com uma grande desconfiança pela elite da cidade. A constituição de espaços diferenciados de lazer masculino visava impedir que os homens da elite fossem contagiados por aquilo que era definido como a degeneração moral a que estava sujeita a maioria da população pobre da cidade.

3.4. Publicidade, libações alcoólicas e representações de gênero

Em Florianópolis, notadamente a partir de 1915, quando aumenta o número de cafés instalados na Praça 15, percebe-se um crescimento na quantidade de anúncios de cerveja e de “bebidas finas” nas páginas dos jornais locais. Paradoxalmente, os reclames de bebidas, que buscavam relacionar o consumo das mesmas a momentos felizes e de descontração, ladeavam as “Notas Policiais”, que noticiavam as arruaças dos discípulos de Dionísio e os esforços da polícia para conter as desordens e as bebedeiras. Essa proximidade contribuía, conjugada com outras estratégias discursivas, para reforçar a imagem de que o homem deveria agir com moderação e manter o controle de si, diferenciando-se dos “detidos”.

Através dos anúncios de bebidas, podemos observar que estava ocorrendo, devido à grande quantidade de marcas colocadas no mercado, a popularização da cerveja e conseqüentemente uma mudança nos hábitos de uma parcela da população masculina. Não que o consumo de cervejas fosse uma novidade na cidade. Na segunda metade do século XIX, anunciava o jornal *O Argos* que “no armazém de Francisco José Dias Formiga”

havia chegado vários produtos importados entre os quais “o bom vinho de Lisboa”, “tinto e branco”, e “Serveja branca e preta inglesa”[sic] .⁴⁶⁸ Também no arrabalde da Praia de Fora, lugar então habitado por uma parcela da elite local, fabricava-se cerveja.⁴⁶⁹ Acredito que estas informações sejam indícios de que a cerveja, apesar do preço “módico” anunciado pelo sr. Formiga, e os vinhos portugueses, eram inicialmente consumidos pela elite local.

Em nenhum jornal encontramos reclames de cachaça, bebida produzida em engenhos de açúcar que existiam em várias localidades do interior da Ilha de Santa Catarina, e que, possivelmente, era muito mais acessível a uma parcela maior da população, devido ao fato de ser um produto caseiro e artesanal. A produção de cachaça, segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, remontava aos primórdios da antiga Desterro e foi “abundante para o consumo e para a exportação”, durante os séculos XVIII e XIX.⁴⁷⁰

O hábito de beber cachaça, também denominada de “espírito”, “branquinha”, “amarelinha”, “paraty” ou aguardente, segundo as representações que passaram a ser divulgadas pela imprensa da “moderna” Florianópolis, não era coisa de homens civilizados mais sim de desordeiros, ébrios, cachaceiros, paus-d’água, chuvas, e de matutos do interior da Ilha.⁴⁷¹ Hélio Cantalício Serpa nos relata que a Igreja Católica teve um papel importante

⁴⁶⁸ *O Argos*, n. 50, de 24/6/1856.

⁴⁶⁹ CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. I Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 373.

⁴⁷⁰ O porto da cidade de Desterro representou, nos séculos XVIII e XIX, um importante ponto de aguada dos navios que se dirigiam para a região do Rio da Prata. Mas não era somente água potável e alimentos que os marinheiros adquiriam junto à população da Ilha de Santa Catarina. Segundo Oswaldo R. Cabral, a aguardente também figurava entre os gêneros comprados pelos navegadores. Conforme este historiador, em 1796, foram produzidos “cerca de 23 mil medidas de aguardente e 3.200 de cachaça.” Já em “1839, exportava-se 6750 canadas de aguardente e , em 1859, 30.806 canadas.” Ver. CABRAL, Oswaldo R. vol. I. Op. cit. p. 374.

⁴⁷¹ Esta imagem aparece registrada no romance de Othon D’Eça. *Vindita Braba*, publicado na forma de folhetim no jornal *República*, em 1923. Neste romance, o autor buscou retratar, o que considerava o modo de vida atrasado e as credences da população do interior da Ilha de Santa Catarina. A relação entre o uso de álcool e as personagens ficou patente em denominações como: “Damásia bebedona,” ou o “excomungado cachaceiro”, “bebedão” entre outras. Ver: D’Eça, Othon. *Vindita Braba*. Florianópolis: FCC Edições/Editora da UFSC, 1992. p. 67.

no processo de modernização ocorrido em Florianópolis, na Primeira República. Certas práticas ligadas ao que o autor definiu como catolicismo popular foram perseguidas. Nesse sentido, a Igreja pretendeu intervir junto a algumas atividades, principalmente nos encontros lúdicos onde o religioso e o profano se entrelaçavam, como por exemplo, a festa do Divino Espírito Santo, que ocorria em várias localidades do interior da Ilha de Santa Catarina. Nestas festas, segundo Élio Serpa, era comum após o culto os homens se reunirem para conversar e tomar cachaça.⁴⁷² O hábito de beber cachaça passou a ser visto como próprio de gente doente e atrasada.

Moderno era consumir produtos industrializados, tanto os advindos das poucas indústrias da cidade quanto os importados. Os anúncios de cervejas, licores e “bitters”,⁴⁷³ na procura por conquistar consumidores, buscavam contrapor-se ao hábito de beber cachaça. Contrariamente aos anúncios de cervejas e aperitivos, como o “Vermouth Cinzano – de fama mundial”,⁴⁷⁴ a “branquinha” somente era mencionada nas colunas policiais e era relacionada à desagregação familiar, à degeneração física do homem e da sua prole, conforme representação divulgada pelas “Campanhas anti-alcoólicas”, como veremos adiante.

⁴⁷² Várias foram as estratégias utilizadas pela elite de Florianópolis na busca por colocar a cidade no caminho da modernidade, durante a Primeira República. Além do processo de reformulação do espaço urbano, algumas atividades culturais, ligadas aos grupos populares, foram combatidas. Neste sentido, práticas costumeiras, culturais e religiosas, passaram a ser problematizadas por um amplo segmento da sociedade local. Esse processo tem sido objeto de importantes pesquisas. Sobre a questão da modernização da Igreja em Santa Catarina e o combate às manifestações do catolicismo popular ver: SERPA, Élio Cantalíco. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. Ver ainda: ALVES, Márcia. *Entre a folia e a sacristia: as (re)significações e intervenções da elite clerical e civil na Festa do Divino Espírito Santo em Florianópolis (1896-1925)*. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴⁷³ *A Opinião*, n. 371, de 3/6/1916,

⁴⁷⁴ *Idem*.

Até o início do século XX, conforme Luís Felipe de Alencastro, a cachaça era considerada no Brasil como uma bebida quase exclusiva de negros. Nos lembra ainda o autor que a indústria de bebidas destiladas é muito recente e que devido ao seu caráter artesanal, a cachaça tornava-se um produto barato. Sendo assim, “quanto menor for o nível de renda do consumidor, maior sua propensão a adquirir a cachaça”.⁴⁷⁵ Possivelmente, para uma parcela da população masculina urbana, composta de trabalhadores assalariados, o consumo da cerveja e de aperitivos passava a ser mais uma forma de se diferenciar de uma ampla parcela de trabalhadores, brancos e negros, sem empregos fixos ou ligados a uma economia sazonal, como a pequena lavoura e a pesca.

A cachaça, parafraseando Miguel Vale de Almeida, carregava o simbolismo da ruralidade. A cerveja, “como produto engarrafado e comercializado pela publicidade, apelava aos valores da sociedade de consumo e renegava a produção para o consumo próprio”⁴⁷⁶ representada pela cachaça. Pequenas chamadas espalhadas pelas páginas dos jornais lembravam: “Quereis passar horas felizes? Ide beber cervejas e gasosas geladíssimas no *Café Familiar*”.⁴⁷⁷ A venda de cerveja não depunha contra o “caráter ordeiro”, moderno e familiar dos estabelecimentos, nem mesmo da cidade, que contava com algumas fábricas de cerveja. Nesse sentido o proprietário da *Cerveja Radium*, em 1915, anunciava:

⁴⁷⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes; a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 312 a 314.

⁴⁷⁶ ALMEIDA, Miguel Vale de. Op. cit. p.183.

⁴⁷⁷ *O Estado*, n. 3165, de 05/01/1925.

“Cerveja Radium

É de excelente fabricação a cerveja Radium. O seu paladar é ótimo, tanto que é a cerveja preferida por todos.

Encontra-se à venda nesta Capital em todas as casas de bebidas, cafés, confeitarias e armazéns de comestíveis.

Bebam sempre.

Cerveja Radium

Fabricante José Augusto de Faria.⁴⁷⁸

As cervejas, além de serem vendidas em todos os estabelecimentos, estavam, segundo um anunciante, ao “alcance de todos” devido aos seus preços: a “Pilsen” custava 1\$000, a “Kosmos e Culmbach” vendia-se por “800rs”.⁴⁷⁹

A maioria dos anúncios de cerveja circulava sem fazer uso de qualquer tipo de figura humana. A exceção era a cervejaria Antártica. Esta, num de seus anúncios, que oferecia tanto a cerveja “Hamburguesa” quanto a “Pretinha”, apresentava a figura de uma mulher negra com laço na cabeça, um sorriso maroto no rosto e uma garrafa nas mãos.⁴⁸⁰ Talvez o fato do anúncio não reproduzir uma representação de uma mulher loira “Hamburguesa”, lembrasse aos leitores que apesar de estar “ao alcance de todos”, a cerveja não era para as mãos e o paladar das “senhoras” brancas e da elite.

Muitas marcas de cervejas tinham nomes femininos, como por exemplo “Fidalga”, “Astra”, “Hamburguesa”, “Pretinha”, “Atlântica”, “Antártica” e “Preciosa”. Os anúncios

⁴⁷⁸ *A Tribuna*, n. 25, de 09/08/1915.

⁴⁷⁹ *A Tribuna*, n. 23, de 07/08/1915.

⁴⁸⁰ *O Estado*, n. 658, de 17/07/1917.

empregavam adjetivos também femininos para exprimir a qualidade de seus produtos, a Antartica era a “Rainha das Cervejas”⁴⁸¹, a “Ritter poderia ser consumida nos tipos “Clara” e “Preta”.⁴⁸²

Além das fábricas locais, que em 1900 já eram três, tanto cervejarias do interior de Santa Catarina, como a “Cerveja Catarinense”⁴⁸³, de Joinville, quanto indústrias de outros estados, como a Cervejaria Ritter, de Pelotas, no Rio Grande do Sul⁴⁸⁴ ofereciam seus produtos na imprensa local. Porém, entre as indústrias de bebidas que anunciavam nos jornais de Florianópolis, as cervejarias “Antártica” e “Brahama”, de São Paulo, se destacavam, pois passaram a ocupar grandes espaços nas páginas dos principais jornais da cidade.

Buscando expandir suas vendas, as cervejarias apresentavam ao público suas novidades. Em 1915, a Companhia Antártica Paulista trazia para o verão daquele ano a “maravilhosa invenção de geladeiras - “*Perfeita*” – que são, no gênero, as mais completas conservando um quilo de gelo por espaço de mais de seis dias. É uma nova e engenhosa aplicação da corrente de ar frio. São extraordinariamente econômicas. Preços muitíssimo convidativo ao alcance de todos. Capacidade: desde 50 até 400 garrafas”.⁴⁸⁵ No anúncio, não aparecia nenhum desenho dessa “maravilha”, nem eram informados os leitores de como funcionava a “engenhosa aplicação da corrente de ar frio”. Porém, apesar de ignorarmos algumas informações, ficamos sabendo a respeito da construção do hábito de se consumir a cerveja gelada. Se a “Antártica gelada” refrescava no verão, nos meses em que a cidade era açoitada pelo vento sul, os apreciadores da bebida poderiam contar com a

⁴⁸¹ *A Opinião*, n. 30, de 16/03/1915.

⁴⁸² *O Estado*, n. 1524, de 14/12/1923.

⁴⁸³ *Folha Nova*, n. [?] de 25/01/1927.

⁴⁸⁴ *O Estado*, n.1524, de 14/02/1923.

⁴⁸⁵ *O Estado*, n. 144, de 29/10/1915.

“Bull-Bock da Brahma – cerveja especial para o inverno,” conforme anúncio publicado em junho de 1929.⁴⁸⁶

Além dos anúncios, foram várias as estratégias de divulgação das marcas de cerveja. Garrafas da bebida, como as da “Cerveja Popular”⁴⁸⁷ e da “Cerveja Sport”⁴⁸⁸, eram enviadas às redações dos jornais. Além de agradecer o presente, os jornalistas teciam algum comentário elogioso sobre o produto recebido e os recomendavam aos leitores. Podia-se ainda fazer um anúncio bem humorado contra os discursos médicos que proibiam o consumo de bebidas alcoólicas, como fez um anunciante de cervejas:

“O corpo médico aconselha, que por ocasião das Festas do Natal e Ano Bom, façam uso das saborosas cervejas Hanseatica e Cascatinha fabricadas com água da Tijuca, captada na própria nascente”.⁴⁸⁹

Também os eventos esportivos eram utilizados para divulgar as marcas de cerveja. A cervejaria “Antártica” divulgou seu produto oferecendo um “finíssimo” troféu para os vencedores das regatas de 1920. Tal “oferecimento” de uma empresa privada foi uma grande novidade na época, pois até então eram os políticos locais que davam nome aos páreos e aos prêmios. Segundo a nota publicada no jornal *República*:

“A ‘Antártica’ quis com o seu gesto corresponder à preferência que o povo catarinense dá aos seus produtos que tanto se impõem entre nós. A mocidade dos nossos clubes

⁴⁸⁶ *Folha Nova*, n. 796, de 17/06/1929.

⁴⁸⁷ *A Opinião*, n. 66, de 01/06/1915.

⁴⁸⁸ *A Opinião*, n. 180, de 19/10/1915.

⁴⁸⁹ *A Opinião*, n. 222, de 08/12/1915.

náuticos mostra-se bastante animada para a disputa do premio que a “Antártica” vem de criar (...)”.⁴⁹⁰

Em 1930, foi ofertado o “Troféu Brahma”⁴⁹¹ ao clube vencedor das regatas daquele ano. As regatas eram amplamente difundidas pela imprensa, no início da década de 1920. Para a divulgação de um produto, aquele era com certeza um acontecimento importante, pois alcançaria uma ampla parcela da população local, notadamente entre os moços da elite que participavam das competições. Além do que, ao tentar colar sua imagem à de jovens esportistas, com corpos forte e saudáveis, o fabricante de cervejas buscava construir/reforçar uma imagem positiva do seu produto.

3.5. Campanhas antialcoólicas: entre o remédio e a loucura

Os anúncios de cervejas, ao longo do período em estudo, seguiram conquistando espaço nas páginas dos jornais de Florianópolis. Porém, em alguns momentos os reclames que relacionavam bebidas com prazer ladeavam colunas que promoviam uma acirrada campanha antialcoólica. Daniel Welzer-Lang denominou de injunções paradoxais a este sistema de dupla mensagem contraditória – e nos diz que essas injunções são concernentes ao universo masculino. Ao mesmo tempo em que, por exemplo, o reclame dizia “Beber Hanseatica é saber beber”, artigos assinados por médicos e outras autoridades informavam que o consumo de bebidas alcoólicas prejudicava a saúde física do homem, entre outros males. As injunções paradoxais constitutivas do masculino “refletem, como bom número de

⁴⁹⁰ *República*, n. 392, de 25/01/1920.

⁴⁹¹ *República*, n. 50, de 21/12/1930.

mensagens educacionais, as contradições inerentes aos sistemas sociais. Elas traduzem à sua maneira as lutas sociais que se travam entre homens, e entre homens e mulheres, as transformações e as relações sociais que gerem as lutas entre o gênero masculino e o gênero feminino, tanto quanto gêneros diferenciados e hierarquizados”.⁴⁹²

As notas publicadas pelos jornais denunciando os males causados pelos vícios, entre eles o consumo de bebidas alcoólicas, não eram uma novidade. O que se percebe é que por volta de 1915, os principais jornais da cidade, tanto os oficiais, ligados ao Partido Republicano Catarinense, quanto aqueles que encontravam nas assinaturas e na venda de espaços para publicidade sua sobrevivência, passaram a veicular em suas páginas artigos intitulados “Campanha antialcoólica”, ou ainda como se denominou em 1927 “Semana antialcoólica”. Através desses artigos, a imprensa fez circular uma série de representações acerca do homem que consumia bebidas alcoólicas e das conseqüências da ingestão das mesmas para o corpo masculino.

No alvorecer republicano, depara-se com o jornal *A Vida*, órgão ligado à Igreja Católica, promovendo uma intensa campanha contra todo tipo de vício, fosse o jogo⁴⁹³, o alcoolismo ou o fumo⁴⁹⁴. Nos artigos publicados no “Órgão Católico”, prevalecia uma imagem que relacionava alcoolismo à desagregação familiar. Ou seja, era a família, principalmente a esposa e os filhos, a principal “vítima” dos males causados pelo vício. O dependente do álcool, como qualquer viciado, “se casado, tem desorganizada a sua família; e se é solteiro não tem o direito de a constituir”.⁴⁹⁵ A chefia de uma família, lembrava um

⁴⁹² WELZER-LANG, Daniel. Être un homme, pour ne pas être assimilé a une femme. In: RAULT, Françoise. (Org.) *L'identité masculine: permanences et mutations. Problèmes politiques et sociaux*, n. 894. Paris: La Documentation française, novembre 2003. p. 18.

⁴⁹³ *A Vida*, n. 14, de 13/5/1904.

⁴⁹⁴ *A Vida*, n. 15, de 27/5/1904.

⁴⁹⁵ *A Vida*, n. 13, de 26/4/1904.

articulista do órgão católico, “é o papel mais importante que o homem desempenha no circuito social. Se o homem é dado a dissabores do terrível vício, ele não pode enquanto viciado assumir tão bela responsabilidade”.⁴⁹⁶ O viciado se contrapunha à imagem masculina valorizada socialmente e a afrontava. As campanhas antialcoólicas chamaram também atenção do público masculino para os efeitos do álcool no corpo do homem, na sua prole, na sociedade e na economia.

No combate ao uso do álcool fez-se uso de algumas estratégias de propaganda utilizadas pelas cervejarias, da mesma forma que as chamadas que divulgavam a cerveja “Hanseatica”, anteriormente citada. Em 1916, pequenos textos espalhados pelas páginas do jornal *O Dia* alertavam que “quem bebe muito não mede o que diz, não sabe o que faz, nem cuida do que o interessa”.⁴⁹⁷ Ou seja, é um indivíduo que não tem controle sobre suas próprias ações. Além disso, “o homem que bebe álcool esquece todos os seus deveres sociais”.⁴⁹⁸ O alcoolismo, informava um artigo intitulado “Um inimigo a combater”, ao afetar a memória levava à ruína muitos comerciantes devido “ao esquecimento dos seus compromissos”. Devia-se atentar ainda para o hábito de se tomar freqüentemente aperitivos, pois este significava “abrir o apetite com chave falsa”.⁴⁹⁹

A “Campanha antialcoólica” do jornal *O Dia*, em 1917, não deixou pairar dúvidas a respeito do tipo de bebida a que prioritariamente se referia. Havia, segundo o jornal, duas formas diferentes do “homem absorver” o álcool: as bebidas fermentadas e as bebidas destiladas. As primeiras, “tais como a cerveja, os vinhos, têm uma pequena quantidade de álcool; as segundas, que compreendem as águas ardentes e os licores, são bem mais

⁴⁹⁶ Idem.

⁴⁹⁷ *O Dia*, n. 8433, de 20/10/1916.

⁴⁹⁸ *O Dia*, n. 8400, de 16/09/1916.

⁴⁹⁹ *O Dia*, n. 8730, de 10/11/1917.

concentradas em álcool e, por conseguinte, mais nocivas”. Esta longa nota, em que o autor carregou nas tintas, oferecendo ao leitor um quadro tenebroso, seguia informando que o álcool era “a causa provocadora das agressões, das rixas, dos homicídios, dos atos de bestialidade revoltante, cuja narração enche diariamente as colunas dos jornais”.⁵⁰⁰

A “Campanha” saiu das páginas centrais do jornal e ganhou destaque de capa. No artigo intitulado “Um inimigo a combater”, anteriormente mencionado, o leitor podia acompanhar todo o circuito feito pelo álcool após sua ingestão e os efeitos produzidos por sua passagem pelos órgãos humanos:

“(…) Na boca: língua pastosa;
na garganta: voz rouca;
no estomago: digestão difícil e vômitos de manhã;
no intestino: desarranjos;
no fígado: elevação do ventre, hemorragias;
no sangue: espessamento, coagulação, formação de uma rolha que entrava na circulação e pode ir ao cérebro e produzir paralisia;
nas veias e artérias: adelgamento das paredes e dilatações parciais;
no coração: dilatação com opressão nas células nervosas do cérebro: perda da razão (loucura);
nos olhos e nos ouvidos: enfraquecimento sensorial”.⁵⁰¹

Tal qual os embriagados e desordeiros que prejudicavam a circulação dos transeuntes pela cidade, o álcool, ao percorrer o organismo do homem, ia destruindo suas

⁵⁰⁰ *O Dia*, n. 8728, de 08/11/1917.

⁵⁰¹ *O Dia*, n.8729, de 09/11/1917.

funções, paralisando, dilatando, oprimindo a livre circulação do sangue, obscurecendo os sentidos e acabava levando à loucura, à cegueira e à surdez. Ou seja, era a completa degeneração do corpo do homem.

Degeneração esta que, segundo um artigo assinado por um certo Dr. A. Araújo, publicado no jornal *O Estado*, de 1917, afetava também “o filho do ébrio”. Este, ainda que não nascesse fatalmente um alcoólatra, dizia o Dr. Araújo, “é em todo caso um predestinado ao crime ou embriaguez,” caso a sociedade não o educasse afastando-o do meio em que nasceu e viveu a sua infância. Ou seja, o filho tendia a seguir o exemplo do pai. O filho do bêbedo, continuava o médico, “nasce enfraquecido por causa da desintegração do organismo do seu progenitor, é um predisposto, pelo menos, ao cretinismo”. Tal ordem de coisas poderia ser evitada se, além de afastar o filho do ébrio do meio viciado, o governo, a exemplo das escolas de educação física adotadas pela França, investisse numa “educação física e moral metódica” dos meninos doentes. Tomando-se tais medidas, diagnosticava o médico, o filho do ébrio “poderá tornar-se um homem digno e útil a sociedade”.⁵⁰²

Além da “Campanha antialcoólica” promovida pelos jornais *O Dia* e *O Estado*, a imprensa local noticiava também a arribada na cidade de palestrantes que combatiam nas trincheiras da “Guerra ao álcool”. Em 1920, noticiava-se a conferência que seria proferida pelo “naturalista sr. dr. Nigro Basciano”. “Guerra ao álcool! Guerra ao fumo”,⁵⁰³ bradava o sr. Basciano. Na Ilha Capital também chegavam notícias da palestra proferida, no Rio de Janeiro, pela “grande propagandista contra o álcool”, *miss* Anna Gordon. A propagandista, segundo o jornal *O Estado*, em 1921, declarou aos jornalistas da capital federal que:

⁵⁰² *O Estado*, n. 755, de 11/11/1917.

⁵⁰³ *O Estado*, n.1453, de 6/3/1920

“a abolição do álcool nos Estados Unidos produziu entre outros os seguintes notáveis resultados:

1 – grande melhoramento da saúde geral; 2- extraordinário impulso na indústria e comércio; 3 – completa transformação no lar, substituindo a desgraça e a pobreza pela felicidade e prosperidade”.⁵⁰⁴

Esta entrevista de “*miss Gordon*” parecia endereçada diretamente para Florianópolis e sua população. Na década de vinte, a imprensa da cidade fez circular uma série de artigos que relacionavam as dificuldades econômicas vivenciadas pela cidade às condições de saúde de sua população, principalmente do interior da ilha. Foi nesta época que chegaram à cidade recursos da Fundação Rockefeller.⁵⁰⁵ Tais recursos foram utilizados numa ampla campanha visando melhorar a saúde dos habitantes das cidades de Santa Catarina.⁵⁰⁶ Nos anos 1920, circulou a tese, principalmente no jornal *Republica* - título que a partir de 1918, com a chegada de Hercílio Luz ao governo de Estado, substituiu a antiga denominação do Órgão do Partido Republicano Catarinense, que se chamava *O Dia* - que vinculava o limitado desenvolvimento econômico da cidade de Florianópolis com a degeneração física de seus habitantes,⁵⁰⁷ principalmente os das áreas rurais, ou seja os “jecas da ilha”. Diante de tal constatação sugeria-se que as terras dos arrabaldes de Florianópolis fossem colonizadas por “elementos de origem germânica”.⁵⁰⁸ Os anos vinte, do século passado,

⁵⁰⁴ *O Estado*, n. 2072, de 24/5/1921.

⁵⁰⁵ Sobre esta questão ver. ARAÚJO. Hermetes Reis de. Op. cit. p. 17.

⁵⁰⁶ *República*, n. 385, de 17/01/1920; n. 461, de 21/04/1920; n. 495, de 03/06/1920; n. 522, de 04/07/1920.

⁵⁰⁷ *República*, n. 395, de 29/01/1920.

⁵⁰⁸ *República*, n. 372, de 01/01/1920

foram marcados ainda pelo o declínio das atividades do porto da capital catarinense e, conseqüentemente, pelas dificuldades advindas para o comércio e a pequena indústria local.

Mas não era somente a economia da capital catarinense, segundo a imprensa, que declinava devido, entre outras coisas, “ao consumo do álcool”. Em 1927, os jornais de Florianópolis passam a noticiar uma campanha nacional de combate ao álcool e outras drogas “degeneradoras”, como a cocaína e a morfina. O álcool, segundo os organizadores da campanha, “concorre espantosamente para o crescimento da estatística dos degenerados que povoam o Brasil.”⁵⁰⁹ O presidente do Estado, Adolfo Konder, escolheu o mês de outubro para a realização da “Semana antialcoólica”, evento que seria realizado conjuntamente com a “Liga de Higiene Mental”, do Rio de Janeiro.⁵¹⁰ O enfoque, como se depreende, não seria mais sobre os efeitos deletérios das bebidas alcoólicas no corpo masculino. Passava-se, então, a denunciar o álcool como “degenerador da raça”. Com esse intento, o delegado local da “Liga de Higiene Mental, professor Laércio Caldeira”, proferiu, no Instituto Comercial de Florianópolis uma série de palestras, com base em trabalhos de importantes estudiosos e de estatísticas criminais, “acerca dos efeitos nocivos do álcool”. As colocações do palestrante, segundo um articulista de *O Estado*, “impressionaram a grande assistência”.⁵¹¹

Na luta “Contra o Álcool”, procurava-se identificar os problemas econômicos advindos do consumo de bebidas alcoólicas. Em 1927, alegando buscar evitar prejuízos para os serviços ligados à “Inspetoria de Portos e Estrada”, do Governo Federal, o Ministro de Viação, Victor Konder, expediu uma circular, informava *O Estado*, proibindo a venda de

⁵⁰⁹ *O Estado*, n. 3975, de 28/08/1927.

⁵¹⁰ *República*, n. 311, de 14/10/1927.

⁵¹¹ *O Estado*, n. 3867, de 23/04/1927.

álcool nos armazéns dos tarefeiros de serviços públicos, dependentes do seu ministério. Tal medida, segundo o ministro, devia-se ao fato de que o álcool era provavelmente pernicioso à eficiência dos trabalhadores de construções, “pela perturbação que traz à disciplina dos serviços”. Os trabalhadores, cujo uso do álcool enfraqueceu o organismo, tornavam-se “presas fáceis de várias moléstias”.⁵¹²

No ano de 1928, várias pessoas foram envolvidas na “Semana Antialcoólica”. O Sr. Dr. Raymundo Santos, médico da Força Pública, ficou responsável por realizar uma conferência no quartel da milícia sobre os “terríveis efeitos do alcoolismo”. O Sr. Oswaldo Melo, no templo da “Regeneração Catarinense”, falaria, para todos os maçons de Florianópolis sobre o “tóxico embrutecedor”. Nas escolas, caberia aos professores dissertar sobre o combate ao álcool, “ensinando as crianças a fugirem desse inimigo comum”. Tais palestras tinham por objetivo atuar “pela melhoria da raça ameaçada de agonia pelos efeitos desastrosos das bebidas alcoólicas”.⁵¹³ Efeitos esses que, conforme pregavam os envolvidos na empreitada de combate ao alcoolismo, se abatiam sobre todas as classes. Infelizmente, dizia um articulista, “uso do álcool está generalizado e penetra tanto a choupana do camponês como no palácio do milionário cidadão. Se um bebe a cachaça plebéia e barata, que tresanda na fala, o outro sorve a champanhe [sic], que ferve clara e elegante, na taça de cristal”.⁵¹⁴ Portanto todos deveriam ser informados sobre o mal causado pelo álcool. Os funcionários públicos, segundo um telegrama enviado pelo Ministro da Justiça, Vianna do

⁵¹² *O Estado*, n. 3966, de 18/08/1927.

⁵¹³ *O Estado*, n. 4327, de 17/10/1928.

⁵¹⁴ *O Estado*, n. 4817, de 16/10/1929.

Castello, ao Presidente do Estado, Adolfo Konder, e transcrito no jornal *O Estado*, em 1929, deveriam ser objeto de intensa “propaganda contra o alcoolismo”.⁵¹⁵

Em agosto de 1930, um artigo do jornal *República*, dava conta da criação do “Movimento antialcoólico no Brasil”. Conforme a nota, “os poderes públicos acabam de tomar, pelo órgão da Câmara dos Deputados, medidas repressoras do alcoolismo”. Uma comissão de deputados ficou encarregada de apresentar “estudos acurados para a solução desse magno problema nacional”.⁵¹⁶ Não ficamos sabendo sobre os resultados obtidos pela comissão parlamentar.

Se o álcool era um grande inimigo a combater, não faltou criatividade para as indústrias de bebidas, durante o período em estudo. Um fabricante, da vizinha cidade de São José, sugeriu a substituição das bebidas alcoólicas por bebidas sem álcool. Nas páginas do jornal *O Dia*, no verão de 1910, se anunciava:

“Bebidas sem álcool

Do fabricante Ernesto Fausel, em São José

Agradabilíssima para a atual estação.

Agentes no Estado Carl Hoepcke & Cia.”⁵¹⁷

O mesmo fabricante divulgava ainda, no mesmo número do jornal, a “Bilz superior bebida sem álcool” e ainda a “Tip-Top, a melhor bebida antialcoólica”. Todas elas vendidas “por preços de fábrica na casa Júlio Moura”.⁵¹⁸ O combate ao alcoolismo favorecia a introdução de novos produtos no mercado. Infelizmente, não nos foi possível saber se esses

⁵¹⁵ *O Estado*, n. 4808, de 05/10/1929.

⁵¹⁶ *República*, n.1170, de 28/08/1930.

⁵¹⁷ *O Dia*, n. 4445, de 26/01/1910.

⁵¹⁸ *O Dia*, n. 4445, de 26/01/1910.

produtos tiveram boa aceitação por parte dos “simpatizantes de Baco”. Talvez, uma indicação da dificuldade das bebidas “antialcoólicas” terem agradado ao público seja o curto período de divulgação dos produtos do fabricante “Ernesto Fausel” no jornal.

Mas além da proposta de substituição das bebidas alcoólicas, ocorreu por parte da indústria farmacêutica, a promessa da cura do alcoolismo. Durante os primeiros anos do século XX, era comum o leitor dos jornais da capital catarinense encontrar o anúncio do “Remédio contra a Embriaguez, preparado pelo farmacêutico GRANADO, do Rio de Janeiro, e aprovado pela Junta de Higiene”.⁵¹⁹ Segundo o anunciante, “sua eficácia na cura do vício alcoólico é incontestável”, o que poderia ser confirmado “pelos inúmeros atestados”, apesar dos mesmos não terem sido publicados. O anunciante advertia os consumidores para terem “cuidado com as falsificações”.⁵²⁰ Esta “advertência” servia, também, como uma estratégia de mercado, atestando a eficácia do “remédio”.

No início do século XX, o reclame do remédio Granado nada falava sobre os efeitos do alcoolismo. Em 1916, inovou em seu anúncio e passou a alertar os leitores para o fato de que “99% dos alcoólicos morrem vitimados pela tuberculose, artério-esclerose, cirrose hepática ou *delirium tremens*”.⁵²¹ Além de ser bem mais incisivo, do que simplesmente alertar contra as “imitações”, este anúncio remetia para os efeitos deletérios do álcool sobre o corpo, tornando o alcoólatra um doente, causador da miséria pessoal e que se contrapunha ao ideal de corpo masculino forte, saudável e disciplinado.

Em 1915, nas páginas centrais do jornal *O Estado*, os leitores se deparavam com o anúncio do “Remédio ‘Minâncora’, produzido por um laboratório de Joinville, cidade do

⁵¹⁹ *O Dia*, n. 883, de 29/12/1903.

⁵²⁰ *O Dia*, n. 1976, de 28/09/1907.

⁵²¹ *O Dia*, n. 8490, de 20/12/1916.

interior de Santa Catarina, prometendo acabar com o vício da “embriaguez”. O reclame fazia uso de uma imagem bastante divulgada pela imprensa local em sua luta antialcoólica, qual seja, a relação entre álcool e dissolução da família. Nesse sentido, o “Remédio Minancora, é o amigo da família. É o mensageiro da Paz doméstica. É a alegria e o conforto da casa onde vivia o desgosto, a desarmonia, o vício e a miséria”. E concluía afirmando que: “milhares de famílias têm recebido essa felicidade com um só vidro”.⁵²² Assim como as bebidas antialcoólicas, anunciavam-se também remédios que diziam não usar álcool em sua composição. O anunciante do medicamento “Phymotosina”, alertava os leitores sobre o perigo do uso de remédios para o tratamento de fraqueza pulmonar, cuja fórmula levasse álcool. Os remédios “modernos”, alertava, deveriam ser isentos de álcool e substâncias que prejudicassem o estômago.⁵²³

Em 1920, o jornal *O Estado* divulgava uma nota publicitária do medicamento “Luesol”, que contava com o atestado de eficiência assinado pelo médico, deputado estadual e chefe político da cidade gaúcha de Passo Fundo, Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro. Segundo este material publicitário, nos “últimos tempos, a sífilis e o alcoolismo” representavam os “verdadeiros flagelos que têm contribuído grandemente para o aniquilamento” da humanidade. Por tal motivo, continuava o reclame, “a luta contra tão terríveis males tornou-se cada vez mais intensa”. O “depurativo Luesol” prometia a cura da sífilis, porém com a vantagem de não utilizar em sua fórmula o “veneno do álcool”.⁵²⁴

⁵²² *O Estado*, n. 55, de 16/07/1915.

⁵²³ *A Opinião*, n. 456, de 11/09/1916.

⁵²⁴ *O Estado*, n. 1612, de 27/09/1920.

Assim como a “campanha antialcoólica”, a imprensa de Florianópolis, desde o limiar da Primeira República, fez circular uma série de anúncios de remédios,⁵²⁵ clínicas e médicos, locais e da capital federal, que prometiam o tratamento e a cura da sífilis. Nestes reclames e nas discussões dos meios científicos⁵²⁶ locais se denunciava a ação de diferentes agentes como responsáveis pela propagação da sífilis, tais como, os bêbados e as prostitutas. O anunciante do “Luesol” explorou justamente a relação maléfica entre os “hábitos etílicos” e a propagação da sífilis. O consumo do álcool, mesmo na fórmula dos medicamentos, segundo os discursos da época, era um fator agravante da doença pois o mesmo paralisava a ação curativa, principalmente do mercúrio.⁵²⁷

Em 1924, o jornal *O Estado* passou a divulgar um medicamento que tinha uma proposta diferente dos remédios que prometiam curar o “vício da embriaguez”. Uma grande campanha publicitária anunciava os comprimidos de “Cafiaspirina”, da Bayer. No anúncio um homem branco dorme, ainda vestido com uma fantasia de baile de carnaval e uma taça de bebida na mão. Em letras grandes podia-se ler: “Contra a dor de cabeça e o mal estar causados pela intemperança, não há nada que se compare com a Cafiaspirina – comprimidos Bayer de aspirina e cafeína”. Abaixo da figura informava-se: “aprovado pela Diretoria de Saúde Pública da Capital Federal, sob o número 208 de 7-10-1916”.⁵²⁸ Conforme a data de registro, era um medicamento recém comercializado no Brasil.

Não era o “vício” que os comprimidos da Bayer prometiam curar, mas o mal estar causado pela “intemperança”. Outro anúncio, com o desenho de um violão abandonado sobre um sofá, ladeado por uma mesinha cheia de taças vazias, informava que uma

⁵²⁵ *O Estado*, n. 1451, 04/03/1920.

⁵²⁶ Sobre o combate à sífilis em Florianópolis ver: PEREIRA, Ivonete. Op. cit. p. 63 a 91.

⁵²⁷ Idem. p. 82.

⁵²⁸ *O Estado*, n. 2931, de 02/04/1924.

“simples dose de cafiaspirinas”, acabava com a dor de cabeça, levantava as forças e regularizava a circulação afetada por “uma noite na troça”.⁵²⁹ Tais anúncios foram veiculados na imprensa justamente num momento em que as campanhas antialcoólicas se tornaram mais constantes.

Além de inovar na abordagem do tratamento da embriaguez, foco principal dos anúncios, os anúncios da “Cafiaspirina”, que também prometiam o alívio dos sintomas da gripe, dor de cabeça,⁵³⁰ dor de dente, dor nas costas, entre outras, fizeram circular uma série de representações sobre a masculinidade. Nesse sentido, numa campanha publicitária da “Cafiaspirina”, diferentes figuras masculinas, num enfoque geracional, eram apresentadas por uma personagem infantil chamada “Stellinha”, que passava aos leitores uma série de informações sobre a personalidade paradoxais de alguns homens.

O primeiro a ser apresentado por “Stellinha” foi o “Vovô”. Este, narra a personagem, quando rapaz, foi elegante e dado a conquistas, “homem feito foi gastrônomo e apreciador de vinhos ... Hoje, em conseqüência da alegre ‘vidoca’ passada, perseguem-no as dores reumáticas e já teve dois ataques de gota”. Apesar de ter sofrido bastante, “hoje ele sorri de todas as moléstias. Cafiaspirina alivia-lhe todas as dores”.⁵³¹ A imagem que salta desse reclame era bastante recorrente desde o século XIX, qual seja, o período que antecedia ao casamento era vivido de forma diferente por rapazes e moças.⁵³² Para elas, era a vigília à espera do casamento e, para o rapaz, o celibato era um tempo pleno, valorizado, período de liberdade e aprendizagem, e o casamento significava apenas se assentar e

⁵²⁹ *O Estado*, n. 3911, de 14/06/1927.

⁵³⁰ *O Estado*, n. 3296, de 09/06/1925.

⁵³¹ *O Estado*, n.3700, de 04/10/1926.

⁵³² MACHADO, Vanderlei. Entrando no mundo dos homens pelos laços do himeneu. In: *Estudos de História*, v.6, n.2, Franca/SP, 1999. p. 83 a 100.

poderia até ser o fim.⁵³³ O fim, principalmente, de uma sexualidade desregrada, tão valorizada entre os rapazes solteiros.

A segunda personagem masculina era o “Tio Caramba”, representado pela imagem de um “fazendeiro de café”, mas que poderia ser também um *cow-boy* norte-americano, bem vestido, camisa xadrez, chapéu na cabeça e um charuto na boca. Segundo “Stellinha” o Tio Caramba, irmão mais velho de seu pai, vendia saúde. Entretanto, “às vezes, acontece, nas suas vindas à cidade, exceder-se no fumo e no álcool, passar noites em claro e divertir-se com amigos e o resultado é, pela manhã, uma dor de cabeça e um mal estar de todos os diabos”. Bastava, para curá-lo, dois comprimidos de “Cafiaspirina”.⁵³⁴ O tio da menina não era um “ébrio contumaz”. Representava um homem trabalhador e celibatário que encontrava nas “noitadas” da cidade o alívio para o cansaço das lides no campo e, possivelmente, a liberação de suas energias sexuais.

“Stellinha”, em suas apresentações não falou de seu pai, preservando assim a figura ideal do “pai higiênico”, ou seja, aquele que trabalhava, respeitava os horários das refeições e de descanso, cuidava da saúde do corpo e cujas energias eram canalizadas prioritariamente para o bem estar da família, entendida como a esposa e os filhos. Como nos informa Jurandir Freire Costa, ao analisar os discursos médicos e higienistas, “a seleção do parceiro conjugal tornou-se uma questão capital para a higiene. A saúde do filho não dependia apenas do trato que lhe fosse dado após o nascimento. Ela estava condicionada à

⁵³³ PERROT, Michele. À margem: solteiros e solitários. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1993. p. 293.

⁵³⁴ *O Estado*, n. 4108, de 01/02/1928.

saúde dos pais”.⁵³⁵ Estas idéias apareceram num reclame em que “Stellinha” apresentou um outro personagem: “O noivo de minha irmã”.

“Minhas Senhoras e meus Senhores, o noivo de minha irmã!

Medeiros, como todos os homens que se dedicam a trabalhos intelectuais, submetidos, constantemente, a forte tensão espiritual, sofre de violentas dores de cabeça, fadiga cerebral e abatimento nervoso. Mas é questão de minutos, pois que ele tem sempre a mão Cafiaspirina”.⁵³⁶

O que causava “violentas dores” em Medeiros não eram os efeitos de noites mal dormidas e passadas na “troça” mas o cansaço motivado pela tensão dos tempos modernos, que resultavam em “fadiga cerebral e abatimento nervoso”. Num box ao lado da figura do futuro cunhado, um homem de uns trinta anos, eram apresentadas informações complementares sobre “Medeiros”. Ele “é político, jornalista, orador e poeta”. Quando declamava uma poesia “olha a mana de soslaio”.⁵³⁷ Pela primeira vez “Stellinha” se dirigia diretamente às “Minhas Senhoras e meus Senhores”. Isto se devia, possivelmente, ao fato da personagem “Medeiros”, ao contrário do avô e do tio da menina, representar um modelo de masculinidade que passava a ser socialmente valorizado, homem urbano e moderno, trabalhador, ou como reza o adágio popular, “o genro que toda sogra quer”. Nos anúncios de “Cafiaspirina”, não apareceram figuras femininas, somente a figura pueril de “Stellinha”, divulgando a idéia de que noitadas e bebedeiras eram coisas de “alguns homens”, que “às vezes” perdiam a “temperança”. Dentro destes limites, então, o uso e o abuso do álcool eram toleráveis.

⁵³⁵ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. p. 219.

⁵³⁶ *O Estado*, n. 4162, de 05/04/1928.

⁵³⁷ *Idem*.

Mas nem todos os anúncios se contentaram com a cura dos “efeitos”. Era preciso combater o problema do alcoolismo. E havia quem se candidatasse para atuar como “Mensageiro da regeneração”, conforme anúncio publicado, em 1930, que perguntava:

“Ele se embriaga?”

Escreva hoje mesmo, pedindo grátis o ‘Mensageiro da Regeneração’ contra o alcoolismo. Remeta um envelope selado e subscrito para a resposta para L. Andrade – Rua D. Bárbara, 28 – Ceará”.⁵³⁸

A quem era dirigida a pergunta “Ele se embriaga?”. Certamente se dirigia às esposas. Estas eram descritas, pela literatura em geral, como guardiãs do sossego do lar e responsáveis pela felicidade dos maridos e dos filhos, portanto, deveriam ajudar na regeneração do alcoólatra. O alcoolismo, durante as três primeiras décadas do século XX, como podemos perceber através da imprensa de Florianópolis, era um tema que deixou de estar reservado à esfera do privado, da família e passou a ser descrito como um problema nacional.

Ao longo do período em estudo, como se procurou demonstrar, uma série de práticas e representações passaram a problematizar a embriaguez masculina. Na primeira década do século XX, a embriaguez passou a figurar no seio de uma ampla problemática denominada questão urbana. A bebedeira, marca da intemperança, era, desde o século XIX, punida com prisão, que visava impedir a circulação de ébrios pela cidade. Os cafés, que surgiram a partir dos anos 1910, representaram um espaço onde homens em busca de distinção social e com maior poder aquisitivo poderiam conversar e fruir, moderadamente,

⁵³⁸ *O Estado*, n. 4359, de 26/11/1928.

de bebidas nacionais e importadas. “Paus d’água” e mulheres de “vida duvidosa” tinham o acesso restringido àqueles espaços de “homens elegantes”.

Os homens em geral foram alvos das campanhas que apresentavam o alcoolismo como o responsável por desordens e atos de violência. As agressões eram, segundo as notícias de crimes publicados na imprensa local, o resultado de uma história de vida, marcada pelos excessos que levavam à degenerescência do corpo masculino. O alcoolismo e a vida desregrada eram ainda os responsáveis pela dissolução dos vínculos familiares, a decadência física, o embrutecimento, a loucura, a propagação de doenças, bem como a bancarrota econômica, tanto do homem quanto da cidade.

A indústria farmacêutica, inicialmente, oferecia a cura do “vício da embriaguez” e, num segundo momento, apresentava o tratamento para os efeitos das noitadas e do consumo exagerado de bebidas alcoólicas. Na campanha dos comprimidos de cafiaspirina, o homem apesar de “imoderado”, era bem vestido e com uma boa aparência. Os que exageravam, “às vezes”, nas noitadas, segundo os reclames, encontrariam nos comprimidos da Bayer o alívio para uma ampla variedade de moléstias. Ao longo das três primeiras décadas do século XX, várias foram as tentativas de cura, de punição e regeneração do ébrio. Mas nenhuma atenção se deu ao que poderia ser a causa que levava os homens a exagerarem na branquinha.

Apesar da complexidade desta questão, a poesia e as letras de canções buscaram dar uma resposta a esta demanda, que varou o século XX e chegou aos séculos XXI sem uma

resposta simples e definitiva.⁵³⁹ Este intento aparecia num poema publicado pelo jornal *Folha Nova*, em 1928:

“O Ébrio

Olhos semi-mortos, boca contraída

Babando pelos cantos num medonho esgar,

Passo vago e incerto, face envelhecida

Fato em desalinho, cabelos sem cortar,

Tem a barba hirsuta, já encarnecida,

Os sapatos rotos, os dedos a mostrar

A camisa, velha, já muito encardida:

Lá vai, pelas paredes sempre a esbarrar.

Qual a sua história, como a tal chegou?

Cantá-la ninguém sabe, nem se faz mister

Pois alguém que um dia, o acompanhou,

O triste ébrio ouviu a gesticular

Proferir baixinho um nome de mulher,

Vendo-lhe na face, o pranto rorejar[sic]

Março de 1928.

P.M.Pinheiro.

⁵³⁹ Jandira Masur, psicóloga, doutora em psicofarmacologia e membro de várias entidades médicas que se dedicam a estudar a questão do alcoolismo, em um livro muito esclarecedor, nos fala da angustia que sente quando, após proferir palestras, alguém lhe pergunta “qual a causa do alcoolismo”. Uma única resposta para essa pergunta, segundo a autora, é impossível. O que existe é a tentativa de várias respostas. Ver: MASUR, Jandira. *O que é Alcoolismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 28.

O autor deste poema, além das representações que já circulavam na imprensa de Florianópolis a respeito do ébrio como sujo e maltrapilho, passou a relacionar o consumo do álcool com a desilusão amorosa. Segundo esta explicação misógina, a mágoa levava ao desvio na conduta masculina, geralmente atribuída ao mau proceder feminino.⁵⁴⁰

⁵⁴⁰ O tema da desilusão amorosa e da embriaguez foi bastante explorado, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, tanto nas composições de Vicente Celestino como nas de Lupicínio Rodrigues. Sobre esta questão ver: MATOS, Maria Izilda Santos de. Desafios da pós-modernidade: sensibilidades e masculinidades. In: *Gênero*, Niterói, v.2, n. 2, 1 sem. 2002. p. 175 a 189. Da mesma autora ver ainda: MATOS, Maria Izilda Santos de. & FARIA, Fernando Antonio. *Melodia e sintonia: o masculino e o feminino em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Capítulo 4

Menino não chora: as representações de corpo e gênero nos Grupos Escolares

“O Menino Chorão

Meus Meninos, não choreis nunca sem motivo.

Acostumai-vos a ser corajosos desde pequenos.

Suportai com coragem os trabalhos da vida”.

Primeiro Livro de Leituras- Série Fontes

O presente capítulo tem por objetivo perceber as representações de corpo e gênero divulgadas nos Grupos Escolares de Florianópolis, durante a Primeira República, através dos livros de leituras denominados Série Fontes. Busca evidenciar como, através da escola pública primária, se fez a divulgação de representações de gênero sancionadas socialmente. Os meninos deveriam aprender a como se comportar no espaço público enquanto que as meninas deveriam ser preparadas para atividades domésticas e para o cuidado com a família. Estas representações de gênero foram divulgadas na escola com a ajuda dos livros de leitura que ficaram conhecidos como *Série Fontes*. Porém, para entender os motivos que

levaram o Estado de Santa Catarina, através da Diretoria de Instrução Pública, a publicar os livros da *Série Fontes*, é importante, inicialmente, contextualizar o aparecimento das cartilhas e de algumas transformações que ocorreram na escola primária de Santa Catarina, notadamente, a partir da reforma do ensino de 1910.

4.1. A série Fontes e as transformações na escola pública primária catarinense

“Os Livros

São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos; e assim como à força de tratar com pessoas honestas e virtuosas sem adquirirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também à força de ler os livros se aprende a doutrina que eles ensinam. Forma-se o espírito, nutre-se a alma com bons pensamentos; (...)”.

Vieira⁵⁴¹

As transformações que aconteceram no espaço urbano da capital catarinense foram acompanhadas por mudanças na escola pública. Com a aceleração do processo de urbanização que ocorreu em Florianópolis, a partir do alvorecer do século XX, o modelo de escola pública primária então existente passou a ser visto como obsoleto e dispendioso para

⁵⁴¹ VIEIRA. “Os Livros.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis, Typ. da Livraria Moderna, 1930. p. 56.

os cofres do Estado. Em 1910, o professor Henrique Fontes,⁵⁴² em uma série de artigos publicados no jornal *A Época*,⁵⁴³ do qual era diretor, saudava as reformas escolares projetadas pelo então governador e informava a população sobre as vantagens do novo sistema educacional representado pelos Grupos Escolares. Num dos artigos, o autor discorria sobre “o que é um grupo escolar” e explicava que:

“Nas cidades onde a densidade da população requer várias escolas públicas primárias, em vez de se disseminarem todas elas aqui e acolá, umas a pouca distância das outras, são muitas vezes reunidas algumas em um só edifício, constituindo o que se chama um Grupo Escolar. Este sistema vai ser adotado entre nós”.⁵⁴⁴

Entre as vantagens dos Grupos, segundo o autor da nota, estava a “diminuição de despesas que a construção de prédios traz ao governo”. A construção de um Grupo Escolar consumiria a metade da “quantia necessária para o levantamento de seis ou oito casas isoladas que satisfaçam a todas as condições de higiene exigidas para os grupos escolares”.⁵⁴⁵

Considerada pelos republicanos como um instrumento de regeneração da nação, de moralização e civilização do povo, a escola deveria favorecer a estabilização do novo

⁵⁴² Henrique da Silva Fontes estudou no Ginásio Conceição de São Leopoldo, RS. A partir de 1910, lecionou Português e História do Brasil no Ginásio Santa Catarina, em Florianópolis. Atuou no jornalismo de 1910 a 1911, e foi diretor proprietário do semanário *A Época*, de orientação católica. Lecionou Pedagogia e Psicologia na Escola Normal de 1911 a 1918, passando a lente concursado de História e Geografia. Durante o governo de Adolfo Konder foi Secretário da Fazenda, Viação e Obras Públicas, Juiz Federal Substituto (1929 a 1934); Juiz do Tribunal Regional Eleitoral e Procurador do mesmo Tribunal (1932 a 1934); Procurador Geral do Estado (1934 a 1937); Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cargo em que se aposentou (1932 a 1937). Cf. CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A Secretaria de Justiça e sua relação com a Educação*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1985. p. 30.

⁵⁴³ Os artigos publicados foram: *Edifício Escolar, O que é um Grupo Escolar* e *A Reorganização do Ensino*. Ver respectivamente: *A Época*, n. 8, de 4/12/1910, n. 12, de, 1/1/1911 e n. 15 de 22/1/1911.

⁵⁴⁴ *A Época*, n. 12, de 01/01/1911.

⁵⁴⁵ Idem.

regime, uma vez que, com a instituição do sufrágio universal, o Estado passou a necessitar de cidadãos que soubessem não apenas ler e escrever, mas compreender, pensar e agir de uma “nova” forma.⁵⁴⁶

Entusiasta do novo sistema educacional, Henrique da Silva Fontes, em 1920, ocupou a pasta de Diretor da Instrução Pública de Santa Catarina, no governo de Hercílio Luz, e tomou para si a tarefa de elaborar um conjunto de livros de leitura para serem utilizados nos Grupos Escolares do Estado. Publicados num momento em que a cidade passava por uma série de transformações em seu traçado urbano, como a construção da Avenida Hercílio Luz - que passou a simbolizar uma linha divisória entre o que era considerado o espaço rural e o urbano -, os livros da Série Fontes, que deveriam ser distribuídos nas escolas públicas de todo o Estado, passaram a instruir as crianças dentro de princípios do que se passou a denominar urbanidade.

A Série Fontes era composta inicialmente pela *Cartilha Popular*, destinada à alfabetização, o *Primeiro*⁵⁴⁷ e o *Segundo Livro de Leitura*.⁵⁴⁸ Em 1929, a Diretoria da Instrução pública editou o *Terceiro Livro de Leitura* e em 1930 foi publicado o *Quarto Livro de Leitura*.⁵⁴⁹ Estes livros de leitura, segundo foi possível apurar, foram publicados e

546 TELVE, Gladys Mary Ghizoni. A Escola Normal Catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 227.

547 Os exemplares da *Cartilha de Alfabetização Popular* e do *Primeiro Livro de Leitura*, aqui analisados, estão depositados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Os outros exemplares me foram gentilmente cedidos pela historiadora Tathianni Cristini da Silva, que em seu Trabalho de Conclusão de Curso abordou “o discurso da vontade de re-formulação das condutas masculinas, através do uso dos personagens míticos na Série Fontes, compreendendo o período de 1920 a 1940.” Ver: Silva, Tathianni Cristini da. *Série Fontes e a re-atualização das condutas masculinas*. Florianópolis, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Santa Catarina. p. 22.

548 Um anúncio publicado no *A Época*, de 1921, informava que os “novos livros escolares, adotados nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina, *Cartilha Popular*, 1º Livro de Leitura, 2º Livro de Leitura e 3º Livro de Leitura” eram fornecidos pela “Casa e editora: Livraria Cysne,” de Florianópolis. Cf. *A Época*, n. 18, 28/01/1921. Apesar do anúncio da publicação do “3º Livro de Leitura”, este somente foi editado e distribuído pela Diretoria de Instrução Pública em 1929.

549 FONTES, Henrique da Silva (org.). *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930.

distribuídos às escolas catarinenses até os anos 1950.⁵⁵⁰ Talvez o que explique a perenidade desse material, num período histórico marcado por tantas transformações sociais, políticas e econômicas, tenha sido o reconhecimento tanto das suas qualidades didático-pedagógicas quanto a atualidade conferida às “lições” ali divulgadas.

Durante todo o longo período de circulação da Série Fontes, foram poucas as alterações percebidas em seu conteúdo, o que ficou confirmado pelo confronto, feito no trabalho de Paulete Maria Cunha dos Santos, entre várias edições da Série. Entre as modificações percebidas pela autora está o acréscimo de textos verificado no *Segundo Livro de Leitura*. Este volume possuía 56 textos na edição de 1920 e recebeu um acréscimo nas edições de 1922, 1924 e 1935. Nessas edições encontram-se respectivamente 72, 80 e 87 lições, portanto, há um aumento de 31 lições em relação à primeira edição. Na edição de 1945 foram suprimidos os textos que relatavam as origens históricas do 1º de maio e das Constituições Federal e Estadual.⁵⁵¹

No presente estudo foram analisadas a *Cartilha Popular*⁵⁵², editada em 1948; o *Primeiro Livro de Leitura*, da edição de 1945;⁵⁵³ o *Segundo Livro de Leitura*, da edição de 1935; o *Terceiro Livro de Leitura* da edição de 1929⁵⁵⁴ e o *Quarto Livro de Leitura* da edição de 1930. Na capa do *Primeiro Livro de Leitura*, da edição em estudo, foi registrado

⁵⁵⁰ Nos anexos de seu trabalho Ana Maria Martins Coelho Correia reproduziu as capas da edição de 1951, da *Cartilha Popular* e do *Primeiro Livro de Leituras*, que conforme consta nas mesmas, haviam sido autorizadas pela Comissão Nacional do Livro Didático. Ver: CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. Op. cit. p. 63.

⁵⁵¹ SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. *Protocolo do Bom Cidadão – Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920 – 1950)*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. p. 44.

⁵⁵² FONTES, Henrique da Silva. *Cartilha Popular*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1948.

⁵⁵³ FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945.

⁵⁵⁴ Segundo o prefácio do *Terceiro Livro de Leituras*, este tinha sido organizado em 1920 juntamente com a *Cartilha Popular*, o *Primeiro* e o *Segundo Livro de Leitura*. Porém, somente em 1929, quando Henrique Fontes já não era mais Diretor da Instrução Pública, a Diretoria da Instrução editou o *Terceiro* volume procurando “completar a série”. Ver: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 5.

que a ortografia tinha sido atualizada passando a estar de acordo com os decretos lei n. 292 de 23 de fevereiro de 1938 e n. 5186, de 13 de janeiro de 1943. Além disso, figurava uma ilustração do Grupo Getúlio Vargas, construído, após a Revolução de 1930, distante do centro de Florianópolis, no bairro Saco dos Limões.

Os livros da Série Fontes são compostos por textos de vários autores. Cada texto representava uma lição de leitura. Conforme definiu o próprio Henrique Fontes, trata-se de uma “compilação de trechos em que brilham lições de moral e civismo”.⁵⁵⁵ No acervo do autor foi identificado, por Paulete Maria Cunha dos Santos, um conjunto de livros didáticos publicados na segunda metade do século XIX e início do século XX, os quais certamente serviram de modelo para a elaboração da Série Fontes. Entre os tais livros cita-se o *Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Livro de Leitura* de Abílio César Borges, e *Minha Pátria*,⁵⁵⁶ de J. Pinto da Silva, para o ensino de História do Brasil.⁵⁵⁷ Além de se inspirar, Henrique Fontes compilou textos destes e de outros autores de grande influência na sociedade da época que se bateram pela causa do ensino e pelo combate ao analfabetismo, como o poeta Olavo Bilac.⁵⁵⁸ Em alguns textos não foram identificados os autores. Possivelmente tenham saído da própria pena do professor Fontes. Tal inferência se deve ao fato de que alguns escritos publicados na forma de correspondências são assinados com os

⁵⁵⁵ FONTES, Henrique da Silva. *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930.

⁵⁵⁶ Em 1912, a Livraria Moderna de Florianópolis anunciava que tinha para vender os livros *Minha Pátria* e o *Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Livro de Leitura*. Apesar do nome dos autores não figurar no anúncio é possível que sejam os mesmo encontrados por Paulete Maria Cunha dos Santos no acervo da família de Henrique Fontes. Ver: *O Dia*, n. 5053, de 28/02/12.

⁵⁵⁷ SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Op. cit. p. 26 a 33.

⁵⁵⁸ Olavo Bilac, ideólogo da Liga de Defesa Nacional, elaborou juntamente com Manuel Bonfim o livro didático *Através do Brasil*, produzido segundo uma orientação do que os autores denominavam de Moderna Pedagogia. Outro livro elaborado por Bilac, com a colaboração de Coelho Neto, foi *A Pátria Brasileira*, voltado especialmente para o ensino de História. Cf. BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 140 a 142.

mesmos nomes dos filhos do autor, nascidos até o ano da publicação do *Primeiro Livro de Leitura*, em 1920.⁵⁵⁹

No prefácio que elaborou para a primeira edição da Série Fontes, o autor explicitou quais foram as motivações que o levaram a organizar aquele matéria didático:

“... a falta de livros de custo módico, de livros que, podendo ser adquiridos sem sacrifícios pelos remediados, possam também, à larga, ser distribuídos gratuitamente entre aqueles para quem alguns tostões representam quantia apreciável.

Empenhando-se o Estado em tornar efetivas as leis que promulgou sobre a obrigatoriedade do ensino, precisa por isso facilitar a aquisição de livros; precisa, mesmo, dá-los aos que não os possam comprar e aos que relutem em adquiri-los.

Mas claro está que nesta Série de livros não se procura somente a exigüidade do custo, com igual cuidado procura-se também que, nela tanto no assunto como na figura material, sejam observadas as lições de pedagogia, de modo que ainda sob aspecto de importância capital, não sejam os presentes livros inferiores aos seus congêneres”.⁵⁶⁰

Ao promover a publicação dos novos livros didáticos optou-se por fazê-la numa tipografia local o que, certamente, contribuiu para a desejada diminuição dos custos. Ao propiciar o material didático a “preços módicos”, o autor buscava contribuir para que a obrigatoriedade do ensino primário – o qual, segundo a Constituição do Estado de Santa

⁵⁵⁹ SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Op. cit. p. 44.

⁵⁶⁰ FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura* Série Fontes. Florianópolis: Imprensa oficial do Estado. 1935. p. 5.

Catarina, deveria ser leigo, universal e gratuito - fosse aplicada pelo governo estadual, facilitando o acesso de crianças carentes à escola. Apesar do propalado ensino leigo, o que se percebe é uma forte presença de uma moral cristã em todos os livros da Série Fontes.

Henrique Fontes fez questão de afirmar que atentou para a qualidade do material didático por ele elaborado, adequando-o às diretrizes pedagógicas que norteavam a escola naquele contexto. Os livros de leitura da Série Fontes e os ensinamentos neles contidos, conforme assinalou o próprio autor, não eram direcionados unicamente para a parcela mais pobre da população, a chamada classe popular, mas também para os “remediados”, ou seja, a classe média urbana de Florianópolis.

Como nos alerta Maria Stephanou, discorrendo sobre manuais médicos publicados na década de 1930 e os ensinamentos sobre higiene e o cuidado de si neles contidos, “embora alguns autores insistam em apresentar as classes populares como alvo privilegiado do poder médico, essa afirmação não pode ser absolutizada”.⁵⁶¹ Este aspecto, continua a autora, pode ser observado igualmente com relação aos manuais de civildade:

“num primeiro momento somos tentados a supor que os conselhos veiculados nos manuais, pelo seu caráter elementar, sejam dirigidos à população pobre. Mas esta é uma impressão um tanto equivocada, pois excertos dos próprios textos dos manuais médicos mencionam os descuidos daqueles que se gabam de uma educação esmerada, mas cometem erros vulgares em diversas situações”.⁵⁶²

⁵⁶¹ STEPHANOU, Maria. *Tratar e Educar. Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 321.

⁵⁶² Idem.

Por isso, conclui Stephanou, as regras de bem viver precisavam ser disseminadas em toda a sociedade.

A Série Fontes substituiu os livros de leitura que eram publicados fora de Santa Catarina e que eram comprados pelos próprios alunos dos Grupos Escolares de Florianópolis. Henrique Fontes, conforme procurou evidenciar no prefácio anteriormente citado, fez questão de que os princípios pedagógicos presentes nos outros livros de leituras fossem preservados na Série Fontes. Estes livros de leituras estavam associados às mudanças que foram ocorrendo no ensino público catarinense, durante o governo de Vidal Ramos, entre 1910 e 1914.

Esteve à frente das reformas da escola pública catarinense o professor paulista Orestes Guimarães. Este tinha como tarefa resolver o problema do analfabetismo no Estado e possibilitar a assimilação de grupos étnicos estrangeiros.⁵⁶³ Orestes Guimarães, normalista egresso da Escola Normal de São Paulo, trouxe para Santa Catarina as orientações pedagógicas da reforma empreendida por Antônio Caetano de Campos, no ensino paulista. A organização da “escola moderna”, conforme o modelo paulista, deveria estar apoiada nos seguintes itens: prédio e mobília escolar, material escolar, livros didáticos, disciplina, ensino e programa.⁵⁶⁴

O educador paulista iniciou a reforma da instrução pública com uma forte atenção à formação dos professores primários, reestruturando a Escola Normal Catarinense.⁵⁶⁵ Nesta

⁵⁶³ FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. p 95.

⁵⁶⁴ NÓBREGA, Paulo. Grupos Escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 267.

⁵⁶⁵ Sobre a reforma da Escola Normal ver: TELVE, Gladys Mary Ghizoni. Op. cit. p. 228.

escola os/as alunos/as passaram a ser instruídos/as com base no novo método de ensino apregoado por Orestes Guimarães, denominado “método intuitivo”. Este “moderno” método previa “lições curtas e adequadas à idade, alternadas com cantos, marchas, exercícios ginásticos, trabalhos manuais de torno ou de modelagem”.⁵⁶⁶ O domínio desse “novo método” pelos “modernos” professores(as) deveria assegurar a “produção, via instituição escolar, do novo homem, para a nova era, do progresso e da ordem, não qualquer homem, mas uma espécie muito particular: o cidadão republicano”.⁵⁶⁷ Depois de formados, os/as normalistas deveriam aplicar nos Grupos Escolares do Estado aquela metodologia “moderna”.

O primeiro Grupo Escolar criado em Santa Catarina, por Orestes Guimarães, originou-se do antigo Colégio Municipal da cidade de Joinville.⁵⁶⁸ O prédio que abrigava o Colégio foi reformado para adaptar-se às características de Grupo, recebendo o nome de Grupo Escolar Conselheiro Mafra, inaugurado em 15 de novembro de 1911. Nos anos seguintes foi a vez da capital do Estado ser beneficiada com a instalação de dois Grupos, o Grupo Escolar Lauro Müller, inaugurado em 24 de dezembro de 1912 e o Grupo Escolar Silveira de Souza, inaugurado em 28 de setembro de 1913.

O prédio do Grupo Lauro Müller foi construído na região mais alta do centro da cidade e que passou por um amplo processo de reurbanização na primeira década do século XX. Situado a uma curta distância da Praça 15 de Novembro, na rua Marechal Guilherme,

⁵⁶⁶ FIORI, Neide Almeida. Op. cit. p. 93.

⁵⁶⁷ TELVE, Gladys Mary Ghizoni. Op. cit. p. 228.

⁵⁶⁸ Em 1907, Orestes Guimarães havia sido contratado para dirigir o Colégio Municipal da cidade de Joinville. Este trabalho à frente do Colégio Municipal de Joinville, “assegurou a Orestes Guimarães o convite, em 1910, para trabalhar como Inspetor da Instrução Pública e desenvolver a reforma da Instrução pública primária do Estado.” Cf. NÓBREGA, Paulo. Op. cit. p. 262.

próximo do imponente Palácio do Congresso Estadual, construído em 1910,⁵⁶⁹ da praça Pereira Oliveira e do teatro Álvaro de Carvalho. Neste Grupo as/os alunos/as da Escola Normal, também situada próximo à praça 15 de Novembro, assistiam aulas práticas e palestras ministradas pelo professor Orestes Guimarães. O prédio do Grupo Silveira de Souza, por sua vez, foi edificado na rua Alves de Brito, no bairro do Mato Grosso, na época considerado distante do centro da cidade, região de chácaras e residências das famílias mais abastadas de Florianópolis.

Os Grupos Escolares passaram a substituir no perímetro urbano a tradicional escola primária. Esta, segundo Neide Fiore, caracterizava-se por ser uma escola rural, em que não havia seriação do ensino. Havia as “escolas do sexo masculino”, regidas por um professor, e as “escolas do sexo feminino”, sob a responsabilidade de uma professora. Ao contrário da escola primária, o edifício do Grupo Escolar congregava diversas classes de alunos, cada uma delas com seu professor/a responsável, sob a supervisão de uma diretora.⁵⁷⁰ Segundo Paulo Nóbrega, o Grupo Escolar possuía “uma arquitetura, em geral, de estilo neoclássico, apresentando, preferencialmente, uma simetria bilateral, de modo que as seções masculinas e femininas ficassem em lados opostos e separadas por pátio interno”. As salas de aulas deveriam ser amplas e arejadas, com janelas que possibilitassem que a claridade incidisse sobre a carteira do aluno. As classes da seção masculina poderiam ser regidas por professores e professoras. Já a feminina somente por professoras.⁵⁷¹ Apesar da separação dos alunos por série, os Grupos Escolares continuaram a dividir os alunos por gênero.

⁵⁶⁹ CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis - Ilustrada*. Florianópolis: Editora Insular, 2004. p. 287.

⁵⁷⁰ FIORE, Neide Almeida. Op. cit. p. 99.

⁵⁷¹ NÓBREGA, Paulo. Op. cit. p. 255.

Os Grupos Escolares foram equipados com materiais didáticos como mapas, gravuras, jogos matemáticos, coleções zoológicas, botânicas ou minerais, que deveriam ser aproveitados por um grande número de alunos, melhorando a relação custo/benefício.⁵⁷² As salas de aulas receberam carteiras, projetadas com objetivo de serem adequadas à idade da criança e ao ensino, importadas dos Estados Unidos.

A reforma da escola primária contou ainda com a introdução de um novo Programa de Ensino, que previa as seguintes disciplinas: Primeiro Ano – leitura, linguagem, caligrafia, aritmética, geografia, ciências físicas e naturais, higiene, ginástica, música, desenho, geometria, trabalho manual; Segundo Ano – leitura, linguagem, aritmética, geografia, história do Brasil, ciências físicas e naturais, higiene, educação física e moral, ginástica e exercícios militares, música, desenho, geometria, trabalhos manuais; Terceiro Ano – leitura, linguagem, aritmética, geografia e cosmografia, ciências físicas e naturais, higiene, instrução cívica e moral, ginástica e exercícios militares, música, desenho, geometria, trabalho manual (feminino); Quarto Ano - leitura, linguagem, aritmética, geografia e cosmografia, ciências físicas e naturais, higiene, instrução cívica e moral, ginástica e exercícios militares, música, desenho, geometria, trabalho manual.⁵⁷³

Além das disciplinas comuns a meninos e meninas, os exercícios militares eram dirigidos exclusivamente para os meninos. Nos trabalhos manuais, as meninas deveriam aprender prendas domésticas, como trabalhos com linha e agulha. Dessa forma, através dos conteúdos curriculares, a escola primária acabava por instruir os futuros homens e mulheres a ocuparem papéis diferenciados na sociedade. Para os meninos as fileiras do exército

⁵⁷² Idem. p. 257.

⁵⁷³ SANTA CATARINA. *Programa dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina*. Gabinete Tipográfico d'O Dia, Florianópolis, 1911. Apud. NÓBREGA, Paulo. Op. cit. p. 266.

passavam a ser uma opção a mais. Já, para as meninas, se reafirmava a sua “natural” inclinação para as prendas domésticas.

No conteúdo geral pode-se perceber, nos quatro anos de ensino, a grande ênfase que era dada para o aprendizado da escrita e da leitura. Era nas aulas de leitura que entravam as cartilhas da Série Fontes. Através dos textos que compunham os livros podemos perceber a divulgação de comportamentos diferenciados para meninos e meninas. Além disso, nos textos dos livros de leitura eram reforçadas representações de corpo e gênero presentes nas outras disciplinas, como higiene, exercícios e ginástica. Dessa maneira, reafirmava-se como os meninos deveriam se comportar na escola e nas ruas da cidade, o cuidado que deveriam ter com o corpo e o amor que deveriam dedicar à pátria e ao trabalho.

4.2. Como se ensina a ser menino na escola

Uma das primeiras frases que os alunos e alunas liam na Cartilha Popular, logo após conhecerem o alfabeto, era que “menino calado é modelo de aula”.⁵⁷⁴ Em seguida afirmava-se que “menino vadio não vai à escola”,⁵⁷⁵ para arrematar com a frase “os meninos desobedientes são castigados”.⁵⁷⁶ Nestas frases, que eram lidas individualmente ou em coro por meninos e meninas, mesmo que em classes separadas por gênero, se percebe a divulgação da representação de que os meninos são descritos como naturalmente indisciplinados e, portanto, sujeitos a serem castigados.

⁵⁷⁴ FONTES, Henrique da Silva. *Cartilha Popular*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1948. p. 19.

⁵⁷⁵ Idem. p. 29

⁵⁷⁶ Idem. Ibidem. p. 35

No processo de escolarização, os meninos tinham à frente a figura do “mestre”. O professor deveria representar na escola a autoridade exercida pelo pai na família. Um poema intitulado “O professor”, da escritora catarinense Delminda Silveira,⁵⁷⁷ ensinava:

“Quando eu tinha cinco anos,
Da escola nada gostava;
Como a verdugos tiranos,
Os professores olhava.

Tinha medo, quando via
Aquele homem sisudo,
Que às aulas presidia
Nas longas horas de estudo.

Mas agora já compreendo
O que seja um professor:
É como um pai – estou vendo,
Do nosso afeto credor!

Se papai nos dá o pão
Para podermos viver,
O mestre nos dá lição
Para termos saber.

(...)”.⁵⁷⁸

⁵⁷⁷ Delminda Silveira de Souza (Desterro/Florianópolis, 1855-1932). Delminda escrevia desde menina. Publicou alguns poemas na *Revista Catarinense*, em 1900. Em 1908, publicou uma coletânea de versos sob o título *Lizes e Martírios*. Publicou também, em 1914, um texto chamado *Cancioneiro*, que se destinava aos Grupos Escolares do Estado. Colaborou em vários jornais e publicou poemas no jornal feminino de Florianópolis, *Pena, Agulha e Colher*. Foi professora particular e fez parte da Academia Catarinense de Letras. Cf. PEDRO, Joana Maria. Op. cit. p. 101 a 102.

⁵⁷⁸ SILVEIRA, Delminda. O Professor. In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1935. p. 94.

Se no lar o pai deveria prover o alimento dos filhos, na escola cabia ao professor dar aos alunos o saber. Aprendia-se ainda, através de um poema de Afonso Celso,⁵⁷⁹ de conteúdo moral e religioso, intitulado “Ao entrar na aula”, que na escola o professor era “o mestre” e o “guia” e que todo “ensino” deveria auxiliar a vencer na vida e conduzir a “Deus”.⁵⁸⁰ A relação do aprendiz para com o professor deveria ser pautada pela subserviência. Num texto intitulado as “Boas qualidades e defeitos das crianças”, através de um jogo com as palavras, o autor lembrava que o “menino *aplicado* ouve tudo o que diz o professor e por isso aprende com facilidade”. Já o menino “*leviano e vadio* nunca presta atenção nas palavras do professor”. Por isso, “ficará ignorante”. O menino “*grosseiro*, ao contrário do *amável*, não agradece os favores que recebe, nem cumprimenta as pessoas de respeito; é um menino *desagradável*”. O menino “*discreto* não fala a torto e a direito e sabe guardar segredos”. O menino que chega à escola na hora certa é pontual. Já o “menino *descuidado* chega sempre atrasado à escola” e não prepara as suas lições.⁵⁸¹ Conforme este texto os meninos deveriam ser aplicados, amáveis, discretos e pontuais.

Os meninos necessitavam provar sempre sua coragem e nada temer. Num texto intitulado “O medroso”, o personagem Zacarias era assim denominado por ter medo de trovoadas, do miado de um gato ou da presença de um sapo. Não mexia numa caixa ou numa gaveta onde houvesse uma barata e à noite não ficava só em um quarto sem luz. Por toda parte julgava ver bichos ou fantasmas. E o texto concluía: “É muito ridículo ser

⁵⁷⁹ Afonso Celso (1860-1938), advogado, jornalista, poeta, romancista, professor, presidente perpétuo do IHGB. Seu livro mais famoso é *Porque me ufano de meu país*, de 1900. Cf.: COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de (Dir.) *Enciclopédia de literatura brasileira*. Vol. I. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1990. p. 421.

⁵⁸⁰ CELSO, Afonso. “Ao Entrar na aula.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p.43

⁵⁸¹ “Boas qualidades e defeitos das crianças”. In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p.34 a 35.

medroso”.⁵⁸² Um menino ou homem que se assusta facilmente e é medroso pode ter a sua masculinidade questionada. Isto se deve ao fato de que do homem se esperava somente manifestações de coragem.

Aos meninos não era permitido demonstrar sinais de franqueza. Nesse sentido, Aniceto, o personagem de um conto, intitulado “O menino chorão”, fazia tudo chorando e tinha sempre os olhos cheios de lágrimas. Um certo dia, o chorão caiu em um buraco que havia no caminho e começou a gritar e a chorar pedindo que o tirassem dali. As pessoas, crianças, homens e mulheres, que passavam pelo local, apesar de ouvirem Aniceto chorando e pedido socorro, não iam ver o que tinha acontecido ao menino manhoso”. Finalmente, o pai de Aniceto o encontrou “todo molhado, sujo de lama e pisado”. O pai então explicou ao filho que as pessoas não o tinham socorrido “porque todos o conheciam como chorão e pensavam que ele estava chorando sem razão”.⁵⁸³ Além do descrédito, as crianças que choravam muito, asseverava outro texto, “ficam sendo depois homens muito feios”.⁵⁸⁴

A mentira também era uma atitude execrada. Em “A verdade e a mentira” exaltam-se os meninos que se acostumam “a detestar a mentira” pois “por mil histórias que invente, sempre se apanhará o covarde”.⁵⁸⁵ Num texto intitulado as “Más desculpas”, por sua vez, o personagem Flávio tinha sempre uma justificativa para suas atitudes “inconvenientes”. Ao ouvir do menino que era sempre repreendido na escola, a mãe questionou: “menino fizeste bem a tua escrita?”. Flávio respondeu que não fizera porque a sua pena não era boa. A mãe

⁵⁸² “O medroso.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p. 13 a 14.

⁵⁸³ “O menino chorão.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p. 48 a 49.

⁵⁸⁴ “Pergunta inocente.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p. 9.

⁵⁸⁵ CARREIRO, Carlos Porto. “A Verdade e a Mentira.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p. 52 a 53.

retrucou dizendo que o menino poderia pegar outra. Novamente, o menino justificou dizendo que a tinta estava muito grossa. Para todos os questionamentos da mãe, Flávio encontrava uma justificativa. Por fim a mãe concluiu: “as tuas desculpas são más” e você mereceu ser repreendido.⁵⁸⁶

Além de ensinar como não deveria se comportar, através dos textos mostrava-se como agia “Um menino exemplar”. O menino exemplar ao sair da escola deveria se mostrar, “como em tudo mais, um menino bem educado”. Não deveria fazer como os seus colegas que correm pelas ruas “aos empurrões, às gargalhadas, provocando as pessoas que passam, não respeitando os velhos e os aleijados, apedrejando e perseguindo os cães”. Xisto, o personagem principal de outra história, “nunca pratica ações tão feias”. Quando sai da escola, não pára no caminho para brincar nem conversar. Cumprimenta os conhecidos que encontra e, no passeio, cede o lugar junto à parede para senhoras e pessoas mais idosas. Enfim, conclui o autor, “basta olhar para ele na rua e vê-lo muito sério, com seus livros muito em ordem, para se ficar sabendo que é um menino bem educado”.⁵⁸⁷ Além de se comportar bem na escola, os meninos deveriam manifestar sinais de urbanidade, cumprimentando os conhecidos e dando lugar na calçada para os velhos e as senhoras.

Tanto na *Cartilha Popular* quanto nos textos do *Primeiro Livro de Leitura*, encontramos ensinamentos de como o menino deveria se comportar na escola, quais eram as atitudes desejadas e quais eram passíveis de castigo e repreensão. Apesar dos livros serem adotados nas turmas masculinas e femininas, nenhuma referência foi feita ao comportamento escolar, desejável ou não, das meninas. Uma explicação para atenção da

⁵⁸⁶ “Más desculpas.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p. 54 a 55.

⁵⁸⁷ “Um menino exemplar.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p. 20 a 21.

escola na formação do comportamento dos meninos está na representação de gênero divulgada e valorizada na sociedade e na escola das primeiras décadas do século XX. Conforme Guacira Louro, naquele período “os argumentos para justificar as diferenças na educação ou no tratamento social mais amplo entre homens e mulheres mudaram um pouco de tom”.⁵⁸⁸ As explicações genéticas ou biológicas que predominaram no século XIX foram cedendo lugar para explicações psicológicas. Dessa maneira, o gênero masculino ao invés de ser descrito como superior ao feminino passou a ser descrito como possuindo atributos naturais diferentes. Essas diferenças, continua Louro, “se referiam ao temperamento, caráter, tipo de raciocínio, o que levava a que as mulheres fossem descritas como ‘naturalmente’ dóceis, submissas, sensíveis, cordatas e dependentes, e os homens, fortes, agressivos, independentes”.⁵⁸⁹

Estas representações de gênero descritas por Guacira Loro estavam presentes nos livros da Série Fontes. Cita-se como exemplo um texto intitulado “Duas boas irmãs”. Neste podemos perceber a representação da mulher como “cuidadora”. Na história, a personagem Célia está doente. “Há oito dias que ali está de cama. Sua mãe não lhe abandona a cabeceira, procurando alivia-la e distrai-la. Sua irmã Aurélia também lhe faz companhia”. No final o leitor é informado: “assim é que devem estimar e ajudar as boas irmãs”. As demonstrações de afeto e de cuidado para com os outros, notadamente no espaço privado, eram exclusivas das mulheres. Nos textos dos livros da Série Fontes o que se esperava dos homens era respeito às hierarquias, sociais e familiares, e não demonstrações de carinho.

Não era somente nos textos escolares que se dava a ausência de representações de afeto masculino, entendido como a capacidade de despender tempo cuidando de alguém.

⁵⁸⁸ LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1987. p. 29.

⁵⁸⁹ Idem.

Segundo um reclame do tônico “A saúde da Mulher”, veiculado no jornal *O Estado*, em 1930, os homens eram “maus enfermeiros”, ou seja, incapazes de se sensibilizarem com o sofrimento do outro. No anúncio figurava a imagem de uma mulher deitada em sua cama e um homem muito bem trajado de costas para ela. Abaixo da ilustração vinha a seguinte frase: “Você é injusto! Eu, tão doente e você ainda por cima fica de mau-humor. Como se eu tivesse a culpa”. Em seguida o texto arrematava:

“Não importa saber se é ou não injustiça. É a realidade: os maridos se contrariam quando as esposas adoecem! São, portanto, maus enfermeiros e quase sempre acham que as esposas foram imprudentes! E quantas vezes eles têm razão! Quantas doenças as senhoras podem evitar ou combater aos primeiros sintomas, bastando para isso a prudência de terem em casa o vidro do grande remédio: A saúde da Mulher”.⁵⁹⁰

Além de incentivar o autodiagnóstico e a automedicação feminina, culpava-se as mulheres pela “falta de felicidade doméstica”. Tanto o anúncio quanto o texto do livro escolar contribuíam para reforçar a representação das esferas de atuação separadas. Para os homens o espaço público e para as mulheres as “doçuras” do lar.

4.3. Corpos civilizados: masculinidade e urbanidade como passaportes para a cidadania

Os esforços que foram feitos, ao longo de todo o período em estudo, no sentido de ampliar o acesso de meninos e meninas à escola pública primária, acabaram por privilegiar

⁵⁹⁰ *O Estado*, n. 5017, de 18/06/1930.

a população urbana tanto de Florianópolis quanto das demais cidades do Estado, como Joinville, Lages, Laguna e Itajaí. Meninos e meninas das áreas rurais não tiveram as mesmas oportunidades de acesso ao que representava uma escola de melhor qualidade, os Grupos Escolares.

A existência dos Grupos na própria cidade, no entanto, não significava que todas as crianças teriam acesso àquela nova escola. Apesar das iniciativas visando melhorar a qualidade da escola pública, inclusive com a distribuição de material didático para a população carente, a instituição não deixou de ser excludente.

Na capital do Estado, por ocasião das matrículas para o ano letivo de 1914, o edital do Grupo Escolar Silveira de Souza informava que os “novos candidatos que já tiverem irmão ou parentes matriculados no estabelecimento terão preferência para a matrícula”. Esta medida visava, certamente, acolher crianças de famílias conhecidas e reconhecidas como portadoras de um comportamento considerado adequado. Isto fica evidente mais adiante quando se informa que:

“A matrícula é gratuita e facultada a todas as crianças indistintamente, com as seguintes restrições:

Não serão matriculados:

- a) As crianças de notório mau costume
- b) As de idade inferior a 6 anos completos
- c) As que tenham completado 15 anos
- d) As que padecerem de moléstias contagiosas ou repugnantes
- e) As que não tenham sido vacinadas
- f) As imbecis ou que por defeito orgânico forem incapazes de receberem instrução no estabelecimento”.⁵⁹¹

⁵⁹¹ *O Dia*, n. 7453, de 28/02/1914.

A Diretora Sybila Haberbeck, que assinava o edital,⁵⁹² lembrava ainda que dos candidatos cuja aparência denunciava uma idade inferior a 6 anos ou superior a 15 anos seriam cobradas as certidões de nascimento. Em tese, o que se destaca desse edital de matrícula na escola pública primária não é a exclusão de gênero nem de classe, mas a exclusão pelo corpo. Meninos e meninas de “notório mau costume”, de corpos não higienizados, marcados pela doença, ou com algumas necessidades especiais teriam o seu pedido de matrícula negado. O termo “repugnante” abria um amplo leque de exclusão, ou seja, as crianças que não correspondessem ao modelo de comportamento e de corpo divulgado e exigido pela escola estavam excluídas daquela instituição que, em teoria, foi pensada para ampliar o acesso à cidadania, ainda que essa fosse um direito exclusivo dos homens, mas como se vê, não de todos os homens. Cidadania era um direito para quem fosse alfabetizado, tivesse um corpo hígido, com condições de prover a própria existência e dos seus familiares.

Ao vetar o acesso de crianças consideradas indisciplinadas ou doentes nos Grupos Escolares, a direção agia em acordo com as máximas e ditos que circulavam na sociedade da época e foram transcritos nos *Livros de Leitura*: “As amígdalas dos maus são contagiosas, pervertem os bons”,⁵⁹³ “dize-me com quem andas, dir-te-ei quem és”; “uma ovelha põe um rebanho a perder”.⁵⁹⁴

⁵⁹² As mesmas exigências figuraram no edital de matrícula do Grupo Lauro Müller, em 1912. Ver: *O Dia*, n. 5047, de 20/02/1912.

⁵⁹³ Marquês de Maricá. In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 34.

⁵⁹⁴ FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1935. p. 14.

Mas não eram somente os Grupos Escolares que excluía. Algumas crianças e seus pais, possivelmente, não se reconheciam naqueles espaços em que a disciplina e a representação de corpo saudável imperavam. Tal afirmação torna-se possível quando lemos um desmentido publicado, em 1913, no jornal *O Dia*, intitulado “O vestuário nos Grupos”. Segundo o articulista, não tinha o menor fundamento a reclamação publicada no jornal *Folha do Comércio* relativa a não poderem as crianças pobres freqüentar os Grupos, por não terem calçados. Na nota informava-se que todas as crianças eram aceitas independentemente de estarem ou “não calçadas, usem este ou aquele vestido”. Argumentava ainda o articulista que também nas cidades de Joinville, Lages e Laguna, era grande o número de crianças que freqüentavam os grupos escolares sem calçados.⁵⁹⁵

A importância que o calçado tinha para a sociedade da época pode ser percebida por um concurso promovido pelo jornal *O Elegante*, que visava premiar “a qual senhorita pertence o mais lindo e moderno sapato” dentre as “gentis conterrâneas” que “footingavam” no jardim da Praça 15, em 1923.⁵⁹⁶ Alguns jornais da época possuíam colunas onde era dado destaque à elegância, ou a falta dela, das moças e rapazes que circulavam pelo centro da cidade. Possivelmente, pessoas com menor poder aquisitivo se sentiam constrangidas em circular na região central da cidade sem calçados ou, no caso dos alunos, de estar junto de outras crianças que podiam se vestir melhor. Esta auto-exclusão, juntamente com outros fatores já mencionados, talvez ajude a entender porque, conforme Paulo de Nóbrega, os Grupos Escolares de Florianópolis apesar de se apresentarem como

⁵⁹⁵ *O Dia*, n. 7272, de 21/09/1913.

⁵⁹⁶ *O Elegante*, n. 07, de 6/5/1923.

uma escola popular, se destinaram na prática, na maioria dos casos, aos filhos das camadas médias em ascensão no período e, em muitos casos, aos filhos das elites.⁵⁹⁷

Apesar de não proibir o acesso de crianças sem calçados, o que se verificou foi que em março de 1917, depois de iniciado o ano letivo, anunciava-se pela imprensa que ainda restavam vagas a serem preenchidas no Grupo Escolar Lauro Müller, tanto nas turmas de meninos quanto nas de meninas. Do total de 351 alunos/as, sobravam 75 vagas.⁵⁹⁸ Se sobravam vagas na escola pública que era referência na qualidade de ensino, o mesmo não ocorria com uma escola criada pela Diocese de Florianópolis e que atendia, prioritariamente, às crianças carentes da cidade. No mesmo mês de março de 1917, o jornal *O Estado* publicava uma nota do diretor da escola São José, fundada em 1915, no bairro da Figueira,⁵⁹⁹ área que concentrava a maioria das indústrias de Florianópolis. A nota agradecia os donativos que permitiam a manutenção da sua escola, bem como a doação de “roupinhas para os pobrezinhos” que a freqüentavam. O diretor lembrava sobre as dificuldades enfrentadas para manter a escola que atendia a 400 crianças, na maioria “como ninguém ignora, são pobres, paupérrimas”.⁶⁰⁰ Provavelmente, as roupinhas e demais donativos distribuídos pela escola significavam mais para uma parcela da população do que a qualidade do ensino oferecida nos Grupos Escolares.

Em 30 de setembro de 1922, o governo estadual equiparou a Escola São José, mantida pela Cúria Diocesana, aos Grupos Escolares Estaduais, passando a denominar-se

⁵⁹⁷ NÓBREGA, Paulo. Op. cit. p. 258.

⁵⁹⁸ *O Dia*, n. 8529, de 17/03/1917.

⁵⁹⁹ O prédio escolar, inaugurado em 15 de junho de 1915, localizava-se na rua Padre Roma, no bairro da Figueira, em Florianópolis, e foi construído pela Cúria Diocesana. “Ao abrir suas portas, a nova instituição escolar tinha a matrícula de 300 alunos, sendo a grande maioria constituída por crianças pobres.” Cf. DALLABRIDA, Norberto. Colméia de virtudes: o Grupo Escolar Diocesano São José e a (re)produção das classes populares. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). Op. cit. p. 282.

⁶⁰⁰ Idem. p. 302.

Grupo Escolar Diocesano São José. A condição de Grupo Escolar passava a permitir que os professores daquela instituição fossem contratados e remunerados pelo Estado e exigia que a mesma adotasse o programa de ensino dos demais Grupos Escolares. Apesar dessas novidades, a Diocese continuou administrando a instituição. Certamente, os alunos do Grupo São José também passaram a receber a *Cartilha* e os *Livros de Leitura* da Série Fontes.

Da mesma forma como para ser aceito nos Grupos Escolares exigia-se um corpo disciplinado e sadio, as representações de corpo divulgadas nos textos dos livros de leitura da Série Fontes também diziam respeito ao que se considerava um corpo “perfeito”. A primeira parte do corpo apresentada às crianças foi a “mão”. Conforme o texto da *Cartilha Popular*, cada dedo tem um nome próprio: o menor chama-se mínimo, o segundo anular, o do meio médio, o quarto é o indicador e o último o polegar. Mas por “brincadeira, falando com as crianças, dão-se aos dedos outros nomes: dedo mindinho, seu vizinho, pai de todos, fura-bolos e mata piolho”. Tão importante quanto a brincadeira era conhecer o nome científico dado às partes do corpo. A importância das mãos foi reforçada no *Segundo Livro de Leitura*, ao lembrar que:

“O homem nasce despido; mas com a indústria de suas mãos faz tecidos, sapatos e vestidos melhores que os que cobrem os animais. O homem não tem unhas aguçadas como o gato e o tigre; não tem dentes fortes como o cão e o lobo; mas com suas mãos fabrica espadas, espingardas e outras armas muito mais terríveis que as garras dos animais ferozes e o veneno das serpentes. Com as mãos levanta castelos e fortalezas para defender-se de seus inimigos, constrói embarcações para atravessar os rios e mares, ergue palácios para morar, e templos para render culto a Deus; faz a terra

produzir toda a sorte de frutos para seu alimento, e a aformoseia com deliciosos jardins para encanto dos olhos”.⁶⁰¹

A importância da mão está intimamente relacionada à capacidade de trabalhar e produzir cultura. Os dedos da mão, continuava o texto, têm uma flexibilidade que lhes permite correr com admirável destreza sobre o teclado de um piano, sobre as cordas de uma harpa ou rabeca, ou os buracos de uma flauta. Além disso, a mão pinta, escreve e “estampa no papel, nos mármore e metais o pensamento rápido e fugaz do homem”. Porém “é mister” que a “mão seja guiada pelo entendimento e que se arme de diferentes instrumentos, e dessa sorte torna ela o homem incomparavelmente superior a todos os animais”.⁶⁰² Por meio da inteligência e da racionalidade o homem se diferencia dos animais, afasta-se do mundo da natureza, produz cultura e controla o seu próprio corpo.

A maioria dos textos que discorriam sobre as partes do corpo se fazia acompanhar de outro que ensinava aos “meninos” as regras de civilidade e urbanidade, evidenciando que a ênfase era para a maneira como os meninos deveriam se comportar tanto em sociedade quanto no espaço urbano. Grande parte dos textos que abordavam temas relativos à civilidade era de autoria de D. Antonio de Macedo Costa.⁶⁰³ Entre os trabalhos publicados por D. Antonio estava o livro intitulado “Compêndio de civilidade cristã: oferecido às

⁶⁰¹ LACERDA, Joaquim Maria de. “Os Braços.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 77 a 78.

⁶⁰² Idem. p. 78

⁶⁰³ D. Antonio de Macedo Costa nasceu na Bahia, a 7 de agosto de 1830. Estudou no seminário da Bahia e concluiu seus estudos na França, em Saint Suplice. Recebeu o grau de doutor em direito canônico em Roma. Foi nomeado Bispo do Pará, em 1861. Suas idéias religiosas o levaram a tomar parte ativa, ao lado do Bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, na chamada Questão Religiosa (1872-1875). Os dois bispos foram presos e condenados a quatro anos de prisão na fortaleza da ilha das Cobras. Em 1875, os preladados foram anistiados. Ao longo de sua vida, D. Antonio de Macedo Costa, escreveu cartas pastorais contra o avanço do protestantismo no Brasil, lutou contra a Maçonaria e defendeu a romanização da Igreja no Brasil. Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 184.

famílias e às escolas brasileiras”.⁶⁰⁴ Os autores de manuais de civilidade, em sua maioria nobres e clérigos, encontram-se, oportunamente, em posição de mediadores para ajustar as regras de distinção social a novas configurações e a novos receptores. O papel das obras normativas é, conforme Maria Teresa Santos Cunha, o de participar da construção de um repertório que postula uma estética de comportamento social. O manual, assim, não é somente fruto de iniciativas individuais. É resultado de uma ação coletiva de pessoas que se apresentam como qualificadas, pela origem social ou por cargos, para avaliar as necessidades dos outros.⁶⁰⁵

No Brasil, desde o século XIX, quando a elite agrária se transferia para as cidades e uma nova burguesia ocupava espaços, numerosos manuais de civilidade e etiqueta foram editados e divulgados. Estes manuais de civilidade, continua Maria Teresa Santos Cunha, eram:

“considerados vetores de sistemas de valores, ferramentas para a consolidação das formas e dos códigos morais e sociais. Eles compunham-se de inúmeros conselhos, regras precisas e orientações de conduta pessoal, moral e social cujo objetivo era transmitir e ensinar atenções e cuidados que cada indivíduo deveria dirigir a si mesmo, no espaço público e privado”.⁶⁰⁶

Os manuais de civilidade, segundo Jane Felipe, traziam inúmeras recomendações às meninas e meninos, mulheres e homens, estabelecendo uma educação bem delimitada a

⁶⁰⁴ COSTA, Antonio de Macedo. *Compendio de civilidade cristã: oferecido às famílias e às escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1941. Esta edição pode ser encontrada na biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

⁶⁰⁵ CUNHA, Maria Teresa Santos. História, Educação e civilidade: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 a 1960. In: *Educação*. Santa Maria, v.30, n.02, p. 126.

⁶⁰⁶ Idem. p. 122 a 123.

partir de determinadas expectativas e distinções de gênero.⁶⁰⁷ Os textos que compõem os livros de leitura em análise apresentam algo em comum com os manuais de civilidade. Dão uma grande visibilidade para aos meninos, sendo estes colocados quase sempre como o centro das atenções, “alvo de preocupação constante, especialmente no que diz respeito à construção da masculinidade”.⁶⁰⁸

No texto “A cabeça”, de autoria de Trindade Coelho,⁶⁰⁹ aprendia-se que esta é coberta de cabelos, que servem para proteger o crânio. Dentro do crânio, que é uma “caixa formada de ossos,” está o cérebro que é o “órgão do pensamento e da inteligência”. Também fazem parte da cabeça a testa, que é recoberta de pele que com o passar do tempo dá lugar às rugas “que não se desfazem”. Na parte inferior da testa ficam as sobrancelhas, que servem “para impedir a caspa de chegar aos olhos”, e também para desviar destes o suor.⁶¹⁰ No texto da pagina seguinte, intitulado “Da cabeça e das orelhas”, aprendia-se que a cabeça deveria ser conservada “direita e naturalmente levantada, sem faze-la andar a roda, como cata-vento, nem traze-la habitualmente pendida para o ombro direito ou esquerdo; baixada para diante ou lançada para trás”. Caso contrário ficava-se a parecer “gente parva, de juízo leve, cabecinha de vento”. Lembrava-se que os “meninos que trazem os ouvidos

⁶⁰⁷ FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre v.25 n.1 jan/jun. 2000. p.116.

⁶⁰⁸ Idem. p. 122.

⁶⁰⁹ Trindade Coelho (José Francisco) nasceu em Morgadouro, Portugal, em 1861 e faleceu em Lisboa, em 1908. Foi escritor, magistrado e político português. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Atuou como jornalista e advogado. Deixou uma obra variada e profunda, distribuída por quatro vertentes: jornalismo, obras de caráter jurídico e histórico, literatura e ficção. Publicou, em 1901, o livro *Cartilha do Povo*; ABC do Povo; para o ensino: 1º, 2º e 3º *Livros de Leitura*; *Elementos de Educação Cívica*; *Pão Nosso ou Leituras Elementares e Enciclopédia para uso do Povo*. Cf. Vários. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XXXII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada. Textos de Trindade Coelho foram reproduzidos também na *Cartilha Moderna ou Leituras Primárias*, de R. Heuer, Casa Editora Rotermund & Co., de São Leopoldo e Cruz Alta, RS, março de 1920. Um exemplar da Cartilha de R. Heuer foi encontrado no acervo de Henrique Fontes. Cf. SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Op. cit. p. 109.

⁶¹⁰ COELHO, Trindade. “A cabeça.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 16.

pouco asseados, ou os limpam com os dedos diante de gente, ou sopram e dão gritos nos ouvidos dos outros” passam por “grosseiros e mal educados”.⁶¹¹

Dos olhos lembrou-se que eram protegidos pelas pálpebras. As pestanas servem “para coar ou quebra a luz forte, impedindo de magoar a vista”. No meio dos olhos fica a menina, que também se chama pupila e serve para dar entrada aos raios da luz. “Se as pupilas se tapassem os raios de luz não podiam penetrar no interior e por isso não víamos”.

O autor não esqueceu de falar da função e das características das córneas, da íris, do branco do olho que chama-se esclerótica. Os olhos, segundo o autor do texto, “servem para ver. Quem não vê é cego. Quem vê pouco é míope ou presbita”.⁶¹² O míope vê melhor ao perto do que ao longe; o presbita vê melhor ao longe do que de perto. As pessoas de idade têm em geral a vista cansada: são presbitas”.⁶¹³ Ou seja, podia-se hierarquizar as pessoas a partir de sua capacidade visual, no topo estariam certamente, as que enxergavam bem e por último os cegos. Mas além de proporcionar a visão, os olhos, lembrava um pequeno poema que seguia ao texto, eram a janela da alma, permitindo que se enxergasse o interior de cada um, pois:

“O coração e os olhos

São dois amigos leais:

Quando o coração está triste,

⁶¹¹ COSTA, Antonio de Macedo. “Da cabeça e das orelhas.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 17.

⁶¹² Presbiopia: distúrbio visual que se observa na velhice, e em que se perde, por baixa de elasticidade e por diminuição da capacidade de acomodação do cristalino, o poder de distinguir, com nitidez, objetos próximos. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1632.

⁶¹³ COELHO, Trindade. *Op. cit.* p. 25 a 26.

Logo os olhos dão sinais”.⁶¹⁴

O texto “Do nariz”, por sua vez, deixando de lado as descrições anatômicas, foi direto às “regras de civilidade” que, segundo o autor, D. Antonio de Macedo Costa, eram várias e bem importantes. A primeira prescrevia que o ato de “assoar-se deve ser feito sempre com um lenço, com todo asseio, volvendo o corpo para o lado, e sem estrondo”. Em segundo lugar, prescrevia, “não conservar o lenço na mão, nem gesticular com ele, nem traze-lo debaixo do braço, nem pô-lo sobre a mesa ou a cadeira, mas dentro da algibeira, que é o seu lugar”. Jamais levar a mão ao nariz, era o terceiro mandamento, ou introduzir o dedo nas fossas nasais. Tal ato representava uma grosseria imperdoável e cabia aos “pais tratar com desvelo” e fazer “evitar isto aos meninos”. Por fim “há de se espirrar sem estrondo e guardando o asseio e modéstia conveniente”.⁶¹⁵

“A boca” foi de tal forma detalhada que era quase impossível uma criança guardar na memória a riqueza de detalhes. Falou-se dos dentes que nos “homens são, pois, ao todo 32, sendo 16 em cada queixada: 4 incisivos, 2 caninos e 10 molares.”⁶¹⁶ Uma criança mais distraída ou zombeteira poderia questionar ao “mestre” quantos seriam os dentes nas mulheres. A higiene bucal ficou registrada na frase: “Devo cuidar dos meus dentes, senão eles apodrecem”. Caso a criança não aprendesse todas as partes que compunham a boca, uma lição deveria ficar gravada: “Dois olhos, duas orelhas, Só a boca não tem par. Quer dizer que é mais prudente ver ouvir que falar”.⁶¹⁷

⁶¹⁴ FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 26.

⁶¹⁵ COSTA, Antonio de Macedo. Op. cit. p. 34.

⁶¹⁶ COELHO, Trindade. Op. cit. p. 38 a 39.

⁶¹⁷ RIBEIRO, Hilário. “A Boca.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935.p. 40.

Era considerado falta de urbanidade e “não fica bem...” assobiar na rua, nos carros, em reuniões públicas, enfim em todos os lugares onde isso pudesse incomodar. Também não se deveria “rir com estrondo” ou gargalhar, pois isso irritaria os nervos e seria uma atitude imprópria de pessoas educadas. Rir constantemente e sem motivo seria sinal de “pouco siso”. Não se deveria manter a boca sempre aberta, pois era o nariz que deveria respirar e não a boca. “É indicio de fraqueza de caráter e até nocivo para os dentes e para o estado geral o mau hábito da boca aberta”.⁶¹⁸

Na lição intitulada “O tronco” aprendia-se que este é ligado à cabeça pelo pescoço. A parte interior deste é a garganta, vulgarmente conhecida como goelas e gorgomilos. Atrás da cabeça fica a nuca. O tronco é a parte mais grossa do corpo, dele fazem parte o ventre, o peito e as costas. “Na formação do peito e das costas entram as costelas. Dentro do tronco ficam os pulmões, o estômago, o fígado, o baço, a bexiga, os rins e os intestinos. A meio das costas passa a espinha, chamada também coluna vertebral”. Esta é formada de vértebras que são furadas e lembram um anel.⁶¹⁹ Após conhecer a parte que dá sustentação ao corpo, os meninos aprendiam sobre a importância de se manter uma “atitude ereta”.

“A atitude natural do homem é de cabeça erguida e sem curvatura dorsal; esta curvatura é prejudicial à respiração e à circulação por comprimir os órgãos delas encarregados, dificultando os seus movimentos; demais, a posição da cabeça alçada e de tronco ereto, é um dos caracteres de nobreza do homem, que só dobra quando vexado por uma falta ou por efeito de um condenável servilismo”.⁶²⁰

⁶¹⁸ FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 66.

⁶¹⁹ COELHO, Trindade. “O tronco.” Op. cit. p. 46.

⁶²⁰ RANGEL, Jose. “A atitude Ereta.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 47.

Para que o homem em idade adulta possuísse uma atitude ereta, continuava o texto, era necessário ter todo o cuidado em “obrigar as crianças a guardarem a posição normal, pois é sabido que os ossos tenros são facilmente flexíveis e podem por hábito da atitude viciosa, adquirir deformidades que se tornam permanentes e incuráveis após a completa ossificação do esqueleto”. Este texto se dirige aos pais e professores dos alunos. Lembra que os exercícios de ginástica sueca são especializados para corrigir determinados defeitos físicos, conseguindo efeitos “surpreendentes”. O professor “consciencioso” quando diante do aluno de cabeça baixa e de espinha curvada deveria exortá-lo: “Ergue-te para que sejas homem! O mundo é dos que olham tudo de frente”.⁶²¹

Esta lição não estava somente nos livros de leitura. Em suas palestra para os/as futuras/os professoras e professores dos Grupos catarinenses, o professor Orestes Guimarães exortava estes no sentido de estarem sempre atentos para corrigir a postura dos alunos em classe. Os/as normalistas que iam observar a prática de ensino no Grupo Lauro Müller deveriam, durante as aulas de “desenho, caligrafia, linguagem escrita (ditado, composição ou redação), apenas corrigir e de modo silencioso a posição viciosa dos alunos”.⁶²² Um corpo indisciplinado era o receptáculo de todos os vícios. Pelo contrário, uma postura ereta, conforme um antigo texto marista mencionado por Guacira Louro, “supõe muito mais do que uma forma de posicionar as costas ou os ombros ao longo do corpo, ela é indicativa de uma retidão de caráter”.⁶²³ O corpo ereto era considerado um sinal de honradez masculina.

⁶²¹ Idem.

⁶²² *O Dia*, n. 6021, de 18/05/1912.

⁶²³ LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 25, n.2, jul/dez 2000, p. 60.

Continuando as leituras dos textos da Série Fontes, aprendia-se que “As pernas e os pés” eram os membros inferiores, que eram assim denominados por oposição aos braços, “que têm o nome de membros superiores”. A perna está presa ao tronco pelo quadril. “Do quadril até ao joelho, chama-se coxa; do joelho até ao tornozelo ou artelho, chama-se perna propriamente dita. Do tornozelo até a extremidade dos dedos, é o pé”. O fêmur, informava o texto, é o maior osso do corpo humano. A perna é constituída de dois ossos: a tibia e o perônio. A rótula é um osso pequeno e arredondado que fica na parte dianteira do joelho. Cada pé tem 5 dedos, e cada dedo tem suas unhas. A parte inferior do pé chama-se planta do pé. A parte superior, peito do pé ou tarso.⁶²⁴ Apesar da minuciosa descrição, nada foi dito sobre como deveriam se portar “os membros inferiores”. Se os textos fossem dirigidos às meninas, certamente, seriam acompanhados por alguma regra referente a como se sentar. Os braços estão ligados ao tronco por dois ossos: a omoplata na parte posterior, e a clavícula na parte anterior. O braço propriamente dito é formado de três partes: braço, o antebraço e mão.⁶²⁵ Já foi descrita acima a importância conferida em outros textos à mão. Dos braços resta ainda dizer que “não é permitido agita-los demais, quando se anda, nem estende-los sobre a mesa, ou apoiar nela os cotovelos, quando se escuta ou se fala”. Os cotovelos não devem ser utilizados como “arma para abrir caminho por entre um grupo de pessoas”.⁶²⁶ Agir de tal maneira, concluía o autor do texto, é contrário aos bons modos e à urbanidade.

Sobressaía-se, nos livros de leitura do professor Fontes, a imagem de um corpo perfeito, jovem e disciplinado. Cada órgão tinha a sua função e a ausência ou o mau

⁶²⁴ “As pernas e os pés.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 62.

⁶²⁵ LACERDA, Joaquim Maria de. “Os braços”. Op. cit. p. 77.

⁶²⁶ COSTA, D. Antonio de Macedo. “Dos braços”. Op. cit. p. 79.

funcionamento de qualquer uma das partes significava um corpo doente. Esta imagem está também presente num texto de Rita de M. Barreto,⁶²⁷ intitulado “A Rua”. Nele reafirma-se que os meninos “exemplares” eram aqueles como Ernesto, a personagem principal da história, que “no Grupo foi sempre o primeiro aluno da classe. Na rua tinha procedimento irrepreensível. Jamais alguém viu rir-se de um aleijado, deixar de tirar o chapéu às pessoas de idade, ou de ceder a calçada às senhoras e aos velhos”. O caráter bom de Ernesto fica ainda mais evidente quando o mesmo ao dirigir-se ao cinema encontra o sr. Cardoso, “um homem não muito velho, mas com pernas inchadas de reumatismo. Por isso encostava-se a uma bengala, que de repente se lhe escapou da mão e caiu”. Por mais esforços que fizesse, o sr. Cardoso não conseguia pegar sua bengala de volta. “As pessoas que estavam por ali não se incomodaram”. Ernesto, assim que viu a aflição daquele homem doente, “correu em seu auxílio e apanhou-lhe a bengala”. Agradecido, o sr. Cardoso convidou Ernesto para passar um dia em sua chácara e lhe deu uma entrada “permanente num cinematógrafo muito bom e freqüentado, do qual era proprietário”.⁶²⁸

O que se percebe é que, assim como os anúncios de medicamentos tratados no primeiro capítulo, também nos livros escolares valorizava-se o corpo saudável e a velhice estava relacionada à doença. Outra questão que perpassa este e outros textos é a noção de que toda boa ação será de alguma forma recompensada e que toda falta será castigada.

Além de ensinar como um menino deveria se comportar na rua, alguns textos instruíam-no a como se relacionar em sociedade. Nesse sentido alertava-se com freqüência: “fica mal...” interromper uma pessoa que está contando qualquer anedota ou história; cair

⁶²⁷ Rita de M. Barreto, professora primária paulista, autora dos livros de leitura *Corações de Crianças*, que continha uma série de contos morais e cívicos. No seu Terceiro Livro, publicado em 1913, encontram-se os textos “Ordem e Progresso” e “A rua”. Cf. SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Op. cit. p. 91.

⁶²⁸ BARRETO, Rita de M. “A Rua.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 64.

em discussões acaloradas; falar de um único assunto e sobre coisas que não interessam aos outros; fazer trocadilhos de mau gosto ou muito pueris; falar mais alto do que os outros, ou tentar monopolizar a conversa; fazer espírito à custa dos outros ou ridicularizar alguém; ouvir com indiferença ou impaciência o que os outros dizem. E arrematava o texto: “devemos ouvir delicadamente toda a gente, e é este um sinal de boa educação, que é necessário cultivar”.⁶²⁹

Em sociedade deve-se ainda evitar, segundo outro texto, os “defeitos”, como o “espírito de contradição”. Havendo a necessidade de contestar alguém, “deve-se empregar sempre expressões polidas, tais como: permita-me observar-lhe que se engana, que foi mal informado, etc.”; quando se ventila “uma questão, não devem os mancebos emitir a sua opinião”; “gracejar com os superiores, com os iguais é lícito, às vezes gracejar, sem, porém nem de leve ofende-los ou vexa-los”; o tratamento por tu só e dado entre pessoas de grande intimidade, “entre irmãos, parentes, amigos de infância, etc.; não se devem, pois, tratar por tu os criados e os subordinados”; não se deve fumar em sociedade onde os mais não o fazem; quando se recebe dinheiro “não é bom contá-lo na presença de quem o dá, exceto no comércio. A pessoa que o entrega é que cumpre instar com a outra para que haja de o contar”.⁶³⁰ Além de ensinar a como bem se comportar em sociedade, aprendia-se a respeitar as hierarquias sociais e a não contestá-las.

Os gestos de civilidade e urbanidade estavam intimamente associados à higiene. Além de perfeito e disciplinado, o corpo masculino tinha que ser saudável e asseado. Entre os preceitos básico de higiene estava o cuidado com a limpeza das mãos devendo “o

⁶²⁹ “Fica mal...” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 76.

⁶³⁰ LACERDA, Joaquim Maria de. “Defeitos que se deve evitar na sociedade.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p.95 a 96.

menino trazer sempre as mãos e as unhas muito limpas”.⁶³¹ As mãos e unhas sujas eram vistas como uma fonte de transmissão de doenças. No *Segundo* e no *Terceiro Livro de Leitura*, respectivamente, encontramos os textos intitulados “Noções de Higiene” e “Preceitos higiênicos”, o primeiro assinado por Abílio César Borges,⁶³² e o segundo indicado simplesmente como “extraído”. Visando apresentar aos alunos/as diversos modelos de texto, as “noções” foram escritas na forma de prosa e os preceitos em versos. Fica a impressão, devido à proximidade do conteúdo, que o texto de Abílio César Borges foi reescrito, com alguns acréscimos, na forma de poema. Além da lição de diferentes técnicas textuais, fixavam-se os cuidados com a higiene, cujo objetivo:

“é conservar a saúde
 Que a higiene tem por fim
 Ser ela grande virtude
 Afirmam todos enfim.
 E assim é: chegam a velhos,
 Vivem sãos e são perfeitos
 Os que atendem seus conselhos,
 Os que seguem os seus preceitos”.⁶³³

Seguir os preceitos da higiene era a garantia de uma longevidade e de uma velhice sã. Entre os conselhos indicados estava o cuidado com a alimentação. Deveria-se comer a horas certas, somente quando pudesse o estômago digerir sem custo, “eis a primeira das condições para a saúde e o vigor do corpo”. Os meninos gulosos, “que vivem sempre a

⁶³¹ FONTES, Henrique da Silva. *Cartilha Popular*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1948. p. 43.

⁶³² Abílio Cesar Borges, Barão de Macahubas, natural da Bahia (1824 – 1891). Foi educador, médico, diretor e fundador do Ginásio Baiano, em 1858, e do Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, em 1871. Cf. COUTINHO, Afrânio & SOUZA, Galante Op. cit. p. 335.

⁶³³ “Preceitos Higiênicos.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 23.

comer tudo quanto encontram, frutas, doces e gulodices, fora das horas próprias das refeições,” estragam as forças do estômago e ficam pançudos, sofrem de desarranjos intestinais, perdem a cor, tornam-se feios, fracos, doentes e portanto infelizes. Entre uma e outra refeição dever-se-ia observar um prazo de três, quatro ou seis horas, conforme a abundância e suculência da anterior.⁶³⁴ Os excessos provocariam doenças e o corpo tornar-se-ia saudável pelo exercício da moderação. A saúde era resultado do bom funcionamento do estômago e intestino e estes para bem desenvolver suas funções dependiam de uma disciplina alimentar. A falta de moderação inscrevia-se no corpo através do desenvolvimento da “pança”, da feiúra e da fraqueza. Ter barriga passava a ser percebido como um sinal de desleixo.

Para a manutenção da saúde do corpo era necessária também uma atenção especial para com o asseio tanto do corpo quanto dos trajes. A limpeza “além de ser uma necessidade social, a fim de se não tornar uma pessoa desagradável, e mesmo incômoda àqueles com quem trata, é de grande importância para a conservação da saúde”. Um “provérbio inglês” lembrava que o “asseio é a elegância do pobre”,⁶³⁵ o que parece ter sido traduzido para o ditado que até hoje circula: “pobre, mas limpinho”. O uso freqüente de banhos tornava-se necessário, pois, sendo a transpiração cutânea uma função essencial para a saúde do corpo, todas as vezes que os poros se achassem obstruídos pela gordura que a mesma pele produz, pela poeira e outros corpos estranhos, a transpiração seria prejudicada e logo padeceria a saúde.⁶³⁶

⁶³⁴ BORGES, Abílio César. “Noções de higiene.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 113 a 116.

⁶³⁵ FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 59.

⁶³⁶ BORGES, Abílio César. “Noções de Higiene”. In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 114.

Como escreveu Maria Stephanou, é interessante observar a associação que é produzida entre urbanidade ou civilidade com os pressupostos de higiene e saúde. “Saúde implica em condutas polidas, asseadas, cuidadosas, prescritas. A civilidade assegura a saúde, pois as pessoas não devem andar sujas, observar a higiene alimentar e não se empanturrar, observar a higiene da boca e dos olhos e manter distância das relações promíscuas”.⁶³⁷

Dirigindo-se diretamente aos leitores, continuava o texto de Abílio César Borges afirmando que “vós todos sabeis quanto desagrado causa a companhia de pessoas desleixadas, que não guardam asseio em seus vestidos, conservam as unhas grandes e sujas, os dentes cheios de limo e de fragmentos de comida, que, aí apodrecendo, comunicam à boca um cheiro insuportável”. O que dizer dos que “não lavam convenientemente os rostos, deixam orelhas e o pescoço no mais censurável desasseio? E aquelas que, por preguiça de se pentearem, deixam os bichos se lhes incem as cabeças?!”.⁶³⁸ Este tipo de linguagem crua e direta foi se tornando incomum ao longo do período em estudo, em que se passou a valorizar o tema da limpeza pessoal. Percebe-se a emergência de um certo pudor e uma reticência, nos escritos da imprensa em geral, em falar sobre questões que remetessem a imagens ou odores nauseabundos. Ou seja, instituía-se aquilo que Alain Corbin denominou, para a França do século XVIII, uma nova sensibilidade olfativa, surgida com o desenvolvimento de uma intolerância para com os odores excrementais.⁶³⁹ A mesma intolerância pode ser percebida, no início do século XX, para com as imagens que remetiam

⁶³⁷ STEPHANOU, Maria. Op. cit. p. 326.

⁶³⁸ BORGES, Abílio César. “Noções de Higiene” Op. cit. p. 114.

⁶³⁹ CORBIN, Alain: *Saberes e odores. O olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987. p. 97.

para a doença, a sujeira e a decrepitude do corpo. Apesar disso, no Livro de Leituras, se fez uso dessas imagens.

O processo de urbanização tornava as pessoas fisicamente mais próximas, fazendo com que os odores corporais, notadamente o mau hálito, se tornassem intoleráveis por parte de uma parcela da população que buscava se distinguir pelo cuidado com o corpo. Talvez isso explique a grande quantidade de anúncios, publicados nos jornais locais, de produtos e serviços voltados para a saúde bucal.⁶⁴⁰ O dono da Farmácia Central garantia a todos a higiene da boca com o uso contínuo de Dentolina e do Pó Dentifrício.⁶⁴¹ Em 1911, ao molde dos clubes de ternos e chapéus de sol, citados no primeiro capítulo, criou-se em Florianópolis uma cooperativa dentária visando tornar mais acessível à população o tratamento dentário.⁶⁴² Havia ainda quem oferecesse o uso da eletricidade no tratamento dos dentes.⁶⁴³ As Pastilhas Valda prometiam destruir os micróbios da garganta⁶⁴⁴ e manter a boa saúde.⁶⁴⁵ Contra a dor de dente, o laboratório Bayer oferecia os comprimidos de Aspirina.⁶⁴⁶ O fabricante do creme dental Odol prometia, além da higiene da boca, dentes alvos e brilhantes.⁶⁴⁷ A concorrente Kolinos não ficava atrás e garantia acabar com as dores de dente, cáries e infecção da gengiva.⁶⁴⁸

⁶⁴⁰ Os dentistas que residiam em Desterro, ao que tudo indica, não tinham uma clientela muito numerosa. Houve mesmo quem sentisse a necessidade de ampliar o ramo de atividade. Em 1856, um dentista de nome Medeiros anunciava que havia mudado de residência, da rua do Príncipe para a Rua Áurea, mais conhecida como dos Ilhéus. No novo endereço, informava que continuava “a exercer todas as funções concernentes a sua arte. Tira dentes, bota-os minerais, limpa e chumba com ouro, platina e prata.” Além disso, avisava que galvanizava qualquer outro tipo de metal, castiçais, salvas, tinteiros, relógios, caixas de rapé, entre outros objetos metálicos. Ver: *O Argos*, n. 74, de 19/09/1856.

⁶⁴¹ *O Dia*, n. 2043, de 18/12/1907.

⁶⁴² *O Dia*, n. 4790, de 1/4/1911.

⁶⁴³ *O Estado*, n. 03, de 16/05/1915.

⁶⁴⁴ *O Dia*, n. 7533, de 06/06/1914.

⁶⁴⁵ *O Dia*, n. 7540, de 14/06/1914.

⁶⁴⁶ *O Dia*, n. 8039, de 24/07/1915.

⁶⁴⁷ *O Estado*, n. 4718, de 20/06/1929.

⁶⁴⁸ *O Estado*, n. 4775, de 28/08/1929.

Nos anos 1920, algumas atrizes de cinema norte-americano passaram a estampar seus sorrisos nos anúncios de creme dental. A “estrela” Dorothy MacKaill, da *First National*, ensinava aos leitores do jornal *O Estado* o segredo da beleza de seu sorriso e comentava: “Eu conservo os meus dentes belos e são escovando-os duas vezes por dia com o creme Dental Kolinos. Nenhum outro me serve”.⁶⁴⁹ A prescrição de se escovar os dentes “duas vezes ao dia” remete para a historicidade desta prática.

Cuidar dos dentes era, segundo alguns anunciantes, cuidar da saúde e nisto eles estavam de acordo com as prescrições presentes no texto de Abílio César Borges. Para este autor, a saúde do corpo dependia também de outras “precauções diversas” tais como: conservar os pés sempre quentes; não enxugar sobre o corpo roupas molhadas; não se expor desnecessariamente à ação do sol ardente, da chuva, do vento, ou do sereno; não empreender trabalho algum sério de espírito, nem fazer exercícios algum violento, logo depois das refeições”.⁶⁵⁰

Os cuidados com a higiene além de promoverem a saúde do corpo proporcionariam a saúde moral. Tais idéias ficam evidentes em pequenas frases escritas no rodapé das páginas do *Terceiro Livro de Leituras*. Uma delas de autoria de Rui Barbosa,⁶⁵¹ dizia: “A higiene do corpo e a higiene da alma são inseparáveis”.⁶⁵² Outra, de autoria de Teleffe Borooks, apregoava: “o cuidado do corpo e o cuidado da alma não são dois deveres, são

⁶⁴⁹ *O Estado*, n. 3457, de 16/12/1925.

⁶⁵⁰ BORGES, Abílio César. “Noções de Higiene”. Op. cit. p. 116.

⁶⁵¹ Rui Barbosa (1849 – 1923), político, escritor e jornalista. Ainda no Brasil Império teve destacada vida parlamentar. Foi candidato à presidência da República, em 1919. Rui Barbosa traduziu para o português, em 1886, um manual intitulado *Primeiras Lições de coisas – manual de ensino elementar para uso dos pais e professores*, que passou a fazer parte das bibliotecas das escolas normais de todo o país, inclusive da biblioteca da Escola Normal Catarinense, por sugestão de Orestes Guimarães. Cf. TELVE, Gladys Mary Ghizoni. Op. cit. p. 233.

⁶⁵² BARBOSA, Rui. In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 88.

duas partes do mesmo dever”.⁶⁵³ O pensamento desses autores estava em consonância com o que apregoavam os médicos da época em estudo. Para estes, o objeto da higiene consistia na proteção e generalização da saúde física, moral e mental.⁶⁵⁴

4.4. O trabalho como símbolo de cidadania e de higiene do corpo

“Considero as plantas, os pássaros, as formigas, as aranhas, as abelhas: todos desempenham sua função própria e contribuem para a harmonia do mundo. E eu, eu me recuso a executar a missão de um homem? Não corro a fazer aquilo que a minha própria natureza reclama?”

O trabalho, lei universal. Marco Aurélio
*Quarto Livro de
Leitura – Série Fontes*

Através dos Livros da Série Fontes os meninos aprendiam que o trabalho fazia parte da natureza masculina e que era somente através dele que um homem se tornava “útil”. Em um texto não assinado do *Primeiro Livro de Leitura*, intitulado “O trabalho”, chamava-se a atenção dos “meninos” para o fato de que “os homens trabalham”. Dentre estes, “uns são lavradores, outros ferreiros, outros carpinteiros, sapateiros, negociantes, médicos, professores, soldados. E em muitos outros serviços se ocupam os homens”. Mas não eram somente os homens que trabalhavam. Enganavam-se os meninos e meninas que pensassem que ao virar a página do livro de leitura iriam encontrar a descrição de trabalhos

⁶⁵³ BOROOKS, Teleffe. In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 99.

⁶⁵⁴ STEPHANOÛ, Maria. Op. cit. p. 120.

desenvolvidos pelas mulheres. Na página seguinte dizia-se que “a abelha e a formiga trabalham sem parar”. Além destas, as plantas trabalham e nos dão comida, roupas, casa e muitas outras coisas; o sol, o vento, o mar, os rios e as nuvens também trabalham. Após demonstrar que o trabalho era realizado tanto pelos homens quanto pelos elementos da natureza, exortava-se: “trabalha também tu, meu menino! Só pelo trabalho poderás aprender, só pelo trabalho te prepararás para ser um homem útil”.⁶⁵⁵ Apesar do trabalho feminino, como aquele desenvolvido por donas de casa, lavadeiras, operárias, funcionárias públicas,⁶⁵⁶ dentistas,⁶⁵⁷ cabeleireiras, não ser estranho ao cotidiano das crianças que liam estes textos, “útil” era somente o trabalho dos homens.

O trabalho infantil não era um problema para a sociedade da época.⁶⁵⁸ Pelo contrário, os textos contidos nos livros da Série Fontes incentivavam as crianças a trabalharem. Numa fábula ambientada na Idade Média, intitulada “O trabalho”, assinada por C. W. Armstrong, narrava-se a história de um lavrador italiano chamado Cresini. Este homem era invejado pelo motivo de ter prosperado graças ao fruto de seu trabalho honesto.

Na Idade Média, informava o autor, “quando se acreditava na mágica, acusava-se, às vezes, esses homens de feitiçaria”. As colheitas fartas proporcionadas pelas terras de Cresini despertaram a inveja dos vizinhos, que o acusaram de feitiçaria. Levado diante do juiz, o lavrador chamou como testemunhas os filhos, “rapazes fortes e corados,

⁶⁵⁵ “O Trabalho.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945. p.5 a 6.

⁶⁵⁶ O jornal *República*, em 1920, anunciava que as “senhoritas Etelvina Cabral e Isolina Paiva foram nomeadas respectivamente para exercerem os cargos de datilografas de segunda e terceira classe da Diretoria do Interior e Justiça.” Cf. *República*, n. 372, de 01/01/1920.

⁶⁵⁷ Em 1920 a Cirurgiã-Dentista Maria Passerino comunicava à sua “distinta clientela que transferiu o seu gabinete dentário para a rua Arcipreste Paiva n. 7, junto ao Telegrafo Nacional.” Ver: *República*, n. 659, de 23/12/1920.

⁶⁵⁸ Apesar de serem raros os anúncios de emprego na imprensa de Florianópolis, é possível encontrar alguns anúncios de trabalho para “meninos”. Ver: *O Dia*, n. 52, de 05/03/1901 e *O Estado*, n. 2593, de 12/02/1923.

apresentando-os ao juiz; mostrou-lhe também o seu arado e os dois bois fortes que o puxavam”. Dirigindo-se ao magistrado falou em sua defesa:

“São estas as minhas testemunhas - disse ele. Estes meninos arrancam as más ervas em meu sítio. Eu ponho estrume para fertilizar o solo. Conservo limpo e em bom estado o arado e a ferramenta, como V. Excelência vê. Alimento bem o meu gado para que seja forte. Trabalho eu também, de manhã cedo até de noite, quer faça sol ardente que caia chuva. É só esta a magia que emprego; e meus vizinhos teriam resultados iguais, se tivessem o mesmo amor pelo trabalho”.

O juiz achou que Cresini tinha falado bem e deu-lhe razão absolvendo-o”.⁶⁵⁹

Na vida nada se conquistava sem esforço e trabalho e isto também as meninas deveriam aprender. Num texto intitulado “Necessidade do trabalho”, uma menina, chamada Mariazinha, encontrava uma noz. “Ela tinha ouvido dizer que as nozes eram muito gostosas e por isso levou-a a boca. Mas achou-a tão dura que pensou em pô-la fora. Augusto, irmão mais velho da menina, tomou-lhe a noz e disse: “Olha, Mariazinha, sem um pouco de trabalho, não se pode conseguir nada; é preciso não desanimar logo no começo”. Após quebrar a noz, Augusto entregou para a irmã a amêndoa e acariciando-a disse: “Vês, minha irmã? Tudo na vida é assim. Nada se pode conseguir sem esforço nem trabalho”.⁶⁶⁰ Uma mensagem que fica implícita neste texto, reforçando a idéia presente nos textos anteriores, é a de que trabalho era descrito como coisa de homem pois demandava esforço físico e este era incompatível com a imagem da mulher frágil divulgada no período em estudo.

⁶⁵⁹AMSTRONG, C. W. “O Trabalho”. In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 50.

⁶⁶⁰ “Necessidade do trabalho.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p. 12 a 13.

Apesar desta imagem, muitas Marias, Rosas, Olgas e tantas outras, foram à luta. Discorrendo sobre a história de Desterro/Florianópolis, Joana Maria Pedro nos fala que a presença de mulheres das camadas populares nas ruas do centro urbano da capital catarinense, no final do século XIX e início do XX, improvisando inúmeras formas de sobrevivência, foi mal suportada pela elite local. Esta tinha a restrição das mulheres na esfera íntima familiar como referência principal para as famílias consideradas distintas. Joana Pedro chama atenção para o fato dos historiadores/as catarinenses, que até o final da década de 1980 haviam se detido no período em estudo, terem ignorado a presença das mulheres nas atividades econômicas, políticas e sociais de Florianópolis. Muitas mulheres, continua a autora, contribuíram, com seu trabalho cotidiano, para o enriquecimento da elite e desempenharam inúmeras funções necessárias à urbanização que se processava. Além disso, laboraram para a manutenção do grupo familiar. Estas rompiam com os papéis prescritivos, de esposa, mãe e dona de casa, divulgados na imprensa. Os documentos coligidos por Joana Pedro dão visibilidade às mulheres em múltiplas atividades como a venda de peixe, a pequena agricultura de subsistência, o trabalho nos teares domésticos ou da fábrica de bordados Hoepcke; como parteiras, enfermeiras e professoras entre tantas outras atividades. Porém, quando homens e mulheres trabalhavam numa mesma atividade, elas recebiam salários inferiores aos dos homens.⁶⁶¹

Apesar dessa marcante presença feminina no mundo do trabalho, eram aos trabalhadores, segundo um texto da *Série Fontes*, que “somos devedores” pela nossa casa, nossas roupas, os alimentos e as bebidas. O caminho por onde andamos, o teto sob o qual dormimos, a cadeira em que nos assentamos, tudo isso, lembrava um texto de C. Wagner, devemos aos que trabalham. “Não há, em uma grande cidade, um metro quadrado que não

⁶⁶¹ PEDRO, Joana Maria. 1994. Op. cit. p. 115 a 162.

seja ocupado por algum fruto do labor humano”.⁶⁶² E o trabalho poderia ser tanto resultado da atividade física quanto mental. A ele estavam associados o progresso e a civilização.

“Se sabemos alguma coisa, é aos laboriosos que o devemos. Se possuímos algumas idéias justas e boas, é aos pensadores, aos pesquisadores que cabe toda a honra. Todos os progressos são devidos ao trabalho. Sem ele, os homens estariam ao nível dos brutos, e dos brutos que não trabalham, porque muitos deles são admiráveis exemplos de labor e de habilidade, como as abelhas e as formigas”.⁶⁶³

Possivelmente, para este autor, as mulheres estavam no mesmo nível dos brutos, como as abelhas e as formigas, que eram “admiráveis exemplos de labor e habilidade”. Tanto neste texto, como em outros aqui analisados, o termo genérico “seres humanos” era empregado como sinônimo de “homens”. Através do trabalho o homem se civilizaria, proveria as necessidades materiais e alcançaria a saúde física. A representação do trabalho como fonte de saúde estava presente em um adágio de autoria de W. Penn, reproduzido no *Terceiro Livro de Leitura*. O texto conclamava: “ama o trabalho; se não precisas dele para o teu sustento, poderás necessitar dele para a tua saúde”.⁶⁶⁴ Era através do trabalho que o homem, desde menino, se tornava útil à sociedade e à pátria. Nossa pátria, afirmava o primeiro texto do *Segundo Livro de Leitura*, é o Brasil. “Todos devemos amá-lo e procurar servi-lo e engrandece-lo. Os meninos devem também mostrar-lhe seu amor; devem também

⁶⁶² WAGNER, C. “O que devemos aos que trabalham.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 80.

⁶⁶³ Idem.

⁶⁶⁴ PENN, W. In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p.61.

trabalhar pela grandeza da Pátria”. Os meninos estudiosos, obedientes, leais e cuidadosos de suas obrigações, concluía o texto, seriam depois excelentes cidadãos.⁶⁶⁵

O reverso do cidadão era o ocioso. Este “é como um relógio sem ponteiros; quer trabalhe, quer esteja parado, é sempre inútil”.⁶⁶⁶ Conforme o “hino do trabalho”, o ocioso estava sujeito à indignação, ao crime e ao pecado:

“No regaço do luxo a opulência
Os cansaços do ócio maldiz:
Entre as lides sorri a indignação,
Com o pão negro se julga feliz

Trabalhai, meus irmãos, que o trabalho
É riqueza, é virtude, é vigor,
Dentre a orquestra da serra e do malho
Brotam vida, cidades e amor.

Deus, impondo o pecado a fadiga,
Te na pena sorriu paternal;
O que vence a preguiça inimiga
Reconquista o Éden terrenal.

O que vive na inércia aborrida
Não somente é de irmão roubador
É suicida; é mais vil que o suicida,
É suicida a quem falta o valor.

Caia o opróbrio no vil ocioso,

⁶⁶⁵“Nossa Pátria.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. p.7.

⁶⁶⁶ [?]. In: FONTES, Henrique da Silva. *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 79.

Que deserda o presente e o porvir!
 Só a noite compete repouso!
 Só aos mortos o eterno dormir.

Mar e terra, Ar e Céu tudo lida,
 Deus a todos deu luz e pôs mãos:
 Lei suprema, o trabalho é a vida;
 Trabalhar! Trabalhar! Meu irmão!⁶⁶⁷

Estão presentes neste poema preceitos de uma moral religiosa cristã, pois como convém lembrar, o ócio era combatido pela Igreja Católica como um dos sete pecados capitais. Portanto, não se deveria confundir o ócio com o descanso. O trabalho apresentava-se como fonte de regeneração física e espiritual. Assim como os órgãos do corpo necessitam de moderação para bem desempenharem as suas funções, o trabalho moderado, “quer do corpo quer do espírito, concorre muito poderosamente para a conservação da saúde”.⁶⁶⁸ Nesse sentido, o sono “é absolutamente necessário ao corpo, como restaurador das forças abatidas pelo trabalho do dia”, sendo prejudicial à saúde quando ultrapassar o necessário. “Aos meninos e velhos bastam 9 horas de cama, aos moços 8 e aos adultos 7”.⁶⁶⁹ Percebe-se que a moderação deveria reger todas as ações dos indivíduos.

Os livros de leituras da Série Fontes divulgaram uma representação positiva do trabalho, na qual este fazia parte da natureza masculina, contribuindo para higiene do corpo, possibilitando o progresso material e espiritual dos homens e da nação. O trabalho era uma forma de demonstração do patriotismo. No *Quarto Livro* da Série Fontes,

⁶⁶⁷ CASTILHO, A. F. de. In: FONTES, Henrique da Silva. *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930. p. 109.

⁶⁶⁸ BORGES, Abílio César. Op. cit. p. 113 a 116.

⁶⁶⁹ Idem.

publicado em maio de 1930, além destas representações, o autor selecionou um texto em que se valorizava o trabalhador nacional. Este, como vimos em outras partes deste trabalho, era representado como indolente, devido tanto às doenças que o tornavam inapto para o trabalho quanto à degeneração física provocada por seu modo de vida. Um texto intitulado “Apelo à mocidade”, de Pedro Lessa,⁶⁷⁰ desconstruiu aquela representação do trabalhador nacional, alertando:

“meus jovens compatriotas, não deis nunca ouvidos a esses impostores, que, talvez para inculcarem a própria e não demonstrada superioridade, vivem a propalar a incapacidade dos brasileiros para o progresso e para a civilização, porque descendem de raças inferiores e condenadas a estéreis agitações, a irremediável estacionamento, ou mesmo à retrogradação e à extinção”.⁶⁷¹

Pedro Lessa, que pertenceu a várias instituições culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, apelou para a história visando demonstrar o quanto a propalada “incapacidade do brasileiro” era falsa. Para refutar, continuava o autor, “triunfantemente esse misto de preconceito e de aleive, é suficiente relembrar alguns fatos da nossa história, e dentre estes duas notáveis e gloriosas campanhas, que nunca deveremos cessar de engrandecer, porque nunca serão demasiadamente celebradas”. Referia-se, o autor, à guerra que “varreu” os holandeses “do território nacional”, no século XVII, na qual:

⁶⁷⁰ Pedro Augusto Carneiro Lessa, nasceu em Serro, MG, 25 de setembro de 1859 e faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1921. Foi professor, advogado, ministro do STF, membro da ABL e de outras agremiações culturais. Cf. COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. Op. cit. vol. II. p. 782.

⁶⁷¹ LESSA, Pedro. “Apelo à mocidade.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930. p. 62 a 63.

“revelamos todas as qualidades das raças superiores, e energia física e moral, a bravura, o espírito de continuidade, a tenacidade, a resistência aos mais demorados sofrimentos, tivemos uma prova admirável do valor da raça dos descobridores e colonizadores do nosso território em Matias de Albuquerque, Luis Barbalho, Vital de Negreiros, como da indígena representada por Camarão, e da negra por Henrique Dias e seu famoso regimento, e nos bravos soldados dirigidos por esses chefes gloriosos”.⁶⁷²

A bravura e a energia física e moral das “três raças” formadoras da nação estiveram presentes ainda, segundo Lessa, “mais de dois séculos depois”, quando “fomos provocados para a maior guerra internacional da América do Sul, e sustentamo-la com raro valor e galhardia durante cinco longos anos”. Durante a guerra contra o Paraguai se sucederam no Brasil o sacrifício de homens e riquezas, “sem um só instante de desfalecimento, de falta de fé, de fraqueza física ou moral”. Naquele momento, “já bem adiantada estava a obra de caldeamento dos elementos etnográficos, de que vai resultando o nosso povo”. Apesar da distância no tempo em que aqueles fatos ocorreram, conclui o autor, “o vigor, a coragem, a tenacidade, a bravura, foram os mesmos das nossas lutas contra as invasões neerlandesas”.⁶⁷³ O autor procura reabilitar as “três raças” consideradas formadoras da nação, a indígena, a portuguesa e a africana. Possivelmente, este também era o objetivo de Henrique Fontes ao escolher este texto para compor o seu *Quarto Livro de Leitura*.

Num texto longo, intitulado “Os grandes índios”, Viriato Corrêa informa que “o século XVI, como nenhum outro da nossa história, foi o século dos grandes índios”. Um dos primeiros “chefes selvagens de que há notícia”, informa o autor, “é aquele que se

⁶⁷² Idem. p. 63.

⁶⁷³ Idem. Ibidem.

chamou Tabyra. Este se aliou a D. Duarte Coelho. O índio coloca-se francamente ao lado dos colonizadores. A bravura dos “índios” se fez presente ainda, lembra o autor, na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.⁶⁷⁴

Uma crônica intitulada “Os Portugueses”, de autoria de Afonso Celso, lembrava a contribuição do povo português na formação desse “colosso – o Brasil”. Conforme o autor, “dá mostra de injustiça e ingratidão o brasileiro que ataca ou deprime Portugal”. Afonso Celso lista ainda a contribuição portuguesa na literatura; a história de luta do povo português pela independência do seu país frente aos invasores estrangeiros e as conquistas na África, Ásia e Oceania. Por todos os lugares onde “fixaram domicílio”, os portugueses “dão belos exemplos de união, patriotismo, amor ao trabalho, filantropia; elevam monumentos à caridade e a instrução. Em parte nenhuma, conclui o autor, “é infecunda a sua passagem”.⁶⁷⁵

Afonso Celso, num texto intitulado “Os negros”, invocava “uma galeria de negros e filhos de negros ilustres” do Brasil. Entre os listados figuram, José Maurício Nunes Garcia, gênio musical e amigo de D. João VI; Marcílio Dias, intrépido marinheiro; André Rebouças, que acompanhou a família imperial em seu exílio; Luiz Gama, ex-escravo que se tornou advogado e um dos próceres do abolicionismo; Justiniano da Rocha e Ferreira Menezes, jornalistas, além de Henriques Dias, que, mesmo com uma das mãos amputada, continuou lutando “por seu Deus e pela sua Pátria!”. Em sua honra, informa o autor, o governo português criou o regimento dos Henriques, corpo de soldados formados por

⁶⁷⁴ CORRÊA, Viriato. “Os grandes índios.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930. p. 73 a 77.

⁶⁷⁵ CELSO, Afonso. “Os portugueses”. In: FONTES, Henrique da Silva. *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930. p.70 a 71.

negros, desprovido de oficiais e cujos soldados não recebiam soldo. “Bastava-lhes a honra de ali servir”.⁶⁷⁶

Aquelas aleivosias referentes ao trabalhador nacional, conforme um texto de Araripe Júnior⁶⁷⁷, encontravam ressonância na escola e nos livros escolares.⁶⁷⁸ Perguntava-se este autor, de que serviria “alimentar a energia individual do aluno, iluminando-lhe a imaginação, enchendo a sua inteligência de inspirações científicas e artísticas, se tudo isso esbarra diante da convicção de que o círculo em que ele vive não o animará, nem com seus esforços, nem compreendendo os seus intuitos?”.⁶⁷⁹ O pessimismo, continua o autor, com relação ao elemento brasileiro, era uma prática cotidiana na escola, “passando dos lábios do mestre e das páginas do livros” para o coração ingênuo das criança. E questionava Araripe Júnior:

“Como é possível que de nossas academias saiam doutores dispostos a concorrer para o engrandecimento desta Pátria, se desde os bancos de primeiras letras só se faz plantar em seu espírito a idéia da inferioridade do caráter nacional, da impotência da raça a que pertencemos, da inutilidade do esforço num meio social condenado pelas leis fatais da história a ser mero campo de exploração de industriais de outras nações?”.⁶⁸⁰

⁶⁷⁶ CELSO, Afonso. “Os Negros.” In: FONTES, Henrique da Silva. *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930. p. 80.

⁶⁷⁷ Araripe Júnior (Tristão de Alencar), nasceu em Fortaleza, em 27 de junho de 1848 e morreu no Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1911. Diplomou-se em Direito no Recife, em 1869. Exerceu cargos públicos em Santa Catarina e Ceará, até fixar-se no Rio de Janeiro, por volta de 1880. Militou na imprensa literária e política, através de intensa atividade intelectual. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Em toda a sua obra está presente a idéia de nacionalização da literatura brasileira. Cf. COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. p. 237 a 238.

⁶⁷⁸ Sobre as representações divulgadas acerca do trabalho e do trabalhador nacional nos livros didáticos de História na Primeira República ver: BITTENCOURT, Circe Maria F. Op. cit. p. 135 a 160.

⁶⁷⁹ Araripe Júnior. “O Pessimismo nas escolas”. In: FONTES, Henrique da Silva. *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930. p. 105 a 106.

⁶⁸⁰ Idem. p. 106.

As representações positivas contidas nestes textos destoavam da forma como o negro, o índio e os elementos de origem açoriana foram divulgados na imprensa de Florianópolis durante o período em estudo. Nos três primeiros volumes da Série Fontes, publicados em 1920, chamava-se a atenção dos meninos para a importância do trabalho, porém sem fazer qualquer alusão à “raça”. Este silêncio dos primeiros livros de leitura, mesmo que o professor Fontes não comungasse da representação da inferioridade das “três raças” formadoras da nação, fazia ecoar nas escolas as constantes referências aos descendentes de açorianos e negros como degenerados. O silêncio em torno da presença do negro no mundo do trabalho e a busca por civilizar o elemento indígena,⁶⁸¹ permitem afirmar que estes, juntamente com o luso-brasileiro, não eram os trabalhadores mais valorizados por uma parcela da elite local.

Certamente, nem todos os professores de Florianópolis compartilhavam da representação positiva sobre o trabalhador nacional divulgada nos livros da Série Fontes, em 1930. Um exemplo do pensamento que representava o negro como inferior ao branco, entre os docentes da cidade, ficou registrado num discurso de um dos pensadores que contribuíram para o fazer político e educacional catarinense, durante a Primeira República, o professor Altino Flores.⁶⁸² Em 1923, a capital catarinense preparou uma série de eventos para registrar o reconhecimento artístico do seu maior poeta, com atividades no teatro,

⁶⁸¹ Sobre as tentativas da elite catarinense em “civilizar” os indígenas do estado através da escola ver: WITTMANN, Luisa Tombini. Entre Giz e a Espada: Educação civilizatória indígena em Blumenau (1904-1914). In: DALLABRIDA, Norberto. Op. cit. 11 a 37.

⁶⁸² Altino Corsino da Silva Flores, 1892-1983. Aos 14 anos participou da redação do semanário *O Estudante* e colaborou no matutino *O Dia*. Foi professor da Escola Normal, Inspetor Escolar, Diretor Geral da Instrução Pública. Atuou como chefe da Casa Civil dos seguintes governadores: Luiz Gallotti, interventor federal no Estado de Santa Catarina, em 1945; Irineu Bornhausen, 1951 a 1956; Jorge Lacerda, 1956, e Heriberto Hülse, 1958 a 1961. Além de fundar e dirigir alguns jornais como *O Estudante*, *O Argo*, *Dun-Dun*, *A Semana* e a revista *Terra*, foi redator do jornal *O Estado* entre 1925 e 1944. Cf. SACHET, Celestino. *A Literatura Catarinense*. Florianópolis: Lunadelli, 1985. p. 78.

flores no busto erigido no jardim Oliveira Belo, publicações de poemas do autor de *Missal* no jornal *O Estado* e artigos enaltecendo a figura de Cruz e Souza,⁶⁸³ entre outras homenagens. Em meio aos artigos publicados no “jornal de maior circulação de Santa Catarina”, figurava uma contribuição do professor Altino Flores. Em seu artigo o autor reverencia a memória do poeta, vítima da miséria advinda da sua condição de poeta e negro.⁶⁸⁴ Mas da pena de Altino Flores não saíram somente elogios. O fato de Cruz e Souza ser negro, observou o professor, influenciou a sua poesia:

“verdade que os sentimentos não tem cor, a não ser tropologicamente falando, mas a sensibilidade tem a sua tábua de valores que a psicologia das raças discrimina e pela qual está provado que a estesia do africano é diminuta e, embora que refine tanto quanto possa, não atingirá o limite médio em que oscila a raça branca (...). A sociedade via nele um negro (...) E Buchner pergunta: Quem não conhece a inferioridade intelectual inata dos negros? (...) A intelectualização de Cruz e Souza é um caso esporádico aqui-raro no meio da chateza intelectual da raça preta. A alteração de sua ‘indiosincrosia’[sic] foi profunda que chegou a transparecer no estilo”.⁶⁸⁵

⁶⁸³ João da Cruz e Souza (Desterro, 24/11/1861 – Sítio, Minas Gerais, 19/03/1898). “Negro sem mescla, filho de mãe liberta e de pai escravo, nasceu no dia de São João da Cruz. Nasce livre, porque a condição materna – o ventre- é que determina a condição civil do filho. Seus pais, os mestre-pedreiro Guilherme da Cruz e sua mãe lavadeira, dona Carolina, são um casal de escravos do coronel Guilherme Xavier de Souza, de quem a criança lhes herda o Souza.” Recebeu as primeiras letras na casa do coronel Guilherme. Frequentou o Ateneu Provincial, entre 1874 e 1875. Cruz e Souza colaborou em jornais de Desterro e em 1885 publicou juntamente com Virgílio Várzea o livro *Tropos e fantasias*. Apesar de atuar como jornalista na capital catarinense, Cruz e Souza jamais foi convidado para solenidades e festas em que era comum a presença da imprensa. Sem encontrar guarida em sua terra natal partiu para o Rio Grande do Sul em busca de emprego. Morreu em 1898, deixando a esposa, Gavita, grávida de seu quarto filho. Do autor foram publicados os livros de poemas, *Missal*, em 1893; *Broquéis*, 1893; *Evocações*, em 1898; *Últimos Sonetos*, Paris, Aillaud e Cia., em 1905. Cf. SACHET, Celestino. Op. cit. p. 59 a 60.

⁶⁸⁴ Sobre as comemorações de 1923 e a presença/ausência da população negra nas escolas catarinenses ver: ROMÃO, Jeruse & CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. Negros e educação em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto. Op. cit. p. 39 a 67.

⁶⁸⁵ *O Estado*, 19 mar. 1923. Apud. ROMÃO, Jeruse & CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. Op. cit. p. 54.

Como se pode depreender do artigo do professor Flores, o negro além de incapaz para o trabalho manual o era também para o trabalho intelectual. Isto era devido à diminuta presença de “estesia”⁶⁸⁶ no elemento africano, que segundo o professor Flores, era incapacitado para a fruição estética e insensível frente ao belo. Se Cruz e Souza era um “caso esporádico arqui-raro”, possivelmente ficava em aberto uma questão. Para que investir na educação do negro? Faltam-nos ainda pesquisas que discorram sobre a presença ou a ausência do negro nas escolas catarinenses no período em estudo. A fala de Altino Flores, todavia, não deixa dúvida quanto à representação que uma parcela da elite, que formulava políticas públicas para a cidade, construía e divulgava acerca da inferioridade do negro.

Como se procurou demonstrar, a escola pública catarinense passou por profundas modificações a partir de 1910. Acompanhando o processo de urbanização que se processava na capital catarinense surgiram os Grupos Escolares como sucedâneos das escolas primárias então existentes no centro da cidade. Os Grupos, apesar de terem sido dotados do que havia de mais moderno em termos de materiais didáticos, móveis escolares e de uma arquitetura onde as concepções de higiene então em voga se fizeram presentes, não deixaram de excluir algumas parcelas da população, tantos os meninos e as meninas mais pobres quanto os/as que apresentassem características físicas que destoassem da representação de corpo disciplinado, saudável e perfeito, valorizada naquela sociedade.

Através dos livros da Série Fontes, os meninos deveriam aprender que desde a escola o homem, futuro cidadão, deveria ser ordeiro, cumpridor de suas obrigações e

⁶⁸⁶ Estesia: sentimento do belo, sensibilidade, sentimento. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit. p. 834.

trabalhador. Deveriam moderar as paixões e nunca demonstrar fragilidade. Os livros do professor Fontes veicularam/reforçaram representações de gênero, corpo e classe que eram sancionados socialmente, mas, ao final do período em estudo, também contribuíram para desconstruir algumas imagens negativas a respeito do trabalhador nacional.

Conclusão

Buscou-se neste trabalho demonstrar, para além das idéias essencialistas, que a masculinidade é uma construção cultural. Parafraseando o célebre enunciado de Simone de Beauvoir, pode-se dizer que o homem não nasce homem, ele se torna homem. Através de uma série de práticas e representações veiculadas na imprensa de Florianópolis, pôde-se evidenciar a divulgação de um modelo de masculinidade hegemônico, durante a Primeira República. Naquele momento de transformações sociais e políticas, a elite republicana apresentava-se para a população, em oposição ao regime deposto, como a única capaz de colocar a capital catarinense no caminho do progresso e da modernidade.

Na avaliação dos gestores da cidade, a emergência do progresso era atravancada por uma série de práticas culturais arraigadas na população. Por isso, não bastava simplesmente transformar o espaço urbano, era preciso também investir nos corpos dos habitantes da capital de Santa Catarina. Notadamente, nos homens da cidade. Os comportamentos masculinos passaram então a ser alvo de toda uma série de ingerências visando adequá-los à nova realidade social e urbana que se buscava implementar.

Ser homem, durante o período estudado, envolvia a condução da vida privada de maneira a prezar a higiene, o controle dos impulsos sexuais e da violência física, cuidar da saúde e da aparência do corpo, entre outras exigências. A presente pesquisa procurou, justamente, focalizar as tentativas de intervenção e construção de uma masculinidade formada na esfera privada, na intimidade dos homens, mas que visava o espaço público.

Sobressaiu-se, na imprensa de Florianópolis, uma representação de corpo masculino branco, jovem, forte e saudável. A constituição de um corpo sadio e robusto dependia tanto de uma boa nutrição quanto da distribuição dos nutrientes pelo organismo. O corpo sadio aparecia como sendo resultado da capacidade de fazer circular os nutrientes, alimentando todos os órgãos, e eliminando os resíduos que não seriam aproveitados. A doença e as marcas que elas deixavam pelo corpo seriam um sinal externo de que o mesmo não estava desempenhado bem as suas funções. Para vencer a indolência do organismo, o mercado farmacêutico oferecia, através dos anúncios publicitários, uma série de medicamentos.

Além de medicar, também os exercícios físicos eram preconizados como auxiliares do desenvolvimento de um corpo forte e sadio. Os exercícios atuavam como um agente de higiene favorecendo a virilização e o aperfeiçoamento da raça. Tais medidas, segundo as representações da época, eram indispensáveis para que o homem desempenhasse, através do trabalho, o seu papel de provedor da família e contribuísse para o desenvolvimento econômico da sua cidade e de seu país.

A antítese do homem saudável era a velhice. O homem doente passou a ser descrito como velho, indolente e inútil, pois não tinha condições de trabalhar e com isso corresponder ao modelo de masculinidade valorizado socialmente. A falta de virilidade era considerada uma doença que precisava ser combatida. Os homens que quisessem ascender economicamente e ser reconhecidos como honrados tinham que cuidar do corpo.

A impotência sexual tornava um homem inferior aos outros. Tão importante quanto demonstrar potência sexual era torná-la regrada. Prescrevia-se o casamento como forma do homem produzir filhos saudáveis garantindo futuros cidadãos para a pátria. A moderação deveria nortear os comportamentos masculinos em todas as situações. O homem moderado seria capaz de fazer uso do livre arbítrio, controlando seus sentimentos, desejos e ações de

qualquer natureza. Através do uso da razão o homem teria condições de agir contra os impulsos “naturais”, tanto na esfera da vida privada quanto na esfera pública. O controle das emoções passava a ser mais uma marca de distinção social.

As representações que valorizavam o homem branco, jovem, saudável e forte, e que compunham o que se definiu como modelo hegemônico, além de buscar instruir os comportamentos masculinos em geral, serviram também como parâmetro para julgar e desqualificar os homens que delas se distanciavam. A elite masculina da cidade buscava se aproximar do modelo hegemônico visando ser reconhecida como portadora de um capital simbólico que a tornava apta a gerir e comandar os destinos da cidade, com base em seus interesses. Mas para a maioria da população masculina, preocupada em garantir as condições mínimas de sobrevivência, eram outras as referências de masculinidade e que certamente eram permeadas por elementos presentes no modelo hegemônico.

Conforme a filósofa Francesa Elisabeth Badinter,⁶⁸⁷ se a masculinidade se ensina e se constrói, não há dúvida que ela pode mudar. O que se construiu pode ser demolido para ser novamente construído. Portanto, tão importante quanto demonstrar que a masculinidade é uma construção cultural é conhecer e denunciar as estratégias e os mecanismos, conscientes ou inconscientes, de imposição das desigualdades de gênero, que sempre levam em conta a idade, a cor, e a classe social, para assim divulgar novas referências em que se sobressaíam as demonstrações de afeto, o cuidado e a atenção para com o próximo, a solidariedade, entre tantos outros valores positivos que podem ajudar no surgimento de uma sociedade melhor.

⁶⁸⁷ BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 29.

Fontes

1. Jornais – Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

O Argos, 1856
Correio do Povo, 1904-1906
O Dia, 1901-1918
A Época, 1910-1911
O Elegante, 1923
O Estado, 1892-1902; 1915-1930
Folha do Comércio, 1909-1915
Folha Nova, 1926-1930
Gazeta Catarinense, 1908-1910
O Imparcial, 1915
Jornal do Curso Prático de Comércio
O Miliciano, 1927
A Opinião, 1915-1918
Oriente, 1914
Regeneração, 1900
República, 1889-1902; 1918-1930
A Tribuna, 1915
A Vida, 1904

2. Revistas – Biblioteca Pública de Santa Catarina

Revista Ilustrada. 1919 a 1920
Boletim Comercial. 1918 a 1920
Revista Phenix. 1916
Revista Terra. 1920
Anuário Barriga Verde. 1920 a 1921
Almanaque de Força Pública. 1927

3. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado – 1899/1901.

Ofícios do Chefe de Polícia para Secretário Geral dos Negócios do Estado – 1902 a 1918 (29volumes).

4. Livros da Série Fontes

FONTES, Henrique da Silva. *Cartilha Popular*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1948.

-----, *Primeiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Central, 1945.

-----, *Segundo Livro de Leitura*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

-----, *Terceiro Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929.

-----, *Quarto Livro de Leitura*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1930.

5. Obras literárias, ensaios e memórias

BARBOSA, Renato. *O garoto e a cidade (Florianópolis dos anos 20)*. Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social do Estado de Santa Catarina, 1979.

D'Eça, Othon. *Vindita Braba*. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.

MIRA, Crispim. *Terra Catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1920.

PEREIRA, Francisco José. *As duas mortes de Crispim Mira*. Florianópolis: Lunardelli; FCC, 1992.

PIRES, Horácio Nunes. *D. João de Jaqueta*. Porto Alegre: Movimento, 1984.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina. A Ilha*. (1 edição 1900) Florianópolis: Lunardelli, 3ª ed., 1985.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes; a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- AFONSO, Sonia. *Urbanização de encostas. A ocupação do Morro da Cruz*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade de São Paulo.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América Portuguesa. In: VENÂNCIO, Renato Pinto & CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na História do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005. p. 71 a 92.
- ALMEIDA, Miguel Vale. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Ed. Fim de Século, 1995.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- ARIÉS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense. Da guerra aos “Fanáticos” do Contestado à opção pelos pequenos*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BADINTER, Elisabeth. *XY Sobre a Identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.

- BARRETO, Cristiane Manique. Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas da república. In: RAMPINELLI, Waldir José. (org.) *História e Poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 163 a 182.
- BASTO JUNIOR, Edmundo José de. *No tempo do Coronel Lopes...* Florianópolis: FCC, 1981.
- BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado. In: CASTRO, Celso (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Catálogo de Jornais Catarinenses 1850 – 1989*. Florianópolis: FCC, 1990.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Vol. I. Brasília: Ed. da UnB, 1995.
- BOIA, Lucien. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les BellesLettres, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- , *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRANCHER, Ana & AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no Século XX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades: um percurso: In: FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. I Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- , *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. 2 Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CALLADO Junior, Martinho. Imprensa Catarinense: resumo histórico (1831-1969). In: EL-KHATIB, Faisal (Org.). *História de Santa Catarina*. vol. III. Curitiba: Grafipar, 1970. p. 121 a 153

- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CASA NOVA, Vera Lúcia. O corpo da mulher nos almanaques de farmácia (1920 – 1950)
In: *Anais do V Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Natal: UFRN: Ed. Universitária, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar & botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In. BRANCHER, Ana & AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no Século XX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p. 297 a 343.
- CONNEL, Robert W. *Políticas da masculinidade*. In: *Revista Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, p. 185 - 206. jul./dez. 1995.
- CORBIM, Alain. *Saberes e odores. O olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- CORRÊA, Calos Humberto P. *História de Florianópolis ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2004.
- . *Um Estado entre duas Repúblicas. A revolução de 30 e a política em Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.
- CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A Secretaria de Justiça e sua relação com a Educação*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- COSTA, Sandro da Silveira. *Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890/1960)*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- COUTINHO, Afrânio & SOUZA, Galante (Dir.) *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/FAE, 1990.

- CUNHA, Maria Teresa Santos. História, Educação e civilidade: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 a 1960. In.: *Educação*. Santa Maria, v.30, n.02. 2005. p. 121 a 138.
- CZESNAT, Ligia de Oliveira. *As estruturas das atividades comerciais da empresa de Carl Hoepcke e Cia. no contexto catarinense*. Florianópolis, 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- DALLABRIDA, Norberto. *A Fabricação Escolar das Elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- EL-KHATIB, Faisal (Org.). *História de Santa Catarina*. vol. III. Curitiba: Grafipar, 1970.
- ESTEVES, Marta. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor na belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1980-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo, 1978.
- FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. In.: *Educação e Realidade*. Porto Alegre v.25 n.1 jan/jun. 2000. p. 115 a 131.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina Camargo Moraes. “A liberdade é uma calça velha azul e desbotada”: *Publicidade, cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os arranjos das drogas nas boticas e farmácias mineiras entre os séculos XVIII e XIX. In: VENÂNCIO, Renato Pinto & CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na história do Brasil*. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p. 141 a 154.

- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Povoadores da Fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- . *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- FREITAS, Patrícia de. *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia catarinense*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- FUNK, Susana Bornéo & WIDHOLZER, Nara. (Orgs.) *Gênero em discursos da mídia*. Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/Edunisc, 2005.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. O Cultivo do Ódio*. Vol. 3. São Paulo: Cia. Das Letras. 1995.
- GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires: Hombres, honor y cafés 1862-1910*. Buenos Aires: Ediciones del signo. 2000.
- _____. & KESSLER, Gabriel. *Violências, delitos y justicias en la Argentina*. Buenos Aires: Manantial, 2002.
- GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade – literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n.9, outubro de 1998.

- KUPKA, Roselande Neckel. *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis: 1910-1930*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1987.
- . Corpo, escola e identidade. In. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 25, n.2, jul/dez 2000. p. 59 a 75.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 a 153.
- MACHADO, Vanderlei. *O Espaço Público como Palco de Atuação Masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro – 1850 a 1884*. Florianópolis, 1999. 119 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- . Quando dandies e roceiros foram à guerra do Paraguai. In. *Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFSC*, vol. 6, maio de 2000. p. 101-109.
- . Entrando no mundo dos homens pelos laços do himeneu. In. *Estudos de História*, v.6, n.2, Franca/SP, 1999.
- MALUF, Marina & MOT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 367 a 421.
- MASUR, Jandira. *O que é Alcoolismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- . & FARIA, Fernando Antonio. *Melodia e sintonia: o masculino e o feminino em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Porto Alegre: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.
- MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: subsídios para a História Catarinense: 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo; Ed. Perspectiva, 1977.
- MORAES, Laura do Nascimento Rotolo. *Catálogo Analítico descritivo dos jornais de Florianópolis 1894-1914. O jornal como fonte Histórica*. Florianópolis, 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- MORGA, Antônio Emílio (Org.). *História das Mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas/ Argos, 2001.
- MOSSÉ, Claude. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. *A influência do urbanismo sanitaria nas transformações do espaço urbano de Florianópolis*. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- NÓBREGA, Paulo. Grupos Escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 253 a 280.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1993.
- . *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas - uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- . *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- PEREIRA, Ivonete. *“As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900 – 1940)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- PERROT, Michele. À margem: solteiros e solitários. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo. Ed. Cia. das Letras, 1993. p. 287 a 304.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001..
- . *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- PIAZZA, Walter. F. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: ALESC, 1994.
- PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- POYER, Viviani, Penitenciária Estadual de Pedra Grande Estudo da Instituição. In: *Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Florianópolis, volume 7. p.179 a 187.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- RAMOS, Átila. *Memória do Saneamento Desterrense*. Florianópolis: Ed. Casan, 1986.
- RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual, 1985.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ROMÃO, Jeruse & CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. Negros e educação em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 39 a 67.
- SACHET, Celestino. *A Literatura Catarinense*. Florianópolis: Lunadelli, 1985.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *La recherche de la beauté. Une contribution à l'histoire des pratiques et des représentations de l'embellissement féminin au Brésil – 1900 à 1980*. Paris, 1994. Thèse (Doctorat em Histoire) - Université de Paris VII.
- Cuidado de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (Org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p. 121 a 139.
- SANTOS. Paulete Maria Cunha dos. *Protocolo do Bom Cidadão – Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920 – 1950)*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.

- SCHILICHTING, Aída Mello. *Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis (1914-1930). O jornal como fonte histórica*. Florianópolis, 1989. Dissertação (Mestrado História) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Editorial Boitempo/Editora Senac, 1999.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 63 a 95.
- . Gênero: uma categoria útil de análise histórica, In.: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: v.20, n.2, jul./dez. 1995. p. 71 a 99.
- SERPA, Élio Cantalíco. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Fernando Teixeira da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In.: BATALHA, Cláudio et alii (Orgs.) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 205 A 248.
- SILVA, Tathianni Cristini da. *Série Fontes e a re-atualização das condutas masculinas*. Trabalho de Conclusão de Curso (História). UFSC, Florianópolis, 1999.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana – 1890 – 1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- STEPHANOU, Maria. *Tratar e Educar. Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- STOLLER, Robert. *Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1993.
- TELVE, Gladys Mary Ghizoni. A Escola Normal Catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 221 a 252.
- TEMPORÃO, José Gomes. *A propaganda de medicamentos e o mito da saúde*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- Vários. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XXXII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.
- WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- WELZER-LANG, Daniel. Être un homme, pour ne pas être assimilé a une femme. Apud. RAULT, Françoise. (Org.) *L'identité masculine: permanences et mutations. Problèmes politiques et sociaux*, n. 894. Paris: La Documentation française, novembre 2003.
- VILARINHO, Pedro. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. In. *História Unisinos*, São Leopoldo, v.9, n.2. 2000. p. 85 a 95.
- WITTMANN, Luisa Tombini. Entre Giz e a Espada: Educação civilizatória indígena em Blumenau (1904-1914). In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 11 a 37.